

**Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**  
**Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

**JÚLIO CÉSAR MEDEIROS DA SILVA PEREIRA**

**Trabalho, folga e cuidados terapêuticos: A sociabilidade escrava na Imperial Fazenda  
Santa Cruz, na segunda metade do século XIX**

**Rio de Janeiro**  
**2011**

**JÚLIO CÉSAR MEDEIROS DA SILVA PEREIRA**

**TRABALHO, FOLGA E CUIDADOS TERAPÊUTICOS: A SOCIABILIDADE  
ES CRAVA NA IMPERIAL FAZENDA SANTA CRUZ, NA SEGUNDA METADE  
DO SÉCULO XIX**

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lorelai Brilhante Kury

Rio de Janeiro  
2011

P436 Pereira, Júlio César Medeiros da Silva

.. Trabalho, folga e cuidados terapêuticos: a sociabilidade escrava na Imperial Fazenda Santa Cruz, na segunda metade do século XIX . / Julio César Medeiros da Silva Pereira – Rio de Janeiro : s.n., 2011.  
289 f .

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde)-Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2011.  
Bibliografia: f.256-273

1. Grupo com Ancestrais do Continente África 2. História do Século XIX. 3. Condições Sociais. 4. Cuidados de Saúde 5. Trabalho 6.Escravidão 7. Brasil

CDD 326

## JÚLIO CÉSAR MEDEIROS DA SILVA PEREIRA

### TRABALHO, FOLGA E CUIDADOS TERAPÊUTICOS: A SOCIABILIDADE ES CRAVA NA IMPERIAL FAZENDA SANTA CRUZ, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências

Aprovado em            de            .

#### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Murilo de Carvalho (IFCS/UFRJ)

---

Profa. Dr. Larissa Moreira Viana (UFF)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Salgado Pimenta (COC-Fiocruz)

---

Pro.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kaori Kodama (DEPES/COC/Fiocruz)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lorelai Brilhante Kury (COC-Fiocruz)  
Presidente da Comissão Examinadora

Suplentes:

---

Prof.Dr. Luiz Carlos Soares (UFF)

---

Prof.Dr. Flávio Coelho Edler (COC-Fiocruz)

Rio de Janeiro  
2011

## **Dedicatória**

Dedico esta tese a minha amada esposa e sempre companheira de todas as horas, Cristiana, aos meus filhos Matheus, Juliana e Pollyana.

Dedico também aos milhares de pesquisadores espalhados pelos porões empoeirados dos arquivos e bibliotecas públicos de todo o Brasil, cujos nomes não figuraram em nenhuma lista de créditos, dedico também a estes estudantes de história que, com brilho nos olhos, procuram em cada canto, partes de uma história a ser escrita.

## **Agradecimentos**

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me concedido a força necessária para o desempenho desta tarefa tão árdua, mas extremamente gratificante.

Agradeço ao programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, por ter me confiado tão grande responsabilidade diante dos meus pares, e professores. Sinto-me extremamente lisonjeado por terem acreditado na possibilidade de que este doutorando viesse a conquistar, após um longo caminho, o grau de respeitabilidade acadêmica que Casa enverga, através do título de doutor. De forma semelhante, agradeço o apoio financeiro recebido através da bolsa Fiocruz, tal ajuda me proporcionou maior tranquilidade.

Acredito que existem pessoas que são como anjos. Surgem e desaparecem misteriosamente. Possuem um propósito desinteressado de objetivos estritamente materiais e observando-as, compreendemos que a nossa caminhada, seja qual for o caminho que escolhamos, não será possível sem eles. Já surgiram muitos anjos na minha vida, alguns se foram e outros encontrei aqui.

Nesse grupo seletor gostaria de incluir a minha orientadora, prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Lorelai Brilhante Kury, por ter me apoiado quando eu mais precisei. Suas observações e correções sobre o trabalho foram fundamentais para que esta tese chegasse ao estágio em que se encontra. Não há muitas palavras que possam expressar a dívida que tenho para com ela, mas nesse esforço de encontrar alguma, sou forçado a usar o “obrigado”, entristecido por saber que o termo não pode expressar toda a minha gratidão a essa pessoa tão amável e sincera. Seria ela um anjo?

Agradeço à Daniela Salgueiro por ter transcrito os dados sobre os óbitos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, um trabalho árduo feito na Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro em meio aos problemas por conta dos fechamentos, restrições de acesso e outros. Foi ela quem me despertou para os altos níveis de mortalidade infantil encontrados na Imperial Fazenda de Santa Cruz.

À professora Tânia Pimenta deixo aqui meus agradecimentos, mais sinceros, pois ela, além de participar da minha banca de qualificação, também leu parte deste trabalho ao longo do curso, em várias disciplinas nos quais, de alguma forma, pude dividir os temores e as dúvidas frente aos desafios de um tema tão intrigante quanto novo.

Agradeço à Smirna Cavalheiro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo serviço de copydesk realizado nesse trabalho e a todos os amigos dos arquivos por onde pesquisei, assim como aos pesquisadores do Centro Cultural de Santa Cruz, onde desenvolvem várias pesquisas sobre a região, a cooperação deles foi de inestimável valia, foram como precursores desse longo caminho que parece chegar ao seu termo.

Também agradeço à prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Ângela Porto. Foi ela quem primeiro me recebeu na Casa de Osvaldo Cruz, quem me indicou as primeiras fontes a respeito da Imperial Fazenda de Santa Cruz e me orientou enquanto foi possível.

A todos, muito obrigado

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>página 01</b>
<b>Capítulo 1. A santa cruz dos jesuítas: heranças e tradições.....</b>	<b>30</b>
1.1. Os primórdios da fazenda .....	33
1.2. A influência dos jesuítas na formação da escravaria de Imperial Fazenda de Santa Cruz. ....	36
1.3. Os jesuítas e a cura .....	64
Conclusão .....	75
<b>Capítulo 2. “A América devora os pretos” Manuais de fazendeiros e teses médicas sobre o cuidado dos escravos .....</b>	<b>78</b>
2.1. A teoria dos governos de escravos .....	78
2.1.1. O paternalismo cristão e o governo de escravos .....	81
2.1.2. Os manuais de fazendeiros e higiene de escravos .....	86
2.2. Comparação entre a Fazenda de Santa Cruz e as fazendas da região de Cantagalo .....	103
2.2.1. População .....	104
2.2.2. O trabalho .....	111
2.2.3. As condições de vida .....	112
2.2.4. Habitação .....	113
2.2.5. Alimentação e saúde .....	118

Conclusão .....	126
<b>Capítulo 3. A Santa Cruz dos servos do Santo Inácio: esperanças e sociabilidade escrava .....</b>	<b>132</b>
3.1. O Aprendizado e a prática de Ofícios por escravos no Brasil .....	133
3.2. Jeito para coisa: Aprendendo e praticando um ofício em Santa Cruz .....	140
3.3. A construção do espaço de sociabilidade escrava.....	155
Conclusão .....	181
<b>Capítulo 4. A Santa Cruz do Imperador .....</b>	<b>186</b>
4.1 Vinho novo em odres velhos: o Brasil do superintendente Ignácio José Garcia após 1850. ....	197
4.2 A administração do superintendente Ignácio José Garcia à frente da Imperial Fazenda de Santa Cruz .....	211
4.3 O impacto das mudanças implementadas por Ignácio José Garcia sobre a escravaria de Santa Cruz .....	233
Conclusão .....	246
<b>Considerações finais .....</b>	<b>250</b>
Referências .....	256
Anexo “A” .....	274
Anexo “B” .....	282

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: <i>Sexo e faixa etária dos escravos da região de Cantagalo e da Imperial Fazenda de Santa Cruz</i> .....	106
Tabela 2: <i>Dados comparativos de morbidade e mortalidade nas fazendas do Cantagalo e Santa Cruz, em 1847 e 1848</i> .....	123
Tabela 3: <i>Ofícios dos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz no inventário de 1791</i> .....	142
Tabela 4: <i>Escravos aprendizes de ofícios na Imperial Fazenda de Santa Cruz, no inventário de 1817</i> .....	149
Tabela 5: <i>Ofícios dos escravos da Imperial Fazenda Santa Cruz, em 1817.</i> .....	153
Tabela 6: <i>Mapa de enfermidades em outubro de 1819</i> .....	165
Tabela 7: <i>Óbitos de escravos da Fazenda Cruz: doenças infecto-parasitárias</i> .....	234
Tabela 8: <i>Óbitos de escravos da Fazenda de Santa Cruz: doenças do sistema digestivo</i> .....	235
Tabela 9: <i>Mortalidade de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz: doenças do sistema respiratório</i> .....	237
Tabela 10: <i>Mortalidade de escravos da Fazenda Cruz: Doenças do Sistema nervoso</i> .....	289
Tabela 11: <i>Mortalidade de escravos da Fazenda Cruz: Outras</i> .....	289
Tabela 12: <i>Mortalidade de escravos da Imperial Faz. Santa Cruz: Primeira Infância</i> .....	290
Tabela 13: <i>Mortalidade dos escravos da Imperial Faz. Sta. Cruz por tipos de doenças</i> .....	290

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pirâmide etário-sexual dos Escravos da Fazenda de Santa Cruz. .....	48
Gráfico 2. Pirâmide etário-sexual da Real Fazenda de Santa Cruz (1799) .....	110
Gráfico 3: Óbitos de escravos da Fazenda de Santa Cruz por tuberculose, segundo sexo e faixa etária. ....	238
Gráfico 4: Taxas de batismo e mortalidade infantil por sexo e idade de 0 a 4 anos. ....	240
Gráfico 5: Taxa de mortalidade na IFSC de 1813 a 1872, em índices percentuais. ....	241
Gráfico 6: Mortalidade infantil de 1813 a 1867 dos escravos da IFSC. .....	245

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### ANEXO A

Figura 1. *Escravo cego*

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Estudo inédito reproduzido de BANDEIRA, Julio & LAGO, Pedro Correa do. (Orgs) Debret e o Brasil, obra completa, 1816-1831. Rio de Janeiro: editora Capivara, 2007. ....274*

Figura 2. *A Imperial Fazenda de Santa Cruz*

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Vista do Castelo Imperial de Santa Cruz, prancha 33, litografia, reproduzida de Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. t. III. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1980.....275*

Figura 3. *Senzala de escravos*

Fonte: Frond. V. litografia “Antes da partida para a roça”. In: RIBEYROLLES, C. *Brasil pitoresco*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1859. ....276

Figura 4. *Vista do interior de uma senzala*

Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. “Negros novos”, litografia reproduzida de: *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. ....277

Figura 5. *O cirurgião negro*

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. O cirurgião negro, prancha 46, litografia reproduzida de *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. t. II*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1980. ....278

Figura 6. *Mapa da Imperial Fazenda de Santa Cruz*

Fonte: Jornal do NPH, de 14 de junho de 1985.....287

Figura 7. *Batalhão Villagran Cabrira*.

Fonte: Foto do autor. ....288

Figura 8. *A ponte dos jesuítas, hoje.*

*Fonte: Foto do autor. ....281*

## **ANEXO B**

B.1 Regimento interno da Imperial Fazenda Santa Cruz, na época do Ten Gen. Manoel Martins Couto Reis. ....	282
B.2 Regimento para a administração Imperial Fazenda de Santa Cruz, na gestão do administrador Cel. Francisco F. Pires foi nomeado Administrador Geral, de 1835-1843, Por Pedro Nolasco da Silva. ....	284
B.3 “Façanhas garcinianas”. ....	286
B.4 Gráfico de relação de batismos e óbitos de crianças na IFSC de 1861 a 1867. ....	288
B.5 Tabelas sobre a mortalidade escrava na Fazenda Santa Cruz. ....	289
B.6 Tabelas de Mortalidade na IFSC de 1861 a 1867. ....	290

## **Lista de Abreviaturas**

ACMRJ - Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

AGRJ - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

ANRJ- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

BNRJ - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

IFSC – Imperial Fazenda de Santa Cruz

MIP- Museu Imperial de Petrópolis

NOPH – Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica

## **RESUMO**

Esta tese tem por objetivo analisar como o antigo legado jesuítico, baseado sobretudo no aprendizado e prática de um ofício, a folga e os cuidados terapêuticos foram importantes para a organização da sociabilidade escrava na Imperial Fazenda Santa Cruz. Ela procura demonstrar como as alterações nesses pilares, verificadas principalmente após a segunda metade do século XIX, desestruturaram a centenária comunidade escrava levando-a a um quadro de instabilidade e revolta. A pesquisa ora apresentada tem demonstrado que tais mudanças estavam relacionadas ao enfraquecimento do paternalismo cristão, verificado ao longo do século XIX, mas ainda tão presente na mentalidade escrava santa-cruzense.

## **ABSTRACT**

The object of this thesis is to analyze the legacy of Jesuit based practices and their importance to the social structure of the enslaved on the Santa Cruz Imperial Farm, particularly the practices of learning a trade, receiving breaks from labor, and therapeutic care. This thesis seeks to demonstrate how changes occurring primarily during the second half of the nineteenth century destabilized the foundations of a century-old enslaved community, bringing the community into a period of instability and revolt. The research presented here has shown that such modifications were related to the weakening of paternalismo cristão, occurred during the nineteenth century, but still so present in the slave mentality.

## INTRODUÇÃO

A mata exuberante entrecortada por rios caudalosos foi o cenário escolhido pelos jesuítas, ainda no século XVI, para ser uma das fazendas mais promissoras da Ordem inaciana. Em frente ao convento, na direção sul, abria-se aquela que, segundo o inglês John Mawe, constituía-se “uma das mais belas planícies do mundo”<sup>1</sup>, cortada diametralmente oposta à baía de Sepetiba pelos rios Itaguaí e Guandu, dois rios navegáveis e por arbustos que se deixam aparecer aqui e acolá, entre milhares de cabeças de gado tocadas por escravos negros adestrados na montaria e no cuidado com bovinos. Já Luis Edmundo descreveu a região santa-cruzense como “férteis e magníficas campinas de bom pasto, rios, brejais, montanhas e o mar tranquilo, próximo, garantindo uma segura e fácil ligação por via d’água com esta cidade”<sup>2</sup>. Ao norte, serras e colinas despontam enfileiradas como se indicassem o caminho para a região onde mais tarde seriam descobertas jazidas de ouro e diamantes.

Mais a oeste, o porto de Sepetiba servia não só de estaleiro, porque lá os jesuítas construía seus barcos, mas também de escoadouro da produção. Por ele passava madeira de lei como o pau-brasil e jacarandá, troncos de ipê e outras, passavam amostras da flora medicinal obtida junto aos índios da região. Anil, cacau, guaraná, canela, mas também açúcar e aguardente. Todos os produtos extraídos pelos padres que souberam aproveitar os recursos locais e a disponibilidade de negros da terra e africanos. Mas nada disso teria sido possível sem o braço escravo sob o qual se produziu tamanha riqueza.

---

<sup>1</sup> MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

<sup>2</sup> EDMUNDO, Luis. *A corte de dom João no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

Na labuta diária, na faina cotidiana, os escravos, não só em Santa Cruz, mas em grande extensão da América portuguesa, além de terem sido os pés e as mãos do senhor, foram também parte fundamental do constructo cultural do país. Esta tese procura demonstrar como essa cultura, pelo menos em Santa Cruz, estava arraigada nos preceitos cristãos deixados pelos inicianos quando ainda administradores da Fazenda. Para tanto, procuramos nos ater a como o ofício, a folga e os cuidados terapêuticos foram alterados na passagem da primeira para a segunda metade do século XIX, abalando o tipo de sociabilidade escrava estabelecida na Imperial Fazenda de Santa Cruz e as consequências desse feito.

Sendo a escravidão um campo fundamental nesse tipo de estudo, elencamos os autores particularmente caros à elaboração e condução do argumento construído, de modo que pudéssemos situar cada autor dentro das possíveis contribuições prestadas e a forma que nos apropriamos ou nos afastamos de cada produção. Em seguida, demonstramos o quadro teórico metodológico que procuramos adotar, ressaltando em que medida foram úteis tais contribuições no constructo da tese. Após isto, abordamos as principais fontes e as apropriações e interpretações que delas fizemos.

Ao iniciarmos o estudo da temática escravista, gostaríamos de destacar os trabalhos de Caio Prado Junior e Gilberto Freyre. O primeiro traçou a sua reflexão sobre a sociedade brasileira influenciado pelo viés marxista, relacionando o quadro de dependência por que passava o Brasil em meados dos anos 30 do século XIX e seu papel marginal na economia internacional, cabendo-lhe sempre o quinhão do explorado. Seu trabalho foi inovador, pois foi o primeiro a inserir o Brasil em um quadro mais amplo de interação comercial que, se não explicava tudo, ao menos propunha mostrar as contradições de uma nação formada

sobre a desigualdade social e o trabalho escravo. Já o sociólogo Freyre<sup>3</sup> buscou no naturalismo norte-americano de Franz Boas as explicações para formação e amalgamação cultural do Brasil, resultante das três “raças” que, segundo ele, teriam ajudado na conformação do nosso povo. Controvérsias à parte, e de toda a polêmica do mito da democracia racial, a obra *Casa Grande & Senzala* foi pioneira em fazer uma história do negro sobre o seu aspecto cultural em todas as facetas, trazendo para o centro do debate a contribuição do negro como fundamental de um país mestiço e original.

Em 1970, novas orientações no estudo do negro e da escravidão viriam somar esforços a essa tentativa de compreender o nosso passado histórico a partir do entendimento do papel desempenhado pelos escravos na sociedade brasileira. Nesse segundo momento, grupos de historiadores trariam uma guinada na forma de se ver e entender a escravidão no Brasil, como, por exemplo, Kátia Mattoso, que, baseada em uma variedade de fontes sobre o cotidiano escravo, trouxe da França uma história renovada em questões quantitativas e demográficas em termos ainda não utilizados no Brasil. A sua célebre obra *Ser escravo no Brasil* alavancou uma produção que passaria a ver o escravo como sujeito e não como um ser passivo, ou uma *coisa*, como descreveu Fernando Henrique Cardoso<sup>4</sup>.

Grande quantidade de historiadores surgiu nesse mesmo período, mas o trabalho dela foi fundamental para proposição de uma história livre do marxismo duro, no qual o negro não representava mais que uma classe social<sup>5</sup>. Com efeito, o trabalho de Matoso influenciou os estudos de outros historiadores tais como J. J. Reis que, como veremos

---

<sup>3</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

<sup>4</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

<sup>5</sup> Deixamos de fora, conscientemente, vários historiadores de cunho marxista que foram importantes para a historiografia da escravidão, mas que, por razões metodológicas, encontram-se ao longe do tipo de estudo que propomos, tais como Fernando Novais, Barros de Castro, Jacob Gorender e outros. Para um apanhado sobre o papel destes autores, ver: SCHWARTZ, Stuart. *Roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 21-57.

adiante, ocupou-se de buscar em uma revolta tida por social, a cemiterada, características religiosas e culturais sem as quais o Brasil não poderia ser entendido, sobretudo em sua religiosidade.

Buscando esse viés interpretativo em que a revolta passa a ser vista como instrumento legítimo de luta e resistência, o historiador Flávio Gomes<sup>6</sup> baseou-se em pesquisas que cobriam diversas regiões brasileiras e suas fronteiras – Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Bahia e, sobretudo, Grão-Pará e Maranhão. Interpretando documentos à luz de um conhecimento atualizado em uma vasta bibliografia nacional e estrangeira, Gomes conseguiu compor uma perspectiva mais ampla sobre os modos de resistência escrava, ou seja, a história da resistência escrava nas Américas. O historiador demonstrou que a resistência escrava: o “aquilombamento” foi comum onde houve a escravidão, desvendando uma rede de solidariedade e comércio que envolvia não só escravos quilombolas, mas contava com a participação de uma parcela significativa do tecido social escravista. Em outros trabalhos de monta, Flávio Gomes demonstrou que a resistência era um espaço de luta e que ela ocorreu de forma mais frequente do que podemos imaginar. Em seu trabalho *História de Quilombolas*, Flávio Gomes procura resgatar esses espaços ocorridos no Rio de Janeiro do século XIX. Segundo ele, esses espaços de resistência também podem ser chamados de *campo negro*, o que, segundo ele, seria “uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados que envolveu, em determinadas regiões do Brasil, inúmeros movimentos sociais e práticas econômicas com interesses diversos”<sup>7</sup>. O autor localizou e mapeou algumas revoltas ocorridas na Imperial

---

<sup>6</sup> REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *A liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>7</sup> GOMES, Flávio dos S. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 63.

Fazenda de Santa Cruz na segunda metade do século XIX, já apontando os problemas da administração do superintendente Ignácio José Garcia, que insistia em impedir os seus escravos de comerciarem com senhores das fazendas adjacentes<sup>8</sup>. Evidentemente, o nosso trabalho deve muito à pesquisa inovadora de Flávio Gomes, pois demonstrou que onde houve opressão aí também ocorreu resistência. Não seria demais frisar que estudos dessa monta alavancaram a figura histórica do escravo e do negro, trazendo-os ao centro do debate historiográfico como agentes e fazendo com que seus instrumentos de luta, quer fossem a fuga ou a negociação, ficassem cada vez mais evidenciados nos estudos sobre a escravidão.

Entretanto, outros historiadores preferiram privilegiar tráfico de escravos transatlântico, salientando a importância da retroalimentação da mão de obra escrava para a formação social do Brasil. O historiador Manolo Florentino destaca-se nesse tipo de produção. Florentino, no livro *Em costas negras*, trabalhou basicamente com relatórios de entradas de navio negreiros no Rio de Janeiro, inventários *post mortem* da capitania do Rio de Janeiro e escrituras de compra e venda<sup>9</sup>. Ele conseguiu, junto com o pesquisador João Fragoso, quantificar a entrada de milhares de escravos que passaram pelo porto do Rio de Janeiro de 1700 a 1850, analisando, num esforço nunca visto antes, dados que demonstrariam a importância de uma história serial e quantitativa capaz de explicar a demanda do tráfico e a diversificação das aplicações financeiras dos comerciantes envolvidos no tráfico negreiro.

Seus estudos são de importância inestimável para nós no momento em que nos propomos a pensar sobre até que ponto permaneceu, entre os escravos, o legado cultural

---

<sup>8</sup> GOMES, Flávio dos S. *Op. cit.* p. 384.

<sup>9</sup> FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro - séculos XVII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

africano via tráfico negreiro na segunda metade do século XIX no Rio de Janeiro, pois Florentino demonstrou que houve uma alteração significativa na forma como o trabalho escravo foi reorganizado após 1850, data do fim do tráfico negreiro. Antes dessa data, a demanda por escravos novos cresceu chegando a números nunca vistos e, após ela, ganharia mais impulso o tráfico interprovincial, deslocando grande contingente de escravos para a região Sudeste e interior do país. Além disso, a pesquisa empreendida por Florentino se contrapunha aos trabalhos anteriores sobre o tráfico negreiro, no sentido de ter conseguido abandonar o discurso romântico que superestimava a quantidade de escravos traficados para as Américas durante os séculos XVIII e XIX. Seguindo a linha de historiadores estrangeiros, como Herbert Klein e Philip D. Curtin, Florentino buscou nos relatórios de entrada e saída dos navios negreiros quantidades mais precisas para as estimativas sobre o tráfico atlântico, dando-nos uma visão mais realista da quantidade de escravos que adentraram os portos do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX.

Outros, apesar de privilegiarem a questão macroeconômica, procuraram pensar nas questões políticas que o tráfico impunha ao Brasil Imperial no momento delicado de sua emancipação da Coroa lusitana. Podemos citar como exemplo desses pesquisadores o caso de Jaime Rodrigues, um historiador que buscou no debate travado entre políticos ingleses e brasileiros as explicações para o fato da mudança de sentimento em relação aos comerciantes de almas, os quais passaram de comerciantes e grandes homens de negócio da praça comercial a traficantes praticantes de um “infame comércio”<sup>10</sup>. Com base em documentos oficiais, relatórios de apreensão de navios negreiros e correspondência do

---

<sup>10</sup> RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico atlântico para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, SP: Unicamp, Secult, 2000.

Parlamento britânico, ele mapeou as ações desses traficantes, as lutas contra o comércio e falta de capacidade do Brasil em pôr um fim ao negócio mais rentável do início do XIX.

Concomitantemente, outras pesquisas visualizavam a possibilidade de se aplicar os conhecimentos da demografia histórica francesa ao estudo dos grandes plantéis escravos, seus núcleos familiares e relações de compadrio e parentesco dentro da sociedade brasileira escravista. Tais pesquisas buscavam um viés que privilegiasse um tipo de história vista a partir da perspectiva daqueles que durante muito tempo foram tidos por passivos da ação colonizadora daqueles que arrogaram para si mesmos o título de construtores do país.

Assim, as grandes escravarias foram o ponto fulcral de análise dos trabalhos de José Roberto Pinto de Góes e ainda Manolo Florentino, não só por terem verificado como o tráfico de escravos influenciou de forma decisiva na reorganização da vida em cativeiro, sobretudo após 1850, mas também por terem observado como o fim deste fluxo de mão de obra desestabilizava demograficamente a escravaria<sup>11</sup>. Essa diferenciação, notada principalmente no número de homens que suplantava o de mulheres, gerava uma desigualdade na família escrava, ao mesmo tempo em que abria aos crioulos várias possibilidades, que iam desde o casamento até a obtenção de um trabalho mais ameno, já que na hierarquia escrava sempre havia um “africano”, ou seja, um preto novo para os serviços mais árduos.

Esse caso não se verificou em Santa Cruz, pois a quantidade de mulheres era oferecida praticamente na mesma proporção que de homens; ademais, Santa Cruz presenciou altas taxas de casamentos que eram incentivados e geralmente encarados pelos escravos como um compromisso a ser mantido. Logo, não houve em Santa Cruz a

---

<sup>11</sup> FLORENTINO, Manolo Garcia; GÓES José Roberto Pinto de. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

possibilidade de que os casamentos fossem usados pelos senhores como instrumento de negociação ou barganha.

O campo da escravidão também proporcionou que historiadores, como Robert Slenes, passassem a se deter na junção entre antropologia e história. Slenes demonstrou a dinâmica da família escrava através de uma África transplantada para as Américas, principalmente na região Sudeste, aquela que ficou conhecida por ter recebido um grande número de escravos da África Central Atlântica, cuja etnia predominante é a banto. Foi a partir do seu trabalho que começamos a compreender que os escravos conseguiram, apesar de todo o infortúnio, trazer consigo um cabedal cultural próprio e imprescindível para a nova vida no Brasil<sup>12</sup>.

Seus códigos culturais foram reelaborados e interpretados à luz de uma nova situação que possibilitou certa coesão de ações que só podem ser entendidas quando tomamos conhecimento de sua cultura, ainda em África. A África encoberta aos senhores e descoberta no Brasil descortinou-se para Slenes no canto de trabalho dos escravos na lavoura, nos símbolos partilhados em torno do fogo e nos laços familiares feitos para dar estabilidade à comunidade escrava, sendo capaz de amenizar o peso da escravidão<sup>13</sup>.

Partindo do pressuposto de que o escravo pode ser visto como o sujeito do seu devir histórico, mas, por outro viés analítico, Stuart B. Schwartz pôde enxergar as comunidades agrárias formadas por escravos nos grandes plantéis do recôncavo baiano como agentes do processo histórico em contraposição à opressão senhorial. Segundo Schwartz, os senhores constantemente se deparavam “com limitações impostas pelos atos e pelas posturas dos

---

<sup>12</sup> SLENES, Robert. “A grande greve do Crânio de Tucuxi: espírito das águas centro africanas e identidade escrava no início do século XIX no Rio de Janeiro”. In: HEYHOOD, Linda M. (org). *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

<sup>13</sup> SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações da família escrava - Brasil sudoeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

escravos”<sup>14</sup> e, em face disso, precisaram recompor suas ações para lograrem êxito em seus interesses. Assim, força e violência não foi o único mecanismo que sustentou a escravidão, mas um amplo sistema de recompensa e negociação reconhecido e aceito pelos escravos, o qual serviu de engrenagem à organização escravista brasileira.

Ao debruçar-se sobre cartas de alforria e livros de batismo na Bahia dos séculos XVII e XVIII, Schwartz pôde perceber que as alianças escravas não se davam ao acaso, mas faziam parte de estratégias culturalmente aceitas. Embora outros historiadores já tivessem chamado atenção para rebeldia escrava como um elemento crucial das relações senhor/escravo<sup>15</sup>, ele foi mais além ao frisar que a rebeldia escrava repousava em noções de direito consuetudinário, tais quais as reivindicações dos camponeses ingleses às vésperas dos *Cercamentos* na Inglaterra.

A rebeldia em forma de fuga, na visão de Schwartz, não possuía nenhuma irracionalidade, antes era consonante com certo *segredo interno* partilhado pelos escravos. Tal segredo, posto que desconhecido dos senhores, estava revelado entre os cativos na não aceitação de mudanças de seus hábitos, os quais lhes proporcionavam condições de vida suportáveis dentro do mundo senhorial. Esses hábitos, ou costumes que os escravos se julgavam possuidores, constituíam-se de tempo livre e permissão de possuírem seus próprios roçados:

Ao utilizar os domingos, os feriados religiosos e, às vezes, dias reservados ao descanso, os escravos podiam suplementar a dieta com a produção de suas próprias hortas, venderem o excedente nos mercados locais ou ao proprietário, e guardar o dinheiro para fazer compras ou poupar para acabar comprando a própria liberdade ou a de um ente querido.<sup>16</sup>

<sup>14</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001, p. 28.

<sup>15</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. “O levante dos malês: uma interpretação política”. In: REIS, João José *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>16</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Op. cit.* p. 99.

Particularmente, o trabalho de Schwartz é-nos caro pelo motivo de suas reflexões acerca dos plantéis escravos do Norte do Brasil se assemelharem ao estado de coisas acontecidas em Santa Cruz com respeito à desagregação da escravaria a partir de 1860. Ficou claro que a organização do trabalho possibilitava a oportunidade de obtenção de tempo livre para o cultivo de sua própria roça de subsistência e que lhe permitiria, a partir daí, traçar suas metas de vida futura, quiçá a liberdade.

Ainda sobre o enfoque que privilegia o legado cultural do escravo, não poderíamos deixar de citar Mary Karasch, que escreveu sua tese de doutorado sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro do século XIX. Segundo a autora, uma das coisas que dificultaram a sua pesquisa foi que as fontes históricas usadas pela elite até 1965 não se ocupavam do negro. Por causa disso, ela buscou outras fontes que, segundo ela, eram mais fidedignas em relação à descrição da vida dos escravos. Assim, ela recorreu a, por exemplo, relatos de viajantes europeus, pranchas de Debret e documentos cartoriais produzidos e guardados em arquivos públicos, particularmente os da Santa de Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

A chave de sua interpretação talvez seja a ideia contrária a de que os escravos não foram capazes de transmitir, devido a fatores exógenos e adversos, o seu legado cultural, mas, pelo contrário, absorveram passivamente os ditames e a cultura impostos pelo senhor<sup>17</sup>.

No campo historiográfico, em que buscou analisar as doenças dos escravos como porta de entrada para verificação das condições de vida as quais os escravos estavam sendo submetidas, a historiadora Betânia Gonçalves Figueiredo possui um texto bastante

---

<sup>17</sup> KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 31-32.

elucidativo a respeito. Em seu artigo “As doenças dos escravos: um campo de estudo para a história das ciências da saúde”, publicado no livro *Uma história brasileira das doenças*, a autora justifica o estudo das doenças entre os escravos como um campo legítimo de investigação histórica<sup>18</sup>.

Ela sugere que a reconstrução do cotidiano escravo não pode deixar de levar em conta as práticas curativas e o saber produzido em torno daqueles que, aos olhos dos senhores, deveriam no mínimo receber cuidados básicos relacionado à saúde. Em seu texto, ela traça um panorama sobre esse tipo de estudo bem como a necessidade do surgimento de novas propostas que lancem luz sobre a temática, ajudando a esclarecer como os escravos lidavam com as doenças resolvendo as necessidades inerentes a todo ser humano, que é a da manutenção da vida.

Ela assinala que outro modo de se verificar o entendimento sobre a doença dos escravos é o de se observar essa temática sob o prisma do saber médico produzido ao longo dos séculos XVIII e XIX. Para Figueiredo, a premissa de que os senhores desprezavam a saúde de seus escravos, largamente ventilada no senso comum e, em muitos casos, no círculo acadêmico, deve ser posta à prova. Na verdade, estudos recentes têm mostrado que os senhores se preocupavam com a saúde da sua escravaria e cuidavam de seus plantéis, dentro dos limites do *pensamento da época* em que estavam circunscritos, da melhor forma possível.

Há trabalhos de outros autores que são fundamentais para o conhecimento da saúde dos escravos, ainda que não tratem especificamente da população cativa. Todavia, queremos ressaltar a importância desses textos para conformação da história das ciências da

---

<sup>18</sup> FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. “As doenças dos escravos: um campo de estudo para a história das ciências e da saúde”. In: CARVALHO, Diana Maul de; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; MARQUES, Rita de Cássia. *Uma história brasileira das doenças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 252-53.

saúde enquanto profícua linha de pesquisa e, logo, importantes para o nosso trabalho. São elas: Tânia Pimenta, que escolheu em sua dissertação de mestrado e tese de doutorado o estudo das transformações dos *status* dos curadores diante da legislação brasileira; Vera Marques, que se deteve no uso dos medicamentos do Brasil. Começemos pela Tânia Pimenta.

O recorte temporal da pesquisa de Pimenta coloca-se na primeira metade do século XIX, momento em que começam a surgir várias leis que procuram regulamentar os profissionais que poderiam agir legalmente na prática oficial de curar<sup>19</sup>. Durante muito tempo, no Brasil Imperial, barbeiros-sangradores, cirurgiões-barbeiros, boticários, parteiras e outros práticos podiam executar legalmente a arte da cura por intermédio de cartas de referência, que consistiam em atestados que legitimavam o aprendizado desses curadores. Entretanto, com a extinção dessas licenças, com o fim da fisicatura-mor em 1828<sup>20</sup>, todos esses agentes passaram a ser impedidos de agir legalmente, ou de uma forma chancelada pelo Estado, de modo que, partir de 1832, apenas os médicos, cirurgiões reconhecidos, os boticários e as parteiras, em circunstâncias específicas, poderiam praticar legalmente o ofício de curar. Pimenta observa que todos os outros agentes foram impedidos de agir, mas, mesmo assim, na prática, a história foi outra<sup>21</sup>.

Portanto, observamos nesse esforço de entendimento acerca da produção sobre a saúde dos escravos que, qualquer que seja a análise cunhada a fim de compreendê-la, deve abarcar uma variada gama de conhecimentos e interpretações que ajudem na montagem de

---

<sup>19</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. “Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX”. In: CHALHOUB, Sidney *et al.* (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*: capítulos de história social. Campinas, SP: Unicamp, 2003, p. 307-330.

<sup>20</sup> Veja sobre o fim destas licenças e o início da fisicatura-mor como medida normativa das artes de curar o excelente trabalho de Ana Flávia Cicchelli Pires, intitulado: “Viagens atlânticas: a participação dos sangradores no comércio de escravos, 1808-1828”, publicado no *Doenças e escravidão: sistema de saúde e prática s terapêuticas*”. Organizado por Ângela Porto. CD-ROM

<sup>21</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. *Op. cit.* p. 330.

um intrincado quebra-cabeças que reflete a existência dos escravos de forma mais humanizada, complexa, porém inteligível, única, mas ao mesmo tempo multiforme.

A Imperial Fazenda de Santa Cruz já foi tema de outras pesquisas, mas a sua escravaria, enquanto objeto de pesquisa, ainda não foi explorada de forma que pudéssemos compreender as transformações ocorridas ao longo do século XIX, as quais afetaram a sua sociabilidade como o que propomos agora. No século XX, o historiador português Serafim Soares Leite, padre jesuíta que viveu no Brasil, ao escrever sobre a Companhia de Jesus, descreveu em várias passagens os escravos da Fazenda. Grande parte do que se sabe em relação à práxis jesuítica no sertão carioca deve-se a ele. Entretanto, os escravos não eram seu objeto.

Outra obra de fôlego foi *Santa Cruz, Fazenda Jesuítica, real e Imperial*, escrita pelo historiador Benedicto de Freitas<sup>22</sup>. Com uma pesquisa baseada em um extensivo uso de fontes primárias, acervo de imagens montado pelo próprio autor e uma bibliografia secundária ampla, Freitas conseguiu reunir em três volumes a saga da Fazenda desde a era colonial até a era imperial, com detalhes e uma narrativa muito ágil. Seu trabalho tornou-se uma referência não só para esta tese, mas para outros pesquisadores que desejem se enveredar pelos caminhos que ele trilhou. Cabe, porém, ressaltar que não foi possível recorrer a todas as fontes que ele cita, pois muitas se extraviaram ou estão ilegíveis. Contudo, procuramos ter o cuidado de reproduzir e citar os documentos que achamos ou que outros pesquisadores já usaram. Freitas se aproxima bastante do elemento escravo ao reconhecer a importância desses atores sociais na história da Fazenda.

---

<sup>22</sup> FREITAS, Benedicto de. *Santa Cruz. v. I Fazenda Jesuítica (1567-1759)*. Rio de Janeiro: Edições do Autor, 1985; *v. II Fazenda Real (1760-1821)*. Rio de Janeiro: Edições do Autor, 1986 e *Santa Cruz. v. III Fazenda Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Edições do Autor, 1987.

Nos anos 60 do século XIX, a escravidão passou a ser o foco da análise de historiadores que pensaram Fazenda de Santa Cruz como um dos grandes plantéis de escravos; portanto, um lugar privilegiado para se pensar a escravidão no Brasil, por pelo menos cerca de duzentos anos em que a Fazenda efetivamente funcionou. Este foi o caso de Richard Graham, um dos primeiros trabalhos empíricos que procuraram esclarecer aspectos importantes da família escrava em Santa Cruz, baseado nos inventários de escravos de 1791, da Imperial Fazenda de Santa Cruz<sup>23</sup>. Contudo, seu trabalho sobre a Fazenda sofreu sérias críticas por parte do historiador Carlos Engemann, que o acusou de não ter percebido os laços familiares existentes entre os escravos de Santa Cruz, ou seja, não levando em conta a possibilidade de que os escravos estivessem de fato interessados em construir laços monogâmicos<sup>24</sup>.

A partir dos anos 70 do século XIX, a Imperial Fazenda de Santa Cruz passou a ser vista com mais frequência como objeto de pesquisa de historiadores que perceberam as várias possibilidades de estudo e a riqueza de temas que a Fazenda oferecia. Porém, ao contrário do trabalho de Benedicto de Freitas, que procurou dar conta de todos os aspectos do cotidiano da Imperial Fazenda de Santa Cruz, cobrindo um grande recorte temporal, essas pesquisas possuíam objetos melhor delimitados.

O trabalho de Sonia Bayão Rodrigues Viana pode ser colocado nesse grupo de pesquisas. Ela procurou analisar a Imperial Fazenda de Santa Cruz dentro dos moldes da crise do sistema colonial, acentuando a importância econômica da Fazenda no contexto de precariedade econômica por que passava Portugal e a Península Ibérica<sup>25</sup>. Segundo a autora, a partir de 1790, houve todo um esforço por restaurar a Fazenda nos moldes

---

<sup>23</sup> GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

<sup>24</sup> ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 21.

<sup>25</sup> VIANA, Sonia Bayão Rodrigues. *A fazenda Santa Cruz e a crise do sistema colonial (1790-1815)*.

jesuíticos de produção a fim de suprir as carências econômicas em decorrência da política colonial que se mostrava incapaz de responder às demandas da metrópole portuguesa frente ao avanço dos países em via de industrialização. Nesse sentido, homens como Manoel do Couto Reis e Antonio de Araújo de Azevedo propunham medidas a fim de modificar a decadência do sistema produtivo da Fazenda. A venda sistemática de terras da Fazenda a particulares também foi uma alternativa da Coroa em face da necessidade de se arrecadar fundos para o abatimento da dívida real e, ao mesmo tempo, sanar os problemas decorrentes das más administrações. Tudo isso estava, em parte, relacionado à incapacidade da Coroa lusa em gerir uma tão extensa fazenda<sup>26</sup>.

Segundo Sonia Viana, mesmo após a vinda da família real e as sucessivas tentativas de normatização dos diversos setores produtivos da Fazenda, a Coroa não conseguiu transformá-la em uma unidade produtiva altamente rentável. Há de se ressaltar que, apesar de o trabalho de Sonia Viana não focar os escravos sob o ponto de vista de condutores do processo histórico, ela avançou no momento em que se propôs a tecer uma análise crítica e contextualizada sobre o assunto.

Em 1978, o pesquisador Corcino Medeiros dos Santos inverteu essa análise ao eleger os escravos como possíveis à análise interpretativa que os privilegiassem em relação aos demais sujeitos históricos. Muito embora ele retome a proposição da crise do sistema colonial como propulsor do incentivo à reabilitação da Imperial Fazenda de Santa Cruz, ele reconhece os escravos como os possíveis agentes dessa possível transformação. Com uma grande quantidade de fontes primárias, Corcino M. dos Santos demonstra que a Fazenda possuía todas as qualidades para tornar-se uma unidade produtiva rentável, capaz de

---

<sup>26</sup> *Ibidem, passim.*

abastecer toda a Corte com vários produtos alimentícios<sup>27</sup>. Segundo ele, o fato disto não ter acontecido pode ser explicado pelos entraves que os próprios escravos colocaram às tentativas de mudanças, já preconizadas antes do início do século XIX.

Ainda sobre a Fazenda de Santa Cruz, o trabalho de Fania Fridmann foi fundamental para o entendimento das questões relacionadas ao uso e apropriação da terra na Fazenda. Ela citou a antiga possessão dos jesuítas como um exemplo do que ocorreu constantemente no Brasil, o uso da terra estava nas “mãos da classe dominante”, principalmente após a Lei de Terra, de 1850<sup>28</sup>.

Mais recentemente, Engemann mostrou ser possível fazer um trabalho qualitativo e quantitativo sobre a Imperial Fazenda de Santa Cruz. Nesse caso, os escravos passaram a ser o objeto de análise que nortearia todo o seu pensamento acerca dos “irmãos do Santo Inácio a serviço do Imperador”<sup>29</sup>. É com o seu trabalho que a nossa tese busca um diálogo no campo amplo e inesgotável da escravidão, pois consegue ver os laços de solidariedade escrava como “um aspecto fundamental para explicar a escravidão”<sup>30</sup>.

Para tanto, procuramos dividir esta tese em quatro capítulos. No primeiro capítulo procuramos descrever a Fazenda desde os seus primórdios, frisando as ações jesuíticas no sentido do incentivo ao ensino e prática de um ofício, a importância dos cuidados terapêuticos e o sistema de benefícios como as folgas e prêmios como parte de uma ideia

---

<sup>27</sup> SANTOS, C. M. “O trabalho escravo na grande propriedade rural: a fazenda Santa Cruz”. *Cultura*, a. 8, n. 29, p. 66-74, abr./jun. 1978.

<sup>28</sup> FRIDMAN, Fania. *Donos do rio em nome do rei - uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Garamond, 1999, p. 129.

<sup>29</sup> ENGEMANN, Carlos. *Os servos de Santo Inácio a serviço do Imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro - IFCS. Rio de Janeiro, 2000, p. 8.

<sup>30</sup> Para se compreender a formação e a importância das famílias escravas como um aspecto basilar do estudo da escravidão, ver: GENOVESE, Eugene. *A Terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Conf. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais, (Brasil), século XVII”, In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa século XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p.196.

paternalista cristã. No segundo, procuramos nos deter sobre os manuais de tratamento dos escravos e as teses médicas sobre os cuidados dispensados às escravarias e analisá-los como fontes capazes de indicar as condições de vida e, além disso, procuramos comparar a Fazenda de Santa Cruz com outras grandes escravarias do mesmo período, a fim de verificarmos se de fato os escravos do Imperador viviam, a despeito da escravidão, em condições melhores que outros cativos.

A escravaria vista por dentro foi o foco do terceiro capítulo, em que procuramos descrever como esses cativos se viam, como se relacionavam e qual era a importância do ofício, dos benefícios e dos cuidados médicos dentro da sociabilidade escrava. Em um segundo momento, procuramos descrever quais dispositivos fizeram com que os escravos se sentissem ligados cada vez mais à imagem do Imperador e como isso ajudou a amalgamar a sociabilidade tradicional, que tinha raízes no passado jesuítico, lembrado apenas na velha cruz em frente ao Paço Imperial. Por último, no quarto capítulo, nos esforçamos por demonstrar a mesma escravaria durante a administração de Ignácio José Garcia e quais foram os efeitos diretos das mudanças implementadas por ele sobre a vida dos escravos em Santa Cruz.

No tocante às fontes documentais da pesquisa, passamos agora a demonstrar quais e como foram utilizadas as principais fontes que nos auxiliam na problematização das questões escravistas relacionadas às práticas e aos costumes que os escravos santacruzenses procuraram manter de acordo com o que lhes era conveniente.

As fontes primárias usadas no primeiro capítulo são os inventários de 1791, 1816 e diversos documentos oficiais expedidos pela Mordomia Mor, os quais possibilitaram reconstituir um retrato da demografia escrava de forma que pudéssemos dimensionar, através da análise de dados como sexo e faixa etária, estado de saúde e ofícios, quem eram

os escravos de Santa Cruz, não muito após a partida dos jesuítas. Tal documentação encontra-se no Arquivo Nacional, sob o código 808, v. 4 e outros documentos na Caixa 507, sob a nomenclatura de *Fazenda Nacional de Santa Cruz* e servem de fio condutor da história da escravaria do início do século XIX até o momento da chegada da família real. Também contamos o esforço de produção de trabalhos realizados durante o século XIX sobre a Imperial Fazenda de Santa Cruz que revelam a especificidade da Fazenda e o seu *modus operandi*; são eles os trabalhos *Memórias de Santa Cruz*, escrito por Manoel Martins do Couto Reis, em 1843, descrevendo os problemas a serem enfrentados e as possíveis medidas a serem implementadas como resposta à estagnação que a Fazenda sofria nas mãos de Sua Majestade Imperial. Couto já advertia que os escravos eram mal empregados nesse processo, pois viviam mais ou menos como desejavam<sup>31</sup>. Ainda nessa mesma linha de pensamento, o trabalho escrito por Saldanha da Gama, administrador da Fazenda após o período Garcia, procura traçar um vasto panorama da mesma desde os tempos dos jesuítas até o Brasil Imperial, mostrando como ele conseguia, enfim, implementar algumas melhoras, as quais, curiosamente, constituíam-se, basicamente, em desfazer as medidas tomadas por Garcia, retornando a um modelo de administração jesuítico<sup>32</sup>. A obra deveria ser publicada em dois volumes, mas o segundo nunca chegou a ser impresso.

Dando continuidade ao primeiro capítulo, procuramos também usar dados que nos ajudassem a explicar por que os cuidados terapêuticos foram elementos importantes para os escravos que pertenceram aos inacianos, e por que os escravos de Santa Cruz gozavam do

---

<sup>31</sup> REIS, Manoel Martins do Couto. “Memória de Santa Cruz”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo V, 1943

<sup>32</sup> GAMA, José de Saldanha da. “História da Imperial Fazenda de Santa Cruz”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo 38.

privilegio de aprenderem as artes mecânicas (ofícios), inclusive a cura; pois notamos que, ao longo da análise da bibliografia secundária, em relação aos cuidados médicos, os jesuítas possuíam boticas, produziam e exportavam remédios para a Europa e a cura do corpo era um tema recorrente nos sermões e cartas dos primeiros inacianos que aqui estiveram, o que comprovava a importância da cura na pregação dos padres. Nesse intuito, lançamos mão de textos como os de Serafim Leite, Nireu Cavalcanti e Benedicto de Freitas, que remontam à era jesuítica e a toda especificidade dos padres em relação aos cuidados terapêuticos administrados aos escravos e ao cotidiano vivenciado pelos mesmos na companhia dos padres jesuítas.

Sobre os ofícios, procuramos fugir do viés explicativo mais comum que procura banalizar o aprendizado por parte dos escravos com a desculpa de que se tratava de tarefas mecânicas, portanto relegadas a pessoas tidas por socialmente inferiores como os escravos. Na verdade, autores que estudaram a fundo a Ordem inaciana demonstraram que o fator que possibilitou a inserção dos escravos no mundo dos ofícios sem distinção de raça foi o entendimento que os jesuítas possuíam em relação à capacidade de aprendizado do indivíduo estar relacionada com a paixão ou aptidão e, nesse caso, os escravos, desde que quisessem, estavam aptos a aprender e desempenhar as tarefas propostas. Os trabalhos de Massini<sup>33</sup> e Assunção<sup>34</sup> usados aqui são bastante elucidativos a esse respeito.

A seguir construímos o segundo capítulo da nossa tese baseados na proposição de que a Imperial Fazenda de Santa Cruz era diferente em relação às demais não só por causa da carga simbólica do Imperador, mas também por conta dos benefícios elencados no

---

<sup>33</sup> MASSINI, Maria. “A psicologia dos jesuítas: uma contribuição à história das ideias psicológicas.” *Psicologia: Reflexão e Crítica. Revista de La Universidad Federal do Rio de Grande do Sul (UFRS)*, v.14, p. 625-633, 2001.

<sup>34</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. “A escravidão nas propriedades jesuíticas: entre a caridade cristã e a violência.” *Revista Acervo*, v. 15, n. 1, p. 115-132, 2002.

capítulo anterior. O *corpus* documental deste capítulo constitui-se, basicamente, de manuais agronômicos e teses médicas da época.

Os manuais de agronomia são usados aqui por serem fontes importantes para o entendimento do cotidiano escravo nas grandes fazendas. Eles descrevem os tratamentos terapêuticos previstos, as dificuldades enfrentadas e as alternativas propostas pelos autores que visavam à preservação da mão de obra cativa. A análise dessas observações poderá nos ser útil para fazermos um contraponto entre o discurso e a prática, entre o que era preconizado e a realidade vivenciada pelos escravos das grandes *plantations*.

A primeira fonte que utilizamos foi o *Manual do agricultor brasileiro (sic)* escrito por Augusto Taunay e oferecido a Bernardo Pereira Vasconcelos. Taunay, em 1839, descrevia não só as principais doenças que acometiam os escravos, mas as principais medidas terapêuticas a serem adotadas. O segundo manual analisado é o que foi escrito pelo cafeicultor Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, em 1847, portanto oito anos após o *Manual do agricultor brasileiro* de Taunay, uma diferença não só em anos, mas de ideias. Enquanto Taunay se aproxima do paternalismo cristão dos jesuítas, o trabalho de Werneck reflete as mudanças às vésperas do fim do tráfico negreiro e as suas implicações em relação ao aproveitamento da produção e de uma melhor utilização da força escrava.

Tentando resgatar o cuidado com os escravos, analisamos teses médicas que, de alguma forma, versassem sobre o tema. A primeira trata-se da tese *Algumas observações sobre a estatística sanitária dos escravos em fazendas de café*, de autoria do médico Reinhold Teuscher. Nessa tese apresentada à Academia de Medicina do Rio de Janeiro, em 1833, Teuscher se propunha a descrever a saúde e “o modo de viver” de 900 escravos de cinco fazendas na região de Cantagalo, região centro-norte fluminense, apresentando suas

enfermidades e seus trabalhos, bem como alimentação e a rotina empreendida constantemente.

A segunda é a tese médica *A higiene dos escravos*, defendida por David G. Jardim, em 1847, que versava sobre os cuidados que os senhores deveriam ter com os escravos nos ajuda a dimensionar as circunstâncias às quais os escravos estavam sujeitos nas grandes fazendas escravistas. Jardim já alertava que as maiores enfermidades dos escravos decorreriam da falta de asseio, habitações insalubres, má alimentação, vestuário precário e noites maldormidas<sup>35</sup>. O discurso preconizado nesses textos é recuperado e entendido dentro de um contexto onde a mão de obra passou a ser extremamente valorizada em decorrência do fim do tráfico negreiro, o que acarretou o aumento do preço dos cativos e, por outro lado, proporcionou o fato de os médicos criticarem abertamente os senhores que maltratavam seus escravos, de serem incoerentes com investimento que faziam ao não valorizarem o dinheiro empregado na compra de escravos<sup>36</sup>.

No rol da bibliografia secundária temos ainda o trabalho do historiador Rafael Bivar Marquese, cujo foco é a complexidade da organização das fazendas escravistas e as principais teorias de governo de escravos. O seu trabalho *Feitores do corpo, missionários da mente*<sup>37</sup> irá enriquecer o debate que propomos à medida que a sua pesquisa sobre os diversos modelos de administração de escravos, inclusive aquelas de herança jesuítica, nos ajuda a traçar comparações entre o modelo de gestão da Imperial Fazenda de Santa Cruz e de outros plantéis. Assim, teremos alternativas analíticas sobre as diferentes formas de administração de escravos e as suas aplicações no cenário escravista brasileiro.

---

<sup>35</sup> JARDIM, David Gomes. *A higiene dos escravos*. 1847. Tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1847, *passim*.

<sup>36</sup> Médicos como David Jardim acusavam e apelavam para a consciência dos senhores que maltratavam seus escravos, não lhes concedendo o mínimo para sobreviverem. Ver: JARDIM, David Gomes. *Op. cit.* p. 10.

<sup>37</sup> MARQUESE, Rafael Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

No terceiro capítulo, a sociabilidade passa a ser o tema central em que o pressuposto de que o aprendizado e prática de um ofício, o tempo livre e os cuidados terapêuticos foram fatores sem os quais não seria possível a continuidade da organização escrava específica que reinava em Santa Cruz. A pesquisa aponta na direção de que, ao longo dos anos, os escravos recriaram e reinterpretaram tais costumes (ofício, o tempo livre e os cuidados terapêuticos) como uma estratégia que, em última análise, proporcionava-lhes a criação de laços parentais, construção de novos núcleos familiares e, sobretudo, uma produção que lhes permitia negociar os excedentes com as fazendas vizinhas. Para tanto, recorreremos, além dos trabalhos de Benedicto de Freitas e de Carlos Engemann, a uma vasta extensão de fontes relacionadas ao cotidiano dos escravos encontradas no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional. Os dados analisados e quantificados foram transformados em tabelas que exemplificam a vida escrava em seus aspectos relacionados ao trabalho. Ou seja, uma hierarquia escrava representada não só pelo grau de importância das tarefas, mas por uma intrincada rede que determinava qual escravo poderia desempenhar esta ou aquela tarefa, quando se casavam e inseriam seus filhos dentro dos ramos de ofícios e, ainda, quais eram os valores que cada ofício possuía dentro da percepção escrava.

No quarto capítulo os escravos do Imperador foram analisados do ponto de vista da administração dos escravos, no intuito de contrapor as duas visões: as dos escravos e daqueles que dependiam dos seus trabalhos. Recorreremos às fontes depositadas no Arquivo Imperial de Petrópolis. Ali, no fundo *II-POB*, encontramos uma parte da documentação referente à Fazenda e à sua administração: ofícios, a relação de fardamentos disponíveis, gastos diversos, proibição de castigos físicos na Imperial Fazenda de Santa Cruz, relação de escravos, mapa de trabalhos diários, estado da Fazenda, mapa de atendimento no hospital, diversos assuntos, mapa de óbitos e casamentos. Procuramos demonstrar que, na virada da

primeira para a segunda metade do século XIX, o Brasil mudou e os escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz também foram atingidos por essa mudança. Houve várias tentativas de se revitalizar a Fazenda otimizando a força de trabalho e procurando retirar dos escravos do Imperador os resquícios do paternalismo cristão já então ultrapassado dentro da nova gestão escravista. Porém, a todas essas tentativas os escravos respondiam aquilombando-se e atacando a Fazenda reiteradamente.

Para sustentar essa versão, recorreremos aos atos do superintendente Ignácio José Garcia para demonstrar como suas ações estavam intimamente ligadas a esse novo tempo. Garcia e escravos parecem sujeitos históricos prisioneiros do tempo. O primeiro insiste nos valores das mudanças e outros preferem se apegar aos últimos legados jesuíticos guardados como sinais de distinção entre as demais escravarias. Nesse cenário conturbado, a micro-história nos ajuda na observação de como as ações do superintendente Ignácio J. Garcia, ao tentar suprimir todos os costumes que beneficiavam os escravos, só podem ser compreendidas à luz do contexto extremamente adverso que os escravos passaram após o fim do tráfico negreiro e da necessidade do aumento da produção cafeeira. São sintomas das mudanças profundas que viriam por abalar os alicerces carcomidos da escravidão, gerando cada vez mais revoltas até 1888.

Ainda neste capítulo procuramos lançar mão dos documentos paroquiais, sobretudo os da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Lá encontramos o *Livro de Óbitos e Batismos do Curato de Santa Cruz de 1860 a 1867*, onde foram lançados os óbitos dos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, em que consta o nome do escravo falecido, dos pais e a legitimidade, sua condição jurídica, os paramentos fúnebres, a data do falecimento e a *causa mortis*. Com essa documentação esperamos verificar de forma objetiva as

consequências da política garciniana ao cortar vários benefícios concedidos aos escravos, que culminaram com o aumento da mortalidade escrava, na década de 60 do oitocentos.

Nosso quadro teórico metodológico é composto por pesquisadores de campos teóricos que privilegiam, como bem ressaltou Jacques Revel, “a história a réis do chão”. Ele transita no diálogo entre a história e a etnologia porque “para o historiador, tal como para o etnólogo, o objetivo é fazer funcionar um conjunto cultural, fazer aparecer as suas leis, ouvir-lhes os silêncios, estruturar uma paisagem que não podia ser apenas um simples reflexo sob pena de não ser nada”<sup>38</sup>. Revel também alertou sobre a possibilidade de se utilizar uma escala de observação reduzida, a exploração das fontes e uma descrição etnográfica fortemente acentuada no cotidiano e que acentua o caráter da “experiência” como preponderante para o entendimento das diversas relações sociais<sup>39</sup>. Assim, a micro-história se interpõe como aquela que busca uma descrição mais aproximada da realidade, dando voz a personagens antes relegados ao silêncio do tempo. Autores como Giovanni Levi, para quem a micro-história constituía um importante papel dentro da Nova História Cultural, e Carlo Ginzburg, autor italiano que se afasta dos modelos explicativos baseados “nas mentalidades”, escaparam da dicotomia cultura popular/erudita ao proporem a “circularidade cultural” tão presente em seus vários trabalhos<sup>40</sup>.

Outro conceito que nos ajuda na composição desta tese é o conceito de sociabilidade, que pode ser compreendida como a forma como indivíduos em uma sociedade interagem e estabelecem laços sociais. Diversos pesquisadores detiveram-se sobre o conceito de sociabilidade, mas queremos nos reportar a Norbert Elias por ter sido

---

<sup>38</sup> REVEL, Jaques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1999, p. 73.

<sup>39</sup> REVEL, Jacques. “Entrevista com Jacques Revel”. *Revista Topoi*, v. 10, n. 18, jan.-jun. 2009, p. 73.

<sup>40</sup> VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria metodológica*. Rio de Janeiro: Campos, 1997, p. 152.

um cientista social cujo trabalho tem influenciado sobremaneira as pesquisas de cunho historiográfico. O sociólogo alemão procurou decifrar como as pessoas comportam-se diante de determinadas situações; suas respostas, ou seja, a forma como interagem e se relacionam são capazes de revelarem o comportamento da sociedade frente à questões muito mais profundas que passam pela noção de prestígio, pertencimento ou até mesmo negação. Essas ações são baseadas nas “experiências comuns que crescem e mudam com o grupo do qual são expressão” e apesar de serem fundamentais para o reconhecimento do grupo, podem ser “incolores” para aqueles que “não partem da mesma tradição e situação particulares”<sup>41</sup>.

Segundo Leopoldo Waizbort, um estudioso sobre as contribuições de Norbert Elias, a questão da sociabilidade desenvolvida por ele, foi fortemente influenciada pelas proposições de George Simmel, a respeito das relações sociais. O que os unem, para Waizbort, é o fato de que para os dois pensadores não havia indivíduo em “si” nem sociedade em “si” mesma, pois ambos eram constituídos de forma relacional, ou seja, a partir da relação entre os indivíduos onde este constrói a sociedade na mesma medida em que construído por ela<sup>42</sup>.

Entretanto, enquanto Simmel definiu a sociabilidade como reveladora das relações sociais entre os indivíduos, superficial, mas não fingida, capaz de ser estabelecida no contato entre os indivíduos que procuram, sobretudo, retirar os benefícios da coletividade, ainda que despidas de interesses pessoais ou mesmo lúdicas<sup>43</sup>; Elias deu alguns passos além ao construir um modelo através do qual seria possível “pensar os fenômenos de

---

<sup>41</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, uma história dos costumes*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994, p. 26.

<sup>42</sup> WAIZBORT, Leopoldo. “Elias e Simmel”. In: WAIZBORT, Leopoldo (org) *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 91.

<sup>43</sup> SIMMEL, George. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.,p 79.

interdependência, inter-referência e entrelaçamento, que ligam os homens em suas múltiplas e variadas relações”<sup>44</sup>. Assim, para Elias, essas relações de interdependência expressam mais que o posicionamento deste ou daquele indivíduo, pois em sua concepção, o indivíduo só existe em relação à sociedade no qual está inserido, logo, ele é fruto desta troca.

A sociabilidade, seguindo o raciocínio de Norbert Elias, seria o estabelecimento de relações sociais entre indivíduos de um determinado grupo social baseada em mecanismos sociais que distinguem o grupo em relação aos demais grupos, conferindo-lhe um sentido próprio de diferenciação.

Assim, ao tomar sociedade de corte francesa como seu estudo de caso, Elias pode exemplificar como as alterações nas estruturas sociais francesas provocaram mudanças no comportamento e nas emoções individuais expressadas no aumento de atitudes de controle e na criação de mecanismos sociais de diferenciação como a etiqueta<sup>45</sup>. Em outras palavras, essas alterações são advindas “de tensões estruturais no interior de um movimento processual em cada época”<sup>46</sup>, assim essas mudanças obrigam, necessariamente, a que se encontre novas repostas, individuais ou coletivas, que possibilitem a acomodação da nova estrutura. Esta, por sua vez, se impõe, geralmente através de “relações de poder” que “favorecem determinadas posições sociais” em detrimento de outras<sup>47</sup>.

Ao longo desta tese demonstraremos como os escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz construíram ao longo do tempo fortes laços sociais que lhes proporcionaram uma identificação própria em torno dos costumes deixados pelos jesuítas; e como as

---

<sup>44</sup> WAIZBORT, Leopoldo. *Op. cit.* p. 105.

<sup>45</sup> ELIAS, Norbert. *Op. cit.* p. 34

<sup>46</sup> ELIAS, Norbert. *Escritos e ensaios: I – Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006, p. 23

<sup>47</sup> Idem.

mudanças de cunho estruturais empreendidas na passagem da primeira para a segunda metade do século XIX, obrigaram tais escravos a elaborarem uma auto-imagem diferenciada das demais situações escravistas vivenciadas no período.

As “experiências”, para usarmos as palavras de Norbert Elias, vivenciadas pelos escravos santa-cruzenzes também mudaram e ajudaram na eleição de um passado idealizado, mas importante enquanto forjador de um ponto em comum entre os escravos: a manutenção de certas práticas relacionadas ao trabalho, ao tempo livre, e aos cuidados terapêuticos.

Esta tese também guarda dívidas com o trabalho do historiador E. P. Thompson no tocante às definições de cultura, paternalismo e costumes. Ao discorrer sobre a cultura consuetudinária inglesa do século XVIII, Thompson mostrou como os camponeses reagiram diante das ameaças às suas práticas e tradições em face do capitalismo nascente. O autor foi um dos primeiros a identificar nos movimentos de rebeldia um viés racional e, guiado por uma lógica própria, que deitava raízes em antigas tradições que emergiram no século XVIII sob um tom de revolta, venda de esposas e conflitos em um novo cenário político e econômico. Esta lógica ganhou controles mais claros com o termo que ele cunhou de “economia moral da multidão”<sup>48</sup>.

Ainda sobre o termo “cultura”, o historiador inglês lembra que a palavra costume era usada como termo correlato ao termo “cultura”<sup>49</sup>, ou seja, como a “segunda natureza do homem”<sup>50</sup>. Segundo ele, a palavra costume, ainda no século XVIII, guardava relações com o termo cultura ao apontar na direção do direito consuetudinário já que este se originava

---

<sup>48</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150.

<sup>49</sup> THOMPSON, E. P. *Op. cit.* p. 14.

<sup>50</sup> *Idem*.

dos usos habituais que podiam ser traduzidos por regras e precedentes os quais, por sua vez, no caso da Inglaterra, podiam ter força de lei<sup>51</sup>.

Entretanto, Thompson também assegura que o costume tem em si mesmo uma série de “elementos conflitivos” que são apaziguados apenas por uma força imperiosa, capaz de retirar a nossa observação das “contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto”<sup>52</sup>. Em algumas situações, o paternalismo é a força que apazigua os conflitos ao restabelecer a antiga ordem ou tradição. De forma muito semelhante, na Imperial Fazenda de Santa Cruz o paternalismo foi ressuscitado como medida apaziguadora do conflito. Baseados nisto, criou-se uma ideia de tradição que, como veremos, não foi tão antiga quanto os seus defensores supunham.

Na verdade, em Santa Cruz esse conflito também foi gerado entre os diversos interesses em jogo. Escravos e senhores rivalizaram-se pela utilização dos costumes dentro do que julgavam legítimo. Nessa disputa, as práticas e as normas reproduziam-se, afirmavam-se e reajustavam-se ao longo das gerações via oralidade escrava. Mudava lentamente ao longo dos anos, mas não chegava a sofrer alterações relevantes. Essa cultura costumeira que não estava subordinada à vontade dos administradores da Fazenda é a razão explicativa para a resistência à modernização e às inovações da economia tais como a racionalização do trabalho e da mão de obra.

Dito isto, cabe agora adentrarmos pelos portões da história daquela que foi maior fazenda brasileira baseada na força de trabalho escravo e compreendermos seu complexo

---

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 17.

funcionamento e natureza e, como disse o deputado Rafael Carvalho em visita à Fazenda, em 1837, ela “possuía huma linguagem e uma disciplina própria” (*sic*)<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> Museu Imperial de Petrópolis - CARVALHO, deputado Rafael. Resolução nº 144 de 1837. “Comissão das Contas do Tutor de S.M. e AA. Imperiais” (I-PAN - 14.8.1837). Coleção do Arquivo da Casa Imperial do Brasil.

## CAPÍTULO 1. A SANTA CRUZ DOS JESUÍTAS: HERANÇAS E TRADIÇÕES

*“I-H-S. Flecte Genu tanto sub nomine flecte  
viator*

*Hic etiam reflua flectitur amnis aqua.”<sup>54</sup>*

Em 14 de novembro de 1866, o intendente da Imperial Fazenda de Santa Cruz, Ignácio José Garcia, comunicou ao Chefe de Polícia da Corte um fato nada agradável. Já não bastasse o momento conturbado que passava a nação brasileira, que se encontrava às voltas com a Guerra do Paraguai, absorvedora de um contingente cada vez maior de escravos da Coroa, sobretudo os da Imperial Fazenda de Santa Cruz, o intendente possuía, agora, mais um problema em suas mãos: cinco escravos evadiram-se da Fazenda.

O que sabemos sobre eles é que eram todos homens, com idades entre 24 e 48 anos<sup>55</sup> e que o documento assinado por Garcia, endereçado ao intendente de polícia da Corte, tratava-os pelos seguintes nomes: Argeliano Antônio, Luciano de Andrade, Manoel da Paixão, Joselino do Espírito Santo, e um “cujo nome não era conhecido”.

O que nos chama atenção é o fato de todos terem sido *enfermeiros* do hospital da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Outro fato, que a nosso ver é relevante, é que nos anos seguintes Garcia mandaria para o calabouço um novo grupo de escravos que trabalhava no hospital<sup>56</sup>. O capítulo ora apresentado enseja desvelar algumas características das práticas

---

<sup>54</sup> Texto em latim, gravado na ponte dos jesuítas, em Santa Cruz, e que existe até os dias de hoje. Pode ser traduzido por “Dobra o joelho sob tão grande nome, viajante. Aqui também se dobra o rio em água refluyente”.

<sup>55</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Polícia da Corte. “Relação dos escravos enfermeiros do hospital que desapareceram ontem da Fazenda e [...] terem acompanhados a outros para Corte”. 1866.

<sup>56</sup> FREITAS, Benedicto de. *Santa Cruz. v. III Fazenda Imperial (1822-1829)*. Rio de Janeiro: Edições do Autor, 1987, p. 145.

de saúde dos escravos de Santa Cruz, tomando a fuga de alguns escravos enfermeiros como ponto de partida, para entender como os escravos daquela comunidade compreendiam e elaboravam as suas práticas de saúde. É provável que este fato possa nos revelar indícios que nos ajudem nesta investigação histórica na qual procuramos imbuir de significados não só pequenos atos cotidianos, mas as diferenças que destoam de um conjunto de ações. Assim não podemos incorrer no erro de tentarmos entender a fuga dos escravos enfermeiros como um fato isolado e sem nenhuma importância, pois, como ressaltou Ginzburg, “os dados marginais, considerados reveladores” podem fornecer a “chave para aceder a produtos mais elevados do ser humano”<sup>57</sup>.

Os gestos humanos, por menores que sejam, são vestígios capazes de revelar em suas ações as estratégias e as escolhas feitas ante aos imponderáveis da vida e, no caso em questão, não foram gestos insignificantes e sim atos de desespero de escravos que criaram fortes laços sociais baseados, sobretudo, no compartilhamento de costumes em comum. Nesse sentido, resta ao historiador o papel de dar sentido a essas ações e interpretá-las.

Embora muitos possam pressupor esse fato como um caso banal, acreditamos que ele seja indicativo que algo de grave possa ter ocorrido no hospital ou na Fazenda para que os escravos agissem assim. Alguma insatisfação deve tê-los motivado a deixarem para trás suas famílias e a posição que haviam galgado ao longo do tempo. Além disso, o número de fugidos é mais da metade da turma de serviço destinada aos trabalhos do hospital<sup>58</sup>. Se isto for verdade, a fuga desses escravos enfermeiros em nada se aproxima das condições descritas pela viajante inglesa Maria Graham que, em visita à Fazenda em 1822, o descrevera com bastante generosidade:

---

<sup>57</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 103.

<sup>58</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 229.

O Imperador adaptou grande parte de uma cômoda construção erigida por seu pai, destinada às cavaliarias reais, para instalação de um hospital. Visitei-o e encontrei um cirurgião branco e um assistente negro, camas decentes e quartos bem ventilados. A cozinha estava limpa e o caldo, que foi tudo que encontrei cozido na hora da noite em que lá estive, estava bom.<sup>59</sup>

A descrição da escritora inglesa, que esteve no Brasil para cuidar do ensino de Maria da Glória, filha de D. Pedro I, demonstra como veremos ao longo desta tese que o hospital gozava de certa estrutura satisfatória para o lugar e o tempo em que estava instalado, ainda mais por se tratar de um hospital destinado a escravos. Cabe lembrar que, no mesmo período, as observações feitas pela mesma senhora sobre o hospital da Santa Casa do Rio de Janeiro, situado na Corte, não foram das mais animadoras. Em uma visita que fizera ao hospital, constatou a forma precária em que as suas instalações se encontravam. A Santa Casa não possuía recursos por depender apenas de doações de benfeitores e não havia médicos, por isso o seu estado era precário.

Se as condições do hospital de escravos de Santa Cruz eram boas e as observações da tutora de Dona Maria da Glória eram reais em relação ao bom estado do hospital, o que teria levado os escravos enfermeiros a fugirem do hospital quase vinte anos depois? Esta resposta talvez guarde a sua origem em um momento anterior ao acontecimento das fugas. Não nos resta alternativa se não retrocedermos no tempo em busca de suas pegadas as quais, por sua vez, remontam ao início e formação daquela que foi a maior fazenda agropastoril da América portuguesa. Demonstraremos então como os jesuítas foram os responsáveis pela formação da rotina cotidiana dos escravos Fazenda de Santa Cruz e, como ela perdurou ao longo do tempo, a Fazenda foi, em grande parte, fruto desses homens que escreveram na principal construção deixada por eles o texto que nos serve de epígrafe.

---

<sup>59</sup> GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil, Belo Horizonte*. São Paulo: EDUSP, 1990.

Marca de um pretérito no qual a Fazenda despontava como símbolo de uma prosperidade inconteste.

### 1.1 Os primórdios da Fazenda

Nireu Cavalcanti nos fornece algumas informações sobre a formação da comunidade escrava em questão: conta-nos que Cristóvão Monteiro, um fidalgo português, havia recebido em 30 de dezembro de 1556, uma sesmaria para a implantação de um engenho de açúcar de sua propriedade como retribuição por ter lutado contra a invasão francesa ao Rio de Janeiro, em 1555<sup>60</sup>. Cristóvão Monteiro recebera também o título de Ouvidor-Mor na Câmara do Rio de Janeiro, uma das mais altas considerações. A terra que havia recebido era uma área que ia da orla marítima da atual Sepetiba até Itacuruçá. Com a morte do patriarca, em 1589, a viúva, Dona Marquesa Ferreira, doou a sua terra aos padres do Santo Inácio e regressou a Portugal. Em 1680, os jesuítas adquiriram o restante da propriedade que se encontrava em poder de Catarina Monteiro, filha e última remanescente de Cristóvão Monteiro, chegando a propriedade a atingir naquele momento até a região de Vassouras.

Essa região, sob a administração dos jesuítas, expandiu-se sobremaneira e se transformou no maior complexo agropastoril do Brasil durante o século XVII. A Companhia anexou a esta terra o terreno recebido em doação de Manoel Veloso Espinha, alargando as suas posses até quase a cidade hoje chamada de Piraí, na divisa com o Rio Paraíba. Em Sepetiba, os jesuítas construíram um porto que desembarcava diversos frutos,

---

<sup>60</sup> CAVALCANTI, Nireu. *Santa Cruz, uma paixão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003, p. 35.

produtos manufaturados e madeiras de lei para a Corte e outras partes do mundo<sup>61</sup>. Segundo Leite, “A Fazenda de Santa Cruz dava ao colégio dos jesuítas do Rio de Janeiro 53 reses por mês, destas os jesuítas retiravam o que bastava ao colégio e distribuíam o restante para a prisão, aos franciscanos e casas particulares todas as semanas”<sup>62</sup>.

O terreno era entrecortado por rios caudalosos, mata densa e planície fértil, e “dois deles, o Guandu e o Itaguaí cortavam diagonalmente as terras, regando-lhe os campos e, barras limpas bem cuidadas, permitindo a entrada de pequenas embarcações”<sup>63</sup>. Para força motriz, os jesuítas cuidaram em trazer muitos índios de Mangaratiba e outros tantos escravos africanos comprados provavelmente do famoso mercado negreiro situado ao longo da Rua Direta, atual Rua 1º de Março<sup>64</sup>.

Nas planícies, o terreno era propício ao cultivo, sobretudo de arroz, milho, feijão, batata e, depois, o café veio compor ao lado da extração das drogas do sertão, um conjunto de produtos importantíssimos para economia jesuítica. Com o tempo, a Fazenda passou a produzir não só aqueles produtos, mas a mandioca, o “amendoim, a cana e o anil”<sup>65</sup>.

As drogas do sertão consistiam em produtos de primeira necessidade à cozinha colonial e muitas plantas de ação terapêutica das quais se aprendeu o uso, após constante contato com os negros da terra, foram adicionadas ao uso cotidiano. Ainda sobre a produção da Fazenda, Brasil Gerson lembra que os jesuítas mandavam anualmente para a ilha de Bom Jesus, pelo porto de Sepetiba, quinhentos bois mais verduras e legumes para a

---

<sup>61</sup> CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas palavras: inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino*. 2005. Tese de Doutorado em História, Belo Horizonte, UFMG-FFCH, 2005, p. 56.

<sup>62</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugália e Instituto Nacional do Livro, 1938/1950. 10 v. p. 365.

<sup>63</sup> CRULLS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1938, p. 169-70.

<sup>64</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit. passim*.

<sup>65</sup> DE LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales. *O Rio de Janeiro imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 59.

manutenção do Colégio dos Jesuítas no Morro do Castelo<sup>66</sup>. Gastão Crulls asseverava ainda que:

A Fazenda de Santa Cruz era a mais importante dos domínios, com dez léguas de terra em quadra e quase dez mil cabeças de gado vacum, além de outros rebanhos. Tratava-se de um estabelecimento agro-industrial, com igreja, ampla residência, escola, hospital, várias oficinas mecânicas, olaria e fábrica de cal.<sup>67</sup>

Após a expulsão dos jesuítas através do Alvará Régio, de 3 de setembro, e da Carta Régia, de 4 de outubro de 1759, por Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido por Marquês de Pombal, o serviço espiritual da Fazenda foi confiado aos padres franciscanos e o serviço secular à administração dos vice-reis. Parece que nessa época a Fazenda passou por um período de abandono; contudo, após a vinda da família real, em 1808, passou a ser alvo de tentativas de uma revitalização.

Segundo a tradição lusa, todos os reis deveriam ter ao menos três habitações diferentes: um palácio citadino; uma chácara e uma fazenda ao ermo. Para a primeira habitação a família recebera o Paço Imperial, encravado à entrada da cidade, na atual Praça XV. Como residência mais afastada do centro, de ar mais puro e longe dos miasmas que grassavam na Corte, foi usada, por ordem do Príncipe Regente, a Quinta da Boa Vista, localizada em São Cristóvão e, para veraneio, escolheu-se a Imperial Fazenda de Santa Cruz, na qual o monarca descansava das tarefas reais e praticava a caça, o esporte favorito dos reis<sup>68</sup>. Em suma, pode-se dizer que a Fazenda de Santa Cruz passou por três fases distintas, ela foi jesuítica de 1760 a 1821; foi denominada real de 1567 a 1759; e imperial de 1822 a 1888.

---

<sup>66</sup> GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000, p. 396.

<sup>67</sup> CRULLS, Gastão. *Op. cit.* p. 70.

<sup>68</sup> CAVALCANTI, Nireu. *Op. cit.* p. 35.

## 1.2 A influência dos jesuítas na formação da escravaria da Imperial Fazenda de Santa Cruz

Os jesuítas deixaram aos escravos de Santa Cruz preceitos importantíssimos que, ao longo do tempo, ajudaram a formar a sua sociabilidade, conferindo-lhes uma identidade própria e uma forma única não só de se ver, mas de se relacionar com o mundo escravista no qual estavam inseridos.

Esse legado remonta a preceitos cuidadosamente ensinados com o objetivo não só de conseguirem a produtividade, mas de levarem aos escravos os rudimentos do catolicismo dentro de um projeto de evangelização das almas da América portuguesa onde senhores rezavam a missa ao lado dos escravos<sup>69</sup>. O ensino religioso conferido aos cativos deve ter tido um papel fundamental na conformação dessa religiosidade baseada na ideia de que os senhores deveriam dar aos escravos as mínimas condições de vida, pois como ressaltou o padre jesuíta Antonil:

Costumam alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana para plantarem para si, mandando algumas vezes com eles o feitor para que se não descuidem, e isto serve para que não padeçam fome, nem cerquem cada dia a casa de seu senhor, pedindo-lhe a ração de farinha. Porém, não lhes dar farinha nem dia para a plantarem, e querer que sirvam de sol a sol no partido de dia e de noite, com pouco descanso no engenho, como se admitirá no tribunal de Deus sem castigo?<sup>70</sup>

A farinha, ou seja, o alimento e a folga que pode ser traduzida por tempo livre para o plantio, eram as condições mínimas que deveriam ser conferidas aos escravos. Caso contrário, seus senhores teriam de comparecer ante o tribunal divino a fim de responderem

---

<sup>69</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 1790-1969. São Paulo; Ed. Loyola, tomo II, 2004, p. 336.

<sup>70</sup> ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil*. Funchal, 1711. CEHA-Biblioteca Digital. Disponível em: <<http://www.madeira-edu.pt/Portals/31/CEHA/bdigital/sugar/hsugar-antonil.pdf>>. Acessado em: 4 fev. 2011. p. 22.

por sua falta de compaixão. Por essa perspectiva, o escravo é visto não como um simples escravo, ou coisa, mas alguém que, de acordo com a fé, deveria ser inserido no seio das relações de proteção proporcionada pela segurança do senhor de engenho.

A metáfora evocada era a de que, o senhor de escravos deveria ser um “pai” tão bondoso quanto era o Deus católico e que sendo agindo assim, os escravos, como “filhos” obedientes e cientes da compaixão paternal, não relutariam e servi-lo em tudo o quanto fosse necessário:

O certo é que, se o senhor se houver com os escravos **como pai**, dando-lhes o necessário para o sustento e vestido e algum descanso no trabalho, se poderá também depois haver como senhor, e não estranharão, sendo convencidos das culpas que cometeram, de receberem com misericórdia o justo e merecido castigo. E se, depois de errarem como fracos, vierem por si mesmos a pedir perdão ao senhor, ou buscarem padrinhos que os acompanhem, em tal caso é costume no Brasil perdoar-lhes.<sup>71</sup> (grifo nosso)

A relação pai-senhor implica em obrigações recíprocas que estabelecem vínculos capazes de unir os dois mundos através do compromisso estabelecido em certos deveres e obrigações previamente estabelecidos. Ao senhor cabia o fornecimento das condições mínimas, enquanto ao escravo restava a obediência através do reconhecimento da legitimidade de sua autoridade paternal exemplificada no cuidado.

Os escravos, por sua vez, ao longo do tempo, souberam internalizar esses preceitos baseados em: um amplo sistema de cuidado para com os doentes; uma forte religiosidade; uma organização rígida de cumprimento de tarefas que poderia implicar em sanção ou recompensa; e na noção da importância do ensino e aprendizagem de um ofício.

Nesta seção procuramos demonstrar como esses preceitos foram de suma importância para a existência de laços sociais que perdurariam por mais de meio século

---

<sup>71</sup> *Idem.*

após a partida dos inacianos da América portuguesa. Começamos fazendo uma rápida análise de como os inacianos fundaram a Imperial Fazenda de Santa Cruz; em seguida, tratamos da questão do cuidado para com a escravaria; em seguida verificamos como a religiosidade deixada pelos jesuítas se tornou um espaço de sociabilidade possível que permaneceu mesmo após a expulsão dos padres; depois analisamos sua lógica organizacional e, finalmente, qual era a importância do exercício de ofícios para os escravos.

Segundo o historiador Paulo de Assunção, os jesuítas foram a mola propulsora do projeto colonial elaborado no momento inicial da colonização do Brasil. Nesse projeto, caberia aos inacianos a doutrinação do elemento indígena para que este não se tornasse um entrave ao empreendimento desejado. Em contrapartida, os padres receberiam diversas benesses do Estado luso, tais como terras e víveres necessários para a manutenção dos trabalhos diários nas reduções<sup>72</sup>.

Para a realização dos trabalhos cotidianos concernentes à manutenção dos estabelecimentos, bem como a produção voltada para um mercado consumidor, os inacianos não se furtaram ao uso da mão de obra escrava; pelo contrário, os religiosos fizeram larga utilização da escravização tanto de negros da terra quanto de escravos da Guiné, seguindo a máxima colonial na qual a implementação do trabalho compulsório seria o único suporte que viabilizaria a colonização da Terra de Santa Cruz. Conforme Leite afirmou:

Os padres ou tinham de renunciar à sua missão ou aceitar as condições econômicas que a terra lhes oferecia. E a terra, como trabalhadores seguros, só

---

<sup>72</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. “A escravidão nas propriedades jesuíticas: entre a caridade cristã e a violência”. *Acervo*, v. 15, n. 1, p. 116, 2002.

lhe oferecia escravos. Trataram, pois, de os angariar, tanto da Guiné como da terra.<sup>73</sup>

Na visão do padre jesuíta a escravidão era um mal necessário do qual os inacianos não poderiam abrir mão. Em sua concepção, a missão maior, que era a catequese, não poderia ser obstruída pelos obstáculos da falta de mão de obra disponível ao trabalho; nesse caso, a escravidão do negro é plenamente justificável. Assim, o trabalho escravo se constituiu no principal fator de produção dos jesuítas, como o padre mesmo assevera:

Porque como nada se acha de comprar, tudo os Reitores têm de granjear de própria indústria; e assim é necessário que tenham grande fábrica de escravos e escravas, quintas próprias, onde se faça tudo, currais de gado, que distam do colégio oito, doze e quinze léguas, com escravos próprios.<sup>74</sup>

Estima-se que os escravos trabalhassem no plantio da cana dezoito horas por dia ao longo de oito ou nove meses por ano. Desde o preparo do solo até o plantio; da monda (separação das impurezas) ao corte e da colheita ao transporte. Tudo se fazia pelo braço escravo das casas de purgar às caldeiras. Lá estavam os escravos prontos para o serviço. Se os projetos dos inacianos e da Coroa convergiam quanto ao uso e desuso da escravidão, por outro lado os colonos viam nesse quesito uma grande contradição. Na verdade, colonos e jesuítas rivalizaram-se na América portuguesa por este motivo. Ambos usavam a mão de obra escrava, mas enquanto aqueles desejavam escravizar tanto a negros quanto a índios, estes ambicionavam escravizar apenas o elemento negro, criticando os senhores de engenho que encetassem a escravidão indígena como um meio para os seus projetos<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> LEITE, Serafim. *Op. cit.* p. 347.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 224.

<sup>75</sup> Sobre este tema, veja o trabalho de VAINFAS, Ronaldo. *Heresia dos índios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

Apesar de toda essa desavença, os irmãos do Santo Inácio acumularam fortuna com o trabalho compulsório. A fim de controlar as posses adquiridas, bem como toda a sua produção, os jesuítas registravam com muita acuidade todos os bens de seus engenhos, a quantidade produzida, os comerciantes com os quais faziam negócios e da mesma forma inventariavam seus escravos. Esse cuidado com os cativos perpassa pelo incentivo ao matrimônio e à doação do material para a construção de habitações separadas para cada núcleo familiar. Nesse aspecto, os inventários são as fontes que melhor expressam os mecanismos internos da escravaria. O motivo pelo qual usamos esse tipo de documentação é o fato de terem sido feitos logo após a expulsão dos jesuítas e em uma conjuntura em que a Coroa portuguesa, imersa em uma forte crise econômica, precisava levantar todas as fontes de renda advindas da sua metrópole brasileira. Assim, os inventários, não só da escravaria, mas de todos os bens da Fazenda foram produzidos em resposta à necessidade portuguesa em saber as reais condições do patrimônio deixado pelos inicianos.

O primeiro deles é o de 1791, e o segundo, de 1818. Sobre o primeiro podemos dizer que se trata de uma descrição minuciosa dos bens da Fazenda, instalações, ferramentas, gados e uma lista “nominal dos cativos”<sup>76</sup>, todos os bens foram arrolados no intuito de se saber com exatidão o que de fato os inicianos haviam deixado para trás. Os núcleos familiares são descritos ao longo tempo e nele podemos notar os casamentos, os nomes de família, a quantidade de filhos, a profissão e a condição de saúde. Cada escravo era reconhecido não só pelo nome e em muitos casos sobrenome, mas também pelo seu número de matrícula. Da mesma sorte, cada família possuía um número que a distinguia dentre as demais, seguramente esse método, além de controlar a escravaria, individualizava

---

<sup>76</sup> ENGEMANN, Carlos. *Os servos de Santo Inácio a serviço do Imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820)*. 2002. Dissertação de Mestrado em História, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFCS), 2002, p. 51.

cada cativo conferindo-lhe uma situação social pela qual o escravo matriculado respondia frente aos demais. Por meio dessa relação de escravos podemos verificar o cotidiano, seus laços de parentescos e, em alguns casos, os males de que sofriam.

Eram ao todo, em 1791, 1342 escravos; destes 608 eram do sexo masculino, ou seja, 45,30% do total; as escravas foram contadas em 734 pessoas, ou seja, um pouco mais que a metade, 54,70%. Nesse inventário os problemas físicos não passaram despercebidos pelo notário; desses escravos, 23 apresentaram alguma deficiência que os impossibilitavam ao trabalho como, por exemplo, o escravo número 229, batizado com o nome do fundador da Ordem inaciana, filho do escravo de número 324. Ignácio tinha 8 anos e era “aleijado” (*sic*). Não sabemos ao certo as circunstâncias da sua deficiência, mas é possível que se tratasse de uma deformação física de nascença, uma vez que era muito novo para ter sofrido um acidente nos trabalhos do eito, já que as crianças participavam de tarefas mais amenas. Outra criança com deformidade física era a Emerenciana de Souza, que contava 12 anos de idade à época do inventário e, assim como Ignácio, era “aleijada”.

As lesões traumáticas também foram arroladas nesse inventário. O escravo José da Silva, de 13 anos, foi descrito como “quebrado das costas”, o termo “quebrado” pode significar algum tipo de traumatismo que tenha inviabilizado o seu trabalho, já que os escravos em Santa Cruz, a partir dos 7 anos, eram postos em pequenos serviços que iam desde recolher ervas daninhas até transportar o alimento até o local do roçado. Aos 13 anos é possível que ele já tenha tido contato com tarefas mais árduas e perigosas como no caso da moagem da cana-de-açúcar, ou do transporte de pau-brasil até o porto de Sepetiba<sup>77</sup>. Impossibilitado para o trabalho, também era o escravo Mathias Correia. Ele era

---

<sup>77</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit., passim*.

“esteporado” (*sic*), portanto, incapaz para o serviço. Os dados sobre os escravos incapacitados para o trabalho foram agrupados no Quadro 1, a seguir:

Nome	Estado físico	Idade
IGNÁCIO DIAS	ALEIJADO	08
EMERENCIANA DE SOUZA	ALEIJADA	12
JOSÉ DA SILVA	QUEBRADO DAS COSTAS	13
ROZA DE VITERBO	CEGA	16
MARIA DA CONCEIÇÃO	GOTA CORAL	16
FRANCISCO LUIS	CEGO	20
MEXIA DO ROSÁRIO	CEGA	21
ANGÉLICA DO ESPÍRITO SANTO	ALEIJADA	22
MARIA DO NASCIMENTO	ALEIJADA	25
MATHIAS CORREA	ESTEPORADO	25
PAULO PEREIRA	COXO	28
GERTRUDES PEREIRA	CEGA	32
FRANCISCA DA CONCEIÇÃO	ALEIJADA	37
DOROTHEA ALVES	CEGA	38
LOURENÇA FERNANDEZ	CEGO	39
PAULA RODRIGUEZ	CEGA	40
ANASTÁCIO NUNES	ALEIJADO	42
ELARIA PEREIRA	CEGA	50
RUFINA DE BRITO	ALEIJADA	52
BARBARA ANTUNES	ALEIJADA	60
ANDREZA CORREA	CEGA	70
VENTURA DE BOTHOENS	ALEIJADO	72
THEODORO	CEGO	80

**Quadro 1: Estado físico dos escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, em 1791.**

Fonte: Arquivo Nacional (RJ). Polícia da Corte, cód. 808, v. 4., doc. 21: “Mapa de escravos pertencentes à Fazenda”.

Ao examinarmos esse quadro, o que nos salta aos olhos é a quantidade de escravos cegos que a Fazenda possuía e o mais interessante é que a anomalia se distribui por todas as faixas etárias e em ambos os sexos. Escravos idosos, como Andreza Correia, de 70 anos, eram cegos assim como escravas mais novas como Gertrudes Pereira, de 32 anos. No total das 23 deformidades físicas, 10, ou seja, quase 50%, se relacionavam à cegueira, o que nos leva a pensar que o maior mal de que padeciam os escravos naquele momento era algum tipo de doença causadora de algum tipo de deficiência visual. Investigamos se existia algum grau de parentesco entre eles, para verificarmos se tratava de algum mal transmitido hereditariamente, mas não encontramos nenhum caso em que os cegos pertencessem a um mesmo núcleo familiar.

Quando analisamos esses dados segundo o sexo dos escravos, verificamos que dos 10 escravos cegos 7 são do sexo feminino, o que nos permite supor que as mulheres na Imperial Fazenda de Santa Cruz desempenhavam algum tipo de serviço que causasse esse mal, ou as próprias condições da vida em cativeiro poderiam, em alguma medida, corroborar com esse fato. Na verdade, a incidência da oftalmia entre os escravos não era uma exclusividade da Fazenda de Santa Cruz, pois como bem lembrou Clóvis Moura, o inglês John Luccock ao visitar o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, no século XIX, já observara que a cegueira era comum entre os escravos<sup>78</sup>. Na área rural esse quadro de

---

<sup>78</sup> MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 137.

doenças era bem parecido, pois como descreveu Stanley Stein os escravos da região de Vassouras também sofriam de cegueira<sup>79</sup>.

A oftalmia deve ter sido, de fato, uma enfermidade tão comum entre os escravos a ponto de ter sido retratada pelo pintor Jean Baptiste Debret, quando de sua visita ao Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. Na ocasião Debret pintou um escravo cego, esmolando à beira da calçada revelando a prática comum entre os senhores de alforriarem os seus escravos cegos, portanto inválidos (Figura 1 em anexo).

Doenças como a varíola também causavam cegueira aos escravos. Causada pelo *Orthopoxvírus variolae*, um vírus extremamente resistente a ambientes adversos, a varíola era uma doença infecto-contagiosa extremamente letal. Uma vez no corpo humano, o seu vírus permanecia incubado entre 7 a 17 dias<sup>80</sup>. Depois, causava: febre alta, dor de cabeça, nas costas e falta de ânimo, quadro clínico que permanecia de dois a cinco dias. Após isto, a febre baixava e começavam a aparecer erupções avermelhadas, que se manifestavam na garganta, boca, rosto e depois se espalhavam por todo o corpo. Tais erupções evoluíam para pústulas, popularmente conhecidas por *bexigas* que provocavam dores e coceira intensa, e o contato de qualquer parte do corpo infectado com os olhos causava então a cegueira.

Contudo o que torna a Fazenda de Santa Cruz em um caso singular não é a existência de escravos cegos, e sim o tratamento dispensado a estes. Havia na Imperial Fazenda de Santa Cruz escravas destinadas ao cuidado de escravos cegos, as chamadas *amas de cegos*, um grupo de escravas separadas para este fim, e que ficavam no hospital de

---

<sup>79</sup> STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 164.

<sup>80</sup> Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?Infoid=310&sid=6>. Acessado em 13/05/2011.

escravos cuidando diariamente destes cativos<sup>81</sup>. Isso comprova o fato do cuidado terapêutico ter sido um legado inaciano deixado aos escravos da Fazenda de Santa Cruz, pois não encontramos em nenhuma outra fazenda menção a escravos que cuidassem dos seus cegos.

O que desejamos enfatizar, por hora, é o fato de que tais inventários podem ser lidos como um esforço da administração em identificar os escravos impossibilitados para a vida diária, portanto, ele expressa não as doenças dos escravos, mas a incapacitação para a execução das diversas tarefas. Contudo, apesar de, diferentemente de outros inventários de escravos, eles não trazerem os valores dos cativos<sup>82</sup>, pode se extrair deles, o olhar do observador descrevendo os ofícios, os núcleos familiares e os inválidos, em um período bem próximo ao da gestão dos padres inacianos, possibilitando-nos uma visão mais próxima do que teria sido a Fazenda na era jesuítica, isto é, o legado deixado pelos escravos e a permanência destas práticas ao longo do tempo.

Carlos Engemann conseguiu visualizar através dessa documentação, a saber os inventários ora analisados, a organicidade da população cativa da Imperial Fazenda de Santa Cruz. O historiador ao analisar esses inventários concluiu que a escravaria habitava pequenas unidades domésticas; possuía uma grande quantidade de crianças (40% do total) e

---

<sup>81</sup> Vários são os relatórios que dão conta desse tipo de serviço, mas podemos citar, por exemplo o relatório do Tenente coronel Francisco Correia da Silva Torres que, em 1815 informava haver em Santa Cruz 10 escravas destinadas a serem *amas de cegos*. Conf. BNRJ - II-33,8. Doc. “Observações sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz, pelo tenente coronel Francisco Cordeiro da Silva Torres”. Acompanha uma relação dos escravos a serviço naquela fazenda, 1815; e ANRJ. Polícia da Corte, Cód. 1122. Registro de portarias, ofícios, ordens, avisos, etc. aos administradores da Imperial Fazenda de Santa Cruz.

<sup>82</sup> Como exemplo do uso de inventários enquanto uma documentação histórica fundamental ao estudo de populações escravas, veja FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro - séculos XVII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Para as questões das doenças, ver: SCHNOOR, Eduardo. “O resgate dos inventários como documentos príncipes para a história da saúde dos escravos”. In: Ângela Porto (Org.) *Doença e escravidão. O Sistema de saúde e práticas terapêuticas*. CD-ROM, Rio de Janeiro; Casa de Oswaldo Cruz, 2007

o uso corrente de sobrenomes, o que segundo o autor “constitui um poderoso indicativo de sedimentação social, sugerindo a existência de uma comunidade”<sup>83</sup>.

Mais adiante trataremos destes fatores mencionados acima, mas por hora, desejamos ressaltar que a motivação para feitura do inventário de 1791 é diferente dos inventários *post mortem*, pois estes tratam da dinâmica econômica sugerida pelo montante de riqueza deixado pelo morto, enquanto aqueles descrevem a escravaria não do ponto de vista do seu valor monetário e sim da capacidade de força de trabalho. Portanto, a explicação para a feitura do inventário era a de que, anos após os inicianos serem expulsos da Fazenda, em um processo que durou meses, a administração colonial ainda não sabia ao certo a monta de recursos efetivos deixados pelos inicianos.

Somou-se a isto, ainda em 1791, a busca pelo famoso tesouro dos jesuítas<sup>84</sup> incentivando-os à confecção de um inventário minucioso sobre os bens da Fazenda. Foi assim que o inventário ora analisado foi produzido, o que nos faz supor que os encarregados por arrolar os bens jesuíticos devem ter agido dentro do maior rigor a fim de não deixarem que nada escapasse aos cofres da Coroa.

Com efeito, a escravaria deve ter sido vista como um dos maiores bens encontrados, portanto, seria de suma importância uma análise criteriosa do estado de saúde dos escravos. Nota-se que, como vimos anteriormente, somente foram considerados os males que impeditivos ao trabalho de eito, tais como a “quebradura das costas” o “aleijão” e a “cegueira”, daí o pequeno número de escravos com alguma restrição de saúde. Doenças que não podiam ser diagnosticadas em uma revista corporal sumária foram silenciadas, não

---

<sup>83</sup> ENGEMANN, Carlos. *Os servos de Santo Inácio a serviço do Imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz*, RJ (1790-1820). p. 61.

<sup>84</sup> A ideia de um tesouro jesuíta revirava o imaginário da população e do governo ante a possibilidade de se encontrar ouro e prata acumulados ao longo dos séculos pelos padres. Tanto foi assim que, ainda em 1905, o jornal *Correio Manhã* publica extensas matérias que aventavam a possibilidade de certo tesouro deixado pelos jesuítas. Conf. Biblioteca Nacional. Periódicos, *Correio da Manhã*, sexta-feira, 28 de abril de 1905.

importando o estado de saúde real do indivíduo. Por conseguinte, quase toda escravaria poderia ser considerada apta para o serviço, incluindo escravos enfermos dos quais as enfermidades, para o bem o mal, não justificavam perante o notário a classificação de “doentes”. Nos inventários “tendia-se a ressaltar enfermidades de longo percurso”<sup>85</sup> ou incapacidades permanentes. Essa lógica se relacionava ao valor da força de produção, ou seja, à avaliação do escravo relacionando a sua capacidade de trabalhar para Fazenda.

Seja como for, a quantidade de escravos que a Fazenda possuía nesse período, em relação à quantidade de escravos debilitados, definitivamente atesta a existência de um sistema de tratamento de escravos capaz de minimizar os males das enfermidades, formando uma ampla rede de amparo aos desvalidos. Outro fator importante é que, mesmo em um período em que os escravos gozaram de alguma autonomia<sup>86</sup>, o número cresceu de forma surpreendente passando de cerca de 700, em 1759, a 1342 em menos de 40 anos<sup>87</sup>, demonstrando que os escravos se agregaram cada vez mais. O gráfico sobre a pirâmide etária da Fazenda de Santa Cruz, em 1791, nos mostra isto.

---

<sup>85</sup> ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 129.

<sup>86</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.*, *passim*.

<sup>87</sup> ANRJ Polícia da Corte, cód. 808, v. 4, doc. 21: “Mapa de escravos pertencentes à Fazenda”.

Gráfico 2: Pirâmide etário-sexual dos Escravos da Fazenda de Santa Cruz.

Excluído: 1

Fonte: ANRJ. Inventário de escravos da Real Fazenda Santa Cruz de 1791 apud ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*, p. 87.

O gráfico acima demonstra com sua base alargada a capacidade de reprodução endógena da escravaria, ou seja, um elevado número de nascimentos, uma população jovem e com pessoas que, a despeito da condição escrava, rompem as barreiras dos 70 anos de vida. Tudo isso demonstra como os escravos se autogeriram durante certo tempo.

Carlos Engemann demonstrou que entre os inventários de 1791 e 1818 houve traços de continuidade entre os dois períodos. Em primeiro lugar, ao analisar a demografia da escravaria santa-cruzense entre os 27 anos que separam esses dois momentos, Engemann observou que a quantidade de “homens em idade produtiva” era menor que o verificado em outros plantéis fluminenses<sup>88</sup>, o que por sua vez, demonstrava o afastamento da retroalimentação de mão de obra via tráfico negreiro e, em segundo lugar evidencia fortemente que, a Fazenda, não possuía como fim único a produção. Isto por si só contrariava a lógica escravista baseada na volumosa compra de escravos do sexo masculino, em idades entre 15 e 30 anos<sup>89</sup>.

Em segundo lugar, Engemann observou que a composição demográfica, sob o aspecto etário-sexual, estava marcada pela presença de um grande número de crianças, ou seja, havia em Santa Cruz um número de crias maior que o verificado em outras fazendas escravistas e isto, mesmo após a expulsão dos jesuítas<sup>90</sup>. Os dados apresentados por

<sup>88</sup> ENGEMANN, Carlos. *Os servos de Santo Inácio a serviço do Imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820)*. 2000, p 63.

<sup>89</sup> FLORENTINO, Manolo. *Op. cit.* p. 66.

<sup>90</sup> ENGEMANN, Carlos. *Op. cit.* p. 64.

Engemann me parecem muito razoáveis e se, levarmos em conta que de fato tenha razão, somos obrigados a perceber a continuidade dessa semi-autonomia escrava.

Um fator que corrobora esse pensamento é o fato da Coroa portuguesa à frente da administração da Fazenda de Santa Cruz, ter se mostrado incapaz de governar de forma eficiente. Foi o que reclamou o rei de Portugal em 1773. Segundo os historiadores Engemann, Claudia Rodrigues e Márcia Amantino, o rei de Portugal tecia severas críticas à negligência dos administradores e à cobiça dos rendeiros<sup>91</sup>. Na verdade, nas mãos de incompetentes funcionários da Coroa a Fazenda sofria o descaso com a produção e ficava à mercê de intrigas e sucessivos desmembramentos promovidos por foreiros que demandavam glebas de terras cada vez maiores diminuindo o patrimônio da Fazenda. Segundo estes autores a gestão dos padres havia sido substituída por uma administração desinteressada, o que atingiu também os escravos que passaram nas palavras de Couto Reis viverem de “forma negligente”<sup>92</sup>.

Ora, é muito provável que os escravos tenham se aproveitado deste estado de coisas para conseguirem manter ou mesmo alargar os espaços deixados pelos padres. Disto resulta a continuidade das práticas inicianas a respeito da cura, da folga e do roçado que permanecem ao longo do tempo como sustentáculos que estruturam a relações cotidianas escravistas, no mesmo sentido em que se afasta paulatinamente do percurso histórico vivenciado pelos escravos de outros plantéis.

---

<sup>91</sup> ENGEMANN, *et al.* “Os jesuítas e a Ilustração na administração de Manuel Martins do Couto Reis da Real Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804)”. *História Unisinos*.13(3), Setembro/Dezembro 2009, p. 243.

<sup>92</sup> REIS, Manoel Martins do Couto. “Memória de Santa Cruz”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo V, 1943.

O segundo aspecto importante que influenciou a formação da escravaria de Santa Cruz, como dissemos no início desta seção, foi o controle de forma rígida baseada na punição e na recompensa, que remete ao caráter militar que a ordem inaciana possuía; pois, como se sabe, a ideia da fundação da Companhia de Jesus estava inserida em um contexto de conflitos de dimensões intercontinentais, que se moviam do campo religioso ao militar sem uma fronteira definida. Além disto, o projeto de criação da Companhia era voltado para a missão no Novo Mundo, no qual o combate espiritual se mesclava à necessidade de proteção de suas possessões.

Os jesuítas eram rígidos nos cumprimentos dos horários e nas obrigações religiosas. A rotina implantada pelos padres perpetuou-se ao longo do tempo de forma que, ainda no início do século XIX, o administrador Manoel do Couto Reis elogiava o *modus operandi* dos jesuítas, no tocante a disciplina implantada. Além do castigo físico implementado aos escravos “incurrigíveis”, caso toda a advertência falhasse e o castigo físico não fosse suficiente, os jesuítas vendiam tais escravos para outros senhores distantes ameaçando, fato que incutia-lhes grande pavor pelo medo de serem separados de suas famílias<sup>93</sup>.

Ressaltamos que a organização e *modus operandi* dos jesuítas no Brasil lembram, de fato, muito de um grupo com características militares; ademais, dentro da teologia cristã, o combate secular era usado como uma metáfora “do bom combate” do qual o cristão deveria participar<sup>94</sup>. Ao observarmos os documentos sobre a Imperial Fazenda de Santa Cruz, vemos como esse caráter militar se evidencia, sobretudo na lida diária. A rotina dos escravos de Santa Cruz era quase sempre a mesma, de segunda a sexta a alvorada era às

---

<sup>93</sup> Engemann, *et al.* “Os jesuítas e a Ilustração na administração de Manuel Martins do Couto Reis da Real Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804)”. *Revista História Unisinos*.13(3), p. 241-252, Setembro/Dezembro 2009, p. 245.

<sup>94</sup> BÍBLIA DE JERUSALÉM. Epístola aos Filipenses I. XVII. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

quatro horas da manhã; às cinco horas o escravo já deveria estar vestido, pois às cinco e meia ele sofreria a revista para o trabalho no terreiro em frente a uma grande cruz retratada por Debret (Figura 2, em anexo). Ao som do tambor que demarcava o tempo de todas as atividades diárias, os escravos eram separados em “esquadras” de serviço as quais, segundo Freitas, obedeciam ao gênero e à faixa etária destes<sup>95</sup>.

A maioria das esquadras, segundo Freitas, era destinada ao campo para trabalhos de limpeza, desobstrução de estradas, valas e para a grande lavoura. Tudo sob a observação de feitores negros. Às onze horas havia a primeira pausa para a refeição e os escravos recebiam uma ração composta de carne seca e farinha. Ao final da tarde, os escravos recebiam a segunda etapa, constituída de arroz e feijão cozidos em gordura do gado abatido<sup>96</sup>. Então, quando o sol se punha por trás das colinas santa-cruzenses, regressavam à Fazenda para uma ceia frugal, muitos torciam para chegar a quaresma, pois só assim teriam direito a comer peixe. Às vinte e uma horas tinha lugar a revista do recolher, então um a um os escravos seriam recontados conforme a lista arrolada no inventário analisado anteriormente e mandados cada um para a sua senzala<sup>97</sup>.

As crianças não escapavam ao trabalho. Crianças com mais de 7 anos constituíam a esquadra dos “mínimos”. A eles era reservado o serviço de retirar as ervas daninhas do campo, o plantio de sementes e ajuntá-las em frente ao hospital<sup>98</sup>. A sua ração era à parte e consistia em etapas diárias de rapaduras. Eles participavam do “caldeirão dos pobres”, uma antiga refeição criada e ofertada pelos jesuítas aos escravos inválidos e desamparados e que

---

<sup>95</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 225.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 255.

<sup>97</sup> *Idem*.

<sup>98</sup> Biblioteca Nacional, II-35, 11, 7, n. 1-3. “Sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz”. Rio de Janeiro. 15.12.1815.

era composta, basicamente, de “sobras do boi, farinha e feijão”<sup>99</sup>, acrescidos de miúdos e legumes que sobravam das colheitas.

Muitos pais mentiam a idade dos filhos para que as crianças não participassem desta esquadra, todavia, nesse caso, a ração dessas crianças seria cortada. Sem alternativa, os pais deixavam que os filhos retornassem à labuta. Para tal subterfúgio, os jesuítas citavam como resposta um velho e bom ditado, aos seus olhos: “quem não trabalha, não come”<sup>100</sup>. As meninas de 14 a 20 anos constituíam a sétima esquadra e eram entregues aos trabalhos domésticos do Palácio e da Quinta, bem como aos arrozais e à carga e descarga de materiais em Sepetiba e Itaguaí. Aos sábados e feriados os escravos podiam cultivar as suas próprias lavouras domésticas; nesse caso, eles não precisariam participar nem do caldeirão dos pobres nem da ração que era servida no eito. Esse era o caso dos escravos que possuíam algum ofício preestabelecido, geralmente trabalhavam nos dias de folga em seus roçados e deles retiravam o sustento, desobrigando a administração da Fazenda de alimentá-los, ao mesmo tempo em que lhes dava maior autonomia concernente à sua alimentação. Tal costume se manteve entre os escravos mesmo após a vinda da família real, conforme observado por Maria Graham:

Os negros de Santa Cruz não são alimentados e vestidos pelo Imperador, mas têm pequenos trechos de terra, e dispõem de metade de sexta-feira, todos os sábados, todos os domingos, e todos os feriados para trabalhar para si próprios, de modo que, no máximo, dedicam ao senhor quatro dias em troca da casa e da terra; alguns são dispensados até dos sinais externos da escravidão e as famílias alimentam-se e vestem-se sem a interferência do senhor.<sup>101</sup>

---

<sup>99</sup> Veja a este respeito o Regimento de Manoel Martins do Couto Reis, em anexo, nesta tese, p. 242.

<sup>100</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 249.

<sup>101</sup> GRAHAM, Maria. *Op. cit.* p. 343.

O fato de os escravos trabalharem em suas próprias roças e vestirem-se às suas custas lhes conferia autonomia e, talvez, se é que a escravidão permite: autoestima. Eles possuíam internalizada a noção da importância do trabalho não apenas como necessário ao sustento, mas também como meio de conseguirem melhores condições de vida, isto é, trabalhavam não pela Fazenda, mas faziam de tudo para dedicarem-se aos seus próprios trabalhos. Tanto é assim que o tenente-coronel Francisco Cordeiro da Silva Telles, funcionário do governo, em 1812 relatava à Coroa que os escravos não queriam trabalhar na roça da Fazenda, apenas naquelas que lhes pertenciam<sup>102</sup>.

Também não podemos nos esquecer do fato de que os inicianos influenciaram profundamente a vida religiosa dos escravos de Santa Cruz. A organização metódica dos padres não era vista apenas na labuta diária, os escravos eram obrigados a participarem das missas aos domingos, frequentarem a capela e aprenderem os rudimentos dos sacramentos católicos. Nos próximos parágrafos procuramos descrever essa religiosidade, suas características e sua permanência entre a escravaria de da Fazenda de Santa Cruz a fim de demonstrarmos como os preceitos religiosos permaneceram no imaginário dos escravos santa-cruzenses influenciando o modo como se organizaram socialmente.

Segundo a visão de Benedicto de Freitas, as irmandades haviam sido criadas pelos jesuítas por ordem do “Diretor Geral da Companhia, ‘para que os negros da África se formassem melhor nos costumes cristãos’ e com o fim específico de estimular a devoção”<sup>103</sup>. Com seus cantos e danças, as irmandades se transformaram em um espaço onde os escravos podiam expressar parte dos seus valores culturais amalgamados à doutrina

---

<sup>102</sup> Biblioteca Nacional Rio de Janeiro. II-34, 33, 8. *Sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz*. Rio de Janeiro. 15.12.1815.

<sup>103</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* 1986, p. 183.

cristã, uma vez que a rigidez do dogma católico era substituída, pelo menos momentaneamente, pelas possibilidades de representações simbólicas que conferiam sentido a vida em cativeiro<sup>104</sup>. Cada irmandade possuía a sua especificidade, rituais e funções definidas e, grosso modo: a do Rosário, cuidava da recitação do terço nos dias santificados e do catecismo; a das Almas, cuidava dos enterros dos escravos; enquanto a do Santíssimo Sacramento, organizava as solenidades de adoração à Santa Cruz<sup>105</sup>. A primeira dessas, a do Rosário, possuía reis e rainhas negros os quais desfilavam solenemente pelas ruas da sede da Fazenda até a igreja homônima. As irmãs envergavam aos sábados vestidos rendados e luxuosos, encomendados à costureiras francesas que atendiam a elite da Corte, na rua da Alfândega<sup>106</sup>. Assim, “Trajando gibões de sêda profusamente bordados, saias rodadas de lavar, chinelas de salto alto, braceletes de metal amarelo ou de prata e algumas delas ostentando ditas peças de ouro”<sup>107</sup>.

As escravas, com penteados “pacientemente executados”, fixados com grampos de chifre e untados com gordura, brilhavam ao sol da manhã de domingo antes da missa onde solenemente, representariam cada uma a sua irmandade<sup>108</sup>. Antes, porém, as irmandades do Santíssimo Sacramento e Rosário já teriam aberto a procissão ricamente adornada com reis e rainhas orgulhosos da posição de destaque entre os irmãos e adentrado as portas de suas respectivas igrejas. Tais festas religiosas não passaram despercebidas pela viajante inglesa Maria Graham a qual anotou em seu diário o que observou de um dos festejos:

Compareceram todos os funcionários pertencentes ao palácio, com suas mulheres e crianças, também os lojistas da aldeia e vizinhanças, além de uma boa

---

<sup>104</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. v. II, São Paulo: Ed. Loyola 2004, p. 258.

<sup>105</sup> FREITAS, Benedicto de. *Santa Cruz*. *Op. cit.* p.184-185.

<sup>106</sup> ENGEMANN, Carlos. *Op. cit.* 2002, p.127.

<sup>107</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 261.

<sup>108</sup> *Idem*.

quantidade da população negra; todos mais bem vestidos que as pessoas da mesma classe em qualquer parte nesta região do Brasil.<sup>109</sup>.

Muito embora pesquisadores como Caio C. Boschi tenha considerado como característica das irmandades na América portuguesa com um “sincretismo planejado”<sup>110</sup>, reconhecendo nestas, um plano arditosamente arquitetado no sentido de fazer com que os escravos fossem cooptados pela religião católica, não concordamos com este ponto de vista, pois ele retira dos escravos, enquanto sujeitos históricos, qualquer possibilidade de escolha colocando-os como elementos passivos diante das estratégias de dominação traçada pelas classes dominantes. Não se deve acreditar que as irmandades apenas “escamoteavam o permanente conflito de classes”<sup>111</sup>, pois embora, os senhores não tenham percebido, o fato dos escravos filiarem-se às irmandades constituía-se em um tipo de resistência, na medida em que os escravos souberam transformar esses espaços laicos – as irmandades – em oportunidades que possibilitaram a recriação do seu próprio universo simbólico. É isto o que acredita a historiadora Mariza Soares.

Segundo Mariza Soares, as irmandades possuíam traços característicos como a formação de um espaço de sociabilidade e a distinção social; ambas conferiam aos seus participantes o destaque entre os demais elementos constitutivos do tecido social escravista<sup>112</sup>. Vista como “via de acesso a distinções” as irmandades eram buscadas por aqueles que nelas viam alguma possibilidade de mudança, atenuação de uma vida árdua<sup>113</sup>,

---

<sup>109</sup> GRAHAM, Maria. *Op. cit.* p. 344.

<sup>110</sup> BOSCHI, Caio. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.p. 69.

<sup>111</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>112</sup> SOARES, Mariza de C. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro no século 18*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 133.

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 165-168.

o apoio na hora de se providenciar um funeral cristão<sup>114</sup> e também proporcionavam aos seus participantes um ambiente oportuno para manutenção de seus costumes e tradições.

Ao analisarmos a trajetória dos escravos da Fazenda de Santa Cruz percebemos que as irmandades que os jesuítas instauraram foram exemplos desse tipo de espaço de sociabilidade. Os escravos santa-cruzenses faziam das festas religiosas um momento de estreitamento dos laços simbólicos que os uniam em torno de uma religiosidade comum. Desto desse espaço os escravos representavam seus festejos e celebravam o breve, porém significativo, reinado dos seus reis negros. Com pompa o seu rei comparecia devidamente adornado aos festejos do Divino Espírito Santo, quando “os presentes sentiam verdadeiro prazer ao contemplar o escravo humilde de horas antes, sentado no trono, muito circunspeto, imponente mesmo, de coroa e cetro”<sup>115</sup> despachando em frente ao Paço de Santa Cruz. Partiam então dali para a Igreja de devoção, em uma procissão assistida e organizada pelos padres inacianos, acompanhada por uma multidão de escravos que apinhavam-se nas ruas estreitas para assistirem ao cortejo do seu rei.

Essas representações religiosas podem ser mais bem compreendidas à luz de interpretações que privilegiaram a ação dos escravos enquanto agentes históricos e as irmandades como locais legítimos de uma sociabilidade possível. Dentro desta perspectiva analítica o trabalho de Marina de Mello e Souza é muito adequado. Segundo essa historiadora as festas eram: “espaços de tradições, de recriações de laços comunitários estilizados pelo tráfico e pela escravidão, de organização de novas hierarquias, de

---

<sup>114</sup> *Idem*, p. 176.

<sup>115</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p.261.

constituição de identidades grupais”<sup>116</sup>, que não eram compreendidas pela cultura dominante.

Dentro dessa perspectiva, a festa só tem lugar quando há este momento de ruptura temporária da ordem vigente sendo assim, capaz de aceitar a instituição do rei africano reverenciado por seus súditos e respeitado pelos demais. Um novo espaço é criado onde são interpretados os símbolos da majestática autoridade que confere ao grupo coesão e sentido. O rei os seus súditos celebram

Outro ponto de culminância da religiosidade em Santa Cruz eram os funerais de sepultamento, os quais, segundo Freitas, eram marcados ao modo africano com três fases: jejuns e orações; depois sacrifícios; e por último banquete e danças ao som de tambores, ganzás e apetrechos musicais que duravam dias e noites<sup>117</sup>. Em frente à senzala do morto, os escravos faziam rodas de dança e, no caso de ter sido um anjinho – criança de até sete anos –, a mãe da criança era convidada ao centro da roda para cantar e dançar.

A dança consistia em rodear a ‘feliz’ mãe, agitando os circundantes os braços e pernas, arqueando-se voluptuosamente, ora com tremula languidez voluptuosa, encarando-se ofegantes, corpo a corpo, de vem em quando [...] transformando-se num alarido tão crescente, que impressionava os assistentes.<sup>118</sup>

Entretanto, a religiosidade dos escravos de Santa Cruz não permanecia apenas no seu aspecto exterior tão exemplificado pelo catolicismo barroco<sup>119</sup>, mas aprofundava-se ao nível do ensino religioso deixado pelos jesuítas. As orações eram feitas regularmente antes de iniciar os trabalhos e ao término da lida, Aos sábados e domingos, a presença nas missas

<sup>116</sup> SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 169.

<sup>117</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p.261.

<sup>118</sup> *Idem*.

<sup>119</sup> Entendemos por catolicismo barroco as práticas religiosas representadas pela sociedade brasileira, onde mesclavam-se elementos de cultura africana e católica marcadas pela exteriorização da fé através das festas, danças e rituais pomposos, onde os sacramentos, princípios fundamentais do catolicismo eram representados em forma popular.

eram obrigatórias onde ouviam o Evangelho e rezavam o terço. Às segundas e sextas, reuniam-se em frente a cruz do largo do Palácio, chamada de cruzeiro, onde faziam suas ladainhas pelos escravos falecidos<sup>120</sup>. As crianças até a idade de 7 anos recebiam educação religiosa em dias alternados, por uma hora, ministrados por escravos mais velhos, repensáveis por passarem os rudimentos da fé, tal qual aprenderam dos antigos padres<sup>121</sup>.

O ensino religioso foi um dos principais meios pelos quais o catolicismo se fez presente entre a escravaria. Ele moldou as ações dos cativos e serviu de identificação não só entre padres e fiéis, mas também entre senhores e escravos que, ao menos em questão de fé, se tornavam *iguais* entorno da cruz de devoção.

O resultado mais observável, isto é, que tenha extrapolado a exteriorização da fé em suas festas e pompas, talvez tenha sido o modo como a religiosidade santa-cruzense foi capaz de reger a conduta moral e penetrar os espaços familiares proporcionando casamentos sólidos, muito diferentes do que foi presenciado nas grandes *plantations* onde as relações monogâmicas eram mais escassas. Os inicianos, além de tudo, premiavam os escravos recém-casados com éguas e cal, e permitiam que a criação de cada casal de cativos chegasse a 10 cabeças de gado<sup>122</sup>. Ao amparar e incentivar os casamentos entre escravos, os jesuítas contribuíram em muito para a formação de sólidos laços de parentesco baseados, sobretudo, nos rudimentos católicos que permaneceriam ao longo do tempo em Santa Cruz, como nós demonstramos anteriormente.

Em terceiro lugar gostaríamos de destacar como a pedagogia jesuítica foi importante para o surgimento de grupos de escravos especializados em determinadas tarefas,

---

<sup>120</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p.262.

<sup>121</sup> *Idem.*

<sup>122</sup> *Ibidem*, p.187.

compondo ofícios diversos para a manutenção e subsistência da Fazenda. De uma forma geral, o modo metódico pelo qual os escravos eram separados em grupos de ofícios ajudou-os na conformação de uma identidade em torno de relações profissionais cotidianas que os distinguiam dentre os demais. Aprender um ofício significava, no limite, a fuga das tarefas mais árduas, as folgas nos feriados, e certa liberdade de escolha e ações calculadas dentro do espaço compulsório da escravidão. Entretanto, tal procedimento e organização só foram desenvolvidos a contento porque os inicianos não se furtaram a um ensino abrangente, que pudesse contemplar nativos e escravos como pessoas potencialmente capazes. O estudo da psicóloga Marina Massimi pode nos ajudar nesta questão.

Segundo Massimi, os pensadores da Companhia de Jesus, no ensejo de levar a cabo a transição da herança do “catolicismo medieval e o novo espírito renascentista”<sup>123</sup>, lançaram mão do conhecimento da subjetividade e da dinâmica das relações sociais como instrumentos da ação evangelizadora no século XVI. A autora analisa o que, segundo ela, seria a principal obra de psicologia filosófica elaborada pelos jesuítas, a *Conimbricence*: escritos e tratados filosóficos baseados em comentários de obras aristotélicas, elaborado por pensadores inicianos no Colégio dos Jesuítas em Coimbra e utilizados largamente no Brasil.

Não obstante a autora discorra sobre a importância desse tratado na influência da psicologia jesuítica<sup>124</sup> e como esse arcabouço teórico foi importante para o sucesso da Companhia no além-mar, queremos enfatizar apenas os elementos relacionados à práxis jesuítica que podem ter sido utilizados na Imperial Fazenda de Santa Cruz. Não iremos, e

---

<sup>123</sup> MASSIMI, Marina. “A psicologia dos jesuítas: uma contribuição à história das idéias psicológicas”. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 14, p. 625, 2001.

<sup>124</sup> Entende-se aqui a “psicologia jesuítica” como uma dimensão filosófica, relativa ao ensino e à produção intelectual da Companhia, em conjunto com a dimensão prática, fundada na antiga tradição da medicina do ânimo, conforme a própria autora assevera em seu texto usado para a construção da nossa reflexão.

nem é a nossa intenção, esgotar o assunto ou aprofundar questões suscitadas por outros autores que abordaram o tema com propriedade, tais como Andrade, 1981; Giard, 1995, e Maraval, 1997, mas apenas nos atermos a questões incontornáveis para a nossa pesquisa, tais como os jesuítas e a sua relação com os ofícios desempenhados pelos cativos.

Esse é o caso do entendimento escolástico, do qual os jesuítas comungavam acerca da “alma humana”. Segundo a definição aristotélico-tomista<sup>125</sup>, a alma seria “o ato primeiro substancial do corpo, forma do corpo e princípio de nossa atividade”<sup>126</sup> ela possuiria capacidades peculiarmente denominadas “potências”, as quais se dividiam em: vegetativa, sensitiva, locomotora, apetitiva, cognitiva e intelectual. Para efeito deste estudo, nos restringiremos apenas às potências classificadas como sensitiva e intelectual, pois, para os pensadores jesuítas do século XVI, nelas residia a origem da ação humana. Ambas, vontade e intelecto, o “desejo” ou “intenção”, que, segundo os padres inacianos, seria a inclinação de todas as coisas para o bem.

Nesse sentido, o desejo e a intenção expressam uma inclinação para algo sempre proveitoso. No caso, o que se deve fazer é identificá-las, instruí-las e direcioná-las para um propósito<sup>127</sup>. A predisposição para fazer algo é mais importante que a ideia de uma capacidade inata da alma. A aptidão do aprendiz conta mais que a sua condição jurídica social, ou mesmo questões étnicas.

Além disso, os *Conimbricenses* aprofundaram a questão das paixões, criticando a posição estoica na qual as paixões seriam nocivas à saúde do homem, ou seja, como corruptora do bem viver em comunidade e consigo mesmo, os jesuítas, baseados nesse

---

<sup>125</sup> Entende-se por aristotélico-tomista a doutrina escolástica de São Tomás de Aquino (1225-1274), que é caracterizada pela tentativa de conciliar o aristotelismo com o cristianismo, de forma que se integre o pensamento aristotélico aos textos canônicos.

<sup>126</sup> MASSIMI, Marina. *Op. cit.* p. 626.

<sup>127</sup> BARROS, Mariana Leal de; MASSIMI, Marina. “Releituras da indiferença: um estudo baseado em cartas de jesuítas dos séculos XVI e ”VII”. *Paidéia*, São Paulo, v. 15, p. 201.

tratado, propuseram que as “paixões” poderiam ser vistas positivamente se fossem ordenadas pela razão<sup>128</sup>. Assim, as paixões – as quais poderiam ser entendidas como emoção ou sentimento – só seriam consideradas prejudiciais caso pendessem para o excesso e à falta de bom senso; nesse caso, traria doenças ou distúrbios do ânimo.

Logo, dentro dessas duas premissas, as características da alma humana seriam a intenção e o desejo, sendo este último direcionado pela razão, a pedagogia jesuítica buscou valorizar esses dois aspectos como os norteadores do aprendizado. Nesse sentido, todos os homens, inclusive índios e africanos, seriam capazes de não só aprender valores morais como tarefas manuais das mais variadas, desde que tivessem “vocação” para o trabalho desejado. Isso não significa, entretanto, que os inicianos colocassem os negros no mesmo patamar social e intelectual dos brancos, mas que eles consideravam os negros como potencialmente capazes de aprender certas tarefas manuais dadas aos serviços em cativeiro, enquanto os brancos seriam mais propensos e vocacionados para as atividades intelectuais, como Massimi afirma:

[...] afirma-se com firmeza que, no que diz respeito à alma e às suas potências, os homens de todas as raças e de todos os tempos, são iguais. Desse modo, a deficiência ou a perfeição quanto às operações da mesma potência não devem ser atribuídas a menor ou maior perfeição da potência, e sim ao defeito ou à perfeição do órgão empregado. Toda desigualdade que existe de indivíduo para indivíduo, no que diz respeito à inteligência, provém somente da desigualdade de constituição dos corpos individuais.<sup>129</sup>

Voltaremos a essa questão da constituição do órgão perfeito e imperfeito como causador de determinadas doenças mais adiante quando tratarmos da questão da saúde com mais vagar; todavia, desejamos ressaltar, por ora, que os jesuítas acreditavam na capacidade

---

<sup>128</sup> MASSIMI, Marina. *Op. cit.* p. 627.

<sup>129</sup> *Ibidem*, p. 628.

e na vocação dos escravos para determinadas tarefas e ofícios. Imbuídos desse pensamento, os jesuítas lançaram-se ao Novo Mundo buscando os neófitos para o rebanho de Deus, sem fazer distinções de raças, no tocante à capacidade de aprendizado. Com efeito, o ensino, fosse da religião ou de ofícios, passou a ser a ponta de lança da Companhia de Jesus. Os padres passaram a ensinar os índios em suas reduções da missa ao trabalho no campo e no caso de Santa Cruz, dos sacramentos à medicina.

Desta feita, os relatórios produzidos pelos intendentess ao longo da existência da Imperial Fazenda de Santa Cruz dão conta das diversas divisões por ofícios nas quais os escravos estavam distribuídos. Os escravos do sexo masculino eram escolhidos segundo as suas habilidades, ou “vocações” e separados para artífices, desempenhando as tarefas de pedreiros, carpinteiros, serralheiros, estucadores, pintores, músicos, parteiras, “enfermeiros” e “cirurgiões” e esses formavam uma equipe de serviço separada:

<b>Cargo</b>	<b>Efetivo</b>
Cirurgião	01
Barbeiros	02
Enfermeiros	02
Cozinheiros	02
Enfermeiras	04
Parteiras	02
Amas de cegas	10
Amas de crianças	11

Quadro 2: Escravos de serviço no hospital de escravos na Fazenda Santa Cruz, em 1815.

Fonte: Biblioteca Nacional. II-34,33,8, *Sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz, Rio de Janeiro, 15.12.1815.*

Ao todo, 34 escravos foram separados para a prática de saúde na Fazenda. Desse quantitativo pode-se verificar a existência de um lugar reservado para as mulheres expresso pela sua maioria. Elas cuidavam das crianças recém-nascidas enquanto suas mães estavam no eito ou em outros afazeres, guiavam os cegos pela Fazenda, confortando-os ao final da vida e partejavam trazendo novos rebentos ao mundo. Por outro lado, o quadro demonstra clara hierarquia entre as funções desempenhadas, o posto mais alto é o de cirurgião, ocupado por um escravo do sexo masculino, seguido por dois escravos barbeiros; logo após, mais dois escravos enfermeiros, somente após vêm as escravas, ou seja, as mulheres. Essa hierarquia não só reproduz a diferença entre os gêneros, mas também demonstra que os cuidados terapêuticos exercidos sob a chancela da administração da Fazenda é um ofício eminentemente masculino e especializado, cabendo a uma só pessoa a função da cura e às demais, segundo os gêneros, o cuidado.

Não só os cuidados terapêuticos de forma institucionalizada eram exercidos em Santa Cruz, os que possuíam alguma aptidão para a música recebiam um ensino voltado para este fim. Foi assim que D. Pedro II ficou encantado com o coral e a banda de música formada por negros escravos que encontrou em Santa Cruz, em 1860. “Agora o mais curioso: os escravos e escravas, ainda adolescentes, eram iniciados por mestres-jesuítas no conhecimento da música sacra, formando corais, tocando instrumentos e gerando novos mestres”, assevera Lília M. Schwarcz<sup>130</sup>. Dali saíram cantores do Paço e da Capela Imperial<sup>131</sup>. Essa prática não foi abandonada pelos administradores que sucederam os jesuítas.

---

<sup>130</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 233.

<sup>131</sup> *Idem*.

Portanto, essa organização proporcionou aos escravos uma rotina diária com tarefas bem definidas que davam estabilidade ao trabalho e a constituição de núcleos familiares presos por laços sociais estabelecidos a partir de ofícios e aptidões incentivadas pelos jesuítas. Dentro dessas circunstâncias não seria difícil aos escravos preverem o futuro. Os escravos poderiam, a longo prazo, vislumbrar a constituição de uma família e a aquisição de bens dados pelos jesuítas, tais como uma égua quando se casassem e um roçado para sua subsistência. Assim, a constituição de pequenos grupos de ofício se mostra como pequenos elos que mantêm essa estrutura dentro da noção do merecimento e da recompensa.

### 1.3 Os jesuítas e a cura

Desde muito cedo aqueles que se propunham ao ensino no Novo Mundo aprenderam uma grande lição: a cura deveria ser a tônica constante de suas tarefas evangelizadoras. Nota-se o cuidado com os doentes como uma política institucional extremamente pertinente. Em uma terra inóspita, com doenças e epidemias muitas vezes desconhecidas dos europeus, os jesuítas careciam de meios que minorassem as dificuldades e baixas sofridas em seus ofícios e como ressaltou a historiadora Daniela Buono Calainho: “Os inicianos viam-se como médicos espirituais e corporais, expressando, assim, uma inequívoca correlação entre a cura dos corpos e a perspectiva da conversão à fé cristã”<sup>132</sup>.

A sobrevivência, assim como para todos os grupos sociais era fundamental, e, nesse sentido, como frisou Daniela Calainho, curar o próprio corpo passou a ser um sinal do poder do deus dos cristãos. A salvação da alma seria algo a ser atingido *a posteriori* e, em

---

<sup>132</sup> CALAINHO, Daniela Buono. “Os jesuítas e medicina no Brasil colonial”. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 69, 2005.

muitos casos, sem sentido se os jesuítas não respondessem às necessidades inerentes ao ser humano, como a sua sobrevivência. A historiadora Maria de Fátima Medeiros Barbosa também comunga desta perspectiva. Ela nos chamou a atenção para o fato de Anchieta (1534-1597) ter observado que “na atividade missionária a cura das doenças era porta aberta para a cura das almas”<sup>133</sup>. Assim fica claro que através da resolução dos males terrenos que afligiam a colonos e colonizados, tornava-se mais fácil alcançar os corações despertando-lhes a fé.

Em muitos casos, os jesuítas não podiam contar com mais do que eles mesmos. Deixados à própria sorte, isolados em povoados a quilômetros de distância, o único recurso que possuíam era o conhecimento acerca da cura e da natureza indômita que lhes cercavam. O paraíso terrestre, o Éden perdido, pode ter se transfigurado em inferno em várias ocasiões, principalmente nos momentos de epidemias.

O tom desses males pode ser percebido através das cartas trocadas pelos inacianos em suas missões nos trópicos. “Mui doente, magro, com a cara e os pés inchados e pernas cheias de póstumas” assim foi descrito Manoel da Nóbrega por Anchieta em sua carta missionária quando do início da colonização do Brasil<sup>134</sup>. Nóbrega era tão doente que, em 1533, piorou o seu estado tendo de ser sangrado duas vezes. Em carta endereçada a padre Inácio de Loyola, ele confessou possuir uma doença que em seu entendimento, não havia escapatória, pois não vira ninguém sobreviver a ela, tratava-se de um inchaço no estômago

---

<sup>133</sup> BARBOSA, Maria de Fátima. *As letras e a cruz: pedagogia da fé e estética religiosa na experiência missionária de José de Anchieta, S. I. (1534-1597)*. Roma: Editrice Pontifica Università Gregoriana, 2006, p. 150. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=xOfYluwjNC0C&pg=PA150&lpg=PA150&dq=maria+de+fatima+barbosa+2006+jesuítas+cura&source=bl&ots=77DFIAeGv9&sig=4F-4IRDK-HQFXyGG-4BNJpilmFY&hl=ptBR&ei=n5hnTaC\\_F8aAlAfKyrz\\_AQ&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=2&ved=0CCYQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=xOfYluwjNC0C&pg=PA150&lpg=PA150&dq=maria+de+fatima+barbosa+2006+jesuítas+cura&source=bl&ots=77DFIAeGv9&sig=4F-4IRDK-HQFXyGG-4BNJpilmFY&hl=ptBR&ei=n5hnTaC_F8aAlAfKyrz_AQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CCYQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false)>. Acessado em: 23 fev. 2011.

<sup>134</sup> LEITE, Serafim. *Op. cit.* p. 463.

que lhes “fazia deitar sangue pela boca”<sup>135</sup>. Segundo Serafim Leite, mesmo padecendo deste mal, Nóbrega se obrigava a longas caminhadas que, por muitas vezes, passavam por montanhas e pântanos.

As epidemias também foram fatores que obrigaram os inacianos a se voltarem para as tentativas de cura que representavam a chance de salvar vidas humanas. A epidemia de varíola de 1559 deve ter-lhes ensinado isto. Ela se espalhou pela costa brasileira, adentrou o sertão e, em 1662, atingiu o seu auge, ceifando mais de 30 mil índios, “nas aldeias jesuíticas, as perdas foram de um terço e, nos engenhos, a mortalidade foi igualmente devastadora”<sup>136</sup>

Em 1563, ainda no início da colonização, o contato do europeu com o indígena fez eclodir uma nova epidemia: o sarampo. Centenas de nativos, nas reduções jesuíticas, faleceram trazendo grande prejuízo aos engenhos jesuíticos. Com efeito, o contato do europeu com o indígena provocou um desequilíbrio biológico que gerou patologias que eles mesmos se esforçavam por curar. Por outro lado, a assistência espiritual estava unida ao serviço corporal, salvar almas era também salvar os seus da pestilência que se avizinhava, ao mesmo tempo que era uma satisfação a dar aos ainda não convertidos. Como anunciar um deus que não podia curar?

Segundo Ribeiro, os servos de Santo Inácio se viram, dessa forma, obrigados a curar, receitar, sangrar, operar e partejar<sup>137</sup>. Essas novas obrigações que lhes eram impostas não eram estranhas ao serviço eclesiástico, pois o próprio Inácio não excluiu a cura como um dos elementos fundamentais da missão jesuítica na terra. Em sua obra *Exercícios espirituais* ele ressaltava que Cristo convidava “a seus amados discípulos a dá-lhes poder de

---

<sup>135</sup> *Idem.*

<sup>136</sup> CALAINHO, Daniela Buono. *Op. cit.* p. 61.

<sup>137</sup> RIBEIRO, Lourival. *Medicina no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1971.

expulsar os demônios dos corpos humanos e **curar** todas as enfermidades”<sup>138</sup> (grifo nosso), fazendo referência aos textos de São Matheus 10.16 e São Marcos 16. Logo, curar, segundo Loyola, fazia parte do trabalho e dele um verdadeiro missionário não podia fugir.

Em muitos casos, o sobrenatural era esperado como o único recurso a se lançar mão. Nesse caso, os sacramentos eram elementos fundamentais por possuírem um duplo significado: o perdão dos pecados e a cura corporal. Calainho observa que Anchieta cria na cura e na eliminação da malignidade das doenças através do batismo. Em certa ocasião, uma índia, segundo Anchieta, recuperou-se de uma doença mortal após ser batizada, da mesma forma que um índio, ferido em combate, sobreviveu após receber “o corpo de Cristo”<sup>139</sup>. Às vezes, a espera pela divina providência podia trazer desalento e um sentimento de impotência ante os infortúnios da vida, principalmente em meio a epidemias, o que fez com que os inacianos não só dependessem do sobrenatural, mas buscassem os meios terrenos para a cura. “Em Piratininga servi de médico e barbeiro curando e sangrando a muitos daqueles índios”, declarou Anchieta em sua *Carta aos irmãos enfermos de Coimbra*<sup>140</sup>. Em outro momento Anchieta desabafou ao Padre Geral de São Vicente, escrevendo “Nossa casa é a botica de todos, poucos momentos está quieta a companhia da portaria, uns indo, outros vindo, a pedir diversas coisas”<sup>141</sup>. Nesse sentido, a fabricação de mezinhas e construção de boticas foi de suma importância para os trabalhos entre os gentios.

Para a doutora Eliane Cristina Deckmann Fleck o uso da cura pelos inacianos pode ter sido em razão da necessidade aproximação entre jesuítas e indígenas. Foi ela (a cura)

<sup>138</sup> POLLEN, J. H. *The catholic encyclopedia*. “Loyolla, Ignácio de”. v. II e III, 1910.

<sup>139</sup> CALAINHO, Daniela. *Op. cit.* p. 74.

<sup>140</sup> ANCHIETA, José de. *Apud*: CALAINHO, Daniela Buono. *Op. cit.* p. 69.

<sup>141</sup> *Idem*.

um dos instrumentos de negociação que viabilizaram este processo<sup>142</sup>. Ao pesquisar o “impacto das concepções cristãs-ocidentais acerca da doença e da morte na sensibilidade indígena guarani” nas reduções nas reduções jesuítico-guaranis, na província jesuítica do Paraguai, do século XVII, Eliane Fleck demonstrou como os jesuítas ao usarem a cura como uma estratégia para converter os indígenas, conseguiram se aproximar e conquistar as almas dos guaranis. Segundo ela, isso se deu graças a capacidade dos jesuítas de, mais tarde, aceitarem muitas das práticas indígenas relacionadas à cura como o uso de “ervas, raízes, resinas e gorduras de animais” com a adaptação de remédios europeus<sup>143</sup>.

Nesse sentido, era preciso conhecer a terra e retirar dela todos os recursos oferecidos para proveito mútuo. Assim, embrenhados nas matas e pântanos, singrando os sertões e cerrados, lado a lado com os negros da terra, os jesuítas coletaram toda sorte de informações sobre as doenças locais e as suas possíveis curas. Foram em muito incentivados pela arraigada disputa entre a fé no deus católico e a cura dos pajés, portadores da sabedoria popular amplamente conhecida dos nativos<sup>144</sup>. Na visão do Frei Vicente Salvador (1564-1635) o clima dos trópicos não era empecilho à evangelização dos gentios, mas muito pelo contrário, a terra era boa e prodigiosa em oferecer diversos produtos medicinais: Deus havia providenciado tudo. No capítulo sétimo de sua *História do Brasil* ele relata as virtudes da flora brasileira:

Para as boticas: outras chamadas sassafrás, ou árvores de funcho, porque cheiram, a ele, cujas raízes e o próprio pau para enfermidades de humores frios é tão medicinal como o pau da China. [...] Há umas árvores chamadas anudaz, que dão

---

<sup>142</sup> FLECK, Eliane C. Deckmann. *Sentir, adoecer e morrer – sensibilidade e devoção no discurso missionário jesuítico do século XVII*. 1999. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (UNISINOS), Instituto de Filosofia e Ciência Humana, 1999, 332 p.

<sup>143</sup> FLECK, Eliane C. Deckmann. *Op. cit.* p. 147.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p. 75.

castanhas excelentes para purgas, e outras que dão pinhões para o mesmo efeito [...] provocam o vômito, e se lha tiram, somente provocam a câmara.<sup>145</sup>

Ao mesmo tempo em que o jesuíta descreve as plantas, didaticamente, ele procura apresentar o seu uso medicinal. A árvore sassafrás (*Ocotea odorifera*), hoje em extinção no Brasil, ainda é utilizada na indústria química e farmacêutica. Ao longo do capítulo citado, Salvador descreve várias plantas e os seus usos medicinais, assim como a ideia de purgar o mal era um tratamento dominante na época. Em outros casos, as doenças mais preocupantes aos colonizadores são resolvidas seguindo os antigos preceitos indígenas, como o caso da “erva fedegosa, chamada dos gentios e índios feiticeira, pelas muitas curas, que com ela se fazem e, particularmente do bicho, que é uma doença mortífera”<sup>146</sup>.

As boticas dos jesuítas eram bem equipadas e “eram quase sempre as únicas existentes nas vilas”<sup>147</sup> que se despontavam na cidade como referência para a cura. Os jesuítas, por seu turno, dedicavam-se à confecção de suas próprias mezinhas e, para tanto, muitos desses vieram da Europa ao longo do século XVII e aqui se instalaram a fim de se dedicarem ao preparo de suas panaceias. Os recursos obtidos com o abastecimento de outras boticas pequenas e da exportação de alguns remédios para a Europa eram revertidos para o sustento dos padres.

Daniela Calainho afirma que as boticas dos jesuítas suplantavam as demais, não só no Rio de Janeiro, mas onde quer que estivessem. No inventário de 1760, a botica jesuítica do Pará apresentou 400 remédios e utensílios variados que iam de uma fornalha a alambiques, armários, estantes, camas e livros<sup>148</sup>. Contudo, nenhuma delas se poderia equiparar à encontrada no Colégio da Bahia, dada a vultosa soma de livros e remédios

<sup>145</sup> SALVADOR, Vicente do. *Op. cit.* p. 10.

<sup>146</sup> *Idem.*

<sup>147</sup> CALAINHO, Daniela Buono. *Op. cit.* p. 65.

<sup>148</sup> *Idem.*

amontoados pelos inacianos desde que aqui chegaram. Um desses livros, e talvez o mais importante, foi a Triaga Brasília que, segundo Edler, constituía-se de uma panaceia para todos os males, compondo-se de 78 tipos diferentes de plantas das mais diferentes regiões do Brasil<sup>149</sup>.

Lourival Ribeiro também louvava a botica jesuítica da Bahia por possuir a Triaga Brasília, e que só tinha por correspondente a “excelente” Triaga *optima* do Colégio Romano<sup>150</sup>, mas, ao contrário do que ele supôs, não só o colégio da Bahia possuía uma Triaga, mas a botica da Imperial Fazenda de Santa Cruz também possuía o seu exemplar.

Freitas assevera que a botica de Santa Cruz fabricava a Triaga Brasília, entretanto ele não explica com clareza os ingredientes de tal panaceia. O que sabemos sobre as Triagas provém de Serafim Leite, que a transcreveu no segundo tomo de sua *História da Cia de Jesus no Brasil* e foi transcrita, mais tarde, por Lourival Ribeiro em seu trabalho *Medicina no Brasil Colonial*. A questão é que Freitas não deixa claro a que Triaga se refere, pois constantemente ele se refere a uma obra de caráter geral, embora a Triaga transcrita por Ribeiro deixe claro logo na sua folha de rosto que se trata de uma Triaga específica do colégio baiano.

Seja como for, nos reportaremos à transcrição de Ribeiro por imaginarmos que, de uma forma geral, a de Santa Cruz não deve ter se distanciado muito dos ingredientes citados pela da Bahia, que segue assim: aipo, jurubeba, angericó, gengibre, jaborandi, batata do campo, canela da índia, açafraão, pindaíba, erva-doce, sassafrás, funcho, dentre outros<sup>151</sup>. Segundo Lourival Ribeiro, eram mais de setenta ingredientes que se uniam em

---

<sup>149</sup> EDLER, Flávio Coelho. *Boticas e farmácias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006, p. 33.

<sup>150</sup> RIBEIRO, Lourival. *Op. cit.* p. 172.

<sup>151</sup> *Ibidem*, p. 178-80.

determinadas combinações de acordo com o efeito que se esperava. Ela servia contra veneno, dor interna, paralisia, epilepsia, apoplexia, melancolia “um verdadeiro remédio universal”<sup>152</sup>.

Freitas não descreve a composição da Triaga encontrada em Santa Cruz, mas, para suprir esta lacuna, ele parece ter recorrido ao trabalho de Serafim Leite. Assim, não sabemos ao certo se o exemplar é o mesmo, no entanto acreditamos que a receita se diferencie pouco ou quase nada do da Bahia. Mesmo porque, apesar de a Triaga Brasília, do Colégio da Bahia, ser quase lendária, na época do sequestro dos bens do Colégio, em 1760, a receita original não foi encontrada. Somente mais tarde, foi achada no Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

Os jesuítas construíram o hospital da Fazenda de Santa Cruz para atender a escravaria doente, em 1700. Na ocasião, esse espaço hospitalar era composto assim:

O hospital para a servidão (além da enfermaria privativa dos padres) era uma vasta repartição com fronteiras de tijolo e coberto de telha. Duas grandes salas separadas, uma para cada sexo. Em caso de emergência ou epidemia pública dispunha de pavilhões anexos e neles muitos livros de medicina e cirurgia.<sup>153</sup>

Mais tarde, em 1820, o hospital se transformaria em uma construção de dois andares com a melhor madeira de lei, com paredes amplas e altas que reservariam vinte e seis janelas no segundo pavimento e trinta e duas no térreo<sup>154</sup>. Os doentes eram separados segundo sexo e faixa etária e com uma enfermaria para cada um destes. Não só os escravos eram tratados ali, mas todos os residentes da Fazenda, bem como os viajantes que, neste caso, pagariam pelo atendimento.

---

<sup>152</sup> *Idem.*

<sup>153</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 1790-1969. v. IV, 2004, p. 434.

<sup>154</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* 1987, p. 231.

A botica ocupava o térreo da instalação, e o inventário de 1791<sup>155</sup>, analisado anteriormente, demonstra a preciosidade do material à disposição dos cirurgiões na Imperial Fazenda de Santa Cruz que, por sinal, eram os próprios escravos. Até 1820, os escravos eram os próprios cirurgiões do hospital, segundo Freitas, por serem mestres na arte da flebotomia (sangria), os enfermeiros também eram escravos e os melhores entre eles eram escolhidos para serem os futuros cirurgiões<sup>156</sup>.

O posto de cirurgião deveria ser almejado entre os escravos, pois, no limite, significaria a fuga dos trabalhos braçais da Fazenda e a distinção entre a escravaria, ou seja, o respeito por parte dos seus. Tal função estava subordinada diretamente ao superintendente da Fazenda, ou ao administrador da Fazenda, estando desvinculado das ordens e ditos de qualquer capataz. Isto fazia com que os moços escravos se esmerassem no serviço de enfermagem a fim de, um dia quem sabe, galgar um dos maiores postos alcançados por um escravo. Receberia um soldo pequeno por isto, é verdade, mas certo. Durante a sua formação, ele ficaria à mercê do hospital e seria sustentado pelo “caldeirão dos pobres”, que alimentava os inválidos e as crianças, sobretudo as órfãs e mesmo depois de formado, o cirurgião escravo continuaria a alimentar-se ali.

O conhecimento dos curandeiros era absorvido pelos jesuítas em Santa Cruz. Segundo Freitas, Brás da Silva Rangel foi o primeiro a desempenhar a função de curar os moradores das imediações do Curato de Santa Cruz. Ele foi um dos que permaneceram na Fazenda após a expulsão dos jesuítas em 1759, um remanescente da era jesuítica que teve

---

<sup>155</sup> ANRJ, Códice 808, v. 4. “*Inventário da escravatura da Real Fazenda de Santa Cruz*”, 1791.

<sup>156</sup> No Início do século XIX a equipe era formada por dois cirurgiões, um ajudante, dois barbeiros-sangradores, dois cozinheiros, um enfermeiro e duas atendentes. Cada enfermo era internado segundo uma guia confeccionada pelos enfermeiros, contendo a data da entrada, o local, o medicamento ministrado e o diagnóstico. Os doentes particulares pagavam uma diária de 1\$600, esse valor parece um pouco alto, mas se Freitas estiver correto, esse valor deveria suprir as despesas com os demais escravos que eram custeados pelo próprio Estado, já que lhes pertenciam.

os seus conhecimentos em “matos” e “ervas” de propriedades medicinais, aproveitados pelo governador Gomes Freire, que confirmou os seus serviços de cura dos escravos da região<sup>157</sup>.

Não sabemos muito sobre ele, nem se era branco ou negro, entretanto dois indícios podem nos ajudar a esclarecer melhor esse quadro. Em primeiro lugar, o fato de o Governador ter atestado de próprio punho a serventia das práticas de curar de Rangel; em segundo, o fato de que o seu nome não consta da lista de médicos da geração ao longo de 1700 descrita por Lourival Ribeiro<sup>158</sup>. Tais fatos indicam o conhecimento de Rangel como circunscrito à sua região de atuação e que seus saberes estavam mais ligados aos jesuítas, seus antigos mestres, que mesmo a um círculo de cirurgiões que se formava no Brasil.

O inventário de 1791 da Real Fazenda de Santa de Santa Cruz aponta, ainda, dois escravos que desempenhavam o ofício de boticário; seus nomes eram Ângelo Antunes e José Alves<sup>159</sup>. Segundo o documento do Arquivo Nacional, José Alves era pardo, escravo crioulo e desempenhava um alto posto entre os cativos da Fazenda, pois havia recebido a incumbência do sargento-mor Manoel Ruiz Silvano, administrador da Fazenda, de proceder ao inventário dos materiais pertencentes à botica. José Alves assina o documentou neste ano com a seguinte relação de bens:

Um banco de madeira branco com cinco gavetas de guardar remédios;  
 Duas estantes com cinco gavetas;  
 Um armário com duas gavetinhas;  
 Um bofete sem gavetas;  
 Um banco;  
 Uma frasqueira pequena sem repartimento;  
 Quatorze frascos de diferentes tamanhos para guardar remédios;

<sup>157</sup> Benedicto de Freitas cita como fonte para esta informação o texto “A fisicatura-mor e o cirurgião-mor no Reino de Portugal e Estado do Brasil”, de Eduardo Augusto Pereira de Abreu, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, tomo 63, p. 180.

<sup>158</sup> RIBEIRO, Lourival. *Op. cit.*

<sup>159</sup> ANRJ, Códice 808, v. 4. “Inventário da escravatura da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791”.

Onze garrafas de diferentes tamanhos para guardar remédios;  
 Cinco garrafas pequenas para guardar remédios;  
 Vinte panelas e potes de louça azul grandes e pequenas;  
 Quatro botijões vidrados maiores e menores;  
 Oito botijões pequenos brancos, e azuis;  
 Trinta e um vidros surtidos;  
 Quatro que foram de água da rainha;  
 Oito saquinhos de guardar remédios;  
 Uma lata de folha para trementina;  
 Uma peneira de seda;  
 Uma balança com pesos de hum marco e meia oitava;  
 Um almofaris pequeno de bronze com mão;  
 Uma cata de latão;  
 Um funil de latão;  
 Uma medida de onça;  
 Uma colher de latão; um tacho de cobre pequeno;  
 Três tomos do Antonio Gomes Lourenço;  
 Os medicamentos não se acham por estarem em uso diário;  
 Vinte nove mantas de lã. (*sic*)<sup>160</sup>

Como se pode notar através dos utensílios deixados pelos jesuítas, a botica era grande e bem aparelhada, a grande quantidade de potes para remédios nos revela a variedade de remédios que a ali havia. Com efeito, a preparação das mezinhas envolvia uma grande quantidade de utensílios que incluía os tachos nos quais as ervas eram fervidas, as bacias, as balanças nas quais os compostos eram feitos, pois, no caso da Triaga, a confecção era aferida por medida.

O texto encontrado de Antonio Gomes Lourenço deveria ser de uso corrente por isto o seu nome foi omitido, mas acreditamos se tratar de um “exemplar Arte phlebotomanica, anatomica, medica, e cirúrgica, para os sangradores, ou Cirurgia classica lusitana, anatomica, farmaceutica, medica, recopilada e deduzida da melhor doutrina dos escriptores antigos” de autor homônimo que se encontra na Biblioteca Nacional. De todo modo, notamos que havia livros de referência na arte de curar, as letras ladeavam as ervas e com elas dividiam o espaço e quem sabe atenção.

---

<sup>160</sup> *Idem.*

## Conclusão

Voltando-nos à epígrafe escolhida para iniciar este capítulo, refletimos sobre qual a intenção daquelas palavras grafadas indelevelmente na ponte-represa da Fazenda. Não estariam eles movidos pelo intuito de marcar uma era? Demonstrar aos viajantes o poderio que envolvia o nome dos irmãos do Santo Inácio? Seja como for, os jesuítas conseguiram marcar um período no sertão carioca deixando raízes e costumes que se espraíram entre aqueles com quem conviveram.

O *modus vivendi* dos religiosos, regras e rotinas foram observados pelos escravos mesmo após a saída dos inacianos. Couto Reis, um homem ilustrado do início do século XIX, conta que mesmo em 1810, portanto quase meio século após a expulsão dos jesuítas, aqueles escravos tinham um verdadeiro orgulho de pertencerem à Fazenda e fora dela não pernoitavam nem mesmo quando estavam nas tarefas mais longínquas. Eles sempre retornavam para a Fazenda independente da hora do término da lida. Já o deputado Rafael Carvalho, responsável por relatar sobre o estado da Fazenda, em 1837, assevera que quando os escravos eram inquiridos sobre o motivo deste esforço, ou seja, de não dormirem fora da Fazenda, respondiam que não queriam ficar *longe* de Inácio, e gostavam de se autodenominar “os servos do santo Inácio”<sup>161</sup>, demonstrando claramente como se sentiam em relação aos preceitos deixados pela Ordem.

Ao lado dessas questões, os escravos conseguiram manter os costumes que lhes outorgavam direitos: posse de terras, folgas e roçado, além de poderem exercer os seus ofícios sem muita interferência de seus administradores. As irmandades continuaram a ser

---

<sup>161</sup> ENGEMANN, Carlos. *Os servos de Santo Inácio a serviço do Imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820)*, *passim*.

um espaço de convivência religiosa e prestigiada pelos monarquias brasileira até o advento da República.

Além disso, verificamos como a filosofia jesuítica não desprezava os escravos enquanto seres incapazes de aprender e desempenhar tarefas. Graças a esse pensamento, os cativos se ocupavam dos mais variados trabalhos, inclusive dos cuidados terapêuticos. Por outro lado, a tônica da evangelização dos inácianos parecia se basear na cura do corpo, o que colocou os escravos que desempenhavam esta função como peças-chaves para a sociabilidade escrava.

No tocante aos laços parentais, eles contraiam matrimônio vivendo em seus núcleos familiares não temiam a ameaça de serem um dia, quem sabe, separados pela “mão do destino” comandada pela escravidão. A economia doméstica crescia e a promessa de dias melhores aos nubentes vinha junto com a égua nova que todos os escravos recém-casados ganhavam e possibilidade de possuir até 10 cabeças de gado. “Era para trabalhar no roçado próprio” do qual se extraía o seu próprio alimento “para não mendigar do *caldeirão dos pobres*”, pensavam com orgulho<sup>162</sup>.

Se esta análise estiver correta, os fugitivos do início deste texto, aqueles enfermeiros que fugiram da Imperial Fazenda de Santa Cruz durante a administração do médico e superintendente Ignácio José Garcia, em 1866, estavam insatisfeitos com o estado de coisas que estava acontecendo. Algo de muito forte deve tê-los levado a deixarem para trás família, ofício e todas as benesses conquistadas ao longo do tempo.

No próximo capítulo tentamos entender a Imperial Fazenda de Santa Cruz sob o ponto de vista da administração terrena, fugindo do campo religioso deixado pelos jesuítas. A especificidade da Fazenda é analisada à luz de alguns dos principais manuais

---

<sup>162</sup> FREITAS, Benedicto de. *Santa Cruz. Op. cit.* p. 237.

agronômicos e, no campo da saúde, algumas teses médicas são analisadas no sentido de se avaliar a saúde dos escravos santa-cruzenses em relação a outras grandes escravarias.

## CAPÍTULO 2. “A AMÉRICA DEVORA OS PRETOS”: A TEORIA DE GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO DE ESCRAVOS; COTIDIANO ESCRAVISTA E GRANDES ESCRAVARIAS

### 2.1 A teoria de governo e administração de escravos

Quando falamos em legado jesuítico, reportando-nos ao modo de vida que os escravos da Fazenda de Santa Cruz se comportavam, é preciso que decifremos a natureza desse legado, sua origem e como teria ele influenciado a escravaria de Santa Cruz, mesmo depois de mais de meio século da partida deles. Para tanto, em primeiro lugar, procuramos analisar textos fundamentais sobre o assunto a fim de entendermos o que foi o paternalismo cristão e como ele se manifestou no Brasil via Companhia de Jesus, influenciando o modo como eles administraram suas propriedades. Com isso esperamos compreender o comportamento escravo em face das transformações político-sociais implementadas no início do século XIX no Brasil Império.

Após, analisamos os manuais de fazendeiros que preconizaram uma forma de governar grandes escravarias, gestados nesse período de mudanças e incertezas que apontavam para o esgotamento do fluxo compulsório de mão de obra para o Brasil. Tais manuais de fazendeiros, escritos ao longo do XIX, ajudam-nos a dimensionar a importância dada ao tratamento dos escravos pelos fazendeiros brasileiros, desvelando um pouco do que pode ter sido a experiência de vida de um elemento escravizado de uma zona rural.

O primeiro é o *Manual do agricultor brasileiro (sic)* escrito por Augusto Taunay<sup>163</sup>, e o segundo é o manual agrônômico elaborado por Francisco Peixoto de Lacerda Werneck,

---

<sup>163</sup> TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

um pujante cafeicultor de Vassouras, o qual mais tarde veio a se tornar o barão de Pati de Alferes, publicado em 1847, no *Auxiliador Nacional*. O livro foi reimpresso após a sua morte, em 1863 e 1878, devido à ampla penetração no meio agrônômico.

Apesar de terem sido escritos como recomendações para a organização ideal das fazendas, este tipo de fonte pode ser útil para o entendimento do discurso senhorial em relação ao modo de administrar uma fazenda escravista, em outras palavras, uma tentativa de se regular um espaço de produção que agora extrapolava os limites da casa do senhor, não cabendo mais apenas a este a regulação das relações senhor - escravo. Tais manuais podem ser estudados como tentativas de uma nova regulamentação de relações sociais, onde a antiga figura do senhor, a importante personagem da sociedade patriarcal, esta sendo gradativamente transmutada para a imagem de um administrador, o qual, por sua vez, deve a todo custo gerir os seus recursos da melhor forma possível. Compreendemos que tais manuais, apesar de serem tentativas de regulamentação desse tipo de relação que surge na primeira metade do século XIX e de não expressarem a realidade vivenciada por muitas fazendas escravistas, são importantes na medida em que representam uma nova orientação na forma de se administrar os escravos.

No desdobramento, recorreremos às teses médicas voltadas ao cuidado dos escravos no ensejo de termos exemplos de como os médicos pensavam a respeito do assunto no decorrer do século XIX. Uma delas intitula-se *Algumas observações sobre a estatística sanitária dos escravos em fazendas de café*, do médico Reinhold Teuscher, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1833. Nessa tese ele se propunha a descrever a saúde e “o modo de viver” de 925 escravos de cinco fazendas próximas à região de

Cantagalo, apresentando suas enfermidades, seus trabalhos, bem como a alimentação e a rotina empreendida constantemente.

O outro texto é a tese *A higiene dos escravos*, defendida por David G. Jardim, em 1847, que verificava o estado de higiene corporal dos escravos. Ela nos ajuda a dimensionar as variadas formas de adoecimento às quais os escravos estavam sujeitos nas grandes fazendas escravistas. Jardim afirmava que as maiores enfermidades dos escravos decorriam da falta de asseio, habitações insalubres, má alimentação, vestuário precário e noites maldormidas.

Nosso intuito com isso é o de enquadrarmos a Imperial Fazenda de Santa Cruz dentro do contexto das prescrições e manuais de cuidado escravo, para dimensionarmos com maior clareza até que ponto a Imperial Fazenda de Santa Cruz se encaixava no molde escravista vigente. Podemos assim historicizar as medidas tomadas por Garcia, em 1860, iluminando-as com as ações de outros administradores ou especialistas sobre o tema.

Com isso esperamos poder responder a questões relevantes como: O paternalismo cristão foi importante para a formação da visão de mundo dos escravos em Santa Cruz? Os escravos que gozavam dessa herança paternalista viviam em condições melhores que outros escravos? Esse modo de gerir escravos permaneceu o mesmo ou sofreu mutações ao longo do tempo? Na tentativa de responder a essas questões, procuramos contrapor o discurso e a prática, ou seja, os manuais e o cotidiano escravista vivenciado nas grandes escravarias do Rio de Janeiro.

### *2.1.1 O paternalismo cristão e o governo dos escravos*

Segundo Marquese, os primeiros textos sobre uma teoria cristã do governo dos escravos teriam surgido nas Antilhas francesas, na passagem do século XVII para o XVIII<sup>164</sup>. Tais textos combinavam o discurso clássico de *oikonomia* e agronomia com discurso bíblico que enfatizava as responsabilidades dos senhores para com os seus escravos e destes para com os seus donos<sup>165</sup>, como os exemplos deixados pelos jesuítas fixados no Brasil, os quais se baseavam em preceitos do Novo Testamento para pautarem um tratamento cristão aos escravos:

Porque bem pode ser que ele se tenha separado de ti por algum tempo, para que o retivesses para sempre, não já como servo; antes, mais do que servo, **como irmão amado**, particularmente de mim e quanto mais de ti, assim na carne como no Senhor.<sup>166</sup> (grifo nosso)

No texto onde São Paulo exorta a um senhor a receber de volta e sem reprimendas um escravo chamado Onésimo, que fugira buscando refúgio no Apóstolo, o que o motivou a escrever esta epístola a fim de que o senhor o aceitasse de volta. No texto, o senhor é exortado a aceitar o seu escravo como irmão no senhor, e sabe-se que mesmo os textos veterotestamentários aceitavam e, mesmo as cartas paulinas, legitimavam o escravismo:

Vós, servos, obedeei em tudo a vosso senhor segundo a carne, não servindo só na aparência, como para agradar aos homens, mas em simplicidade de coração, temendo a Deus.<sup>167</sup>

Vós, senhores, fazei o que for de justiça e equidade a vossos servos, sabendo que também tendes um Senhor nos céus.<sup>168</sup>

Portanto, os inacianos, assim como outros segmentos da Igreja Católica, aceitavam a escravidão como legítima e, em certos casos, proveitosa ao senhor e ao escravo, pois um gozava dos serviços do primeiro e o segundo era retirado da barbárie e recebia o alimento

<sup>164</sup> MARQUESE, Rafael Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004a, p. 23.

<sup>165</sup> *Idem*.

<sup>166</sup> Bíblia de Jerusalém, Epístola de São Paulo a Filemon I.XV, XVI.

<sup>167</sup> Bíblia de Jerusalém, Epístola de São Paulo aos Colossenses III.XXII.

<sup>168</sup> Bíblia de Jerusalém, “Epístola de São Paulo aos Colossenses”, IV.I.

espiritual através da pregação do Evangelho. Assim, os jesuítas também entendiam a importância da escravidão, e sobre esse assunto procuraram elaborar ideias que pudessem reger a relação senhor-escravo na América portuguesa. Rafael Marquese ressalta que os jesuítas iniciaram a elaboração desse pensamento no final século XVII, motivados pela necessidade de responder ao clima de revolta escrava iniciada com a Guerra de Palmares e as críticas que sofriam por parte de senhores que os acusavam de se aproveitarem dos serviços dos escravos dificultando o acesso dos senhores aos indígenas. No quadro geral, as rebeliões escravas na América portuguesa faziam surgir legislação específica no reinado de D. Pedro II, rei de Portugal entre 1683 e 1706, que tratava da questão dos abusos senhoriais no tratamento aos escravos que, segundo os textos, motivavam as rebeliões<sup>169</sup>. Concomitantemente, os inicianos enfrentavam a perda de prestígio frente à Coroa lusa por conta de acusações de favorecimento por não pagar o dízimo, escravizar e possuir grandes propriedades<sup>170</sup>.

Rafael Marquese esclarece que foi nesse panorama que os jesuítas gestaram uma resposta às críticas sofridas, em que o mote principal da tese era o de que os senhores não sabiam governar os seus escravos, pois haviam se afastado dos preceitos católicos<sup>171</sup>. O sermão do padre jesuíta Jorge Benci, escrito na Bahia de 1700, propunha sua *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, no qual era preconizado um modelo de gestão de escravos pautado na “reciprocidade entre senhores e escravos”, em que ambos estavam ligados pelo dever de cumprir obrigações a um ao outro. Dentre outras obrigações, cabia ao senhor fornecer o pão satisfatório ao sustento do escravo ou proporcionar-lhe alguns dias, fora o domingo e os dias santos, para que cultivasse as suas próprias terras; fornecer as

---

<sup>169</sup> MARQUESE, Rafael Bivar. *Op. cit.* 2004, p. 50.

<sup>170</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>171</sup> *Idem*.

vestimentas para que os escravos se vestissem condizentemente; cuidar dos escravos enfermos ao invés de abandoná-los como muitos senhores, segundo Benci, faziam; e, dentre os ditames sacramentais, guardarem o que preconizava o direito canônico: não desfazer os matrimônios de escravos, mas, pelo contrário, incentivá-los<sup>172</sup>.

A punição estava prevista como o modo de frear os escravos “rebeldes e viciosos”, mas não ao ponto de despertar-lhes a ira e, por conseguinte, as fugas e revoltas como um remédio que deveria ser administrado na dose certa. Finalmente, Benci chama a atenção em seu último discurso sobre a *Economia cristã* para a importância de evitar o ócio do escravo dando-lhe trabalho.

Mais tarde, em 1711, o padre italiano, João Antônio Andreoni, publicou em Lisboa o seu livro *Cultura e Opulência do Brasil*, no qual reunia seus quatro tratados sobre diversos aspectos econômicos dos trabalhos na colônia. Sob o pseudônimo de padre Antonil, esse trabalho comporia, ao lado do seu *Discurso sobre Economia Cristã* de Jorge Benci, mais um livro que ajudava a versar sobre a teoria do governo de escravos sob a ética cristã. De fato, Antonil propunha um paternalismo cristão que implicava na obrigação de os senhores cuidarem de seus escravos e não submetê-los uma carga de serviço excessiva:

O que pertence ao sustento, vestido e moderação do trabalho, claro está que se lhes não deve negar, porque, a quem o serve, deve o senhor de justiça dar suficiente alimento, mezinhas na doença e modo com que decentemente se cubra e vista, como pede o estado de servo, e não aparecendo quase nu pelas ruas, e deve também moderar o serviço, de sorte que não seja superior às forças dos que trabalham, se quer que se possam aturar.<sup>173</sup>

---

<sup>172</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>173</sup> ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil*. Funchal, 1711. CEHA-Biblioteca Digital. Disponível em: <<http://www.madeira-edu.pt/Portals/31/CEHA/bdigital/sugar/hsugar-antonil.pdf>>. Acessado em: 4 fev. 2011. p. 21.

Assim, Antonil esperava demover os senhores de seus costumes rudes, ensinando-lhes a melhor forma de gerir suas escravarias as quais, em última análise, significavam um investimento pesado para aqueles que pretendiam montar um engenho, afinal:

Toda a escravaria [...] quer mantimentos e farda, medicamentos, enfermaria e enfermeiro [...] Querem os barcos velame, cabos, cordas e breu. Querem as fornalhas [...] querem enxadas e foices; querem as serrarias machados e serras; quer a moenda de toda a casta de paus de lei de sobresselente e muitos quintais de aço e de ferro. Quer a carpintaria madeiras selectas e fortes para esteios, vigas, aspas e rodas e pelo menos os instrumentos mais usuais, a saber, serras, trados, verrumas, compassos, regras, escopros, enxós, goivas, machados, martelos, cantis e junteiras, pregos e plainas.<sup>174</sup>

Isso demandava por condições financeiras e não justificava os maus-tratos à mão de obra. Portanto, todos os artifícios que minorassem a vida em cativeiro deveriam ser utilizados para prolongar a vida dos escravos. As roças deveriam ser concedidas aos escravos assim como os dias para que nelas plantassem retirando dali o seu sustento. Os castigos não deveriam ser sem razão nem cruéis, pois os que faziam assim não se comportavam como “senhores católicos”<sup>175</sup>.

Como se pode notar, os trabalhos de Benci e Antonil foram de suma importância para conformação de uma teoria no governo dos escravos na América portuguesa, por se tratarem dos primeiros esforços em regulamentar a vida em cativeiro, procurando mostrar aos senhores os lucros a serem auferidos caso se comportassem como verdadeiros cristãos o que, além de resguardar seu investimento, faria com que estivessem aptos ao reino dos céus.

---

<sup>174</sup> ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil*. Funchal, 1711. CEHA-Biblioteca Digital. Disponível em: <<http://www.madeira-edu.pt/Portals/31/CEHA/bdigital/sugar/hsugar-antonil.pdf>>. Acessado em: 4 fev. 2011. p. 7.

<sup>175</sup> *Ibidem*, p. 22.

Essas características fizeram com que Marquese, a respeito desses dois inicianos, concluísse que ambos compuseram “uma teoria sobre o governo dos escravos fundamentada em premissas da moralidade Cristã”<sup>176</sup>, na qual havia obrigações recíprocas em que cabia ao escravo a obediência e o trabalho, e ao senhor o sustento material, trabalho moderado, castigo equilibrado e tratamento comedido para que a empreitada senhorial fosse bem-sucedida.

Em outras palavras, esse seria um ideal da família cristã patriarcal em que os participantes constitutivos da sociedade escravista (senhor e escravo) viveriam segundo o preceito católico cristão. Os jesuítas assim formularam um ideal patriarcal cristão que se expressava por “um conjunto de relações que marcavam a autoridade do senhor [...] e pressupunha rígida hierarquia entre comandantes e comandados, mas também uma série de obrigações recíprocas entre eles”<sup>177</sup>.

Sendo a Imperial Fazenda de Santa Cruz uma ex-fazenda jesuítica, é de se esperar que o modelo ali implantado tenha sido o paternalismo cristão por excelência e que os escravos tenham se valido do legado jesuítico em todas as esferas que lhes eram favoráveis; a reciprocidade de obrigações, o uso moderado dos castigos físicos, as folgas para um roçado próprio, tudo corroborava a conformação de um ambiente favorável guardado pelos cativos em seus costumes.

### *2.1.2 Os manuais de fazendeiros e higiene de escravos*

---

<sup>176</sup> MARQUESE, Rafael Bivar. *Op. cit.* 2004, p. 64.

<sup>177</sup> MARQUESE, Rafael Bivar. “Ideologia imperial, poder patriarcal e o governo dos escravos nas Américas, c. 1660-1720”. *Revista Afro-asia*, n. 31, p. 41, 2004b.

Já no início do século XIX, o Brasil atravessa uma conjuntura econômica que demanda uma elaboração mais acurada sobre a administração dos escravos. No plano externo, o Brasil sofria a concorrência das Antilhas e via-se pressionado pela Inglaterra e suprimir o tráfico atlântico.

No campo interno, o tráfico negreiro que havia sido o motor da expansão da agricultura escravista de exportação na primeira metade do século XIX agora estava sendo posto em xeque. Logo, a pressão inglesa pelo fim desse infame comércio fez emergir questões que colocavam em risco a soberania nacional. Ao mesmo tempo, o medo de uma revolta escrava nos moldes da que ocorrera no Haiti fez brotar o pavor de que o grande contingente escravo despejado pelo tráfico transatlântico trouxesse sérios problemas internos. Cada vez mais, as primeiras décadas do século XIX viram novas levas de mercadoria humana adentrar nos portos do Rio de Janeiro<sup>178</sup>, porta de entrada para os novos cativos direcionados às lavouras da Bahia que entre 1807 e 1835 vivenciaram um período de pavor por conta das revoltas de escravos Malês<sup>179</sup>.

Nesse contexto, os autores do século XIX valeram-se de instrumentos conceituais da economia política para elaborarem reflexões sobre a administração de escravos. Marquese destaca o fato de que, nesse período, “pela primeira vez, tais autores falaram como porta-vozes das classes proprietárias de certas regiões do Brasil”<sup>180</sup>. A partir de 1830, os manuais agrícolas, graças a certa autonomia no campo agrônômico, passaram a circular entre os proprietários escravistas, contribuindo para formação de instituições capazes de

---

<sup>178</sup> FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro - séculos XVII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>179</sup> REIS, João José. *A rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>180</sup> MARQUESE, Rafael Bivar. *Op. cit.* 2004a, p. 267.

responder aos anseios dos grandes proprietários em resolver seus problemas de produção<sup>181</sup>. Dentre essas instituições a Sociedade Auxiliadora Nacional (SAIN), fundada em 1827, tornou-se um locus privilegiado para as lutas travadas em torno da sua principal proposta: o fortalecimento da indústria nacional<sup>182</sup>. A fim de veicular as propostas que tivessem por alvo o estímulo e fortalecimento das atividades produtivas, foi criado o periódico *Auxiliador da Indústria Nacional*, que circulou a partir de 1833.

Foi nesse contexto que o manual escrito por Carlos Augusto Taunay foi concebido, em um momento de reflexão sobre a administração e organização de grandes escravarias e fazendas brasileiras pelo qual passava o Brasil. Ele acreditava nessa capacidade de organização e advertia: “quem governar com notável grau de perfeição um engenho ou uma fazenda será capaz de governar o Estado”<sup>183</sup>. A fim de contribuir com os seus conhecimentos nessa organização, ele propôs:

[...] a redação de um código para a escravatura, que uniformize o tratamento que se deve dar aos escravos, e combine o interesse dos Senhores com o tolerável bem estar dos pretos, pois que a religião, a humanidade e a utilidade pública e particular assim o exigem.

Os interesses envolvidos na visão de Taunay são claros: em primeiro lugar, o do senhor e, aliado a este, dentro do “tolerável”, o dos escravos; para estes o “bem-estar” poderia ser conseguido por meio da religião e de uma humanidade com o fim voltado para uma utilidade para o bem comum. Os escravos aparecem secundariamente em termos de importância; contudo, são reconhecidos como parte importante desse mecanismo de

---

<sup>181</sup> *Ibidem*, p. 266-267.

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 267.

<sup>183</sup> TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 35.

organização, bem ajustados, moldados, conformados e corretamente posicionados, os escravos contribuiriam para com o sucesso das fazendas.

No entanto, não é demais ressaltar que Taunay não se posicionava contra a escravidão, nem a favor de um tratamento humanitário. Para ele, os negros representavam, dentro de uma visão paternalista, crianças em permanente grau de aprendizado, cujo adulto escravo mal se equipara a um jovem branco, como ele assim descreve: “o geral deles (os negros) não nos parece suscetível senão do grau de desenvolvimento mental a que chegam os brancos na idade de quinze a dezesseis anos”<sup>184</sup>. Além disso, Taunay acredita que os negros seriam dados a “curiosidade, à imprevisão, às efervescências motivadas por paixões, à impaciência de todo o jugo e inabilidade para se regrem a si mesmos”<sup>185</sup>. E, ainda, “o ódio ao trabalho”.

Tais características representam, na ótica do autor, a adolescência de um homem europeu, crianças que devem estar debaixo de uma “perpétua tutela”. Ao acompanharmos o seu raciocínio percebemos que, ao fim de tudo, a tarefa escravista se transformara em um pesado fardo aos senhores mais que aos escravos, cabendo àqueles a tarefa árdua de ensinar, corrigir, vestir e alimentar, enquanto era reservado a estes aprender e trabalhar.

A fim de incutir a ideia de trabalho nos escravos, o senhor teria de se valer de vários artifícios, dentre eles o medo. “O medo e somente o medo, aliás, empregado com muito sistema e arte, porque o excesso obraria contra o fim que se tem em vista”<sup>186</sup>. O castigo físico e a disciplina devem estar constantemente na mente dos escravos como uma

---

<sup>184</sup> TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. cit.* p. 53.

<sup>185</sup> *Idem.*

<sup>186</sup> *Ibidem*, p. 54.

alternativa para os que não se sujeitarem aos ditames estabelecidos. Pois, segundo o autor, “é preciso sujeitá-los a uma rigorosa disciplina, e mostrar-lhes o castigo inevitável”<sup>187</sup>.

A alimentação, segundo Taunay, deveria ser variada e concedida diariamente. Ela deveria ser o suficiente apenas para as necessidades físicas voltadas para o trabalho. Essa ração diária deveria constar de:

“1/10 da 4ª parte do alqueire<sup>188</sup> de mandioca  
 ½ libra<sup>189</sup> de carne fresca ou 04 onças de carne ou peixe  
 02 onças<sup>190</sup> de arroz ou feijão ou fubá, toucinho e peixe”<sup>191</sup>.

Parte da alimentação os escravos, segundo Taunay, deveria ser racionada. Considerando-se que a quarta parte de cerca de 10 kg seria 2,5 kg, um décimo desse valor representaria 25 g desse alimento. A esse valor o senhor deveria acrescentar meia libra de carne fresca, ou seja, 229 g de carne ou 28 g de carne (seca) ou peixe. Mais 60 g de arroz ou feijão ou, ainda, uma mistura composta por peixe, ou partes do porco como o toucinho. Em outras palavras, o prato deveria ter pouca mandioca, mais carne fresca e menos arroz e feijão. Em termos de peso real, a ração não passaria de 300 g por escravo.

Os escravos deveriam comer juntos, em ranchos organizados de cinco ou dez. Pela manhã, o café a ser servido deveria ser “um punhado de farinha ou bolo de milho, com uma

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>188</sup> Alqueire: medida antiga utilizada com cereais. Podendo ser usada como medida de capacidade, peso ou superfície. Dependendo da região pode equivaler de 10 a 14 litros de cereais, segundo o dicionário Aulete, a foral de D. Manuel estipulava o alqueire em cerca de 10 litros (CALDAS AULETE. *Dicionário Caldas Aulete*. Rio de Janeiro: Delta, 1970. 5 V.).

<sup>189</sup> Libra: Medida de peso inglesa equivalente a cerca de 459 gramas (CALDAS AULETE. *Dicionário Caldas Aulete*. Rio de Janeiro: Delta, 1970. 5 V.).

<sup>190</sup> Onça: “Antiga medida de peso equivalente 1/16, ou em certos casos, 1/14 do *arrátel*. Era aproximadamente 28,7 *gramas*” (CALDAS AULETE. *Dicionário Caldas Aulete*. Rio de Janeiro: Delta, 1970. 5 V.).

<sup>191</sup> TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. cit.* p. 60.

fruta ou um calix de cachaça” (*sic*). Somente ao meio-dia é que o escravo receberia a carne e o peixe como vimos acima. À noite, a janta seria composta da outra parte da ração: feijão, arroz ou misturas previstas<sup>192</sup>.

Como se pode ver, a etapa prevista à alimentação do escravo era dada ao longo do dia, em partes. É provável que tal ato se desse para obrigar o escravo a trabalhar pelas horas que se seguiam até a próxima refeição. Tanto é assim que o próprio autor admoesta que “os escravos preferem o jejum ao trabalho” e que tomar o alimento é um método eficaz no combate à preguiça<sup>193</sup>.

É pelo menos digno de nota o fato de Taunay defender a prática desse tipo de alimentação em uma crítica aberta aos senhores que, segundo o seu ponto de vista, oferecem menos comida aos escravos a que ele julga necessário. Taunay, na verdade, talvez esteja sendo mais complacente com relação à quantidade da alimentação que muitos de seus contemporâneos.

Por outro lado, Taunay acredita que alimentar os escravos funcionava como uma moeda de troca, um meio de inculcar nos escravos a “dita ideia do trabalho” a qual os europeus, ao contrário dos africanos, já se acostumaram por conta do clima<sup>194</sup>. Em conformidade com essa ótica, a prática corrente de se deixar que o escravo possuísse uma roça para a sua subsistência era nociva aos interesses dos senhores, pois desmotivava os escravos. Pelo mesmo motivo, a concessão da folga também não era boa alternativa. “A confirmação de experiências mil vezes repetidas, basta para que formulemos como axioma”, continua Taunay, “que o uso de conceder os sábados, em lugar de dar a ração, é

---

<sup>192</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>193</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>194</sup> *Ibidem*, p. 62.

sumamente errôneo e de péssimo resultado”<sup>195</sup>. Dito de outra forma, a necessidade de alimentação força o escravo a trabalhar pela comida.

A limpeza das habitações foi outro fator notado como importante para a saúde da escravaria. As senzalas deveriam ser arejadas, o local onde os escravos se deitavam deveria ser elevado do chão e com esteiras e cobertores individuais. Os escravos precisavam, segundo Taunay, ser fiscalizados para não se “atolarem na imundície ou venderem os cobertores”<sup>196</sup>. Aos domingos, os feitores deveriam verificar as instalações, observando a limpeza do ambiente. Deveria haver *habitações separadas para homens e mulheres e que deveriam por sua distância manter “a dificuldade (dos escravos machos e fêmeas se encontrarem), mas não a impossibilidade”*<sup>197</sup>, prevendo os encontros fora do casamento entre os escravos.

A jornada de trabalho da escravaria, segundo Taunay, deveria acompanhar a claridade do dia, ou seja: “um trabalho ativo e continuado, desde que o dia amanhece até que anoitece, com os dois descansos de uma hora para almoço e duas para jantar, é o quanto se pode exigir diariamente da força humana, sem risco de saúde”<sup>198</sup>. Entretanto, o autor não descarta a hipótese de que, em dias de inverno, o trabalho se estenda até as vinte e uma horas em serviços internos.

A organização deve ser como a militar e os feitores não devem se descuidar um só minuto. No caso das punições, que sejam severas de acordo com o crime e as forças do escravo para suportar o castigo. Em todo caso, a venda como punição, segundo Taunay, não deveria ser descartada. Ainda sobre o binômio organização e castigo, o autor cita os jesuítas

---

<sup>195</sup> *Idem.*

<sup>196</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>197</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>198</sup> *Ibidem*, p. 65.

como modelo a serem seguidos nesta questão: “os jesuítas, mestres consumados na arte de disciplinar os homens, deixaram nas fazendas que o governo lhes confiscou certos usos e tradições que ainda hoje duram”<sup>199</sup>, referindo-se seguramente à Imperial Fazenda de Santa Cruz que, mais a frente, iremos contrapor ao modelo por ele proposto.

Semelhantemente, a saúde dos escravos era outro ponto a ser observado. Ele critica os senhores que deixam seus escravos entregues ao abandono, em insalubres habitações como “palhoças onde jazem no chão, mal cobertos com trapos pestíferos”<sup>200</sup>. Taunay reconhece que a falta de cuidados fazia com que os escravos adoecessem incapacitando-os para o trabalho. Nesse caso, as fazendas deveriam possuir um hospital adequado para este fim o qual deveria possuir “camas de tabuado, boas esteiras ou enxergões, lençóis, camisas e tudo o que é necessário para a cura dos doentes, e se a situação da fazenda o permitir, deve-se ter um cirurgião de partido” (*sic*)<sup>201</sup>.

Um aparato relacionado à cura do escravo deveria ser montado a fim de que se evitassem gastos maiores como um período de afastamento do trabalho mais longo que o necessário, ou mesmo a morte do escravo, pois como ele mesmo diz: “a América devora os pretos”. Essas ações evitariam a morte dos escravos e os seus males, e indiretamente, a perda dos bens dos senhores.

Antes que passemos às teses médicas, seria de suma importância para o aprimoramento de nossa análise trazer outro autor que pode exemplificar o pensamento metódico relacionado ao controle dos escravos em grandes escravarias: o Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Grande cafeicultor que ganhou, mais tarde, o título de Barão de Patty de Alferes.

---

<sup>199</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>200</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>201</sup> *Ibidem*, p. 164.

Ao escrever, em 1847<sup>202</sup>, a sua memória sobre uma fazenda de café do Vale do Paraíba, ele recomendava uma estrita vigilância sobre a escravaria. Quanto ao aspecto espacial, ou seja, da ocupação do espaço, o historiador Rafael Marquese nota que Werneck já propunha senzalas em construções regulares, “em quadra”<sup>203</sup>, com espaço organizado, cada cubículo com no máximo 4 escravos, e com saída para onde o senhor pudesse observar. Werneck, a exemplo de Taunay, fez várias considerações sobre o trabalho e a saúde dos escravos, mas em pelo menos dois fatores ele se distinguiu de seu antecessor. Werneck preocupava-se com controle sobre o trabalho, sobre a produção e o uso que os escravos faziam de sua roça particular.

O fazendeiro deve, o mais próximo que for possível, reservar um bocado de terra onde os pretos façam suas roças; plantem o seu café [...] etc. não se deve porém consentir que a sua colheita seja vendida a outrem, e sim a seu senhor, que deve finalmente pagar-lhe por um preço razoável, isto para evitar extravios e súcias de taberna [...] O senhor deve ser severo, justiceiro e humano.<sup>204</sup>

A ideia de um controle rígido se faz sentir até mesmo sobre o que o escravo produz, direcionando-lhe a produção e o tipo de comércio feito. O escravo não controla os meios que obtém do seu trabalho, ao mesmo tempo que é sujeitado ao preço e às normas estabelecidas dentro da fazenda, usurpando-lhe a possibilidade de conseguir manter a sua economia familiar de forma autônoma. Marquese interpreta o pensamento desenvolvido por

---

<sup>202</sup> WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. “Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro (1847)”, In: WERNECK, Francisco P. de Lacerda (barão de Pati de Alferes). *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. SILVA, Eduardo (org.). Rio de Janeiro – Brasília, 1985.

<sup>203</sup> MARQUESE, Rafael Bivar. “Moradia escrava na época do tráfico ilegal; senzalas rurais no Brasil e em Cuba, C. 1830-1860”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 165-188, jul./dez. 2005.

<sup>204</sup> WERNECK, Francisco P. L. *Apud*: MARQUESE, Rafael Bivar. *Op. cit.* 2004, p. 283.

Werneck como uma visão onde a roça escrava se torna apenas um instrumento para amarrar o escravo à terra e à fazenda, “vinculando-o à propriedade”<sup>205</sup>.

Enquanto Taunay não tomava por ruim o uso de se dar roça aos escravos, desde que não fosse para desobrigar o senhor a lhes conceder a alimentação, Werneck alertava da importância de não se permitir ao escravo o comércio de seus excedentes. Com efeito, entre Taunay e Werneck deve ter havido uma mudança significativa do uso do *roçado escravo*; no começo era apenas usado para aliviar o pesado fardo da escravidão dos ombros dos senhores; com o tempo, os escravos passaram a enxergar a possibilidade de não só se alimentarem, mas de venderem seus excedentes, conquistando um controle sobre a alimentação e as condições de vida. Werneck acreditava que tal fato seria pernicioso à economia da fazenda quando o roçado escravo gerasse excedentes e fosse comercializado com outras fazendas, fazendo com que o senhor perdesse o controle sobre a produção. Assim, ele perderia a manipulação sobre os preços, os arranjos, o controle da produção e ancoraria o escravo à propriedade.

O texto a seguir pertence ao médico David Gomes Jardim e trata-se de uma tese médica intitulada *A higiene dos escravos*, defendida junto à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1847. Nela o autor discutia as condições de vida dos escravos e os males do péssimo tratamento que recebiam dos senhores. A partir de seus relatos médicos procuraremos verificar as condições de vida dos escravos numa tentativa de nos aproximarmos da realidade vivenciada pelas grandes escravarias no Brasil escravista do século XIX.

David G. Jardim reafirmava logo no início de sua tese o dever dos médicos atentarem para com a saúde dos escravos brasileiros, haja vista o estado precário em que se

---

<sup>205</sup> MARQUESE, Rafael Bivar. *Op. cit.* 2004, p. 283.

encontram por causa da escravidão. Segundo o autor, as desculpas usadas como motivos para os maus tratos, tais como “não são inteligentes... não possuem leis nem religião”, não podiam servir de pretexto “à ambição desenfreada à sede de riquezas”<sup>206</sup>. Na verdade, o texto de Jardim se posicionava frontalmente aos argumentos escravistas. Ele criticava a ideia de uma escravidão em nome de um processo civilizatório que, como ele dizia:

A civilização, que ensina a igualdade, que proclama a virtude, poderá usar para os seus fins de desigualdade e do vício? Não por certo. A escravidão degrada o homem. Embota as suas faculdades, e o torna incapaz de qualquer aperfeiçoamento.<sup>207</sup>

A escravidão, segundo David Jardim, degradava o ser humano, porque o tornava um bruto e, em vez de levá-lo à civilização, a qual ele não nega a existência, leva-o a um estágio inferior. A crítica ao comércio de escravos também está presente no início de seu texto. Conforme David Jardim, ele era “infame” e devorador de homens<sup>208</sup>, portanto ilegal. Por conseguinte, ao cometerem o tráfico e a escravidão sofriam tanto a África quanto a América. A primeira por sangrar a perda constante de seus filhos, a segunda por, a final, ser a grande prisioneira e dependente cada vez mais desse sistema<sup>209</sup>.

Por todos os fatos que expõe, Jardim ressaltava que o mínimo que os senhores podiam fazer era agirem com “moderação e brandura” para com os infelizes escravos, tratando-os com equidade e justiça, como homens de uma mesma natureza, e não outra, diversa, caída ou degenerada. Sendo assim, eis então o motivo que o força escrever: levar os senhores a melhorarem o tratamento dispensado a escravaria, minorando as mazelas da escravidão.

---

<sup>206</sup> JARDIM, David Gomes. *A higiene dos escravos*. Tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1847, p. 2.

<sup>207</sup> *Idem*.

<sup>208</sup> *Idem*.

<sup>209</sup> *Ibidem*, p. 3.

As razões da mortalidade escrava, segundo Jardim, não poderiam resumir-se às mudanças climáticas e atmosféricas, pois a pesquisa que diz ter feito nada conseguira comprovar sobre isso. Entretanto, as razões dessa mortalidade seriam a não observância das práticas mais simples de higiene, ou seja, a falta de cuidados para com os escravos e o desconhecimento acerca do tratamento correto de suas doenças. Assim, David Jardim passa a enumerar os fatores que, em sua ótica, aumentavam os índices de mortalidade. São eles: uma alimentação baseada em alimentos sem nutrientes, mal preparada e escassa; o consumo de bebida alcoólica por parte dos escravos; a falta de uma vestimenta adequada; o trabalho excessivo; a falta de repouso e moradia, ou local de repouso precário<sup>210</sup>. Todos esses fatores seriam as causas que frequentemente levavam os escravos a óbito, portanto, o senhor deveria observar todos esses aspectos a fim de que seus escravos tivessem uma vida mais longa.

A partir daí, ele passa a se deter em cada item citado, explicando quais seriam os métodos corretos a serem utilizados pelos senhores. O autor explica que todos os homens precisam se alimentar e nisto, apesar de não dizer claramente, os escravos estão implícitos. Contudo, como ressalta o autor, os escravos no Brasil se alimentam basicamente de “feijão, milho e na falta deste, mandioca”<sup>211</sup>, o que a seus olhos é extremamente insatisfatório por achar que tais alimentos não eram nem variados muito menos preparados adequadamente.

“Nas fazendas por onde havemos andado” – prossegue – “a alimentação consiste em milho que depois de moído, e simplesmente cozido com água, é mexido até tomar uma forma de massa consistente, a que chamam angu, constituindo-se o pão ordinário”.<sup>212</sup>

---

<sup>210</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>211</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>212</sup> *Idem*.

A essa mistura, segundo Jardim, adicionava-se o feijão e a gordura de porco quando havia. Em raros casos, observara o médico, alguns escravos adicionavam a esta mistura pimenta e quiabos, porque na maior parte das vezes os escravos terminavam por incrementar a sua alimentação com raízes às vezes desconhecidas que os envenenavam ou carnes de animais vitimados por pestes. Disso decorriam os problemas intestinais tão comuns entre os escravos.

Segundo o autor, os alimentos feculentos (que possuem amido) são impróprios para o consumo humano, sobretudo a mandioca. Tais alimentos incapacitam para o trabalho e causavam a obesidade. Além disso, David Jardim acrescenta a isso a feitura das refeições que, segundo ele era feita sem muito preparo e em tachos de cobre, o que poderia aumentar o grau de perigo por causa do zinabre, que termina por envenenar os escravos.

A ebriedade é outro mal elencado por Jardim, pois os escravos são propensos ao vício, e os senhores, segundo ele, em muitos casos, incentivavam o ato ou nada faziam para o coibirem. Indiretamente, o vício da embriaguez poderia levar o escravo à morte através de acidentes noturnos, pois muitos escravos, nas fazendas, pelo hábito de dormir ao pé do fogo, morriam queimados enquanto dormiam<sup>213</sup>.

“Os vestuários dos negros não oferecem proteção contra as intempéries”<sup>214</sup>, alertava Jardim sobre a necessidade de se manter os escravos com roupas suficientemente adequadas que, segundo ele, eram dados ao escravo, por ano, uma camisa e uma calça, que não podiam trocá-las mesmo quando molhadas por não possuírem outras. A falta de agasalhos provocava “apoplexias e congestões cerebrais”, pois o sol fustigante maltratava o corpo desprotegido dos escravos expostos ao sol. Para evitar esses males, os escravos

---

<sup>213</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>214</sup> *Idem*.

faziam outro ainda pior, a fim de minorar o calor do eito, costumavam beber água enquanto trabalhavam. Isso, segundo o autor, causava o cólera. Claro que à época não estava claro aos médicos a transmissão do cólera, e longe estavam da ligação entre o cólera e a bactéria causadora ou as péssimas condições de higiene; entretanto, a conexão entre o cólera e água já era observada. Com efeito, os escravos faziam uso das fontes e poças que encontravam pelo caminho para matar a sede durante a lida. As chances de se depararem com águas contaminadas eram grandes.

Diferentemente de Taunay, Jardim sugeria que o serão ou trabalho prolongado ao longo da noite era prejudicial. Ele responsabilizava essa prática pela oftalmia que penalizava os escravos. A noite deveria ser reservada “à restauração das forças perdidas”<sup>215</sup>; entretanto, em muitas fazendas, segundo Jardim, o trabalho de separação do café ou da cana continuava, ao relento, noite adentro. O horário reservado ao sono era pequeno, não sendo suficiente para o descanso após um longo dia de trabalho.

Habitações impróprias, construídas na maioria das vezes em terrenos alagadiços também foram alvos de crítica de Jardim. A economia na escolha do material trazia como consequência o adoecimento dos escravos, sobretudo pela malária. Citando o seu mestre, Dr. José Martins da Cruz Jobim<sup>216</sup>, ele descreve as escolhas para as construções da época, perto de águas paradas, pútridas, que imanavam mau cheiro; a casa feita de barro, com buracos por todos os lados, permitia a penetração das águas da chuva e o sereno. Dormir em esteiras e em habitações desse tipo era um risco e o solo úmido, segundo David Jardim, poderia resultar no tétano.

---

<sup>215</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>216</sup> JOBIM. José Martins da Cruz. *As moléstias que mais afligem a classe pobre do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro . Typographia Fluminense de Brito e Comp.1835.

O costume de fazer fogueiras dentro das casas era outro problema o qual Jardim chamava atenção. Segundo ele, os escravos corriam o risco de se queimarem durante a noite ao rolarem sobre o fogo, além disso, o aspecto dessas habitações não era agradável posto que a fuligem da fumaça enegrecia as paredes de barro. Por outro lado, Jardim concorda com Taunay quanto à inspeção semanal nas habitações de escravos e a construção de jiraus que impedissem que os escravos dormissem diretamente sobre o chão.

A fala de David Jardim nos leva a supor que muitas senzalas não seguiam esse padrão de construção. Muitos senhores economizavam nos materiais empregados ou deixavam que os escravos construíssem à sua própria maneira. É provável que nem todos os escravos possuíssem esteiras e cobertores e que as construções de habitações em terrenos alagados fossem muito comuns, portanto, Jardim nos traz, através de suas críticas, um panorama das condições escravas durante o século XIX.

Como médico, as enfermidades que afligiam os escravos não podiam lhe passar despercebidas. Jardim reclama do fato de que, em muitos casos, a morte do escravo poderia ter sido evitada se fossem seguidas as premissas básicas do cuidado com os enfermos. “Enferma muitas vezes o escravo” – reclama Jardim – “sem que o senhor tome conhecimento, e quando vem a saber já a moléstia tem feito progressos tais que é difícil atalhá-la”<sup>217</sup>, levando o escravo a óbito. Os remédios caseiros também são vistos como vilões por Jardim. Ele credita às práticas populares o tratamento inadequado de doenças que poderiam ser facilmente tratadas “se os cuidados da arte fossem logo aplicados”.

Nos casos dos castigos físicos, Jardim denuncia a prática de muitos feitores de, após aplicarem os castigos físicos nos escravos, lançarem mão de remédios nos vergões tais como: sumo de limão, sal e pimenta, a fim de evitarem a gangrena. No entanto, isso, além

---

<sup>217</sup> JARDIM, David Gomes. *Op. cit.* p. 15.

de trazer dores atrozes, piorava o estado das feridas levando ao tétano ou à infecção. Finalizando o seu trabalho, ele elabora um longo discurso sobre a humanidade no trato com os escravos e aconselha: “a dieta, o repouso, um ar salubre, um regime conveniente, um exercício moderado, e a limpeza são para o restabelecimento da saúde as condições mais favoráveis, sem as quais se tornam inúteis todos os meios”<sup>218</sup>.

Tais preceitos seriam, na visão do médico, os fatores que minorariam os males de que padeciam os escravos, que morriam pelas fazendas principalmente pela tísica, responsável pela alta mortalidade escrava.

Nesse mesmo mote de trabalhos que teciam severas críticas ao tratamento que muitos senhores davam a seus escravos, a tese médica *Algumas observações sobre a estatística sanitária dos escravos em fazendas de café*, de autoria do médico Reinhold Teuscher, também veio a contribuir no debate sobre o modo como os senhores, sobretudo no campo, deveriam tratar a escravaria. Nessa tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1853, era a intenção de Teuscher descrever a saúde e “o modo de viver” dos escravos do eito. Seu método de pesquisa se baseava na observação do modo de vida de 900 escravos de cinco fazendas na região de Cantagalo, durante cinco anos. Ao final, ele procurou descrever suas enfermidades e seus trabalhos, bem como a alimentação e a rotina empreendida diariamente. Seu trabalho foi utilizado por nós para fins de comparação, pois usamos os seus dados para confrontá-los com o que sabemos sobre a Imperial Fazenda de Santa Cruz do mesmo período.

Em sua descrição da região de Cantagalo, local onde estão as fazendas por ele pesquisadas, ele se refere a cursos de água rápidos, montanhas íngremes e uma temperatura média de 26 °C. Nesse local, as cinco fazendas citadas, a saber: Arêas, Boa Sorte, Boa

---

<sup>218</sup> *Ibidem*, p. 21.

Vista, Itaoca e Santa Rita, todas na região de Cantagalo, que hoje ocupa o centro-norte fluminense, desfrutaram de um clima agradável, ameno e, portanto, propício à vida do homem e à cafeicultura, principal atividade da região que fazia parte do famoso Vale da Paraíba em sua época áurea.

Apesar da localização propícia e a aparente atividade-fim a que se destinava o trabalho escravo, apenas metade dos escravos, fora as crianças, se ocupava da produção de café, o restante se dava aos serviços de tropa e obras na região. O gado tomava grande parte da região não utilizada para plantio, principalmente no momento em que a região de mata passava por um processo de desmatamento acirrado com a expansão da lavoura cafeeira.

No almoço e no jantar, relata Teusher, eram servidos aos escravos etapas “de angu de farinha de milho, de feijão bem temperado com toucinho, e de carne seca de dois em dois dias a ceia é canjica”<sup>219</sup>, que era preparada em comum e servida à vontade, segundo ele, os escravos comiam até se fartarem e os senhores não viam nisso problema algum. À noite, servia-se canjica para completar a refeição. As casas foram levantadas de pedra e cal e, na análise de Teuscher, eram bem construídas. Cobertas de telhas que protegiam os escravos das chuvas possuíam ainda janelas que possibilitavam melhor circulação do ar. Os cativos levantam-se entre quatro e cinco da manhã e as suas atividades só terminavam às vinte e uma horas. A vestimenta era composta de pano de linho grosso e uma camisola de lã.

Os motivos elencados por Teuscher como fatores de adoecimento dos escravos seriam, além da moradia úmida, longas jornadas de trabalho, má alimentação, pouco tempo reservado ao sono e ao descanso e os excessos sexuais. A terapêutica receitada por

---

<sup>219</sup> TEUSCHER, Reihold. *Algumas observações sobre a estatística sanitária dos escravos em fazendas de café*. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1853, p. 6.

Teuscher é empírica. Uma solução de ferro acompanhada de tônicos deveria resolver o problema, alertava o médico; entretanto, como as causas dos males não eram resolvidos, os escravos tornavam a apresentar os sintomas das doenças, vindo a óbito por diarreia crônica ou hidropisia generalizada. Aliás, os escravos tratados com ferro geralmente passavam a sofrer sérias complicações intestinais. Para minorar esse mal, a mistura de ferro e manganês era receitada, segundo o doutor alemão, em jornais da época, como solução à diarreia em decorrência do uso do ferro, porém Teuscher duvida de sua eficácia.

Para comprovar a sua observação sobre incidência da opilação ele cita o fato que dentre os adultos que morreram em Santa Rita, nos cinco anos analisados, dois terços faleceram de opilação<sup>220</sup>. Além disso, tal doença foi a responsável por pelo menos quinze dias de internação de cada escravo doente. A constipação era outro mal que afligia os escravos observados por Teuscher. Ela se manifestava acompanhada de problemas gástricos ou inflamatórios, levando os pacientes a se queixarem de dores de cabeça, braços, pernas, troncos e nuca. Após isso, sucediam calafrios, pele quente, fastio e, às vezes, febres que podiam ser tratadas com suadouros<sup>221</sup>.

Se as estações frias traziam as doenças acima, as mudanças climáticas traziam outras como a bronquite. No calor “grassavam” as diarreias e disenterias e as crianças escravas eram mais vitimadas por esta última. Segundo Teuscher, a febre intermitente não era um problema para os escravos, poucos faleceram nas fazendas em decorrência desse mal. Por outro lado, a diarreia causada por vermes intestinais se fazia frequente entre os escravos com menos de 12 anos. Até os vinte meses de vida, as crianças escravas também estavam suscetíveis ao que ele chama de “hepatite interessante” que, segundo ele, se

---

<sup>220</sup> *Idem.*

<sup>221</sup> *Ibidem*, p. 10.

manifestava, além dos problemas no fígado, por manchas negras como úlceras nas nádegas e nas partes posteriores da coxa, indicando a debilidade do cativo.

Teuscher acreditava que o mau estado de saúde dos escravos decorria da própria inaptidão dos escravos para tratarem a si mesmos, dificultando uma prática terapêutica eficaz. Esse pensamento o levou a cogitar que os escravos, ao usarem suas práticas populares, acabavam por piorar a situação na qual se encontravam. “Na sua falta de inteligência”, as mães “mal esclarecidas”, alertava Teuscher, não sabiam como tratar os filhos nem descrever os sintomas que as crianças apresentavam, por isso a doença conhecida como “mal de sete dias” ceifava tantos recém-nascidos que, segundo ele, era maior causadora de mortandade entre os cativos em tenra idade.

## 2.2 Comparação entre a Imperial Fazenda de Santa Cruz e as fazendas da região de Cantagalo

Os locais onde esses escravos eram mantidos cativos também podem e devem ser analisados no sentido de se buscar indícios sobre as condições de vida de um escravo rural XIX. Em nosso caso, o que nos interessa são as grandes fazendas de escravos que pudessem ser comparadas à Imperial Fazenda de Santa Cruz na quantidade de escravos, aos cuidados que eles recebiam e como eles mesmos elaboraram seus cuidados terapêuticos. Assim poderíamos dimensionar até que ponto a questão do tratamento dispensado aos escravos na Imperial Fazenda de Santa Cruz foi específica ou se outras comunidades escravas também reivindicaram a manutenção de seus costumes relacionados ao seu cotidiano dentro do universo simbólico partilhado pelos escravos.

Na sociedade escravista brasileira, como em muitas outras que dependiam do trabalho escravo, a quantidade de escravos estava diretamente relacionada à força de produção, ou seja, a capacidade de produção de um determinado gênero. Na segunda metade do século XIX, o gênero produzido de forma mais rentável será o café, portanto, muitas fazendas se deram ao trabalho de ocupar seus escravos na lavoura quase ininterruptamente. Por outro lado, a economia, além de impulsionar o crescimento dos grandes plantéis, iria nortear geograficamente a expansão em direção ao oeste do Rio de Janeiro chegando ao Vale do Paraíba, que compreendia as terras das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

### 2.2.1 População

As primeiras escravarias representadas na parte superior da tabela a seguir foram objeto de estudo do doutor alemão Teuscher que, como vimos no início deste capítulo, debruçou-se sobre as condições de vida, trabalho e saúde de escravos da região de Cantagalo. Naquele momento, ele não estava, evidentemente, preocupado em tabular todos os dados que colhera; no entanto, podemos usar alguns dados que ele nos fornece como exemplos das condições de vida a que estavam sujeitos os escravos de grandes fazendas na área rural do Rio de Janeiro, no século XIX.

As fazendas observadas por Teuscher localizavam-se na região de Cantagalo, no centro-norte fluminense<sup>222</sup>. Hoje, trata-se de um município que integra a região serrana do Estado do Rio de Janeiro, o qual ainda guarda as marcas de um passado áureo delineado

---

<sup>222</sup> “[...] em uma parte bastante montanhosa do paiz, com morros íngremes, vales estreitos e aguas de curso rápido, que em parte nenhuma formam pântanos [...] e termometro oscila entre 26° em janeiro e fevereiro e 7° de junho a julho” (*sic*) descrição de Cantagalo por Teuscher (1853, p. 5).

por extensos cafezais, cujo poder ditava as regras econômicas do Império. O Vale do Paraíba sobressaía-se, naquele momento, como o propulsor da economia que movia o Império e lá se estabeleceram as maiores fazendas do início do XIX em busca do lucro certo e alto. A reboque, o dorso escravo acompanhou o movimento em direção ao norte, ao mesmo tempo em que as matas iam sendo deitadas ao chão, abrindo espaço para as rubiáceas.

Crescendo cada vez mais, a região foi elevada a município em 1814, sendo desde então desmembrada sucessivamente em outros menores. Abrigou muitos imigrantes italianos e alemães, enquanto outros preferiram subir um pouco mais e ocupar a serra de Nova Friburgo. Mais tarde, a região de Cantagalo seria o local de nascimento de Euclides da Cunha (1866-1909), escritor, engenheiro, militar e jornalista que durante a sua vida deve ter assistido, a distância, os últimos espasmos da produção cafeeira, que seria suplantada pelos Barões do Café, do Vale do Paraíba, para onde se deslocaria o eixo da produção cafeeira do final do século XIX até a República, que ficou conhecida por “Velha”.

Entretanto, ainda hoje, quem visita o município percebe a riqueza produzida pelos escravos na região da lavoura cafeeira. Foi nesse ambiente sociocultural que Teuscher mergulhou ao visitar as fazendas, debruçando-se sobre as condições de vida daqueles que viviam em cativeiro. Uma região rica que conseguiu acumular o seu capital por duas poderosas vertentes: o tráfico de escravos e a produção cafeeira. É de se esperar, mas não necessariamente verdadeiro, que tais fazendas fossem abastecidas de gêneros alimentares, que possuíssem um numeroso plantel e os cativos ali existentes obtivessem, no limite do possível, as benesses de pertencerem a homens influentes e ricos. Até que ponto os dados colhidos pelo Dr. Teuscher podem comprovar essa hipótese? Quais seriam as diferenças entre os seus plantéis e o de Santa Cruz?

Tabela 3. Sexo e faixa etária dos escravos da região de Cantagalo e da Imperial Fazenda de Santa Cruz

Excluído: 1

Fazendas	Homens		Mulheres		Crianças		Total
	#	%	#	%	#	%	#
Areas e Itaoca (1850)	159	50,46	101	32,06	55	17,46	315
Boa Sorte (1850)	66	48,88	37	27,40	32	23,70	135
Boa Vista (1850)	76	52,41	49	33,79	20	13,79	145
Santa Rita (1850)	160	48,48	106	32,12	64	19,39	330
Imperial Fazenda de Santa Cruz (1799)	514	35,20	524	35,89	422	28,90	1460

A primeira coisa que nos chama atenção é a grande desigualdade de gênero apresentada pelas fazendas pesquisadas por Teuscher. Os homens são a maioria e, em muitos casos, como em Areas e Itaoca, perfazem mais de 50% do total. Tal característica possui suas raízes no tráfico negreiro que alimentou as lavouras, durante muito tempo, de braços masculinos devido à necessidade premente de mão de obra na lavoura cafeeira; assim, as fazendas produtoras de café possuíam mais homens que mulheres. Esse fator, como bem demonstrou a pesquisa realizada por Florentino e Góes, dificultava o acesso às mulheres, que permitia aos senhores usar desse artifício para submeter os solteiros às regras impostas<sup>223</sup>. Os casamentos deviam ser poucos, o que refletia na baixa proporção de crianças, apenas 17,46% em Areas e Itaoca e até mesmo 13,79% em Boa Vista. O que demonstra uma baixa reprodução endogâmica, o que não era, definitivamente, uma

<sup>223</sup> FLORENTINO, Manolo Garcia; GÓES, José Roberto Pinto de. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

preocupação dos senhores, porquanto o tráfico escravo, ainda que interprovincial, alimentava os plantéis.

Por outro lado, os dados mostram que em Santa Cruz não foi assim. Homens e mulheres estão em proporções quase equivalentes, cerca de 35% para cada gênero. Isto sugere um alto grau de parentesco via casamento, onde várias famílias escravas estavam agrupadas sob os laços do matrimônio. As mulheres não podiam ser usadas pelo Império como um instrumento de coação aos escravos, já que estavam disponíveis a todos o que, de certa forma, tranquilizava a escravaria impedindo rebeliões. Este subterfúgio já havia sido usado pelos jesuítas, grandes incentivadores dos casamentos entre os escravos no intuito de pacificá-los.

De todo modo, os escravos souberam aproveitar o incentivo e dele retiraram o que melhor lhes parecia como forma de sobrevivência, ou seja, a chance de planejar a futura família, ainda que dentro dos estreitos laços do cativo. A análise da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, no inventário de 1791, no Arquivo Nacional, demonstrou que dos 819 escravos adultos, 431 contraíram matrimônio, ou seja, mais de 50% do total. Foi notado também que 109 escravos eram viúvos, portanto, tendo contraído casamento em algum momento da vida. Isto demonstra que Santa Cruz possuía uma escravaria estável do ponto de vista familiar.

Os escravos sabiam que, de alguma forma, o casamento agregava-lhes a possibilidade não só de reconhecimento entre os seus pares, como também a possibilidade de uma nova fonte de sustento. Isso fica claro quando vemos o relatório do deputado Rafael de Carvalho, em vistoria à Fazenda, em 1837. Às vésperas do Golpe da Maior Idade, ele anotou os desperdícios cometidos na Fazenda e citou-os como uma das causas dos

problemas financeiros da Regência; os escravos possuíam várias regalias, dentre elas a *festança* de casamento:

No dia das bodas a família e as velhas entregão-se a todos os prazeres inocentes que tal cerimonia exige, e os conjuges têm da Fazenda mil reis em dinheiro, hum bocadinho de carne, arroz, feijão e toucinho para o banquete nupcial e alem disto 15 dias de férias para começar o seu estabelecimento.<sup>224</sup>

O deputado acreditava que os escravos aproveitavam-se da regalia e que por isso quase não havia escravas solteiras disponíveis, pois, segundo ele, tão logo completavam a idade, logo arrumavam pretendente. “Os casamentos são favorecidos”, reclamou o deputado, “e multiplicados pelas famílias, e acha-se sempre apta para tal a mulher que ainda não pariu”<sup>225</sup>. Carvalho não percebeu que, como demonstrou Carlos Engemann, o plantel de escravos de Santa Cruz possuía um alto índice de famílias encabeçadas por escravos casados que figuravam nos inventários. Esta situação não era comum entre as escravarias do sudeste brasileiro, conforme notou a historiadora Márcia Cristina de Vasconcellos, ao estudar as famílias escravas de regiões como Angra dos Reis, na passagem do primeiro para o segundo quartel do século XIX.

Ao debruçar-se sobre as questões de gênero e família escrava, Márcia Vasconcellos encontrou um índice de 67% de famílias matrifocais, ou seja, famílias chefiadas apenas pela mulher, com filhos advindos de uma relação não legitimada pela Igreja Católica, o que poderia ser chamado de “mãe solteira”<sup>226</sup>. Na verdade, a existência dessas famílias

<sup>224</sup> Museu Imperial de Petrópolis. CARVALHO, Deputado Rafael. “Resolução nº 144 de 1837, Comissão das Contas do Tutor de S. M. e AA”

<sup>225</sup> *Idem*.

<sup>226</sup> VASCONCELLOS, Márcia Cristina de. “Mães solteiras escravas no litoral sul-fluminense, século XIX”. In: *Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero: diáspora, diversidades e deslocamentos*. Disponível em: [www.fazendogenero.ufsc.br/.../1267964048\\_ARQUIVO\\_Maessolteirasescravasnolitoralsul-fluminense,seculoXIX.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/.../1267964048_ARQUIVO_Maessolteirasescravasnolitoralsul-fluminense,seculoXIX.pdf). Acessado em 20/05/2010.

matrifocais foi um traço característico da vida em cativo, pois muitos plantéis possuíam famílias formadas apenas por mãe e filhos. Contudo, diferentemente do que foi aventado pelo censo comum, percebido até mesmo no discurso do deputado Rafael de Carvalho, visto anteriormente, tal situação não decorria da falta de laços de parentesco ou de um ambiente onde a promiscuidade e troca de parceiros era comum; na verdade, como ressaltamos na introdução desta tese, estudos historiográficos do final do século XX tais como os de José Roberto Góes, Manolo Florentino, Robert Slenes, e Sheila Faria demonstraram que a existência de escravas à frente de núcleos familiares se deveu ao cenário adverso da escravidão, em que os senhores violentavam as escravas, ou separavam as famílias ao venderem os escravos do sexo masculino<sup>227</sup>.

Na Imperial Fazenda de Santa Cruz não havia uma grande quantidade de escravas à frente das famílias, pois como observou Engemann, eram os “escravos casados, às vezes viúvos quem figurava à frente dos núcleos familiares”. Daí o espanto do deputado Rafael de Carvalho ao notar que a maioria das escravas eram casadas dentro dos ditames da Igreja Católica.

O resultado do grande número de escravos casados talvez fosse um prole numerosa daí o grande número de crianças em Santa Cruz demonstrado na Tabela 1: Sexo e faixa etária nas fazendas de Cantagalo e na Imperial Fazenda Santa Cruz, vista anteriormente. Ela apresenta 422 crianças (28,90%) contra quase 20% nas fazendas de Cantagalo, um número considerável e que pôde indicar um crescimento endógeno não verificado em

---

<sup>227</sup> Sobre este aspecto da família escrava, ver: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; FLORENTINO, Manolo Garcia & Góes, José Roberto. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999;

outros plantéis. A pirâmide etário-sexual da Imperial Fazenda Santa Cruz abaixo pode nos confirmar isto:

Gráfico 2. Pirâmide etário-sexual da Real Fazenda de Santa Cruz (1799)  
Fonte: Arquivo Nacional (RJ). Inventário da escravatura da Real Fazenda de Santa Cruz, 1799

Esse gráfico alargado na base demonstra que havia em Santa Cruz uma população muito jovem, formada por uma grande quantidade de pequenos que, até os 7 anos de idade, estavam protegidos do trabalho do eito e recebiam o amparo e alimentação necessária no hospital, pois como ressaltamos no primeiro capítulo, os escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz até 7 anos de idade não trabalhavam no eito, pois compunham a *esquadra dos mínimos*, obrigados apenas a colher as ervas daninhas no entorno do Paço depositando-as à frente do hospital. A pirâmide etária também nos mostra que, dos 8 aos 15 anos, a vida dos cativos de Santa Cruz era mais difícil, marcada, sobretudo, pelo aumento da mortalidade demonstrada na figura pelo achatamento da pirâmide neste setor. Contudo, vencida essa fase, a vida se tornava mais amena, as relações sociais já estariam sendo tramadas e os laços de parentesco firmados<sup>228</sup>. Assim, pelo menos dos 20 aos 30 anos vemos um aumento

---

<sup>228</sup> A análise nos inventários da Imperial Fazenda de Santa Cruz tem demonstrado que os escravos se casavam, por costume, após os 20 anos de idade.

da população que diminuiu gradativamente com o avançar dos anos, permitindo, no entanto, a existência de escravos centenários. O estrangulamento verificado nesse setor da pirâmide pode expressar não só o deslocamento da mão de obra ou de famílias para outras regiões assim como um período em que tais escravos poderiam conseguir as suas alforrias, não figurando assim no rol de escravos da Fazenda.

### 2.2.2 O trabalho

Como observamos anteriormente, a jornada de trabalho em Cantagalo era bastante extensa. O trabalho escravo iniciava-se entre quatro e cinco horas da manhã e se estendia até às vinte e uma horas. Vimos também que até mesmo Taunay recomendava um período de trabalho “marcado pela duração do dia”<sup>229</sup>, após isto o trabalho poderia se estender até às vinte e uma horas apenas em dias frios. Com efeito, Teuscher não observou essa exceção e sim o costume, pois os escravos somente retornavam às fazendas às vinte e uma horas.

Como vimos anteriormente, David Jardim lançou severas críticas às longas jornadas de trabalho e as culpou pelas doenças que observara em sua pesquisa, sobretudo a oftalmia<sup>230</sup>. Diferentemente na Imperial Fazenda de Santa Cruz, o trabalho escravo não era composto de longas jornadas. Acordavam às quatro horas da manhã, estavam em suas tarefas às seis horas, mas às dezoito horas já estavam na Fazenda, a próxima atividade era a ceia às vinte e uma horas, de modo que pouco depois já estavam cada um em sua senzala<sup>231</sup>. Não sabemos ao certo o que os escravos faziam entre as dezoito e vinte e uma

---

<sup>229</sup> TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. cit.* p. 65.

<sup>230</sup> JARDIM, David Gomes. *Op. cit.* p. 12.

<sup>231</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.*, 1987, p. 225.

horas, mas acreditamos que os escravos não estivessem trabalhando, senão em tarefas amenas, pois não há registro de trabalho noturno na Fazenda.

Nas fazendas observadas por Teuscher, cada escravo colhia anualmente de cinco a seis mil pés de café; cem alqueires de milho, oito de feijão e sete de arroz<sup>232</sup>, mas dos anos 20 a 30 do século XIX, início da expansão cafeeira, um escravo colhia, no máximo, dois mil pés de café<sup>233</sup>. O motivo para este aumento de trabalho está diretamente relacionado ao aumento da produção do café verificado na metade do oitocentos. Esses dados revelam que os escravos da região de Cantagalo colhiam muito mais pés de café que os escravos antilhanos e dominicanos. Tanto foi assim que, no Brasil, para que os escravos produzissem mais, alguns senhores recorriam ao expediente de pagar pelo excedente produzido pelos escravos e incentivá-los a trabalharem aos domingos de forma remunerada. Entretanto, Teuscher não faz menção em momento em algum ao fato de que os escravos recebessem pelo excedente produzido, como ocorria nas fazendas do Oeste Paulista<sup>234</sup>. Isso quer dizer que os escravos da zona de Cantagalo estavam obrigados a uma excessiva carga de trabalho e uma longa jornada.

### 2.2.3 As condições vida

Nesta seção procuramos analisar as escravarias em questão sob o ponto de vista das condições de vida às quais eram submetidos os seus componentes; elegemos os quesitos alimentação, saúde e moradia como fatores cruciais para compreendermos sob quais

---

<sup>232</sup> TEUSCHER, Reihold. *Op. cit.* p. 6.

<sup>233</sup> MARQUESE, Rafael Bivar. Diáspora Africana e escravidão e a paisagem da cafeicultura no vale do Paraíba Oitocentista. *Amanack Braziliense*, Brasília, n. 7, p. 142, maio de 2008.

<sup>234</sup> *Idem.*

circunstâncias sociais os escravos viviam. Tais quesitos sociais refletem com maior exatidão as necessidades básicas inerentes ao ser humano e a manutenção dos vínculos sociais, o que lhes confere uma clara noção de sujeito em um grupo maior no qual estão inseridos. Mesmo em um contexto extremamente contraditório como a escravidão, essas necessidades básicas relacionadas ao habitar, se alimentar e manter a integridade física e psicológica eram condições *sine qua non* ao bem-estar, o seu prolongamento e, se possível fosse, o alcance da tão sonhada liberdade. Nesse sentido, a observação desses fatores se faz necessária no momento em que desejamos comensurar a capacidade que os escravos possuíam de sobreviver sob as mínimas condições possíveis.

#### 2.2.4 Habitação

No que concerne à habitação em Cantagalo, as senzalas eram, segundo a observação do doutor alemão, bem construídas, arejadas, feitas de cal e com telhas. Já o viajante Von Tschudi, que esteve na região de Cantagalo no início do século XIX, descreveu as senzalas dessa região assim:

“Existem em geral dois edifícios compridos, de construção primitiva, as chamadas senzalas ou habitações dos negros, onde os homens são alojados separadamente das mulheres”, além disso, elas possuíam “janelas com grades, ou então, em vez das janelas, uma abertura abaixo do teto, a 12 pés (4,1 m) acima do solo, que permitia a ventilação e a iluminação suficientes para todo o recinto”.<sup>235</sup>

Como se pode ver, as senzalas da zona do Cantagalo eram altas, possibilitando o arejamento do ambiente, levantadas acima do solo, possuindo janelas e portas, mas esta não

---

<sup>235</sup> TSCHUDI, J. J. Von *apud* SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações da família escrava - Brasil sudoeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 152.

era, definitivamente, a realidade vivenciada pela maioria dos escravos nos grandes plantéis, pois, como vimos, Jardim criticava ferrenhamente os senhores que economizavam na construção das senzalas. Portanto, ainda em 1863, o padre Antônio Caetano da Fonseca precisava exortar aos senhores a forma correta de se erigir uma senzala:

Quando se construírem as senzalas, escolherão, no quadro do terreiro, o lugar exposto ao vento do norte. Este lugar deve ser mais alto um palmo que o chão exterior, de forma que as águas das chuvas não possam umedecer o interior das senzalas; estas senzalas serão bordadas de uma varanda de seis palmos pela frente e serão repartidas em quartos de quatorze palmos em quadros para preto. Em cada um destes quartos haverá uma tarimba de tábuas com altura de dois palmos do chão para o preto nela se deitar. Em cada uma destas tarimbadas haverá uma esteira de palha de bananeira, uma colcha de lã grossa e um travesseiro de pano grosso de algodão, cheio de farelo de milho.<sup>236</sup>

O fato é que não havia uma regulamentação sobre tal assunto, cada senhor construía a sua fazenda a seu bel-prazer, portanto, custa-nos acreditar que muitas senzalas possuíssem uma borda de varanda, como sugere o padre Fonseca. O que havia eram habitações precárias e superlotadas. A padronização só se daria, segundo Rafael Marquese, no Vale do Paraíba por motivo de controle. O que sabemos sobre isso é o fato de haver três tipos de vivendas – senzalas – de escravos: senzala "pavilhão", edifício único com pequenos cubículos separados para solteiros e casados; senzalas "barracão", onde viveriam escravos e escravas em grandes recintos separados; senzalas "cabanas", onde viveriam escravos casados ou solteiros do mesmo sexo<sup>237</sup>. Em Santa Cruz, o que havia era esse último exemplo, cabanas com separação entre os casados, geralmente feitas de cal e com telha de capim. Debret, ao visitar a região, deixou-nos um raro exemplo destas vivendas de escravos, vista na Figura 2 em anexo.

---

<sup>236</sup> ANDRADE, Rômulo. "Demografia escrava: compadrio e legitimidade, doenças e mortalidade de adultos e crianças Rio de Janeiro e Minas Gerais, 1847-1888". *Anais da Anpuh*, 2007, p. 137.

<sup>237</sup> SLENES, Robert *apud* MARQUESE, Rafael Bivar. *Op. cit.* 2005, p. 166-167.

Debret, quando de passagem pela Imperial Fazenda de Santa Cruz, nos anos 20 do século XIX, pintou a região de casario de escravos e o palácio, ou seja, o Paço Imperial, aquela que seria a residência da família real quando em descanso na Fazenda. Ao fundo e ao centro observa-se o paço, antiga residência dos jesuítas, agora restaurada para abrigar a família real; à frente dela temos a cruz que deu nome à região e onde os escravos, após rezarem a missa, se reuniam antes da lida diária para a distribuição das tarefas; à esquerda e abaixo, Debret retratou as senzalas que, como podemos notar, eram em forma e tamanho variados dando lugar a ruas e vivendas observadas por Freitas como sendo “em pequenos quarteirões, com pequenas travessas e jamais dali (os escravos) se afastavam”<sup>238</sup>. Eram construídas a cal e barro batido, possuíam telhas e janelas para ventilação, mas sem menção a grades, mas na visão do viajante Feldener elas eram toscas e não “contribuíam para o embelezamento do local”<sup>239</sup>. Contudo, nota-se a separação entre senzalas maiores e menores, o que nos faz supor que havia diferenças entre os escravos casados e solteiros, como o demonstrado em outras regiões do oeste Paulista<sup>240</sup>.

A prescrição de que elas estivessem limpas, como vimos em Taunay no início deste capítulo, nos sugere que o ambiente interior das senzalas não era asseado, necessitando sempre da intervenção higiênica do senhor<sup>241</sup>, mas essa não era a realidade de todas as vivendas. Graham registrou sobre uma fazenda de Itaparica o seguinte: “Entre em várias das cabanas e acheia-as  **muito limpas**  e mais  **confortáveis**  do que esperava. Cada um contém quatro ou cinco quartos e cada quarto parecia abrigar uma família” (grifo nosso)<sup>242</sup>.

---

<sup>238</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 249.

<sup>239</sup> ADALBERTO, Príncipe da Prússia. *Brasil: Amazonas-Xingu*. Tradução de Eduardo de Lima Castro. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 382.

<sup>240</sup> ANDRADE, Rômulo. *Op. cit.* p. 137.

<sup>241</sup> TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. cit.* p. 74.

<sup>242</sup> GRAHAM, M. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Edusp, 1990, p. 178.

Nota-se que a ideia de sujeira ou higiene está mais na retina do observador e na ênfase que destaca aos elementos observados. Graham destacou os aspectos familiares do ambiente nas suas divisões do cômodo, enquanto Taunay estava preocupado com os utensílios, os panos e os estrados dos escravos, demonstrando um pouco do que pensava a respeito da capacidade dos negros em se autogerirem. O fato é que o ambiente dos escravos em relação às moradias dos livres ou homens brancos era inferior em qualidade de vida, o que lhes conferia o aspecto de precariedade ligada mais à pobreza que à higiene. Por isso, conforme relatou Teuscher, em regiões mais abastadas como a zona do Cantagalo as senzalas eram melhor construídas, enquanto as regiões mais pobres refletissem a condição de vida dos próprios senhores ou as parcas economias dos escravos. A senzala na Figura 3, em anexo, exemplifica de forma coerente o proposto.

Vê-se, pois, uma senzala construída de forma regular, com telhado de barro e não de palha, as paredes são feitas de reboco e há portas para o acesso à vivenda. Percebe-se a definição entre os cômodos, demonstrando uma possível separação entre casados e solteiros. Prostrados às portas, escravos aguardam o início do trabalho ao lado de suas ferramentas. A imagem é limpa e de uma aparente calma demonstrada pela disposição das figuras, demonstrando um pouco da pujança daqueles a quem pertenciam os escravos. Contudo, Rugendas conseguiu captar outro lado de uma habitação de escravos, o seu interior, conforme pode ser visto na Figura 4, em anexo, intitulada *Negros novos*, de Rugendas. Nesse caso, o artista preferiu captar o interior da habitação como se desejasse desnudar não só o interior da casa, mas o próprio sistema escravista visto por dentro. Intimamente, ele revela uma escrava com seios desnudos cercada por uma menor que pode ser sua parente. No canto, escravos prostrados ao chão em tom de desânimo e desolação. Tudo sob o olhar atento de um feitor posto à porta, deixando-nos ver a luz do lado exterior,

representando um outro mundo, o dos brancos. No campo material, não muito distante do simbólico, temos uma porta malfeita, solo áspero, e paredes de pau-a-pique nada parecidas com as que vimos anteriormente. Muito próximo desta visão temos a descrição do pastor Walsh que, em viagem ao Brasil, assim descreveu as senzalas que viu na zona rural do Rio de Janeiro:

As choças eram muito toscas, feitas com paus e cobertas com folhas de palmeira, e seu teto era tão baixo que só no centro dela uma pessoa conseguia manter-se perfeitamente ereta. Um tabique feito de vime trançado dividia as choupanas em dois cômodos. Num deles cabia apenas uma cama, armadas sobre paus, no outro ardia um fogo, que era mantido permanentemente aceso mesmo nos dias mais quentes; uma porta de taquara trançada vedava a entrada.<sup>243</sup>

O relato do reverendo Walsh está em conformidade com as reclamações do médico David Jardim, acerca das péssimas condições de habitação dos escravos e se aproxima do retratado por Debret e Rugendas e, se levarmos em conta que nem todos os possuidores de escravos tinham de fato posses, podemos imaginar que muitos escravos viviam sob tais condições. Contudo, a Imperial Fazenda de Santa Cruz está na região intermediária entre ambas as descrições, as vivendas de escravos não eram tão precárias quanto as relatadas por Debret, mas também não se comparavam às grandes fazendas da região de Cantagalo, zona cafeeira. Por outro lado, ela reflete a organização do espaço e a separação entre os grupos familiares, o que seria o primeiro passo para o rearranjo de um novo lar. Antes de tudo, ela demonstra muito da autonomia dos escravos em construir suas próprias moradas o que desonerava o Império, haja vista ela terem sido erguidas com o fruto do suor dos escravos em suas horas livres.

---

<sup>243</sup> WALSH. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1985, p. 172.

Com efeito, a imagem retratada por Debret sobre Santa Cruz, no início desta seção, demonstra uma pluralidade de habitações, pequenas e grandes, com janelas e sem janelas, refletindo a hierarquia constituída pelo “estado civil” do escravo; escravos casados separados dos solteiros, mulheres solteiras separadas dos rapazes e, mais, as vivendas parecem refletir a economia, ou seja, a posse dos escravos que as constroem.

#### *2.2.5 Alimentação e saúde*

Resta-nos a verificação de como era a alimentação na Imperial Fazenda de Santa Cruz e confrontá-la com o que era preconizado nos manuais e teses analisados nesse capítulo; assim poderemos situar a Fazenda dentro de um quadro geral no qual buscamos a sua especificidade histórica. Entretanto, tal quesito não pode ser analisado dissociadamente dos fatores de adoecimento, tendo em vista que a deficiência alimentar está fortemente relacionada às doenças. Portanto, analisamos os dados sobre a alimentação e saúde dos escravos dialeticamente, demonstrando a íntima relação entre ambas enquadrando-as em contexto social escravista no qual muitas das doenças, como bem demonstrou Kenneth Kiple, eram fruto de uma dieta alimentar precária. Para compor esse enquadramento, daremos continuidade aos exemplos retirados das fazendas da região do Cantagalo, pesquisada por Teuscher e compará-las aos de Santa Cruz.

A deficiência alimentar influenciava diretamente na duração e na qualidade de vida dos cativos, bem como na sua força de trabalho e reprodução e isso não é nenhuma novidade. Entretanto, ainda carecemos de pesquisas que perscrutem devidamente sob quais condições de vida, estavam tais escravos e até que ponto este fator foi importante, uma vez

que grande parte da população brasileira, durante o século XIX, alimentava-se de forma precária.

Na Imperial Fazenda de Santa Cruz os escravos se alimentavam dos mesmos víveres disponíveis em outras escravarias do sertão carioca, entretanto a Fazenda gozava de certas particularidades. Havia basicamente três tipos de alimentação na fazenda, uma era padronizada e servida aos escravos do eito e dela alimentavam-se os cativos que estivessem fora dos domínios da Fazenda, portanto, longe de suas casas; a segunda era obtida pelos próprios escravos através da roça que plantavam e nela trabalhavam ao menos três dias por semana, sendo dispensados do serviço da Fazenda para tal fim; a terceira constituía-se de uma espécie de sopa fornecida às crianças (menores de 7 anos), aos escravos inválidos, aos idosos, aos doentes e à guarnição de serviço no hospital de escravos. Propositalmente, deixamos esta última opção para o terceiro capítulo desta tese e nos ateremos às duas primeiras, pois são as mais encontradas nas grandes *plantations* brasileiras, portanto, as que nos servem de parâmetro de comparação entre as grandes escravarias.

A ração padrão servida aos escravos do eito ou distantes da Fazenda era composta de carne seca e farinha de mandioca, no almoço. À tarde, eles recebiam uma segunda etapa composta de arroz e feijão cozidos na gordura de carne bovina. À noite, por ocasião da ceia, os escravos comiam frutas sobre as quais não temos informações<sup>244</sup>.

Parece que no primeiro caso – ração servida aos escravos do eito –, as premissas ditadas por Taunay estavam sendo seguidas, pois a alimentação servida em medidas parcelares, mas nunca completa em si, lembra-nos Taunay, no início deste capítulo, alertando sobre a necessidade de se motivar os escravos ao trabalho através da comida.

---

<sup>244</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 225.

Entretanto, menos diversa do que ele propunha, já que ele aconselhava a inclusão de carne fresca e peixe na dieta escrava<sup>245</sup>.

Por outro lado, a segunda opção de alimentação na Imperial Fazenda de Santa Cruz, obtida em seus próprios roçados, vai frontalmente contra o pensamento de Taunay, para quem os escravos não deveriam possuir a sua produção de subsistência. A razão para isso talvez seja uma medida compensatória, ou seja, o Estado proporciona uma alimentação precária, mas, por outro lado, permitia ao escravo complementar a sua dieta com alimentos não oferecidos. Outro fato digno de nota é a questão de os escravos de Santa Cruz não perceberem carne fresca em sua dieta já que a Fazenda era maior entreposto de carne verde do Império e abastecedora de toda a região Sudeste. Com efeito, ofertar aos escravos a carne que a Fazenda produzia inviabilizava a produção, daí os escravos não terem acesso à carne fresca como em outras fazendas, ainda que em pouca quantidade como Taunay propunha (200 g) por dia. “Nas fazendas analisadas por Teuscher a escravaria se servia de angu, feijão com toucinho, e de **carne seca de dois em dois dias**”<sup>246</sup> (grifo nosso) e na ceia recebiam canjica, demonstrando que a dieta da região de Cantagalo era mais pobre nutritivamente e menos variada, porém o observador ressalta que os escravos comiam até se fartar e, na visão dele, eram bem alimentados. Porém, eles não possuíam roças como em Santa Cruz, dependendo apenas dos seus senhores.

Os escravos das zonas cafeeiras eram sustentados pelos seus senhores. “Meu senhor [...] me dá bastante de comer”, anotou o viajante a fala de um escravo pertencente a um cafeicultor da região do bananal, distrito de Itaguaí, em 1830. A análise na documentação de onde o historiador Rômulo Andrade pinçou esta fala demonstrou que “nas fazendas de

---

<sup>245</sup> TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. cit.* p. 61.

<sup>246</sup> TEUSCHER, Reihold. *Op. cit.* p. 6.

café, a alimentação do escravo era fornecida pelo proprietário<sup>247</sup>, desde que esses não possuíssem roçado; neste caso, os senhores se desonerariam do sustento dos cativos. Assim como em Bananal, a zona de Cantagalo, que também era uma região de produção cafeeira, não fugia à regra: os escravos recebiam a alimentação dada pelos senhores, mas, como se nota, Santa Cruz ainda mantém certa autonomia em relação àquela no que diz respeito à dieta do escravo, pois, este era o segundo modo pelo qual o escravo obtinha sua alimentação: uma roça própria. Tal autonomia, com certeza, proporcionava ao escravo da Imperial Fazenda de Santa Cruz condições de uma organização em termos de previsão futura e um desligamento das tarefas em troca do alimento fornecido pelo senhor. Nesse sentido, podemos dizer que os escravos santa-cruzenses levavam vantagem em relação aos escravos das lavouras cafeeiras que não possuíam roças próprias, pois permitia-lhes uma dieta mais saudável. Além disso, o historiador Schwartz acrescenta que tal possibilidade lhe permitiria vender o seu excedente, o que lhe seria útil no caso da compra de sua possível alforria<sup>248</sup>.

Mas até que ponto esses tipos de alimentação eram ou não suficientes? Encarando a dieta nutricional como um termômetro das condições de vida dos escravos, Kiple elaborou um estudo sobre os escravos da região Caribe que pode nos ajudar a pensar nas questões levantadas em nossa tese concernentes ao modo de vida dos escravos na Imperial Fazenda de Santa Cruz.

Como se sabe, no Brasil, a alimentação básica do escravo era a mandioca. Tal fato, como vimos no início do capítulo, foi duramente criticado por Jobim por todos os motivos já elencados ali. Entretanto, a bem da verdade, a mandioca fazia parte da refeição da

---

<sup>247</sup> ANDRADE, Rômulo. *Op. cit.* p. 100.

<sup>248</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Roceiros e rebeldes*. Bauru/SP: EDUSC, 2001, p. 99.

maioria dos brasileiros durante o século XIX<sup>249</sup>. Em Santa Cruz, não era diferente. O viajante austríaco, Príncipe Adalberto, comentou “o jantar foi também bom”, referindo-se à refeição servida na casa que o hospedou a caminho de Santa Cruz e continuando confessou: “até o pão não faltou, o pão que a poucas léguas de distância do Rio sempre falta. Em lugar dele come-se farinha de mandioca com tudo. Experimentei-a hoje pela primeira vez, mas quase que não pude engoli-la”<sup>250</sup>.

Apesar de ser a base da dieta alimentar, a mandioca, segundo Kiple, não proporcionava uma dieta saudável, pois este alimento é pobre em proteínas e essa carência poderia ser agravada caso tais escravos não possuíssem a possibilidade de supri-la com proteína animal<sup>251</sup>. O que de fato agrava esse quadro é o fato de os escravos não receberem carne fresca e sim salgada, o que retira da carne a maioria dos seus nutrientes e proteínas. Kiple cita o exemplo de escravos das Bahamas, que usavam o tempo livre para complementarem as suas dietas com carne fresca, peixe e o cultivo do milho e o resultado dessa dieta foi a formação de novas gerações de escravos mais fortes e mais altos que os africanos recém-chegados e crioulos do mesmo período em outras regiões do Caribe<sup>252</sup>. Mesmo o arroz que era ofertado aos escravos era pobre em proteínas e, em Santa Cruz, o cultivo desse alimento era uma das tarefas fundamentais dado aos alagadiços e brejos que a região possuía. Os escravos, além de o produzirem, se alimentavam dele no jantar, o que não contribuía muito na tabela nutricional. Outra carência nutricional a que os escravos

---

<sup>249</sup> MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. 2004, p. 24.

<sup>250</sup> ADALBERTO, Príncipe da Prússia. *Op. cit.* p. 75.

<sup>251</sup> KIPLE, Kenneth F. *The caribbean slave, a biological history*. Londres: Cambridge University Press, 2002, p. 87.

<sup>252</sup> *Idem.*

estavam submetidos era a falta da *tiamina* encontrada em cereais, legumes, leite e ovos<sup>253</sup>. A falta dessa vitamina pode resultar em várias complicações tais como: insônia, nervosismo, irritação, fadiga, depressão, perda de apetite e energia, dores no abdômen e no peito e outras<sup>254</sup>.

Os índices de morbidade e mortalidade podem, finalmente, finalizar a comparação entre ambas as escravarias. O mapa de atendimento do hospital de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, no final da primeira metade do XIX, quando confrontados com os dados apresentados por Teuscher no mesmo período nos mostram uma grande diferença entre a quantidade de escravos que adoeciam ou morriam anualmente. A Tabela 2: Dados comparativos de morbidade e mortalidade nas fazendas do Cantagalo e Santa Cruz, em 1847 e 1848 nos ajuda em nossa hipótese de que os escravos de Santa Cruz possuíam uma condição de vida melhor que em áreas de grande produção de café como a região de Cantagalo.

Tabela 4 | Dados comparativos de morbidade e mortalidade nas fazendas do Cantagalo e Santa Cruz, em 1847 e 1848

Excluído: 2

1847	População <sup>255</sup>	Escravos		Crias		Total	
Santa Rita e Boa Sorte	465 <sup>256</sup>	#	%	#	%	#	%
Doentes		516	110	S/D	S/D	516	110
Morreram		5	1,07	5	1,07	10	2,14
1848	População	Escravos		Crias		Total	
Doentes	460	494	107,00	S/D	S/D	494	107
Morreram		6	1,30	10	2,17	16	3,47

<sup>253</sup> MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Op. cit.* p. 45.

<sup>254</sup> KIPLER, Kenneth F. *Op. cit.* p. 95.

<sup>255</sup> Entende-se por população, na nossa análise, como a quantidade de indivíduos de um determinado conjunto de pessoas de uma região, de um grupo ou categoria social, ou mesmo um plantel de escravos.

<sup>256</sup> Somando-se os números das duas fazendas.

1847	População	Escravos		Criias		Total	
<b>Imperial Fazenda Santa Cruz</b>	1772	#	%	#	%	#	%
Doentes		244	13,76	72	4,06	316	17,83
Morreram		15	0,84	18	1,01	45	1,85
1848	População	Escravos		Criias		Total	
Doentes	1770	417	23,55	62	3,50	479	27,06
Morreram		15	0,84	10	0,56	25	1,41

Fontes: TEUSCHER (1853); MIP - Relatório do cirurgião Joaquim Antonio D'Oliveira sobre atendimento no Hospital de escravos da IFSC (1847-9).

Grande era a quantidade de escravos que adoecia constantemente em Cantagalo. Traduzindo-se em porcentagem, diríamos, segundo os dados da Tabela, que 110% dos escravos da região adoeciam anualmente, em outros termos, isto equivaleria a dizer que todos os escravos, pelo menos uma vez, passavam pela enfermaria da fazenda desfalcando o efetivo escravo constantemente, entretanto, apenas 5% dos escravos vinham a óbito. Essa alta rotatividade dos escravos nas enfermarias demonstra um ambiente altamente insalubre e condições de vida muito precárias.

Por outro lado, em 1847, os índices de mortalidade da Imperial Fazenda de Santa Cruz, não passam de 1,85% contra os 2,14% de Cantagalo; uma diferença equivalente a 0,29%. No ano seguinte ao analisado, Santa Cruz obteve uma mortalidade de 1,41% enquanto em Cantagalo novamente a mortalidade foi mais alta, chegando a 3,47%, nesse caso uma diferença de 2,06%. Disso derivava a percepção do médico alemão de que as condições sob as quais os escravos estavam sujeitos, de uma forma geral, eram péssimas e favoráveis à proliferação de agentes patológicos que dizimavam os plantéis mesmo entre escravarias relativamente médias, supostamente, mais bem tratadas pelo fato de

pertencerem a ricos senhores. Quando comparamos os dados de Cantagalo aos que temos sobre a Imperial Fazenda de Santa Cruz vemos a disparidade entre as condições de vida em ambos os plantéis.

Finalmente, cabe lembrar que a realidade das condições de vida vivenciada pelos escravos de Santa Cruz não foi a mesma experimentada pelas demais escravarias do Brasil como um todo e, isto é um fato. Os diversos plantéis espalhados pelo sudeste subsistiram em um cenário extremamente adverso, marcado pelos maus tratos e todos os abusos permitidos à escravidão. Ao analisar as escravarias da região de Inhaúma, o historiador José Roberto Pinto de Góes, em diversos inventários *post mortem*, demonstrou que, de uma forma geral, as crianças escravas de plantéis mais distantes do centro eram marcadas pelas altas taxas de mortalidade.

Nesse contexto, aos 11 anos, a maioria das crianças já era órfã, pois, “aqueles que escapavam da morte prematura iam aparentemente perdendo os pais”<sup>257</sup> e poucas delas ultrapassariam a faixa dos 50 anos de vida; frequentemente a morte desatava os laços familiares e, mais tarde os batizados criavam outros. A sociabilidade escrava se dava através desses laços de compadrio que uniam escravos não só em um mesmo plantel, mas também entre plantéis pertencentes a senhores diferentes<sup>258</sup>. Assim os escravos recriavam seus laços sociais e conseguiam “um amparo” nu *parente* próximo na ausência dos pais.

Quanto à questão demográfica, em outros plantéis da América do Sul, Cacilda Machado demonstrou que, de uma forma geral os escravos eram compostos majoritariamente pelo sexo masculino o que gerava a situação de “dois homens para cada

---

<sup>257</sup> FLORENTINO & GÓES. “Morfologia da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVII e ”IX”. In: FLORENTINO, Manolo G.(Org. ). *Tráfico, cativo e liberdade. Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 210, 212.

<sup>258</sup> *Ibidem*, p. 215.

mulher”<sup>259</sup>. Além disso, em decorrência de um cenário em que a reposição de mão de obra se fez intensamente via tráfico negreiro, o que por sua vez gerou um desprezo com relação a medidas de preservação da vida de recém-nascidos e o cuidado com aqueles fora da faixa etária produtiva – idosos –, a idade média dos escravos situava-se em torno de 28 anos e as taxas de mortalidade eram altíssimas, o que levou os autores a concluir que as famílias eram “meros resíduos da interação entre escravos, com graus ínfimos de estabilidade”<sup>260</sup>.

Ao comparem tais escravarias com a da Imperial Fazenda de Santa Cruz, os autores chegaram a propor que uma das diferenças entre as escravarias citadas e a do Imperador, era justamente o fato dela não ser periodicamente abastecida pelo tráfico negreiro o que por fez dos escravos santa-cruzenses uma “comunidade fechada”, ou seja, desprovida dos elementos que desequilibrariam a demografia escrava, pois não havia novas almas a serem inseridas na comunidade escrava a não ser via nascimento<sup>261</sup>.

## Conclusão

Neste capítulo procuramos demonstrar a natureza da administração escrava que regia a escravaria de Santa Cruz. Remontando a era jesuítica, analisamos os principais textos que deram origem a uma forma de gestão dos escravos ancorada na premissa das obrigações recíprocas entre senhores e escravos e no dever ético-cristão dos senhores em agirem segundo os preceitos de um bom senhor católico. Disso temos paternalismo cristão

---

<sup>259</sup> MACHADO, *et. al.* “Histórias de fazendas escravistas na América do Sul, séculos XVII e ”IX”. In: FLORENTINO, Manolo G. & MACHADO, Cacilda (Org. ) *Ensaio sobre a escravidão*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 167.

<sup>260</sup> *Idem.*

<sup>261</sup> *Ibidem*, p. 171.

o qual, segundo o historiador Rafael Marquese, foi uma das formas de administração dos escravos das fazendas que pertenceram aos jesuítas. A Imperial Fazenda de Santa Cruz foi um caso desse tipo de paternalismo em que os escravos recebiam uma série de *benefícios* que amenizaram o sofrimento do cativo à medida que lhes possibilitava uma vida melhor em relação a outros companheiros de infortúnio.

Vimos que *O manual do fazendeiro*, escrito por Taunay (1839) na primeira metade do século XIX, usava como parâmetro esse paternalismo cristão, afinal, como ele mesmo declarou: eles (os jesuítas) haviam deixado “nas fazendas que o governo lhes confiscou certos usos e tradições que ainda duravam”<sup>262</sup>, fazendo aí uma clara referência à Santa Cruz demonstrando que, ao escrever sua obra, a antiga fazenda jesuítica estava em sua mente como um modelo exemplar de administração de escravos. Entretanto, o trabalho de Taunay não seguiu à risca esse tipo de gestão, pois a conjuntura socioeconômica na qual o Brasil se situava no primeiro quartel do século XIX era muito diferente do período jesuítico.

Ainda no trabalho de Taunay, demonstramos com a ideia de um castigo disciplinador, direcionado ao trabalho, apontava para o engendramento de um período de maior racionalização da produção, embora o caráter paternalista ainda pudesse ser notado ao longo do seu texto, traduzido na palavra “humanidade”, a qual citou repetidamente, denotando a necessidade de um tratamento cristão dentro dos moldes escravistas da época. No entanto, se afastando dos antigos preceitos jesuíticos, Taunay não aconselhava o uso das roças pelos escravos como um método benéfico ao trabalho. Diferentemente do praticado em Santa Cruz, Taunay achava que não era bom permitir aos escravos a posse de suas roças para os seus sustentos, já que a comida, como vimos, deveria ser a maior motivadora ao

---

<sup>262</sup> TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. cit.* p. 76.

trabalho; logo, escravos que possuíssem seu próprio sustento seriam mais difíceis de serem controlados.

Mais tarde, Werneck também viria a contribuir com a redação de manuais de administração escrava, porém em um contexto em que Rafael Marquese acredita estar inserido dentro de uma nova lógica: a da modernidade centrada na adequação do tempo e da otimização da produção<sup>263</sup>. Werneck se afastava da teoria cristã de administração de escravos, acentuando a necessidade do controle sobre os mesmos. Nesse caso, tendo em vista o aumento da produção, seria válido permitir que os escravos possuíssem as suas roças, desde que eles não comerciassem seus excedentes com outros senhores.

Vê-se, pois, que o caso da Imperial Fazenda de Santa Cruz se aproxima, após a metade do oitocentos, do que era preconizado nos manuais agrônômicos do período tal como o de Werneck, aproximando-se de um maior controle sobre a escravaria e afastando-se discurso religioso do tempo jesuítico. O que observamos é que ao longo do tempo o padrão de administração dos escravos se direciona no sentido da secularização das relações sociais que deixam de ser regidas pelo catolicismo e cada vez mais próximas do uso do escravo enquanto mão de obra importante, porém cada vez mais escassa.

As teses médicas sobre a saúde dos escravos, analisadas neste capítulo, denunciaram, ainda que não tenham sido escritas com este propósito, as condições de vida dos escravos das principais *plantations* escravistas no século XIX. Os escravos padeciam da falta de cuidados de seus senhores e, além disso, suas condições de vida estavam atreladas, em muitos casos, às próprias condições de vida dos senhores. Assim, é possível que senhores abastados tenham proporcionado uma vida melhor a seus escravos que os

---

<sup>263</sup> Veja sobre este assunto, como Marquese relaciona a quantidade de pés de café colhidos, nas grandes escravarias, antes e depois da grande expansão da produção e o crescimento do mercado mundial de café a inserção do Brasil neste comércio em MARQUESE, Bivar. *Op. cit.* 2008, p. 138-152.

senhores pobres, de modo que a vida dos cativos refletisse as condições materiais daqueles que os tinham por donos. Entretanto, mesmo os escravos que supostamente recebiam melhor tratamento em decorrência da abundância dos senhores viveram em condições terríveis, sofreram maus-tratos, passaram fome e habitavam em moradias precárias.

Por outro lado, o cotidiano dos escravos das grandes *plantations* demonstra que, em Santa Cruz, havia melhores condições de vida que em outras regiões, mesmo quando essas pertenciam a abastados senhores, como é o caso de Cantagalo, pelo menos na primeira metade do século XIX. A comparação entre as fazendas de Cantagalo, pesquisadas por Teuscher e a Imperial Fazenda de Santa Cruz mostrou que os escravos santa-cruzenses possuíam uma dieta alimentar mais adequada e, mesmo os alimentados pelo “caldeirão dos pobres”, podiam contar com uma variedade de alimentos não disponíveis em outros locais, haja vista que tal alimentação era composta dos mais variados produtos, pois se constituía, na verdade, da sobra de tudo que era produzido na Fazenda. É possível que por este motivo, em Santa Cruz, os cativos morressem em menor quantidade e sofressem menos a incidência de doenças comuns ao mundo escravo; então, se a ausência de doença for um indicativo de saúde, os escravos de Santa Cruz gozavam, sim, de uma vida mais saudável.

Contudo, todos os indícios apontam no sentido de que esta suposta vida mais saudável, residisse, sobretudo, em um fator no qual eles, os escravos de Santa Cruz, se diferenciavam dos demais, a possibilidade de se autogerirem, de escolherem seus parceiros matrimoniais e construir suas moradias, de cuidarem de seus doentes e possuírem seus próprios roçados.

Observamos também que, mesmo quando alargamos o nosso horizonte de comparações a outros plantéis escravistas além da região de Cantagalo, o panorama traçado

favorece a que se conclua que as condições de vida dos escravos santa-cruzenses eram mais favoráveis do que o observado em outras paragens.

Chegamos então à conclusão de que, em Santa Cruz, a teoria do governo de escravos se aproxima bastante do paternalismo cristão analisado no início deste capítulo. O que foi preconizado pelos manuais do século XIX se afastou deste ideal no transcorrer do século XIX. Com isso podemos inferir que todo o funcionamento da Fazenda estava baseado na antiga estrutura jesuítica a qual se fazia presente através dos costumes ligados ao ofício, à folga e à cura. São eles que estruturam as relações escravistas, sustentando o peso de uma vasta escravaria ao mesmo tempo que se transformariam no próprio entrave às mudanças que estavam por ocorrer em outras paragens como, por exemplo, na região de Cantagalo.

A permanência desta estrutura, cujas principais características podiam ser notadas no bem-estar dos escravos verificadas na habitação, trabalho e saúde, poderia ter levado os escravos a se verem de forma diferenciada em relação às outras escravarias. Com certeza, em algum momento da vida, eles devem ter comparado o seu cotidiano com os demais em outros cativeiros. Ser escravo em Santa Cruz significava ter raízes deitadas na era jesuítica, um período em que o paternalismo cristão era a regra que ditava e “concedia” benesses, das quais não queriam abrir mão, mesmo após a virada da metade do século XIX, quando os manuais agrônômicos já se distanciavam da moral cristã.

No próximo capítulo analisaremos com mais detalhes como os escravos construíram, partilharam e transmitiram a ideia de uma sociabilidade partindo da noção de que eram de benefícios baseados nos costumes inicianos, em que valores como benefícios, o cuidado terapêutico e a manutenção de um espaço de liberdade possível eram os pontos fundamentais para a solidificação dos laços sociais simbólicos em questão. Tais laços

sustentavam as amarras de uma grande malha social urdida pelas ações cotidianas daqueles que se intitulavam, ainda, os “servos do Santo Inácio a serviço do Imperador”<sup>264</sup>.

---

<sup>264</sup> Segundo Couto Reis, os escravos de Santa Cruz faziam questão de assim serem chamados. Cf. Resolução nº 144 de 1837, de autoria do deputado Rafael de Carvalho, membro da Comissão das Contas do Tutor de S.M. e AA. Imperiais e tutor de S.M. e AA. II (I-PAN-14.8.837 - Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis/RJ).

### CAPÍTULO 3. A SANTA CRUZ DOS ESCRAVOS QUE SE AUTODENOMINAVAM OS SERVOS DE SANTO INÁCIO: ESPERANÇAS E SOCIABILIDADE ESCRAVA

Neste capítulo buscamos uma visão que privilegie a sociabilidade escrava, tendo como ponto de partida a ideia desenvolvida no capítulo anterior, onde demonstramos que, em se tratando das condições de moradia, trabalho e alimentação, o modelo de governo dos escravos praticado em Santa Cruz se aproximava em muito do paternalismo cristão, ainda que em pleno século XIX. Agora o objetivo é o de verificar como a aprendizagem e a prática de um ofício, o tempo livre e o cuidado terapêutico foram importantes para sociabilidade escrava, formando uma noção de privilégio atrelado à figura dos inacianos e do Imperador.

As portas de entrada para esse mundo escravo poderiam ser outras: a família e seus laços de parentesco, relações de compadrio, batismos e casamentos, religiosidade e cultura relacionada à prática musical, enfim, os mais variados enfoques; entretanto, escolhemos a tentativa de compreender as condições de vida, as quais foram tratadas no capítulo anterior, a partir de um ponto central que é a noção de *sociabilidade*.

A observação do microuniverso escravo de Santa Cruz mostrou, de forma muito pronunciada, que a sociabilidade escrava foi construída sobre uma noção de pertencimento firmada no legado paternalismo cristão deixado pelos jesuítas. Esse legado inaciano permaneceu em sua *forma* no modo como os escravos se apegaram e recriaram o passado.

#### **3.1 O aprendizado e a prática de ofícios por escravos no Brasil**

Nesta seção demonstraremos como os escravos de Santa Cruz se apropriaram do costume jesuítico no tocante ao ensino e prática dos ofícios e usaram este legado como instrumento de diferenciação e reconhecimento dentro da sociabilidade escrava. Pretendemos mostrar que a prática desses ofícios serviu também como estratégias definidas de manutenção do saber de forma muito parecida com o que ocorria em África, durante os séculos XVII e XIX.

Para tanto, recorreremos a trabalhos que vislumbraram os ofícios do ponto de vista do saber das artes mecânicas preconizado pelas antigas organizações de ofícios europeus e os seus desdobramentos na América portuguesa e, em um segundo momento, nos valem de trabalhos que destacaram a prática de ofícios entre os africanos e os seus significados. Em seguida, demonstramos como tais vertentes desembocaram no modo particular como os escravos de Santa Cruz priorizaram a prática de certos ofícios em detrimento de outros e ainda souberam manter esse legado jesuítico dentro um círculo demarcado pelo sexo e faixa etária.

Para compreendermos a prática de ofícios desempenhada por escravos no Brasil escravista, enfrentamos alguns problemas concernentes à escassez de pesquisas empíricas que privilegiassem o escravo fora do cenário em que acabamos nos acostumando a encontrá-lo: tanto no trabalho do eito quanto no trabalho na cidade. Questões relacionadas ao modo, quando e quais cativos desempenharam esse ou aquele ofício e de que forma se dava esse aprendizado ainda carecem de mais exames investigativos que ajudem a dimensionar o mundo escravo e sua organização laboral; para além do serviço imposto pelo senhor no dia a dia de efetivo trabalho, podendo assim observar por dentro o funcionamento do mundo escravo, onde, pelo menos no que tange à prática, o escravo se

igualaria a qualquer branco pobre do ponto de vista da capacidade em elaborar as mais variadas tarefas e artes.

Há de se ressaltar que poucos são os trabalhos voltados para esse aspecto particular da vida em cativeiro. Entretanto, o fato de serem poucos não lhes retira o mérito de terem conseguido adentrar o mundo escravista através da inserção da mão de obra cativa especializada. Alguns deles são trazidos à luz, no sentido de tentarmos compreender a importância do trabalho escravo, em mundo marcadamente dominado pela exclusão, mas que, de alguma forma, para o bem ou para mal, possibilitou o surgimento de sujeitos históricos capazes de conduzirem o seu próprio destino.

O trabalho de Mônica Martins<sup>265</sup> é um desses. Ela discute o papel das corporações de ofícios no Rio de Janeiro no momento posterior à chegada da família real ao Brasil, momento em que, segundo a autora, deram-se profundas transformações nas formas de organização de ofícios provenientes de várias medidas políticas e econômicas que objetivaram atender as demandas de uma Corte interiorizada nos trópicos.

Ela adverte que, seguindo em parte os moldes lusitanos, as artes mecânicas no Brasil eram organizadas em ofícios, os quais, por sua vez, eram regulados pela Câmara Municipal através de exames que autorizavam a prática. À Câmara cabia também a fiscalização sobre o cumprimento das posturas dos mestres e as ações religiosas intraindicações<sup>266</sup>.

Por outro lado, o historiador José Menezes acredita que os “ofícios mecânicos”, para além da necessidade de cunho financeiro, “representavam uma forma de inserção e de

---

<sup>265</sup> MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a cruz e o capital: mestres, aprendizes e corporações de ofícios no Rio de Janeiro (1808-1824)*. 2007. Tese de Doutorado em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2007. 238 p.

<sup>266</sup> MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Op. cit.* p. 33.

representação” na política local ainda com pouco espaço na historiografia brasileira<sup>267</sup>. Na ótica do autor, as práticas desses ofícios têm sido tratadas como temas menos importantes, não se levando em conta o fato de que foram as artes manuais que proporcionaram a um grupo de trabalhadores vozes deliberativas, ainda que por ordens leigas, nas decisões das Câmaras portuguesas. Menezes acredita que o exemplo português foi seguido nas regiões das Minas Gerais. Lá, um grupo de artesãos desempenhou importantes funções no cenário dos grandes centros urbanos<sup>268</sup>.

No contexto escravista mineiro, ter escravos capacitados em funções tecnológicas específicas agregava *status*, diferenciava senhores donos de oficinas e abria-lhes espaços para as suas representações políticas em favor da manutenção de seus privilégios. Esse foi o caso de uma série de senhores, donos de oficinas, que em seus testamentos deixaram registrado muito do que foram em vida: homens que acumularam alguns bens, “senhores em um mundo de senhores”; e escravos que viveram o paradoxo de serem tratados como livres em suas artes, porém escravos em seus pedidos de autorização de exercício do ofício<sup>269</sup>. Desta feita, trabalhar sobre um determinado ofício poderia, além de representar uma forma de inserção social, estar relacionado a posições sociais marcadas no interior de um grupo social, denotando o prestígio daquele que a exercia.

Pesquisadores como Eugene Genovese e Eduardo França Paiva acreditam que também em África, certos ofícios e saberes conferiam ao seu executante o respeito dos demais de seu reino. Esse era o caso dos ofícios ligados à fundição, no interior da África Central Atlântica. Às margens do rio Níger, a partir do século XII, a necessidade de

---

<sup>267</sup> MENEZES, José Newton Coelho. “Saberes, petrechos e escravos: oficiais mecânicos e senhores no corpo social das Minas Gerais”. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (orgs.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008, p. 212.

<sup>268</sup> *Idem*.

<sup>269</sup> *Ibidem*, p. 217.

proteção do islamismo, levou à reunião sob a égide do *mansa*, chefe tribal dono da autoridade política e religiosa que aglutinava em si mesmo o poder “sobre a terra e a chuva”<sup>270</sup> nesses microestados da região. Em alguns desses microestados o poder pertencia desde tempos imemoriais a grupos *mandingas* os quais, por sua vez, escolhiam os seus líderes de antigos clãs de ferreiros, feiticeiros e caçadores. No século XII, a ascensão de um guerreiro *mandinga* Sundiata, conhecido pelas habilidades da guerra e curado de sua aleijadura, segundo a tradição, por um ferreiro que o transformou em um grande caçador, unificou toda a região dando origem ao reino do Mali<sup>271</sup>.

Entretanto, a escravidão verificada no sudeste brasileiro recebeu poucos cativos dessa região, pois, como se sabe, grande parte dos escravos que vieram para essa região pertencia à África Central<sup>272</sup>, daí o pequeno número de ofícios ligados à fundição. Não que eles tenham sido menos importantes, mas pelo fato de terem sido mais específicos, especiais e dotados de magia, reservados a um pequeno grupo étnico do qual o Rio de Janeiro não foi amplamente suprido.

A Imperial Fazenda de Santa Cruz também não recebeu escravos da região de Mali de forma significativa. Isto explicaria o pequeno número de escravos dado ao desempenho de ofícios de ferreiro, pois apenas 6,25% dos escravos desempenhavam este ofício em 1791.

Outro pesquisador que buscou em África as explicações para certas contradições do trabalho escravo foi Eugene Genovese (1976). Ao discutir os problemas da introdução e do

---

<sup>270</sup> PAIVA, Eduardo França. "De corpo fechado: o gênero masculino, milícias e trânsito de culturas entre a África dos mandingas e as Minas Gerais da América, no início do século XVIII". In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 119.

<sup>271</sup> *Idem*.

<sup>272</sup> MILLER, Joseph. "África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850". In: HEYWOOD, Linda M. (org.). *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 47-48.

baixo rendimento do trabalho escravo no sul escravista dos Estados Unidos, o historiador fez uma referência constante à larga experiência africana no cultivo da terra e no fabrico de utensílios de metal. Segundo ele, os povos do Daomé, *ashantis* e outros da África Ocidental, não só conheciam as técnicas de cultivo que incluíam a “rotação de culturas”, como também possuíam um sistema comercial regulamentado e “ligas artesanais”. “As enxadas de ferro eram, é claro, essenciais à economia do Daomé, e eram talvez os produtos mais importantes manufaturados no jovem estado. Assim, pois, os ferreiros eram reverenciados pelo povo, assim com os bons artesãos”<sup>273</sup>.

Não só na África Ocidental as técnicas de forja eram conhecidas. Um pouco mais acima, no norte da África, habitantes de Gana e Nigéria usavam “enxadas de ferro e implementos agrícolas”, sendo os primeiros utensílios de grande valor econômico. Seus produtores eram respeitados pelos demais e ocupavam lugar destaque ao lado dos artesãos<sup>274</sup>.

Na África Central, regiões pertencentes ao Congo e Angola também conheciam a agricultura. Ela era tão fundamental quanto os materiais usados para trabalhá-la. As ferramentas também recebiam tratamento diferenciado e os que as produziam gozavam de distinção entre a comunidade, a arte da dominação da natureza era guardada em segredo mantendo a diferenciação e o *status*.

Entretanto, a produção agrícola e a forja de utensílios ligada a ela não possuía, de forma alguma, uma espécie de valor econômico tal como entendemos hoje, mesmo quando desempenhada por escravos. Sua distribuição, manutenção e posse se davam por critérios políticos e não visavam à produção de excedente, a qual, havendo, não ficava em poder do

---

<sup>273</sup> DIAMOND, Stanley *apud* GENOVESE, Eugene. *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976, p. 69.

<sup>274</sup> GENOVESE, Eugene. *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976, p. 69.

senhor, mas sim dos próprios escravos que a produziam, ou seja, longe da lógica do processo de acumulação econômica, mas na distinção social, onde possuir escravos e gozar do seu trabalho estavam relacionados à posição social ocupada pelo indivíduo<sup>275</sup>.

Tratando do caso dos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, Carlos Engemann (2008), ao desenvolver um sério e contextualizado estudo sobre a mesma e outras grandes escravarias, notou que, particularmente ali, o desempenhar de um ofício era uma “força de negociação para os cativos”<sup>276</sup>, e, no caso dessa Fazenda, era “mais que benevolência e generosidade, um corte robusto nos custos da fazenda e um tratado de paz entre senhores e escravos”<sup>277</sup>. O fato é que o autor destacou algo muito importante na escravaria do Império, pois, apesar de ser uma fazenda estatal com o objetivo de produção voltado à agropecuária e à agricultura, menos de 10% da escravaria era empregada nesses setores, índices muito inferiores aos demonstrados em outros estudos sobre grandes plantéis escravistas<sup>278</sup>. Isso demonstra que, ao menos, 90% dos escravos estavam desempenhando outras atividades, o que descaracterizava o fim último de uma das maiores fazendas agropastoris do Império, e como Engemann observou, uma forte descaracterização da Fazenda enquanto “uma unidade produtiva nos moldes tradicionais”. Além disso, poderíamos propor outro fator que poderia explicar o surgimento de um pequeno número de escravos voltados para área produtiva: o regime paternalista cristão deixado pelos jesuítas, o qual lhes conferiam certo relaxamento das regras presenciadas, sobretudo na primeira metade do século XIX.

---

<sup>275</sup> GENOVESE, Eugene. *Op. cit.* p. 71.

<sup>276</sup> ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 119.

<sup>277</sup> *Idem*.

<sup>278</sup> *Ibidem*, p. 120.

Cabe lembrar que o fato de os escravos de Santa Cruz não estarem sendo empregados na agricultura significava o desconhecimento destes em relação a tal prática. Como vimos no primeiro capítulo desta tese, cada família recebia um roçado para o seu plantio e dele retirava a sua subsistência, o que pressupõe um conhecimento *a posteriori*. Por ter o Rio de Janeiro recebido grande contingente de escravos da África Central, sobretudo de Angola e Congo<sup>279</sup>, não poderia ter ocorrido diferente com a Imperial Fazenda de Santa Cruz, localizada no sertão carioca. Sendo assim, as primeiras gerações de cativos de Santa Cruz devem ter sido dessas regiões e então transmitido às futuras gerações todo o conhecimento agregado ao longo do tempo com o trato e o uso das terras.

Na próxima seção verificaremos como a questão da prática de determinados ofícios proporcionou aos escravos uma situação hierárquica de diferenciação entre os demais, e como a escolha para determinadas funções passavam pelos critérios do estado civil, gênero e a faixa etária.

### **3.2 Jeito para coisa: aprendendo e praticando um ofício em Santa Cruz**

---

<sup>279</sup> FLORENTINO, Manoel G. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro - séculos XVII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997a, *passim*.

Demonstramos no primeiro capítulo que ensinar um ofício fazia parte da missão jesuítica, mas aprender era, no caso de Santa Cruz, um benefício tanto para os escravos como para aqueles que gozavam dos seus préstimos. Como vimos, a ideia de uma aprendizagem ligada à paixão, ou seja, à aptidão, direcionava o pensamento jesuítico fazendo com que os escravos fossem incentivados a desenvolverem habilidades mecânicas relacionadas aos ofícios para os quais foram previamente escolhidos e ensinados. Entretanto, mesmo após a expulsão dos jesuítas, a prática dos ofícios continuou a ser ensinada e praticada de forma costumeira entre o plantel escravo. É possível que na época em que a Fazenda passou a estar sob a égide brasileira, os administradores escolhessem quais cativos desempenhariam este ou aquele ofício.

Apesar de separados para um ofício específico, alguns escravos nem sempre cumpriam o ofício que lhes era determinado. Esse foi o caso do escravo Feliciano Teixeira, crioulo menino, com menos de 5 anos, relacionado no inventário da Imperial Fazenda de Santa Cruz de 1817 como “aprendiz de música”, mas trouxe ao lado do seu nome uma observação no mínimo curiosa: o notário ressaltou no documento a inaptidão do pequeno aprendiz ao referir que ele “não tem jeito para a coisa”<sup>280</sup>.

Outros eram adquiridos devido às suas habilidades específicas, como foi o caso do escravo “mulato” Luiz Correa, comprado como falquejador a Joaquim José Aires, em 1818, por 136\$000 réis<sup>281</sup>. Esse fato sugere a possibilidade de que, talvez, de acordo com o ofício, não houvesse uma política predeterminada em se criar profissionais dentro da Fazenda; em certos casos, oficiais eram adquiridos de acordo com a necessidade.

---

<sup>280</sup> ENGEMANN, Carlos. *Op. cit.* 2008, p. 126.

<sup>281</sup> ANRJ. Códice 808. “Inventário da escravaria de 1818”.

Em outros casos, os monarcas interferiam diretamente sobre essa transmissão de conhecimento, indicando escravos de sua escolha para determinados ofícios, como no caso do escravo Onorato Pedroso (*sic*), de 8 anos, enviado para “quinta aprender música”, em 1818, o qual “passou para muzica por ordem do Príncipe Regente”<sup>282</sup>. Isso pode demonstrar que a escolha para os ofícios não era fruto de uma norma rígida e o acesso ao aprendizado, em muitos casos, contava com a empatia ou a simples vontade dos soberanos como o primeiro crivo para o acesso a uma prática de ofício em Santa Cruz.

A Tabela 3, intitulada Ofícios dos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz no inventário de 1791, foi montada para que pudéssemos compreender melhor como eram feitas essas escolhas para determinados ofícios, procurando verificar a regularidade ou a padronização da ocupação dos diversos cargos desempenhados na Fazenda e se apenas as escolhas feitas pelos governantes contavam. Tabulamos 64 dados sobre escravos com ofício num universo de 1342, significando que apenas 4,76% possuíam algum tipo de especialização. Esse pequeno número pode indicar que as oportunidades não eram oferecidas a todos os cativos nas mesmas proporções. Ou seja, havia não só uma hierarquização de ofícios como um processo de seleção ocorrida entre a escravaria, a qual determinava se um escravo desempenharia funções especializadas ou se ele comporia o “grosso” da força produtiva.

**Tabela 3:** Ofícios dos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz no inventário de 1791

Ofícios de escravos na Imperial Fazenda de Santa Cruz	Sexo	Média de Idade	Estado civil	Total
---	------	----------------	--------------	-------

<sup>282</sup> *Idem.*

	M	F		Casados	Solteiros	#	%
Pedreiro	06	00	39,66	04	02	06	9,37
Carpinteiro	20 <sup>1</sup>	00	41,25	14	06	20	31,25
Ferreiro	04	00	49,75	04	00	04	6,25
Curtidor	03	00	43,66	03	00	03	4,68
Músico(a)	12	00	27,33	07	05	12	18,75
Serrador	02	00	47,00	01	01	02	3,12
Tomeiro <sup>3</sup>	02	00	36,5	01	01	02	3,12
Oleiro	06	01 <sup>4</sup>	45,42	06	01	07	10,93
Tecelão	04	00	38,00	03 <sup>5</sup>	01	04	6,25
Barbeiro	01	00	50,00	01	00	01	1,56
Boticário	02	00	37,00	02	00	02	3,12
Sapateiro	01	00	13,00	01	00	01	1,56
Total	63	01	36,68	47	17	64	100

Fonte: ANRJ. Códice 808. Vol 4. Inventário da encravaria da Fazenda Santa Cruz de 1791

<sup>1</sup> Maior número de escravos em um mesmo ofício

<sup>2</sup> Mais novo, 10 anos, mais velho, 46 anos.

<sup>3</sup> São apenas dois os torneiros, e são de nomes homônimos, Francisco das Chagas, sendo um de apenas 20 anos, filho de Feliciano Fernandes, viúva de 72 anos. O outro Francisco das Chagas tem 53 anos, casado com Maria de Viveiros, de 42 anos.

<sup>4</sup> Anna Fernandez, 52 anos, é casada com Francisco da Costa, 58 anos, sem ofício.

<sup>5</sup> Um é viúvo.

A tabela acima demonstra que o segundo crivo para o acesso à prática de um ofício era o sexo. Os dados demonstram a proeminência das atividades necessariamente masculinas, sendo 63 ofícios desempenhados por homens contra apenas um realizado por mulheres. Foi o caso da escrava Ana Fernandez (*sic*), trabalhadora do olaria. Ela possuía 52 anos e era casada com Antônio Costa, também escravo, mas sem ofício definido e seis anos mais velho que ela. A olaria não era um serviço braçal, tampouco dito pesado, o que possibilitava à mulher, já em adiantada idade, executar suas tarefas em meio aos homens.

Desta forma, deveria contar a seu favor a experiência de longos anos no lidar não só com o barro, com o qual eram feitos os telhados das casas e instalações, mas também com cerâmicas e diversos utensílios para a Fazenda e a Corte. Os homens que desempenhavam tal trabalho eram seis, contudo, considerando que em África, ao menos entre os *suali*<sup>283</sup>, eram as mulheres que trabalhavam na olaria, podemos supor que, ao longo do tempo, os homens tenham tomado conta desta atividade, de modo que, ao morrerem, as mulheres fossem substituídas por homens, mas Ana Fernandez, ainda viva em 1871, permaneceu em seu posto. A produção da olaria incluía a confecção de vasos, utensílios domésticos e as telhas das casas e deveria desempenhar um papel importante na economia da Fazenda na virada do século XIX, pois correspondia a pelo menos 10% dos ofícios.

O terceiro crivo para escolha de quem poderia desempenhar um ofício era a idade. Como podemos observar na Tabela 3, 31,25% dos escravos estão inseridos nas tarefas de carpintaria, o que denota a importância desta atividade dentro da Fazenda. Os trabalhos de construção e reparo passam por esses escravos que em uma extensão tão vasta deveriam se esforçar por dar conta de todo o serviço, mesmo porque muitos escravos eram empregados fora da Fazenda, em outras instalações reais como no Paço Imperial, no Palácio de São Cristovão, ou nas diversas feitorias espalhadas pelo sertão carioca<sup>284</sup>.

Esses carpinteiros eram todos homens que ultrapassaram a idade dos 40 anos e desses 20 homens apenas 6 eram solteiros. A idade, bem como a experiência, conferia-lhes a possibilidade de desempenharem suas funções, de serem requisitados em seus serviços.

Se estiver correta a hipótese de que idade era uma das formas para se definir quais escravos poderiam desempenhar as tarefas mais importantes, e se pudermos compreender

---

<sup>283</sup> BETHWELL, Allan. *História geral da África*. v. 5, África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010. p. 39.

<sup>284</sup> ANRJ. Códice 808. V. 4. Doc. 24. “Relação de escravos em diferentes destinos”.

as experiências africanas relacionadas à importância mágica do objeto que é produzido, então poderemos entender por que o grupo dos ferreiros era formado pelos escravos mais velhos dentre todos, pois a média de idade destes era de quase 50 anos.

Temos, nesse caso, um exemplo de um ofício que, como vimos no início deste capítulo, era desempenhado em África por um seletos e antigo grupo, geralmente por linhagens que influenciavam politicamente as ações dos governos tribais<sup>285</sup>. Em Santa Cruz havia esse pequeno grupo que, apesar da idade, mantinha em seu poder o domínio de um ofício que talvez não fosse importante do ponto de vista econômico da Fazenda, mas respeitável entre aqueles que partilhavam da mesma visão escrava a respeito do poder simbólico ali manifestado. Além disso, se de fato os poucos escravos que vieram para o Rio de Janeiro possuíam alguma inclinação à arte da forja, temos mais um motivo que explica o pequeno número de escravos ferreiros.

Por outro lado, não nos foi possível verificar se tais ferreiros procuraram passar seus ofícios a seus filhos, porém há indícios de que eles não o fizeram, pois todos os escravos ferreiros eram casados e, portanto, possuíam a oportunidade de gerar filhos e, se os tiveram, poderiam ter-lhes ensinado o ofício, mas não o fizeram. A impressão que temos, como veremos mais adiante, é a de que não houve a transmissão de conhecimentos intrafamiliar, pois esta não foi uma estratégia de sobrevivência dos escravos de Santa Cruz.

Já no universo da cura, os escravos especializados nessa questão são poucos em relação a outros ofícios. Havia, em 1791, 32 anos após os jesuítas deixarem a fazenda, dois barbeiros e um boticário; os dois primeiros, escravos boticários Ângelo Antunes e José Alves, possuíam 37 anos, mas o último, o escravo barbeiro Silvério Soares, contava 50

---

<sup>285</sup> OCHIENG, W. R. *História geral da África*. v. 5, África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010, p. 994.

anos à época do inventário. Portanto, ele era um remanescente da cultura deixada pelos jesuítas, baseada na cura do corpo, analisada no primeiro capítulo desta tese. Entretanto, o inventário em questão demonstra que desde que os inicianos se foram apenas dois novos escravos foram inseridos nessa prática, o que evidencia que essa não era uma função para muitos e que a experiência, assim como para outros ofícios, deveria ter um papel preponderante para o desempenho de uma tarefa.

O saber em torno da cura, mesmo em outros contextos escravistas, sempre foi valorizado. O historiador Jaime Rodrigues<sup>286</sup>, no capítulo 8 do livro *De costa a costa*, ao analisar o valor da experiência de cura no tráfico escravista e o seu papel no tráfico negreiro, lança mão da trajetória de cirurgiões embarcados que se valeram da experiência em embarcações e navios negreiros que constantemente faziam o tráfico negreiro para galgarem as licenças da fisicatura-mor. Em seu levantamento de tripulantes de navios negreiros durante o século XIX, Rodrigues revelou que, dentre os 3426 embarcados, apenas 76 estavam relacionados à cura, ou seja, apenas 2,21% se especializaram nos cuidados terapêuticos. Dentre esses, os cargos mais altos eram, na maior parte, desempenhados por brancos portugueses, enquanto os barbeiros e sangradores eram de origem africana<sup>287</sup>, sobretudo africanos minas, pelo fato de possuírem experiências mágico-religiosas que os qualificavam a tratarem dos escravos doentes<sup>288</sup>.

Outros estudos sobre as práticas terapêuticas e as instituições médicas na primeira metade do século XIX, no Brasil colonial, também demonstraram o valor da experiência para obtenção da chancela para realização das artes de curar. A historiadora Tânia Pimenta

---

<sup>286</sup> RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>287</sup> RODRIGUES, Jaime. *Op. cit.* p. 277-8.

<sup>288</sup> *Idem.*

demonstrou que dentre os que se habilitaram a conseguir licenças para curar, 64% eram africanos, destes, 52% eram escravos e 33% eram forros. Ou seja, a cura era um campo de ação dos escravos, um espaço dominado por aqueles que, segundo ela, em algum momento da vida, vivenciaram o embarque nos navios negreiros como meros escravos vindos compulsoriamente de África, mas que usaram seus conhecimentos na cura elevando-se socialmente acima dos outros<sup>289</sup>.

A experiência africana, ou seja, o momento anterior à vida em escravidão nas Américas, pode ter influenciado diretamente sobre o modo como os escravos lidaram com a cura e as doenças. Essa bagagem cultural não pode de modo algum ser desprezada, uma vez que os africanos possuíam a sua própria forma de responder a questões tão urgentes quanto fundamentais. Segundo Márcio Soares, tal saber africano, sobretudo entre os bantos, afirmava que o ser humano era composto por quatro elementos que lhe asseguravam a vida através da sua harmonia, a saber: o corpo (ntu); o sangue (menga), considerado o fluido vital; a alma (mo-oyo), que era transportada pelo sangue; e o duplo, que poderia ser a sombra ou o que chamamos de espírito<sup>290</sup>.

O saber africano relacionado à cura leva-nos à compreensão da razão pela qual alguns africanos, e mesmo crioulos, se darem à prática da sangria e da aplicação de ventosas, como a que foi representada por Debret, em sua obra *Viagem pitoresca ao Brasil*, quando de sua visita em 1812. A prancha *O cirurgião negro* retrata com clareza um barbeiro-sangrador em ofício ao ar livre (Figura 5, *O cirurgião negro*, em anexo).

---

<sup>289</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. “Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX”. In: CHALHOUB, Sidney *et al.* (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Unicamp, 2003, p. 307-330.

<sup>290</sup> SOARES, Márcio. “Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial”. *Manguinhos*, v. VIII, n. 2, p. 430-445, 2001.

Na cena, provavelmente presenciada pelo artista francês, no canto esquerdo de quem observa, um escravo envolto em panos brancos se recupera recostado em um canteiro suspenso; à sua direita um escravo com ares de tranquilidade aguarda com ventosas aplicadas sobre a cabeça; à frente deste, um escravo recebe o tratamento terapêutico no momento da observação, deitado ao chão com quatro ventosas colocadas meticulosamente sobre as suas costas; finalmente vemos o cirurgião à direita da cena, retirando ventosas e jogando-as ao chão.

Debret retrata uma cena natural para os habitantes da Corte, pois ocorre à luz do dia e demonstra que a procura pelos serviços terapêuticos era grande. O cirurgião trabalha só, portanto detém o conhecimento e a prática; entretanto, não é livre, pois está descalço, ato que denota os escravos no Brasil escravista. Ele carrega seus apetrechos em uma bolsa tiracolo e porta uma toalha nas cores vermelha e rosa com listras brancas, a fim de que não se suje ou para limpar os seus pacientes. O turbante preso à cabeça e o colar trazido ao pescoço denota-lhe distinção; o senhor não está cena e somente sabemos de sua existência por intermédio da casa com cestos à porta, demonstrando que possui escravos ao ganho como também pode ser o caso do próprio cirurgião escravo que Debret observara, ao mesmo tempo em que uma mulher negra, que não quer se deixar ver, observava pela janela o habilidoso escravo em ação. Ao fundo, mas no centro da cena, crianças negras brincam no interior da casa.

Essa cena corrobora com o fato de que, no Brasil Imperial, barbeiros-sangradores, cirurgiões-barbeiros, boticários, parteiras e outros práticos podiam executar legalmente a arte da cura por intermédio de cartas de referência, que consistiam em atestados que legitimavam o aprendizado desses curadores. Entretanto, com a extinção dessas licenças, ou

seja, com o fim da fisicatura-mor em 1828<sup>291</sup>, todos esses agentes passaram a ser impedidos de agirem legalmente, ou de uma forma chancelada pelo Estado, de modo que a partir de 1832 apenas os médicos, cirurgiões reconhecidos, poderiam praticar legalmente o ofício de curar<sup>292</sup>.

Voltando aos escravos dados às práticas terapêuticas em Santa Cruz, na Tabela 3, Ofícios dos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, no inventário de 1791, vista anteriormente, gostaríamos de enfatizar que outro grande contingente de escravos com ofício foi o dos músicos, que correspondia a 18,75% dos escravos especializados. Os 12 músicos são do sexo masculino, mas apenas 7 são casados, isso se deve ao fato de eles pertencerem a uma faixa etária muito baixa, pois o mais novo possuía 10 anos e o mais velho 46. A instrução musical era uma das atividades deixadas pelos jesuítas das quais os escravos mais se orgulhavam, e como não havia uma lógica voltada para a produção, boa quantidade de escravos podia ser separada para este fim. Foi assim que em Santa Cruz se desenvolveu um ambiente musical que, mais tarde, no período joanino, faria com que ela se sobressaísse dentre as demais paragens como um local privilegiado entre os escravos, o que lhes ajudaria a justificar cada vez mais a sua importância devido ao destaque que o monarca lhe concedia.

Ao investigar a produção musical dos escravos músicos e cantores da Imperial Fazenda de Santa Cruz, o pesquisador Antônio C. dos Santos destacou a importância desses

---

<sup>291</sup> Veja sobre o fim destas licenças e o início da fisicatura-mor como medida normativa das artes de curar o excelente trabalho de Ana Flávia Cicchelli Pires, intitulado: “Viagens atlânticas: A participação dos sangradores no comércio de escravos, 1808-1828”, in: PORTO, Ângela de Araújo (org.). *Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas*. CD-ROM, Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, 2007. *Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas*”.

<sup>292</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. “Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX”. In: CHALHOUB, Sidney *et al.* (org.) *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Unicamp, 2003, p. 307-330.

cativos dentro do seletor grupo de “profissionais”<sup>293</sup>. Segundo ele, essa importância poderia ser observada no zelo pelo fardamento desses escravos; na compra de instrumentos para orquestra<sup>294</sup> e na atenção dispensada aos mesmos quando de suas apresentações pela Corte. Tudo isso denota o aspecto importante do ofício de músico dentro da Imperial Fazenda de Santa Cruz.

Assim como temos demonstrado, empatia, sexo e faixa etária definiam quais escravos poderiam praticar um ofício, faltando-nos verificar como se dava o processo de aprendizagem entre a escravaria santa-cruzense. Para tanto, retiramos do inventário produzido em 1817 os dados relativos aos escravos que se encontravam aprendendo os futuros ofícios que desempenhariam. Com tais dados construímos a Tabela 4, intitulada Escravos Aprendizes de Ofícios na Imperial Fazenda de Santa Cruz, no inventário de 1817, a seguir:

Tabela 4: Escravos aprendizes de ofícios na Imperial Fazenda de Santa Cruz, no inventário de 1817

Nome dos tipos de aprendizes de ofícios	Sexo		Média Idade	Estado civil		Total	
	M	F		Cas.	Sol.	#	%
Aprendiz de pedreiro	08	00	10,14	00	08	08	14,81
Aprendiz de carpinteiro <sup>1</sup>	34	00	10,95	00	34	34	62,96
Aprendiz de tecelão	01	00	6,0	00	01	01	1,85
Aprendiz de tanoeiro	01	00	23,00	00	01	01	1,85
Aprendiz de música <sup>2</sup>	09	01	10,0	00	10	10	18,53
Total	53	1	10,19	00	54	54	100

Fonte: Arquivo Nacional. Inventário da Escravatura da Imperial Fazenda Santa Cruz de 1817.

<sup>1</sup> Dois escravos foram transferidos para a música Alberto Joaquim e João Mariano, ambos com 8 anos.

<sup>2</sup> Parecem ter começado o curso depois, março de 1818.

<sup>293</sup> SANTOS, Antônio Carlos dos. *Os músicos negros: escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, 1818-1809*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

<sup>294</sup> O códice 507, do ANRJ, pesquisado por Santos revela a compra, em 1810 de “corda prima para rabeção”, “papel pautado” e “palhetas para fagote”, além de despesas com a com o concerto de dois clarins. Ver SANTOS, Antônio Carlos dos. *Op. cit.* 2009, p. 103-105.

Alguns dados importantes podem ser extraídos das famílias desses aprendizes que nos possibilitam entender a dinâmica da família escrava no tocante ao aprendizado de ofícios em Santa Cruz. Alberto Joaquim era filho de Izahias Profetta, um carpinteiro de 54 anos. Profetta era crioulo e casado com Apolônia Pestana, e deve ter iniciado seu filho em sua profissão, o que lhe ajudaria nas tarefas diárias aumentando a economia doméstica. Entretanto, o menino não deve ter correspondido às suas expectativas e, ao completar 8 anos, o pequeno passou a aprender outro ofício, o de música. O mesmo ocorreu com o menino João Mariano, que também estava matriculado como aprendiz de carpinteiro, mas também foi transferido para o aprendizado musical quando completou 9 anos. João era filho de Dionizio Teixeira, companheiro de profissão de Izahias Profetta.

Isso demonstra um círculo restrito de oportunidades surgidas a partir de espaço familiar (com ofício) que levava os filhos a serem iniciados nas mesmas profissões dos pais como uma tentativa em se manter o domínio do conhecimento dentro da família; porém, isto não se tornou uma regra, pois, não obrigatoriamente, os filhos deveriam exercê-las. Temos casos em que escravos, apesar de filhos de escravos com ofício, desempenharam outros sem nenhum tipo de ligação aparente. Se revistarmos o primeiro capítulo desta tese, onde vimos que para os jesuítas a aptidão e a paixão do aprendiz eram fundamentais para o exercício de desta ou daquela tarefa, compreenderemos que, ainda em 1817, os escravos eram alocados muito mais por suas aptidões que pela imposição de pais ou necessidade da Fazenda.

Com relação ao emprego da mão de obra, a tabela nos mostra uma preparação, ou investimento, na tarefa de carpintaria. Há ainda a possibilidade de que muitos dos escravos cinquentenários do inventário de 1791 não estivessem mais vivos, o que demandaria uma renovação do quadro de escravos oficiais em carpintaria. É também provável que a

revitalização por que passou a Fazenda, após a vinda da família real, em 1808, tenha obrigado o administrador a incentivar o surgimento de novos ofícios deste tipo dentro da Fazenda a fim de levar a cabo as reformas necessárias para a acomodação e uso da família real, que doravante se fariam mais constantes. Daí concluímos que o quarto crivo para o aprendizado de um ofício era o da necessidade.

No inventário de 1817 encontramos indícios que confirmam esta nossa hipótese. Em 26 de julho de 1817, o escravo crioulo João Evangelista, de 29 anos, regressava do curso de cirurgião que havia feito com aproveitamento no Hospital Militar e passou a compor a equipe de serviço do hospital. O que sabemos a mais sobre ele, via inventários, é que em 1791, época do primeiro inventário após a era jesuítica, ele contava apenas 3 anos de nascido e era filho do casal de escravos formado por Maria Imperatriz e Lourenço Barreto, ambos sem ofício. À época, ele era o irmão mais velho de Victoriana Soares, de 2 anos e mais novo que seu irmão, Ignácio dos Passos, de 8 anos feitos.

Não sabemos ao certo quando ele começara o curso, mas sabemos que voltou casado com uma escrava de nome Felizarda Maria, de 28 anos, a qual também se dava às práticas terapêuticas, pois foi arrolada no inventário de 1817 como “parteira”. Assim, ambos partilhavam de um mesmo universo de atividades voltadas para a cura e para os cuidados com o corpo. Ele estudou formalmente em uma unidade militar de saúde, ela assistia às escravas em seus partos, uma prática ainda permitida. Um círculo que unia a prática popular, representado pela parteira, e o conhecimento formal mostrado na licença de João Evangelista que, embora escravo, era licenciado.

Então é provável que na Imperial Fazenda de Santa Cruz as práticas terapêuticas populares estivessem ao lado do saber instituído da medicina vigente, pois ambos não eram universos excludentes, antes mesclavam-se aumentando as possibilidades de cura

disponíveis. Assim o uso de ervas curativas e mezinhas populares estava tão presente no ambiente da cura quanto o conhecimento médico disponível na época. Como lembrou Ângela Porto:

A prática médica no Brasil resulta de trocas e apropriações de experiências entre europeus, índios e africanos. Esse amálgama de saberes enriquece, desde os tempos da Colônia, o receituário de mezinhas domésticas que constitui prática bastante comum no Brasil no século XIX, tanto na zona rural como nas cidades<sup>295</sup>

Na Imperial Fazenda de Santa Cruz não se deu diferente do que a historiografia tem demonstrado. Conforme Benedicto Freitas, mesmo após a expulsão dos padres inacianos o uso de ervas e raízes continuou a ser uma prática corrente no hospital de escravos de Santa Cruz, pois o próprio governador Gomes Freire indicava:

Todo escravo que tiver moléstia que se julgue ser grave será logo conduzido ao hospital, e aqueles de pequenas moléstias serão curados com aquelas beberagens de ervas do campo que se costumam aplicar, a exceção dos vomitórios que hirão da botica desta Fazenda (sic)<sup>296</sup>

É de se supor que o uso de ervas medicinais tenha sido mantido no hospital e que os escravos cirurgiões tenham se valido deste recurso ao lado do que aprenderam no curso de cirurgia. Esse era o caso do cirurgião Manoel Caetano de Matos o qual, em 1817, recebera a incumbência de “curar a todos” os escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz<sup>297</sup>. Manoel Caetano não era escravo, mas segundo as fontes, tratava-se de um crioulo “apto em todos os conhecimentos de cura”<sup>298</sup>, deixando entender que tratava-se de uma pessoa que possuía conhecimentos específicos sobre acura que iam além dos ensinados no curso de medicina.

<sup>295</sup> PORTO, Ângela. “O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas”. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1019-27, out.-dez. 2006., p. 1024.

<sup>296</sup> ANRJ, Publicações, v. X, Rio de Janeiro, *Apud* FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.*, p. 242.

<sup>297</sup> ANRJ. Códice 808. “Inventário da escravaria em 1817”.

<sup>298</sup> ANRJ, Fazenda Santa Cruz, pct. 26, doc. 5. “Manoel Caetano de Matos cura um soldado e um escravo”.

Voltando a questão de como os escravos se inseriam no universo da cura, percebemos que havia posições hierárquicas que os escravos iam galgando ao longo do tempo de acordo com as tarefas que desempenhavam, este foi o caso do escravo João Evangelista o qual passou a compor o quadro de cirurgiões da Imperial Fazenda de Santa Cruz ao lado do crioulo José Alves, o mesmo que assinara o inventário da botica, agora não mais barbeiro e sim cirurgião do hospital. Veja a tabela sobre os ofícios em 1817:

Tabela 5: Ofícios dos escravos da Imperial Fazenda Santa Cruz, em 1817

Ofícios	Sexo		Média Idade	Estado civil		Total	
	M	F		Casados	Solteiros	#	%
Pedreiro	14	00	27,71	09	05	14	12,50
Carpinteiro	37	00	28,43	25	12	37	33,03
Ferreiro	07	00	46,85	06	01	07	6,25
Curtidor	03	00	40,33	03	00	03	2,67
Músico(a)	10	05	11,27	01	14	15	13,39
Falqueador	01	00	40,00	01	00	01	0,89
Caboqueiro	03	00	41,66	03	00	03	2,67
Tanoeiro	03	00	44,00	03	00	03	2,67
Falquejador	13	00	44,00	10	03	13	11,62
Cabouqueiro	03	00	41,66	03	00	03	2,67
Oleiro	07	00	42,42	05	02	07	6,25
Tecelão	01	00	36	01	00	01	0,89
Cirurgião	02	00	45,5	02	00	02	1,80
Barbeiro	02	00	32,00	02	00	02	1,80
Parteira	00	01	38,00	01	00	01	0,89
Total	106	06	37,22	75	37	112	100

Fonte: ANRJ. Códice 808. Inventário da escravaria em 1817.

Quanto à formação das famílias, notamos que e os rearranjos familiares podiam se basear em escolhas que visavam o acúmulo de bens em decorrência da soma dos ganhos advindos dos ofícios desempenhados. O escravo cirurgião José Alves, já com seus 62 anos, preferiu não permanecer viúvo após a morte de sua esposa e se casou, mas desta vez com uma mulher que ou era forra quando se casou ou comprara a sua alforria com as economias da família, pois como outros historiadores já demonstravam, a economia doméstica era utilizada, quase sempre, na compra da alforria dos cônjuges, geralmente das mulheres e das mães. Ainda no quadro de ofícios na arte de curar, de 1817, temos mais dois integrantes ao corpo do hospital, os barbeiros Florêncio do Rosário e Tomaz Villa Nova, ambos de 32 anos feitos e casados. Assim temos dois cirurgiões, dois barbeiros e uma parteira. Novos escravos eram inseridos em quadros de ofícios de acordo com a necessidade da Fazenda e, caso fosse preciso, cursariam cirurgia formalmente como João Evangelista no Hospital Militar, estudariam música na Real Quinta ou aprenderiam um ofício nas oficinas da própria Fazenda, como o grande efetivo de aprendizes de carpintaria que vimos na Tabela 4.

Cumpramos ressaltar que, no tocante ao efetivo deslocado para as tarefas especializadas, houve um crescimento de dois pontos percentuais entre 1791 e 1817. No primeiro momento, 64 escravos possuíam algum tipo de ofício num universo de 1342 cativos (ou seja 4,76% do total); no segundo, haviam 112 escravos dentro de um plantel de 1656 escravos (6,76% do montante), o que demonstra ter aumentado a carga de trabalhos em virtude das mudanças implementadas no início do século XIX que objetivavam melhor aproveitamento da mão de obra e o aumento da produção; logo, fez-se necessário um contingente maior de escravos com ofícios que pudesse responder às necessidades da Fazenda.

Na próxima seção verificaremos como os escravos construíram seu espaço de sociabilidade a despeito das tentativas constantes de interferências administrativas que cerceavam ou restringiam esse espaço, numa tentativa de normatizar os trabalhos indo de encontro a uma práxis estabelecida e cristalizada pelos escravos de não interferência no cotidiano da Fazenda.

### **3.3 A construção do espaço de sociabilidade**

Os escravos de Santa Cruz, a despeito do regime escravista ao qual foram submetidos, construíram, paulatinamente, os seus próprios espaços de sociabilidade. Dentro deles, muitos cativos nasceram, cresceram, casaram-se e viram seus netos. O regime paternalista, de certo modo, ajudou-lhes na construção de laços que não foram apenas construídos verticalmente, ou seja, entre senhores e escravos, mas também horizontalmente, entre escravos e escravos à medida que se valeram dos costumes jesuíticos representados pela cruz deixada pelos irmãos do Santo Inácio, fincada no centro do pátio principal, em frente ao Palácio Imperial, visto na Figura 2.

Tomamos assim a liberdade de acompanharmos a construção desses laços, recuperando a ótica vista de baixo, pois, como preconizou Jaques Revel (2000), a possibilidade de uma análise a rés do chão não deve ser descartada por aqueles que desejarem compreender a dinâmica social em seu grau mais diminuto, aumentando-lhe o tamanho, a fim de compreender o cotidiano despido das interpretações generalizantes.

É preciso que chamemos a atenção para o fato de os escravos de Santa Cruz não terem sido os únicos cativos quando da formação da Imperial Fazenda de Santa Cruz. No século XVI, os jesuítas, ao adquirirem o seu plantel para a colheita das drogas do sertão,

buscaram agregar índios à sua possessão. Naquele momento, 40 escravos africanos foram colocados ombro a ombro com outros 40 negros da terra, de nação Carijós<sup>299</sup> formada pelos padres jesuítas. Essa miscigenação entre africanos e índios proporcionou um intercâmbio cultural que enriqueceu, em grande medida, o conhecimento jesuítico a respeito da terra.

Com o tempo, a escravaria aumentou sobremaneira e o plantel de escravos subiu ao patamar de 1354 cativos em 1791. Não se sabe se outros negros da terra foram acrescentados ao plantel ao longo dos anos. É provável que, seguindo os moldes das reduções jesuíticas, os escravos africanos tenham substituído cada vez mais os índios da região nas tarefas diárias. O que se sabe ao certo é que, no entorno de Santa Cruz, havia, no século XIV e até mesmo no XIX, vários grupos indígenas. É provável que tenha havido trocas comerciais entre os negros da Fazenda e essas aldeias, cujos indivíduos viviam da caça, da coleta e de uma agricultura de subsistência que poderia, eventualmente, ainda que em pequena escala, fornecer os produtos que a Fazenda não produzia.

Outro fato importante para a sociabilidade escrava foi a suposta autonomia que os escravos gozaram após a expulsão dos jesuítas. Este fato dificultava, mesmo durante a primeira metade do século XIX, a ação de governantes que não se enquadrassem nos preceitos aos quais estavam acostumados os escravos e funcionários da Fazenda.

Desde a expulsão dos inicianos, o comando da Imperial Fazenda de Santa Cruz havia se tornado um mero posto a ser ocupado pelos “amigos” d’El Rei. Foi assim na instituição do cargo, em 1808, quando o Conselheiro Leonardo Pinheiro de Vasconcelos se tornou o primeiro superintendente da Imperial Fazenda de Santa Cruz, acumulando os

---

<sup>299</sup> FREITAS, Benedicto de. *História de Santa Cruz*. v. III. Império (1822-1889). Rio de Janeiro: Edições do Autor, 1987, p. 175.

cargos de intendente e fiscal da Junta da Fazenda Real<sup>300</sup>. Fiscalizando a si mesmo, pouco tempo lhe sobrava para uma administração eficaz e morando no Catumbi, pouco pôde estar pessoalmente na Fazenda. Tratava-se de um homem de influência sobre D. João VI, o qual, por sua vez, recém-chegado de Portugal, pouco sabia a quantas andava a administração da Fazenda.

Na prática, a administração direta da Fazenda deve ter ficado nas mãos do administrador a quem, segundo o Regimento Interno de 1808, competia prestar contas ao superintendente, cuidar do aumento do gado e da produção do queijo, ou seja, quase nada. Esse estado de coisas conferia aos escravos a possibilidade de manter certa autonomia sobre os seus trabalhos e modo de vida, guardando, se possível, muitos dos costumes inacianos.

Regidos pela lógica do seu próprio tempo, capatazes, funcionários e escravos assumiram o *controle*, pautando-o no modelo da antiga administração jesuítica. Esse ritmo se mostrava moroso para o homem do início do século XIX, tocado pelas transformações de um século movimentado pela conjuntura econômica onde o Brasil lutava por encontrar um espaço. Essa morosidade deixou o viajante inglês John Lucock, que esteve no Brasil de 1808 a 1818, tão insatisfeito com a recepção e os serviços prestados na Fazenda, em 1813, que preferiu abandonar as paragens de Santa Cruz e partir para a região de Sepetiba<sup>301</sup>.

Outro descontente com o modo pelo qual a Fazenda era dirigida foi o britânico John Mawe. O mineralogista esteve no Brasil entre 1809 e 1810 e, ao cortar a região do sertão carioca em direção à Corte, onde finalmente encontraria D. João VI a quem entregaria uma

---

<sup>300</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 75.

<sup>301</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 75.

carta de apresentação<sup>302</sup>, ficou surpreso com o estado de abandono em que se encontrava a Fazenda do Príncipe (como ele mesmo a chamava). Nela chegou às dezoito horas. Muito cansado da viagem, jantou às vinte e duas horas um prato que não o agradou, tratava-se de um pouco de carne, semicrua, a qual teria sido, segundo ele, “certamente a pior que provara no Brasil”<sup>303</sup>. O dia seguinte não lhe trouxe alegrias que fizessem apagar a má impressão da chegada. Novamente os serviços relativos à alimentação não o agradara, o almoço (desjejum) que deveria ser servido às sete horas, só foi servido às dez, o que fez o inglês, acostumado à regularidade inglesa, protestar veementemente junto aos funcionários da Fazenda, os quais pouca ou nenhuma importância deram às suas queixas.

Ao sair aproveitou para observar o campo o qual lhe chamou a atenção. Escreveu em suas observações o que seus olhos o permitiam ver do alto da serra de Santa Cruz. A “planície está coberta do mais rico pasto, que sustenta de sete a oito mil cabeças de gado”, anotou ao observar o numeroso rebanho que se expandia pelas terras reais. Já sobre a escravaria, relatou que era “de ânimo dócil e tratável, e de modo nenhum destituído de inteligência”. Funcionários da Fazenda devem ter-lhe confidenciado o modo que a escravaria vivia:

Pequenas áreas de terreno, por eles escolhidos, lhe são concedidos, e dão-lhes dois dias a semana, além dos feriados fortuitos, para plantar e cultivar os produtos destinados a sua própria subsistência; o resto do tempo e do trabalho dedicam ao serviço de sua Alteza.<sup>304</sup>

---

<sup>302</sup> O documento que Mawe trazia era uma carta de recomendação do embaixador português em Londres, irmão do Conde de Linhares que indicava o viajante como um leal súdito do Império do Brasil e, por conseguinte, apto para comerciar os minerais encontrados no Brasil Cf. GERBOVIC, Tathiane. O olhar estrangeiro em São Paulo até meados dos oitocentos: relatos de viajantes ingleses e norte-americanos. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.

<sup>303</sup> MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

<sup>304</sup> *Ibidem*, p. 10.

Contudo, ele não deixou de criticar a forma como os escravos estavam sendo tratados, mesmo em um ambiente tão *permissivo*. “O sistema de administração, entretanto, é tão mau, que vivem semi-famintos, quase sempre desprovidos de roupas e mais que miseravelmente instalados” (*sic*)<sup>305</sup>. É preciso ressaltar o fato de que, para Mawe, o estado de abandono da Fazenda em seu aparente momento de descontrole não corresponderia a um controle do escravo sobre o seu trabalho ou modo de vida. Na verdade, para o mineralogista, os escravos estavam sendo tão prejudicados quanto à Coroa, que dependia da produção.

Para reforçar o seu argumento de abandono, Mawe relatava, ainda, que “as plantações de café assemelhavam-se a um matagal, onde os arbustos silvestres cobriam a lavoura. O gado”, afirmava ele, “estava deploravelmente abandonado”<sup>306</sup>. Podemos, através de suas palavras, supor que a existência de uma conexão entre a quantidade de escravos que recebiam terras e folgas e o abandono do cafezal e do gado era evidente. Mas os fatos que estavam por acontecer demonstrariam ao observador inglês que, em se tratando de Santa Cruz, as coisas poderiam ser diferentes.

Ao chegar a seu destino e demonstrar a D. João VI tudo o que viu e provou, foi prontamente convidado a administrar a Fazenda. Mais preocupado com o seu foco mineralógico, declinou de pronto, colocando-se a serviço de Vossa Alteza para o que fosse conveniente, deixando claro, porém, não ser possuidor do tempo que a tarefa exigia.

Após muita insistência do Príncipe Regente, Mawe aceitou o convite e passou a administrar a Fazenda por onde passaria em carreira breve, mas conturbada. Ao chegar à Imperial Fazenda de Santa Cruz descobriu que a mesma parecia ter uma organicidade

---

<sup>305</sup> *Idem*.

<sup>306</sup> *Ibidem*, p. 15.

própria, era ela relutante às mudanças e baseada em conceitos que não estavam em consonância com o pensamento europeu. Por começar, o capataz se mostrou relutante às ordens do novo administrador.

Mawe não era um homem do campo tampouco fazendeiro, antes, fazia parte de um seleto grupo letrado voltado ao estudo da mineralogia, sobretudo a extração de diamantes. Possuía ampla experiência em minas da Inglaterra e Escócia, já havia viajado por grande parte das Américas portuguesa e espanhola. Do alto de sua experiência, propunha ao Príncipe Regente a construção de uma fazenda modelo, produtiva e rentável à Coroa, porém nada disso constava nos planos dos empregados da Fazenda.

Após tentar, sem sucesso, modernizar a Fazenda, cercar e consertar as cercas, colocando os escravos para trabalhar nos campos e no plantio do cafezal de uma forma mais organizada, pediu demissão do cargo e voltou à Corte. Muito polido, evitou dar maiores explicações a D. João VI sobre o motivo de sua demissão. Apenas mais tarde, quando da publicação das suas memórias, foi que relatou o motivo:

Este estabelecimento que deveria ser dirigido como propriedade particular, mantém um corpo de intendentes, majores, administradores, cobradores de esmolas, secretários, escrivães, sargentos, cabos, soldados e mensageiros, sem número, que lhe dá mais o aspecto de um velho principado alemão do que de uma fazenda real.<sup>307</sup>

Segundo Mawe, o capataz era insubordinado, a intriga era constante entre os empregados e estes, inclusive os escravos, tudo fizeram para que não obtivesse êxito, reclamou Mawe, partindo para Minas Gerais seguindo o que já havia se proposto desde quando chegara à Corte: o estudo da mineralogia.

---

<sup>307</sup> MAWE, John *apud* FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 49.

Esse relato deixa transparecer como funcionários e escravos apoiavam-se mutuamente em busca da manutenção de seus interesses. A lógica do trabalho desempenhado pelo escravo, discutido no segundo capítulo desta tese, apoiado nas pesquisas de Marquese, ficam mais evidentes agora quando contrapomos os dois modelos de administração propostos. Temos de um lado o molde paternalista cristão e, de outro, um modelo que já demonstra certa organização e o desejo de maximização dos resultados e, ainda que ao final essa proposta possa resultar em uma melhora de vida, ela não é compreendida como um benefício, mas sim como um corpo estranho interessado em quebrar um padrão que desde muito já havia sido estabelecido.

Dito com outras palavras, no entender de funcionários e escravos tal objetividade poderia ser traduzida pelo aumento do trabalho e diminuição do tempo livre, a quebra do ritmo social já estabelecido e tão aceito pelos participantes quanto o fato de os escravos andarem mal vestidos e mal alimentados.

Outras vozes de insatisfação ajudaram D. João VI a compreender o que de fato se passava na Fazenda. Insatisfeito com as explicações de John Mawe para seu pedido de demissão sumária, o Regente enviou um funcionário real para colher informações sobre o verdadeiro estado da Imperial Fazenda de Santa Cruz e, como era de esperar, o relator escreveu, sem rodeios, todos os problemas os quais, segundo ele, eram os culpados pelo sistema caótico plantado como uma erva daninha em Santa Cruz.

O tenente coronel Francisco Cordeiro da Silva Telles, enviado como inspetor e relator, contou haver na Fazenda “desordens e intrigas” que impediam o bom funcionamento da mesma. Segundo seu relatório, os empregados estavam mais preocupados em tomar conta do serviço do outro que o seu próprio e, quando perguntados, não sabiam dar conta nem mesmo do gado; além disso, os escravos não produziam milho e

arroz para a Fazenda e sim para eles mesmos<sup>308</sup>. Diante disso, o relator propôs que a Fazenda produzisse tais alimentos e os vendessem, a fim de aumentar o erário real.

Além de tudo isso, o escravo que tomava conta do roçado, por ser cativo, não queria se indispor com os companheiros, nada fazendo para resolver a situação. Como solução a tal problema, o relator sugeriu que se colocasse “hum homem de confiança de vossa alteza, pello seu conhecimento, zelo, e probidade”, e não funcionários, muito menos escravos.

Na análise do autor do relatório, a roça só não dava prejuízo maior aos cofres públicos porque ainda se arrecadava algum dinheiro com os foros e pastagens<sup>309</sup>, mas que mesmo assim só dava para comprar “farinha, arroz e legumes para os empregados”. O relator sugeria ainda que se colocasse 30 escravos da costa e um “feitor bom” para plantar mandioca, milho, legumes e cuidar dos poucos pés de café. A explicação sobre o porquê de escravos da costa vem logo após:

Digo da costa porque os daqui vão sempre com tal repugnância em razão da separação de suas famílias, e abandonos das suas roças que não é possível fazê-los trabalhar com pastagens, e [...] na jornada em que elles nunca chegam a gastar meio dia quando voltam consomem ordinariamente huma semana quando vão.  
(sic)<sup>310</sup>

As muitas linhas tecidas pelo relator pouco a pouco dão a forma a um escravo participante histórico ativo da *desorganização* da Fazenda. Mais humano, o elemento escravo é pintado com toda a riqueza. Relutante, o apego à família o impede de seguir as regras administrativas, quebrando de forma contundente o rumo ditado pelo feitor. Estrategicamente, os escravos sabotavam o trabalho fazendo corpo mole quando tinham de

<sup>308</sup> BNRJ. II-34,33,8. “Observações sobre a administração da Fazenda, 1815”.

<sup>309</sup> Segundo determinação da Coroa, os gados de particulares podiam pastar nos campos de Santa Cruz, desde que pagassem 500 réis por cabeça.

<sup>310</sup> *Idem*.

partir para longe da Fazenda, abandonando o convívio de seus familiares. Cansados, feitores e administradores preferiam não mandá-los a terem de amargar a demora que levavam até chegar ao eito de destino.

Dito com outras palavras, no entender dos funcionários e dos escravos, tal objetividade poderia ser traduzida pelo aumento do trabalho e diminuição do tempo livre, ou seja, a quebra do ritmo social já estabelecido e tão aceito pelos mesmos, a despeito de uma visão externa que os tenha julgado como mal vestidos e mal alimentados. É plausível que os objetivos daqueles que viviam sob o cativo fossem outros.

Em 1817, de acordo com as indicações e conveniências reais, Joaquim José de Azevedo, mais conhecido como o Visconde do Rio Seco, assume a superintendência da Imperial Fazenda de Santa Cruz. À frente da Fazenda, segundo Freitas, Rio Seco tratou de reformar instalações abandonadas e disse ter criado às suas próprias custas as feitoras de Peri-Peri, Bom Jardim e Santarém e muito do seu bolso foi colocado na obra de reforma do Paço de Santa Cruz<sup>311</sup>. Entretanto, quando observamos mais de perto a sua figura histórica, passamos a desconfiar de tanta generosidade, uma vez que o mesmo possuía três mansões e muito lucrou com os favores recebidos pelos foreiros santa-cruzenses<sup>312</sup>.

Foi o Visconde do Rio Seco quem ordenou a reforma do hospital, pois o hospital construído pelos jesuítas já deveria estar em mal estado:

---

<sup>311</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 81.

<sup>312</sup> Laurentino Gomes põe em cheque a figura de Rio Seco como um homem austero e íntegro como descreveu Freitas. Segundo Gomes até uma modinha foi criada para criticar personagens que como ele, que entrou para a história como aquele que rouba, mas faz. Para Rio Seco compuseram a modinha: “Quem furta pouco é ladrão / Quem furta muito é barão / Quem mais furta e esconde / Passa de barão a visconde” Conf. MONTEIRO, Tobias, *apud* GOMES, Laurentino. *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2007, p. 171.

Devendo edificar-se na R. fazenda de Santa Cruz hum hospital no sitio chamado de Galinheiro conforme o plano apresentado pelo tenente Coronel Eng. Francisco Cordeiro e continuasse a fazer mais acomodações no Paço, assim como o concerto da cavalharice guarda junto da cachoeira sendo destinado Felix José da Silva como mestre da obra [...] com o auxilio de todos os carpinteiros escravos.<sup>313</sup>

Ao reformar o hospital, Rio Seco reformulou e padronizou a qualidade dos serviços ali prestados regulando a dieta dos doentes, uma preocupação que trouxe melhoras no atendimento, ao mesmo tempo em que aumentou os gastos do erário público com objetivo de melhor atender a população escrava. Vê-se, pois, uma preocupação justificada com os trabalhadores, que deveriam estar aptos para o serviço o qual a Fazenda passaria a desempenhar desde então.

As mudanças implementadas por Rio Seco foram traduzidas, ao longo do tempo, pela diminuição de escravos baixados no hospital e, por conseguinte, suas mortes. É isso o que sugere o relatório datado de 1818, no qual o administrador José Fernandes da Silva relata ao superintendente o fato de o hospital seguir muito bem e haver poucas mortes. O relator aproveita para informar a quantidade de alimentos que foi preparada no mês de setembro “para os empregados e doentes do hospital”: 8 bois de corte; 2 bois de carros “incapazes” e 12 vacas. José Fernandes dá conta ainda das pessoas que estavam no hospital no momento do relatório: 83 escravos; 2 soldados da Fazenda; 1 soldado da Corte e 2 paisanos, sendo ao todo 88 pessoas<sup>314</sup>. Outros relatórios mais minuciosos também apontam a melhoria do atendimento a partir da capacidade de descrever as enfermidades das quais os escravos eram acometidos e que podem ser demonstradas na tabela a seguir:

**Tabela 6:** Mapa de enfermidades em outubro de 1819

---

<sup>313</sup> ANRJ. Fazenda Nacional de Santa Cruz, cx, 507: pct. 26. doc. 1, 1816.

<sup>314</sup> NPH. “Relatório de novidades da Fazenda Santa Cruz, em 1818”.

Chagas:		Dores	Defluxo	Febres	Inflamação
Soldados	02	02	00	00	00
Funcionários	00	00	01	00	00
Escravos	04	05	01	03	02
Escravas	02	14	02	00	00
Moleques	03	00	00	00	00
Moças	00	02	00	00	00
Crias	00	01	00	00	00
Total	11	24	03	03	02
<i>Contusão</i>		<i>Tísica</i>	<i>Bexiga</i>	<i>Bobas</i>	<i>Impingi</i>
Soldados	00	01	00	00	00
Funcionários	00	00	00	00	00
Escravos	01	00	01	00	01
Escravas	03	00	01	00	00
Moleques	00	00	00	01	00
Moças	00	00	00	00	00
Crias	00	00	01	00	00
Total	04	01	03	01	01
<i>Estrepadura</i>		<i>Apostema</i>	<i>Diarréia</i>	<i>Demência</i>	<i>Erisipela</i>
Soldados	00	00	00	00	00
Funcionários	00	00	00	00	01
Escravos	02	01	01	01	00
Escravas	01	04	00	00	00
Moleques	00	01	00	00	00
Moças	00	00	00	00	00
Crias	00	01	03	00	00
Total	01	07	04	01	01

Fonte: BNRJ - II-34,33,14. Doc. Mapa de enfermidades, outubro de 1819.

Os dados acima demonstram a especificidade do hospital e sua importância para a saúde dos escravos. Ele passou a ser destinado a três categorias de pessoas em Santa Cruz: os soldados que estivessem de campanha na Fazenda; os funcionários da Fazenda e, por último, os escravos, sendo que estes compunham o maior número de atendimentos em relação aos demais. Parece que partir daí, o hospital passou a ser visto como uma possibilidade de se angariar fundos, pois passou a se cobrar o valor de 400 réis pelo

atendimento a pacientes não escravos, o que segundo Rio Seco, servia para custear as despesas da própria instalação<sup>315</sup>.

Entre as doenças listadas, chama-nos a atenção a inclusão enfermidades subjetivas, ou seja, doenças que não seriam verificadas através de uma simples observação como as listadas nas ocasiões em que se elaboravam os *inventários* dos plantéis escravistas, nas quais a situação em que o escravo se apresentava era vista, avaliada e imediatamente traduzida pelo diagnóstico conferido pelo inventariante. Como vimos no primeiro capítulo, as doenças do inventário de 1791 são prontamente verificadas, como “quebrados”, “coxos”, “mancos” e “cegos” e os cativos são prontamente identificados e avaliados.

Não há espaço, nesse caso, para doenças as quais não possam ser traduzidas por seu estado físico aparentemente verificado. Agora, em 1819, surge o termo “dores” com a capacidade de abarcar uma incontável quantidade de sintomas não verificáveis facilmente. Isso explica o fato de que o maior número de atendimentos no hospital (24 atendimentos) esteja debaixo desta nomenclatura. Sobre esses escravos, ainda sem podermos precisar suas doenças, apenas podemos afirmar ser o que a historiografia da escravidão tem demonstrado: o maior número de escravos que sofriam desse mal eram as mulheres, 14 do total de todos os escravos doentes.

O próprio registro desses atendimentos atesta o fato de que o Visconde do Rio Seco tenha reorganizado o atendimento no hospital a partir de sua gestão. Antes dele, não temos dados precisos sobre a entrada e a saída de doentes no hospital e muito menos as funções que cada funcionário desempenhava. Contudo, em sua administração, o Visconde do Rio de Seco não só melhorou o atendimento no hospital como também aumentou as atribuições da

---

<sup>315</sup> ANRJ, código 804, v. 4. doc 14. “Relação geral dos escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, no mesmo ano”.

administração em relação ao serviço hospitalar prestado. Várias cláusulas relacionadas a essa questão podem ser verificadas no Regimento Interno elaborado pelo Visconde do Rio Seco:

***A fiscalização do Hospital***

1. Fazer conter o sossego dentro do hospital e a subordinação dos doentes ao cirurgião e enfermeiros;
2. Arrecadar a fazenda dos gêneros para a dieta pedida pelo 1º cirurgião;
3. Zelar pela limpeza das camas e roupas dos doentes;
4. Cuidar de tudo o que for para o bem-estar dos doentes, sem omissões nem extravios;
5. Cuidar "da comida para escravatura, que por idade e moléstias, não podem fazer suas roças para se sustentarem delas e fazer repartir o excedente da mesma gradualmente por crianças para o **caldeirão dos pobres** (grifo nosso)"<sup>316</sup>.

A ordem demonstrada nesse regimento reflete o cuidado do superintendente com os doentes no tocante à hierarquia, alimentação e limpeza do ambiente. Tudo isso surpreendeu a viajante Maria Graham quando esteve em Santa Cruz, como vimos anteriormente, no primeiro capítulo desta tese.

As obrigações dos cirurgiões passaram a ser controladas pelo regimento como foi o caso do “sr. Manoel Caetano, cirurgião da Casa Real e por ordem d’El Rei nosso senhor, incumbido do curativo do sobredito hospital de Santa Cruz terá o seguinte cuidado”<sup>317</sup>, ressaltava o documento que ele deveria “curar todas as moléstias” do modo que melhor

---

<sup>316</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 86.

<sup>317</sup> *Ibidem*, p. 99.

entendesse; “ajudar no curativo” quando estivesse em visita ao ambiente hospitalar; nomear o cirurgião de banco, uma espécie de terapeuta que ficava fixo no hospital “sem dele se apartar”. Era ainda o cirurgião quem planejava a quantidade da ração de acordo com o número de doentes e nisto deveria colocar toda a sua atenção, pois como bem advertia o Regimento do Visconde do Rio Seco, “El rey nosso senhor não permite que maus tratos aos doentes, mas não permite descaminhos e desmazelo” (*sic*)<sup>318</sup>.

À tarde, segundo o Regimento, o cirurgião deveria estar presente para assistir a distribuição da alimentação, não deixar que a comida fosse servida para os escravos de não internados e ajuntar as sobras de tudo para com elas mandar cozinhar o caldeirão dos pobres.

Por sua vez, o feitor branco ficava à porta do hospital para que os doentes não pudessem “sair sem o bilhete” de autorização “do 1º cirurgião”, nem escravos de serviço (enfermeiros, amas e cozinheiros) sem a “autorização do 2º cirurgião”; muito menos que se extrviasse a comida dos doentes. Aliás, toda a comida destinada ao hospital era comprada no açougue da Fazenda<sup>319</sup>, na presença do segundo administrador, sempre à noite para o dia seguinte. Era nesse momento em que o feitor do açougue separava, além “da melhor carne” verde, as “cabeças, mocotós, fressuras e fatos” para comporem o caldeirão do próximo dia<sup>320</sup>.

As obrigações dos 2ºs cirurgiões e enfermeiros eram mais amenas. Eles deveriam “acompanhar visita do 1º cirurgião à hora de costume, fazer os curativos na ausência do 1º

---

<sup>318</sup> *Idem*.

<sup>319</sup> A venda e distribuição da carne eram controladas pelo açougue da Fazenda, nenhum gado era morto se não fosse naquele recinto, assim se impedia que os escravos roubassem ou comessem a carne do gado. Uma vez mortos e destrinchados pelo escravo falquejador, os ossos eram separados e vendidos, a melhor carne era separada para os doentes do hospital, e o pessoal de serviço na Fazenda, após isso, o couro era enviado para o armazém e o restante da carne vendida à população da Fazenda (FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 100).

<sup>320</sup> *Idem*

cirurgião e visitar na falta dele”<sup>321</sup>. Regularmente, os enfermeiros deveriam administrar os remédios aos doentes, conforme a indicação do cirurgião. Esses deveriam se alimentar no hospital, conforme a determinação do Visconde de Rio Seco “para que não faltassem com a desculpa de irem as suas roças, pagar-se-ia a eles a ração que recebem os feitores”, entretanto, se ainda assim faltassem, poderiam “ser castigados pelo cirurgião Manoel Caetano”<sup>322</sup>. Preocupado em sistematizar o funcionamento do hospital, o regimento previa até uma escala de serviço dos enfermeiros, como se vê no Quadro 2, a seguir:

Escalados	Sáb.	Dom.	2ª F	3ª F	4ª F	5ª F	6ª F
1º Enfermeiro	X	X					X
2º Enfermeiro			X	X			X
3º Enfermeiro					X	X	X

**Quadro 2:** Escala de serviço dos enfermeiros do hospital de escravos de Santa Cruz

X: Dia de serviço.

Fonte: FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 100.

Desta forma, os enfermeiros, e provavelmente outros cativos que trabalhavam no hospital, terminavam por trabalhar apenas três dias por semana. Nos outros dias eles estavam livres para irem às suas roças, ou mesmo prestar serviços a quem pudesse pagar pelos seus préstimos. O fato de todos trabalharem na sexta-feira pode indicar que este talvez fosse um dia crítico em relação aos demais em decorrência do aumento de acidentes de trabalho por conta das festas da véspera do sábado, dia de folga, quando os escravos fariam maior uso da água ardente. Aos sábados e domingos, por ser geralmente a folga de

<sup>321</sup> *Ibidem*, p. 102.

<sup>322</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 100.

todos os escravos, o número de atendimento no hospital diminuía, por isso, seguindo a hierarquia, o 1º cirurgião era escalado nesses dias sendo menos requerido que os demais.

Tantas ordens e prescrições motivaram o Visconde de Rio Seco a buscar uma melhor qualificação da mão de obra daqueles que trabalhavam no hospital. Foi justamente durante a sua gestão que, como vimos no início deste capítulo, os dois escravos, Benedito Joaquim e João Evangelista, foram estudar cirurgia no Hospital Real Militar<sup>323</sup>. Uma indicação clara da preocupação com o aperfeiçoamento das práticas terapêuticas.

O regimento criado por Rio Seco ainda dá conta dos escravos inválidos, ou seja, aqueles que não podiam viver sobre si (providenciar o seu próprio sustento), mantendo-se das suas próprias roças. “Não se pode obrigar que trabalhem estes escravos”, escreveu Rio Seco, “visto que não se contava com ele, mas se pode tirar alguma partida desta escravatura se eles quiserem, para o seu próprio bem”<sup>324</sup>. Nesse caso, os inválidos, as crianças com menos de 7 anos e os velhos poderiam recolher as ervas daninhas da Fazenda e depositá-las ao fim do dia, em frente ao hospital<sup>325</sup>, na presença do enfermeiro de serviço, o qual já com o ponto dos empregados em mãos para a conferência. Após isso, eles receberiam como alimentação: “01 arretel de carne por dia e 01 ração de farinha”<sup>326</sup>. Todavia, se não quisessem trabalhar, continua Rio Seco, “tem a esmola do caldeirão, na proporção que lhe puder tocar, pois é esmola e não ração”<sup>327</sup>.

<sup>323</sup> BNRJ- II-35, 11 7n1-3. “Relação de escravos da rela fazenda empregados em diferentes destinos da cidade, presos, em outras ou desertados, 1817”.

<sup>324</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 101.

<sup>325</sup> Conforme: “as crianças devem dar um caminho até dois [...] As crianças para este trabalho se entendem de seis anos justos para mais e se os pais duvidarem, não se devem obrigar, mas também não de dá de comer aos filhos dos pais que assim praticarem, do caldeirão dos pobres, que é prova de não carecerem daquele bem”. Regimento interno da Imperial Fazenda de Santa Cruz, Visconde do Rio Seco, *apud* FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 101.

<sup>326</sup> *Idem.*

<sup>327</sup> *Idem.*

O trabalho das escravas também recebeu uma atenção particular no regimento de Rio Seco. As escravas empregadas em tarefas internas como o descaroçamento de algodão, cuidar do galinheiro e tomar conta das crianças de outras, por não possuírem tempo para as suas roças, recebiam como ração diariamente: “01 arretel de carne, 01 porção de farinha”<sup>328</sup>. Tal fato denota um cuidado com aqueles que não produziam diretamente para a Fazenda ao mesmo tempo em que aponta o emprego de uma grande rede de pessoas incumbidas dos cuidados com os inválidos e crianças. Posto isto, as mães podiam, de certa forma, trabalhar em suas lidas diárias com a certeza de que seus filhos menores estavam sendo cuidados no hospital; ao mesmo tempo, esses mesmos escravos estariam despreocupados em relação aos seus pais ou avós, já incapacitados para o serviço, pois os mesmos estavam a receber atendimento e o cuidado que a situação exigia.

O cuidado com os pacientes do hospital concernente à roupa e utensílios deve ter sido uma questão que mereceu atenção do Visconde do Rio Seco. A análise da documentação encontrada no Arquivo Nacional, no período em que o Visconde esteve à frente da Fazenda, demonstra clara preocupação com os cuidados terapêuticos ministrados aos escravos, como, por exemplo, um documento de 1818 em que o Visconde pede que o armazém libere “pano de algodão para a roupa do hospital e vestuário para as crianças da escravatura”<sup>329</sup>.

Outros documentos dão conta das despesas com o hospital, inclusive a ração servida que, em 1816, consistia em certas ocasiões em meia porção de: vinho, velas; uma porção de galinha; duas medidas de sal e mais uma de pano<sup>330</sup>. Essa soma corresponde à maior parte do consumo dos gêneros do armazém, maior até que o gasto com a colônia chinesa que foi

---

<sup>328</sup> *Idem.*

<sup>329</sup> ANRJ. Fazenda Nacional de Santa Cruz, cx 507, pct. 03, 1816-1848, Doc. 1.

<sup>330</sup> *Ibidem*, doc. 89.

implantada em Santa Cruz, no mesmo período com o intuito de produzir chá<sup>331</sup>, a qual teria gastado apenas um terço do gasto do hospital, sobretudo em decorrência do consumo da farinha (seis porções) que não aparecem na dieta dos escravos<sup>332</sup>.

Como podemos ver, o hospital de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz foi se firmando, ao longo do tempo, como um espaço necessário à manutenção da vida dos escravos de Santa Cruz, entretanto, essa importância que ele recebeu não estava ligada apenas aos cuidados terapêuticos ali ministrados. A análise das experiências escravas de outros plantéis pode nos impedir de cair na armadilha de acharmos que os escravos compreendiam os cuidados terapêuticos recebidos no hospital do mesmo modo que percebemos os cuidados médicos empregados hoje, ou seja, o de superdimensionarmos a importância do hospital como um local para a cura do corpo e a manutenção da saúde. Vejamos como isto se deu no Sul dos Estados Unidos da América.

O pesquisador americano Herbert C. Covey em seu trabalho intitulado *African-American Slave Medicine* oferece uma análise crítica sobre como os senhores de escravos cuidavam das suas escravarias e as complexas relações sociais encontradas entre os escravos Afro-americano e os médicos brancos. Herbert C. Covey chegou à conclusão de que os escravos afro-americanos preferiam recorrer ao uso de ervas e plantas medicinais, a irem para os hospitais de escravos nas *plantations* ou deixarem-se tratar pelos médicos contratados pelos senhores, demonstrando claramente um tipo diferenciado de cuidados terapêuticos.

---

<sup>331</sup> Foi durante a administração do Conselheiro Leonardo Pinheiro de Vasconcelos que se instalou uma colônia de chineses, em Santa Cruz, próximo ao Paço Real. Tal fato foi proporcionado por uma iniciativa do Conde de Linhares em produzir chá de altíssima qualidade no Brasil.

<sup>332</sup> A resposta para o fato do não consumo de farinha de mandioca no hospital talvez resida na discussão médica em torno do mal do consumo da fécula, como foi preconizado por Jardim e, discutido por nós no segundo capítulo desta tese.

Segundo Covey, isso se deu no Sul dos Estados Unidos, dentre outros fatores, porque os médicos brancos reconheciam os escravos como seres biologicamente inferiores por causa da cor da pele e com maior capacidade de suportarem a dor<sup>333</sup>; e um tipo de medicina experimental aplicada aos escravos. Além disso, o tratamento conferido aos escravos era de acordo com o investimento da compra. Assim escravos caros recebiam melhores cuidados que escravos cujas somas investidas não eram altas. O primeiro atendimento se dava na própria *plantation*, mas quando este falhava, os senhores não obstavam em contratar médicos que estivessem dispostos a clinicar seus escravos.

Entretanto, os hospitais e enfermarias das *plantations* serviam mais para controlar os cativos e menos para cuidar dos mesmos e as instalações variavam entre as muito precárias e algumas satisfatórias, segundo o relato dos próprios<sup>334</sup>. Além disso, mesmo ali, pouco espaço havia para que os escravos exercessem eles mesmos as práticas terapêuticas, como na Imperial Fazenda de Santa Cruz<sup>335</sup>. Por todos esses motivos, os escravos afro-americanos preferiam recorrer a tratamentos terapêuticos populares, baseados em ervas administrados por eles mesmos a terem de submeter ao tratamento oferecido pelos senhores de escravos. A historiadora Sharla M. FETT, em seu livro *Working cures* também acredita que os escravos sulistas recorriam aos hospitais das *plantations* apenas em último caso<sup>336</sup>. A historiadora procura enfatizar que os escravos do Sul dos Estados Unidos, durante o primeiro quartel do século XIX, buscavam as suas próprias práticas terapêuticas baseados

---

<sup>333</sup> COVEY, Herbert C. *African-American Slave Medicine: herbal ed non-herbal treatments*. Lanham, Md., and other cities: Lexington Books, 2007., p. 28.

<sup>334</sup> Herbert C. Covey e outros pesquisadores americanos trabalharam em um projeto patrocinado pelo Federal Writer's Project intitulado The Works Progress Administration (WPA), que tem por objetivo contribuir para com o resgate da memória dos escravos do Sul dos Estados Unidos da América, o trabalho da WPA foi publicado e está disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu011544.pdf>.

<sup>335</sup> COVEY, Herbert C. *Op. cit.*, p. 39.

<sup>336</sup> FETT, Sharla M. *Working cures: healing, health, and power on southern slave plantations*. University Carolina Press, 2002, p. 56.

na cosmogonia africana, onde a doença não possuía, necessariamente uma conotação ruim, apenas um desequilíbrio de forças causado pela ação dos ancestrais<sup>337</sup>, isto equivaleria a dizer que os escravos não confiavam na “medicina” usada pelos senhores.

Se levarmos em conta esses pontos de vista, veremos que o fato do hospital de escravos ser um local onde os cativos recebiam cuidados terapêuticos não faz, necessariamente, desse ambiente um local importante para os cativos. Ou seja, a importância do hospital reside nos vários benefícios que orbitavam em torno dele, na possibilidade que os escravos tinham de deixar os seus filhos menores de sete anos, alimentar seus avós incapacitados para o trabalho e, logicamente, na possibilidade de cuidarem de si mesmos quando doentes.

Essa hipótese ajuda-nos no entendimento do papel representado pelo hospital para os cativos impedindo-nos de supervalorizarmos a sua importância para os escravos, pois como temos demonstrado até aqui, possuir um hospital de escravos não foi um privilégio dos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, no Brasil e em outros países isso foi uma prática relativamente comum, portanto, a importância do hospital reside nas relações sociais traçadas a partir dele funcionando-o funcionar como um guarda-chuva capaz de amparar os cativos em várias fases da vida.

O que buscamos demonstrar nesta tese é que os cuidados terapêuticos satisfatórios aos escravos iam muito além das instalações ou na cura formal de enfermidades, ele está relacionado com determinados quesitos que, de certa forma, proporcionavam aos cativos um bem-estar. A seguir desenvolvemos esse raciocínio ao mostrar que as mudanças

---

<sup>337</sup> FETT, Sharla M. *Working cures: healing, health, and power on southern slave plantations*. University Carolina Press, 2002, p. 56.

implementadas pelo Visconde do Rio Seco, em relação ao hospital, não foram suficientes para impedir a rebeldia escrava nem a fuga para os quilombos vizinhos.

A documentação levantada indica que o período em questão não deixou de ser um tempo conturbado em relação à ordem entre os escravos. A punição e o controle sempre estiveram presentes e o trabalho, em virtude de todas essas mudanças, aumentou sobremaneira, ocupando uma parcela dos escravos acostumados ao marasmo do qual Mawe reclamara outrora.

Mesmo durante a construção do hospital os escravos foram amplamente utilizados, sobretudo no transporte da madeira, pois o local era de difícil acesso e moradias adjacentes à obra impediam o uso de carros de bois, motivando o responsável da obra a pedir a liberação de mais escravos para o serviço<sup>338</sup>. Na falta de tantos braços cativos para a implementação de uma série de reformas, lançou-se mão do recurso de contratar índios para os demais serviços como a abertura de valas, capina e limpeza de estradas<sup>339</sup>, onde escravos labutavam lado a lado com os índios que habitavam a região de Itaguaí. Em 1816, o administrador prestou conta dos 414\$080 (quatrocentos e quatorze mil e oitenta réis) pagos a 21 desses trabalhadores e ainda outras vezes Rio Seco valeu-se desse expediente.

Fugir tornou-se uma alternativa quando o aumento do serviço e a regulamentação quebravam a antiga ordem das coisas. Rio Seco enfrentou algumas deserções e desordens praticadas por escravos durante a sua gestão. Em ofício, Visconde de Rio Seco referiu-se a desordens provocadas por “desordeiros” acobertados por “maus escravos da Fazenda”<sup>340</sup> que prejudicavam a ordem.

---

<sup>338</sup> ANRJ. Fazenda Nacional de Santa Cruz, cx. 507, pct. 03, 1816-1848, doc. 68.

<sup>339</sup> *Ibidem*, doc. 16.

<sup>340</sup> *Idem*.

Outros dirigentes da Fazenda já haviam feito queixas sobre o mau comportamento dos escravos, como Couto Reis, o qual adverte em ofício que para evitar os problemas de ordem “todo e qualquer escravo que se achar vagando por quaisquer lugares, sem ordem e sem licença por escrito [...] é pena gravíssima e sujeita ao castigo”<sup>341</sup>. Na mesma ocasião, havia na Fazenda 37 escravos desertados (fugidos); 24 presos na Fortaleza de Santa Cruz e 3 na Casa de Correção, o que mostra que a rebeldia sempre esteve presente em Santa Cruz.

Em algumas ocasiões, o próprio patrimônio da Fazenda era atacado pelos escravos, como em 1811, quando um escravo roubou um cavalo puro sangue da Fazenda. O fato foi descoberto porque os muitos escravos foram vistos comendo carne fresca, o que chamou a atenção do administrador que, percebendo o fato, mandou diligências a todas as senzalas vasculhar recinto por recinto a fim de encontrar vestígios que pudessem indicar sobre o roubo. Na verdade, atirou-se no que viu e acertou-se o que não viu, pois logo se descobriu que o próprio escravo “incumbido de fazer a comida das crianças vendia a carne que era para a dita comida e também logo fugiu” (*sic*)<sup>342</sup>. Para tais “crimes” o administrador pedia ao Chefe de Polícia da Corte “exemplar castigo”<sup>343</sup>, ainda mais por serem campeiros aqueles que, segundo o autor do documento, deveriam zelar pelos animais da Fazenda. Neste mesmo documento é relatado o fato de o escravo Manoel Francisco ter roubado um jegue e uma “mula” da Fazenda e se evadido para a Corte.

O resultado das buscas nas senzalas revelou pelo menos dez escravos em cujas senzalas foram achados restos de carne fresca e “mocotós”, o que não foi surpresa para o administrador. Surpresa mesmo foi a resposta do Chefe de Polícia sobre o escravo Manoel Francisco, o qual havia fugido da Fazenda levando um jegue e uma mula. A autoridade

---

<sup>341</sup> BNRJ. II. 35,11,12 2 e n. 1.

<sup>342</sup> *Ibidem*, n. 5.

<sup>343</sup> *Idem*.

policial respondeu que o tal escravo já se encontrava havia “dois anos na Corte aprendendo o ofício de pintor”, mas que as obras por ele realizadas estavam atrasadas, tanto pelo escravo não possuir “habilidade” como também pela sua “inércia e vadiação”<sup>344</sup>, o que fazia com que o Chefe de Polícia não visse nenhum motivo em não atender o ofício da administração de Santa Cruz, prendendo o dito escravo e o enviando a Santa Cruz.

Agora em 1816, a administração do Visconde de Rio Seco, a despeito da implementação de uma série de melhorias relacionadas à saúde dos escravos, também sofreu com fugas e rebeldias. Escravos fugiam para as matas, roubavam o gado à noite e depois compartilhavam a carne roubada com os próprios escravos da Fazenda, os quais, por sua vez, não delatavam os ladrões. Outros eram reincidentes perturbadores da ordem, como o caso do escravo citado no ofício ao Chefe de Polícia pelo codinome de *Ovo*, “celebre pela astúcia e destreza com que sabia escapar-se de tantos crimes”<sup>345</sup>, que, na ocasião, havia fugido da cela em que estava preso levando consigo muitos presos que cumpriam pena com ele. Ferido dos pés, o administrador não entendia como o rebele era capaz de tantas proezas.

Curiosamente, tais desordeiros não fugiam para longe da Fazenda, mas costumavam ficar nas imediações, à espreita de novos crimes ou se infiltravam no meio da escravaria, como o escravo Manoel de Jesus “que pela sua má conduta e ruins costumes estava cada vez pior”<sup>346</sup>. Desta vez ele havia fugido da Fortaleza de Santa Cruz e partido em direção à Fazenda “continuando os seus péssimos costumes”, mas desta vez o alvo era outro, o

---

<sup>344</sup> BNRJ. II 35,11,2, n. 9.

<sup>345</sup> ANRJ. Fazenda Nacional de Santa Cruz, cx. 507.

<sup>346</sup> ANRJ. Fazenda Nacional de Santa Cruz, cx. 507, doc. 3.

escravo passou a entrar nas senzalas e “atacar as mulheres dos escravos” de modo que nem eles o queriam mais por perto<sup>347</sup>.

Em algumas ocasiões, afastar-se da Fazenda tornava-se perigoso até para os escravos. Lourenço Marques, escravo da Fazenda, foi ao rio Guandu trabalhar e lá foi raptado por escravos quilombolas que, segundo o ofício do administrador, fizeram-no andar por oito dias com eles. Ao ser resgatado, Lourenço Marques estava mui enfermo e com o corpo coberto de espinhos. Foi encaminhado ao hospital de escravos onde foi tratado, mas não resistiu aos ferimentos. Ao fim desse relato o missivista justifica todos esses acontecimentos como a falta de soldados para protegerem a Fazenda e pede uma patrulha de quatro soldados, comandados por um cabo, para patrulhar à noite, momento em que, segundo ele, ocorriam todos esses crimes<sup>348</sup>.

Tanta rebeldia por parte dos escravos poderia ser entendida como revolta contra a tentativa de regulamentação e ordens contra as quais eles lutavam desde a vinda da família real. Em nome dos costumes, eles podem ter reclamado dos castigos físicos ou mesmo do fato de Rio Seco ter se valido de índios para caçar escravos aquilombados, mas até que ponto os inacianos foram protetores dos escravos? Será que realmente isso ocorreu? É preciso verificar outras fontes que possam nos ajudar a dimensionar o exato papel que os jesuítas tiveram. Assim, recorreremos ao memorialista Vieira Fazenda, que se deu ao trabalho de pesquisar o legado jesuítico sob a ótica de pessoas que discordavam da áurea santa que cercava os jesuítas.

---

<sup>347</sup> *Idem.*

<sup>348</sup> *Idem.*

Segundo Vieira Fazenda, existiam vários documentos que se encontravam na Torre do Tombo, em Portugal, os quais depõem contra o bom nome dos padres inacianos<sup>349</sup>. O depoimento de um ex-jesuíta, o padre Bento Pinheiro d'Horta da Silva Capeda, foi um dos que foram arrolados nos autos da expulsão dos jesuítas, em 1759<sup>350</sup>. Seu relato contundente vai de encontro a todo o conceito formado em torno dos padres como religiosos pios, abnegados e extremamente humanitários no trato com os escravos. O padre Capeda cita várias irregularidades dos padres em suas fazendas, inclusive em Santa Cruz. Em seu texto ele denigre a imagem de muitos padres jesuítas acusando-os de roubo e prostituição. Sobre Santa Cruz ele atestou haver um superior, chamado Pedro Ferraz, que era tão absoluto e violento que fora denunciado várias vezes a Roma, até que foi retirado do superiorado. No trato com os escravos, ele violentava as cativas castigava cruelmente os familiares que reclamavam “abuso”<sup>351</sup>. Outros superiores que o sucederam também não foram melhores:

Ao pé desta fazenda fica a aldeia de Taguay, onde foi Superior o padre Manoel de Araujo, que sendo velho era depravadissimo; pois que maltratava aquelas raparigas que se lhe não queriam sujeitar. Diga Barbara, a quem muitas vezes castigou por esta causa, até que desesperada fugiu com seus parentes seguiu-se depois dele o padre José Xavier, monstro de lascívia, cujos escândalos, torpeza e desenvoltura com as índias e principalmente uma mameluca Germanesa, são públicos e não há militar que não saiba por ser esta aldeia o caminho ordinário do destacamento que cada seis mezes desta praça para o registro.<sup>352</sup>

Como se nota, se dermos crédito ao padre denunciador da Companhia de Jesus, teremos de aceitar que os padres inacianos não foram tão bons quanto os escravos ou

<sup>349</sup> FAZENDA, Vieira. “Antiquilhas do Rio de Janeiro”. *RIHGB*, t. 89, v. 126.

<sup>350</sup> O testemunho do padre Capeda é reportado aqui não com o propósito de julgar as ações dos padres jesuítas, ou discutir se o seu testemunho é verdadeiro ou falso, mas apenas como um esforço de se pensar que a administração jesuítica também possuía as suas imperfeições. Ou seja, buscasse antes, reforçar a ideia de que os escravos construíram, para além de todos os possíveis problemas administrativos que ocorreram um pensamento ideal sobre o passado jesuítico e o seu legado.

<sup>351</sup> FAZENDA, Vieira. *Op. cit.* p. 143.

<sup>352</sup> *Idem.*

mesmo os administradores aventavam. De fato, devem ter sido mais cruéis do que se podia imaginar. Mesmo a religiosidade estava ofuscada por escândalos sexuais que agitavam toda a Corte:

Nesta mesma ocasião trataram de mostrar libertos vários mulatos do collegio, entre os quais o mulatinho Miguel, que havia servido de amasio a muitos padres e como se acha livre deles, referia por acaso dos ministros enormes torpezas que eli obravam os padres 'mil brigas, ódios, entre uns e outros' e se escandalizam nos pátios, sacristias, coros, portarias, cubículos e etc. como também causava horror o que faziam com os escravos.<sup>353</sup>

Nireu Cavalcanti, ao analisar o processo que culminou com a expulsão dos jesuítas, também se reportou ao testemunho prestado pelo ex-padre jesuíta Capeda, ressaltando que o interrogatório aos inacianos se baseava nas acusações de que os padres obrigavam os índios a trabalharem gratuitamente três dias por semana para a Companhia; eram violentos no trato e violentavam as índias e com elas possuíam filhos<sup>354</sup>. Segundo Cavalcanti, tal processo corroborou para imagem já desgastada que os padres inacianos possuíam ante a população colonial, comprovando que as denúncias, mesmo exageradas, possuíam um fundo de verdade e que a expulsão dos jesuítas encontrou respaldo tanto em parte da população que os conhecia como foreiros interessados nas propriedades inacianas<sup>355</sup>.

Deixando de lado qualquer comentário de cunho moral ou de juízo de valor à parte, devemos nos ater ao fato de que os jesuítas não foram exemplos de humanidade e trato cristão no tocante ao relacionamento com os escravos. Devemos perceber também que os escravos filtraram apenas o que lhes convinha, evocando somente a imagem passada de bons e piedosos administradores esquecendo-se de seus erros e desmandos. Nesse sentido,

---

<sup>353</sup> *Ibidem*, p. 145.

<sup>354</sup> CAVALCANTI, Nireu. *Santa Cruz, uma paixão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 71.

<sup>355</sup> *Ibidem*, p. 72.

os escravos conseguiram forjar um discurso ancorado nos costumes jesuíticos excluindo o que era maléfico aos interesses do grupo. Logicamente, eles buscaram apenas os costumes que lhes convinham, a partir daí, ampliaram e os usaram como base fundamental da sua comunidade.

Pronuncia-se lentamente uma diferenciação entre o paternalismo cristão pregado pelos padres inacianos no século XVIII e o modo como os padres estavam governando a Fazenda de Santa Cruz. O conceito de humanidade e os bons tratos foram substituídos pelas à ganância e crueldade. A Companhia de Jesus em seus momentos finais capitulava não apenas frente ao ímpeto do Marquês de Pombal, mas também por causa de escândalos provocados por homens menos comprometidos com a fé que era pregada aos senhores de engenho no início da colonização do Brasil.

## Conclusão

O argumento desenvolvido até aqui, pautado em fontes primárias referentes à Imperial Fazenda de Santa Cruz e amparado em certo número de dados de pesquisa de outros estudiosos, procurou demonstrar como a sociabilidade escrava em Santa Cruz estava amparada sobre o tripé ofício, folga e cuidados terapêuticos, sendo cada um desses fatores parte importantíssima para o modo como os escravos se autorreconheciam no cenário escravista rural de seu tempo.

Os melhores ofícios não eram, mesmo na África, reivindicações de melhores oportunidades, ainda que, nisso resultasse; antes, constituíam-se em um modo de se distinguir socialmente ante os demais. Os ofícios estruturavam as relações a partir do

destaque concedido a indivíduos que viam os seus trabalhos como fundamentais para a sobrevivência do grupo e passados aos descendentes diretos. Em África não havia a ideia de acúmulo ou enriquecimento individual deste ou daquele ofício, muito menos a busca de um enriquecimento. Como vimos, o exercício de certas atribuições eram envolvidas por sentidos mágicos, concedidos pelos antepassados, portanto despidos de uma visão utilitarista. Nisso vemos uma lógica diferente da encontrada em outras ocasiões, sobretudo nas relações medievais, quando do surgimento das corporações de ofício, ocasião em que nascia uma ideia econômica com sentido de controlar o comércio, manter e suprir as necessidades das futuras gerações.

No Brasil, sobretudo nas fazendas em que houve o domínio jesuítico, o uso dos ofícios foram amplamente aproveitados e usados não só como compensação, mas também como meio de obter maior produtividade, haja vista que, ao fim de tudo, era isso o que importava aos padres. Após a gestão jesuítica, o Império lucrou com esse sistema ao usar do trabalho desses oficiais mecânicos, diminuindo as despesas do Erário Régio, bem como alugando os seus serviços a foreiros vizinhos da Fazenda; mesmo assim, os escravos oficiais – desempenhadores de ofícios – podiam auferir vantagens ao alugarem-se diretamente aos foreiros sem a intermediação da administração da Fazenda.

Em Santa Cruz a prática de um ofício conferiu a um restrito grupo os privilégios que necessitavam para distinguirem-se dos demais e fugirem do trabalho duro no eito. Vimos também que a escolha que determinava quem desempenhava este ou aquele ofício passava pela empatia dos dirigentes que escolhiam os escravos que lhes eram mais chegados; pelo sexo do cativo, visto que havia tarefas majoritariamente masculinas e femininas, como, por exemplo, o fato de as mulheres, em Santa Cruz, cuidarem das crias das escravas deixadas

no hospital ou no arrozal da Fazenda, enquanto os homens são os falqueijadores, curtidores entre outras tarefas masculinas.

Essa restrição sobre quem desempenhava certos ofícios também era definida a partir da idade. Nesse caso, os escravos mais velhos desempenhavam os ofícios, como, por exemplo, os ferreiros e carpinteiros, mais valorizados dentro daquele contexto, enquanto os mais novos se davam a tarefas ligadas não necessariamente à produção, nem à organização interna, como o caso da música. Por outro lado, escravos com ofícios, exceto os músicos, eram geralmente casados, ou seja, constituintes de um novo núcleo familiar. Por último, a questão da necessidade em que no primeiro quartel do século XIX mostrou-se imperativa, em decorrência de uma série de transformações pelas quais passava a Fazenda, trazendo a obrigação de renovar a mão de obra qualificada.

Observamos também que, ao contrário do que se possa supor, apesar de, em alguns casos, ter havido uma tentativa de transmissão de conhecimento dentro dos núcleos familiares, isso não ocorreu em todos os casos ao longo dos anos. Aliás, não conseguimos identificar no inventário de 1817 nenhum filho que tenha seguido o ofício do pai. Por outro lado, analisando os dados sobre os escravos aprendizes, pudemos constatar que ele era composto de escravos cujos pais não possuíam ofício, o que nos leva a supor que tais pais tenham lutado para que seus filhos fossem os novos oficiais na Fazenda.

O quadro que compõe a sociabilidade escrava se completou com os cuidados terapêuticos administrados aos escravos e teve seu ponto máximo na gestão do Visconde do Rio Seco, verificada a partir de 1817, quando então o hospital foi reformado e uma série de preceitos foi escrita no sentido de regulamentar o serviço ali prestado. Ampliou-se o universo de pacientes aos moradores da região de Santa Cruz e às tropas militares ali estacionadas; o hospital passou a atender e cobrar pelo atendimento aos moradores do

entorno e aos militares num prenúncio da tentativa de Rio Seco em melhorar o atendimento aos doentes. O hospital passou a ocupar grande parte do regimento por ele escrito, demonstrando ter sido a preocupação central de sua administração, o que também pode ser verificado pelo fato de ter sido em sua gestão que um escravo foi cursar cirurgia no Hospital Real Militar.

Na verdade, os regimentos internos da Fazenda podem ser traduzidos por uma tentativa de regulamentar os costumes jesuíticos praticados ao longo do tempo. Nada mais foi que tornar em letra o que os escravos já praticavam. Contudo, ao regulamentar a prática, Rio Seco procurou implementar a ordem, regrido o convívio social e o trabalho, prevendo as punições aos que não se enquadrassem nesse novo tempo.

A existência desse conjunto de ações não conferiu uma existência pacífica entre escravos e administradores em Santa Cruz. Ainda que ratificados em vários regimentos ao longo do tempo, ofícios, folga e cuidados terapêuticos foram criticados e reprimidos em muitas ocasiões. Aliás, a análise de outros discursos como o do padre Capeda, que municiou o processo de expulsão dos jesuítas com as mais variadas denúncias, que iam desde sodomia a castigos físicos extremados, indicam que a ideia do bem-estar existente no período dos jesuítas foi uma construção elaborada pelos administradores que desejavam resgatar a época áurea de produção da Fazenda e aproveitada pelos escravos como parte de uma estratégia de sobrevivência que objetivava a manutenção de seus interesses.

Na verdade, os escravos apegaram-se aos costumes jesuíticos como se não houvesse existido uma quebra entre o paternalismo cristão, analisado no segundo capítulo desta tese, e o fim do período jesuítico, no qual os desmandos e a crueldade passaram à palavra de ordem dos superiores que administravam a Fazenda.

Os escravos reagiram a todas as tentativas de organização da Fazenda que fosse ao encontro da manutenção desses direitos. Escravos rebelaram-se, sabotaram a produção, furtavam o gado ou fugiam para a Corte ou aquilombaram-se na região vizinha em virtude das mudanças do que lhes parecia natural desde os tempos dos padres. Podemos dizer que a escravaria de Santa Cruz, a despeito de alguns períodos de conturbação, conseguiu manter-se frente às ameaças dos administradores, impondo o seu modo de vida com base naquilo que julgavam conveniente.

Compreendemos então que, assim como demonstrou Norbert Elias, a configuração das relações sociais, em muitos casos, servia aos interesses de determinados grupos no sentido de buscarem uma diferenciação frente àqueles que não partilhavam dos mesmos códigos culturais. Na Imperial Fazenda de Santa Cruz a prática de ofícios também foi utilizada pelos escravos como um modo não só de se obter recursos, mas também de marcar uma hierarquia entre os escravos do eito e os das oficinas, uma vez que, como demonstramos, o acesso as possibilidades de se desempenhar os ofícios passavam por vários critérios.

No próximo capítulo procuraremos entender como as mudanças engendradas na segunda metade do século XIX surpreenderam os escravos do imperador abalando de forma contundente com as antigas estruturas sob as quais estavam arraigados e como eles reagiram a tais mudanças. Analisaremos como a organização dos escravos do Imperador foi abalada de forma dramática, aumentando a mortalidade escrava ao desestruturar a base de um paternalismo cristão corroído pela maresia de um tempo de muitas mudanças, mas com poucas certezas.

#### CAPÍTULO 4. A SANTA CRUZ DO IMPERADOR

Na década de 30 do Brasil oitocentista, em decorrência das mudanças implementadas pelo Visconde do Rio Seco, somadas à política joanina que transparecia a falta intenções de que o Príncipe Regente retornasse a Portugal, cada vez mais se formava em torno do Paço Imperial uma Corte formada não só por cortesãos, mas por artistas estrangeiros e entendidos nas diversas artes; justificava ainda mais a existência de um espaço afastado da *urbe*, onde o monarca pudesse gozar em veraneio deliciando-se ao ouvir músicas tocadas pela orquestra de Santa Cruz, em apresentações de recitais compostos pelo padre José Maurício<sup>356</sup>.

A partir de D. João, Santa Cruz vivenciou um período nunca antes experimentado no qual, curiosamente, o foco não era a natureza exótica, ainda que tenhamos tido nesse período vários artistas da *Missão* francesa pesquisando a fauna e a flora santa-cruzense; o foco era o rei e a sua Corte, sendo esta formada, sobretudo, por escravos que pareciam se deliciar ao contemplar as festas nas quais o rei se fazia presente:

As festividades e solenidades promovidas e ali realizadas por D. João ficaram famosas pela pompa e pelo esbanjamento de alegorias – procissões e missas na riquíssima capela reformada e paramentada, luxuosas tapeçarias nas janelas do palácio, iluminação, fogos, salvas e foguetes, e música, muita música. Predominavam, entre outras, a tradicional festa de maio e de Nossa Senhora da Conceição, em novembro.<sup>357</sup>

---

<sup>356</sup> O padre mulato Jose Maurício orientava e dirigia os escravos músicos do Conservatório de música de Santa Cruz, fundado por D. João, despertando o ciúme em José Portugal, musico português e maestro da Corte. Conf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 222-230.

<sup>357</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.* p. 93.

Com efeito, a visita do Príncipe Regente a Santa Cruz trazia um misto de alvoroço e júbilo que tomava conta de todos os envolvidos nos diversos trabalhos realizados na Fazenda. Em documento datado de 1808, o administrador Couto Reis, preocupado com a visita de D. João que se avizinhava, pedia que o fardamento dos músicos fosse renovado e novos instrumentos fossem adquiridos, porque os que existiam estavam em péssimas condições<sup>358</sup>.

A Imperial Fazenda de Santa Cruz fortaleceu-se ganhando um papel de destaque entre os demais espaços de convivência ou mesmo produtivo. Segundo o pesquisador Antônio Carlos dos Santos, D. João expediu, de Santa Cruz, vários documentos e muitos subordinados seus escolheram a Quinta de Santa Cruz para deliberar e assinar documentos importantes<sup>359</sup>. Os festejos da Corte encontraram ressonância no catolicismo vigente representado nas missas e nas festas da Irmandade de Santa Cruz, festejando no dia 30 de maio o dia da Cruz de Cristo.

A Corte parece ter vindo preencher o espaço vazio deixado pelos irmãos inacianos e nesse ambiente os escravos gozaram de certo acesso ao Príncipe, o que pode ser comprovado pela quantidade de escravos que foram indicados a cursar música na orquestra de Santa Cruz<sup>360</sup>.

Mesmo após a *Revolução do Porto*, em 1820, que clamava pelo retorno da família real a Portugal, a Fazenda continuou sendo um locus privilegiado para a administração do país. Seu filho, D. Pedro I, dando continuidade ao hábito do pai, do Paço de Santa Cruz

---

<sup>358</sup> Fonte digital: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mssii35\\_11\\_6\\_.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mssii35_11_6_.jpg)>. Acessado em: 16 mar. 2008.

<sup>359</sup> SANTOS, Antônio Carlos dos. *Os músicos negros: escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, 1818-1809*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009, p. 39.

<sup>360</sup> ANRJ, “da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz de 1817”.

expediu documentos, recebeu autoridades e pernoitou muitas vezes<sup>361</sup>. Até a sua vida particular estava exposta na Imperial Fazenda de Santa Cruz e, não por acaso, o intendente da Fazenda, nessa época, era Boaventura Delfim Pereira, o famoso barão de Sorocaba, casado com a baronesa Maria Benedita de Castro e Melo, irmã de Domitila de Castro – a Marquesa de Santos – mulher com quem D. Pedro I teve um tórrido romance. Há de se ressaltar que foi nesse período que Maria Graham visitou a Fazenda<sup>362</sup>.

Até ser forçado a renunciar em 1831 em favor de seu filho D. Pedro de Alcântara, D. Pedro I foi muito presente entre a escravaria de Santa Cruz. Durante o período regencial, de 1831 a 1840, a Fazenda não contou com a presença real em seu Paço, pois D. Pedro II ainda estava sob a tutela dos regentes. É provável que os escravos de Santa Cruz tenham percebido esse distanciamento e disto tenham tomado proveito mantendo o seu modo vida semi-autônomo, isso é, sem muitas interferências por parte da administração do Império.

Nesse momento conturbado que foi a Regência, onde várias revoltas eclodiam pelo país, a Fazenda passou a ser a válvula de escape à forte derrocada financeira principiada com a quebra do Banco do Brasil, em 1820. Sendo assim, ela se tornou o alvo das atenções e o comportamento de sua escravaria motivo de críticas de vários setores do governo regencial. A família escrava se reproduzia largamente, mas não a produção da Fazenda, o que fez com que fossem enviadas pessoas do governo para avaliar o que estava ocorrendo. É assim que o deputado Rafael de Carvalho foi enviado à Fazenda, em 1837 e a retratou

---

<sup>361</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 455.

<sup>362</sup> Sobre a região de Paciência, BRASIL Gerson detalha que “o engenho de Paciência de João Francisco da Silva abrigou boa parte da comitiva da Corte Joanina, pois a antiga habitação dos padres era muito rústica e pequena (se referindo a Santa Cruz). Mais tarde ele serviu de estadia a Maria Graham que viera ao Brasil para ser professora de Maria da Glória. Depois o lugar foi o cenário dos encontros amorosos de D. Pedro I e a Marquesa de Santos, quando o engenho foi-lhe então presenteado” (GERSON, Brasil. *História dos bairros do Rio*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000, p. 397).

como uma “viúva aflita e desamparada”, que não sofria por não conseguir aproveitar melhor a escravaria que possuía:

Estes escravos reproduzindo-se em si mesmos desde os jesuítas, formão hoje uma associação de parentesco misto e complicado, apresentando uma raça de gente muito feia. Os homens trajam a capricho; as mulheres porem de toda a idade trajam saia com manta de baeta azul clara, lançada sobre a cabeça, e com a qual, outras vestes, escondem o rosto logo que encaram algum homem.<sup>363</sup>

O historiador Carlos Engemann concorda com a observação do deputado Rafael de Carvalho sobre ter havido “uma associação de parentesco misto e complicado” em Santa Cruz. Ao estudar as famílias escravas nos inventários da Fazenda de 1791 e 1817, Engemann chegou à conclusão de que as famílias se uniam de forma contínua em que novas uniões matrimoniais abriam um novo leque de aparentados<sup>364</sup>. Entretanto, Engemann demonstrou, de forma extremamente satisfatória, que as questões da reprodução endogâmica e da natalidade entre os escravos santa-cruzenses estavam relacionadas não só ao afrouxamento das regras sociais impostas pelos administradores, mas também pelo espaço vazio deixado pelos inacianos. Ou seja, um ambiente antigamente ocupado pelo “controle moral e religioso”. A Regência foi esse ambiente.

De fato, os escravos passaram a ter mais liberdade em suas uniões, mas devemos chamar a atenção aqui para o fato de que a Fazenda proporcionava o ambiente ideal para o fortalecimento dos laços parentais. Entendemos por um ambiente ideal o cuidado com os filhos dos cativos, o amparo aos idosos em suas velhices e a proteção aos inválidos,

---

<sup>363</sup> MIP. CARVALHO, deputado Rafael. Resolução nº 144 de 1837. Comissão das Contas do Tutor de S.M. e AA. Imperiais (I-PAN - 14.8.1837). Coleção do Arquivo da Casa Imperial do Brasil, p.1.

<sup>364</sup> ENGEMANN, Carlos. *Op. cit.* 2008, p. 68.

conferidos nos Regimentos Internos, inclusive o do Visconde do Rio Seco e de D. Pedro I<sup>365</sup>.

Engemann também chamou a atenção para um fator fundamental para essa comunidade escrava e que fortalecia as relações de parentesco: o fato das heranças transmitidas aos seus descendentes, como bem frisou o deputado Rafael: “o escravo de qualquer sexo, casado ou viúvo, tem o privilégio de possuir uma égua, cuja produção os pais dão logo em vida distribuindo pelos filhos: a filha a quem coube por doação uma potra conta logo estar casada<sup>366</sup>. A herança estaria fora de um sistema escravista, portanto, algo impossível na cabeça do deputado.

Contudo, dito de outra forma, “a ruína da Fazenda foi transformada em prosperidade para os cativos”<sup>367</sup>, visto que o acúmulo de posses surgido, principalmente na hora dos matrimônios, quando os nubentes recebiam uma égua para a construção de uma nova vida, gerando uma economia em vistas ao casamento das filhas do casal, fortalecia os laços de solidariedade e firmava os nós da sociabilidade escrava.

Na verdade, os escravos burlavam o Regimento Interno da Fazenda, datado de 1822, segundo o qual as crias dessas éguas deveriam ser compradas pela Fazenda por 4 mil réis se macho, e 2 mil réis, caso fêmea. Isso faria com que a criação equina da Fazenda crescesse a cada ano. No entanto, os escravos preferiam doar a égua às filhas a terem de vendê-las à

---

<sup>365</sup> Em 1822, D. Pedro I tratou de cunhar um novo regimento para regular questões concernentes ao casamento e as relações familiares no tocante aos animais de posse dos escravos, não sabemos se o seu regimento anulou o anterior, feito por Rio Seco, o mais provável é que ambos tenham coexistido juntos, ou seja, a partir do Regimento interno do Visconde do Rio Seco, outros completavam as lacunas deixadas a fim de aperfeiçoar as normas vigentes.

<sup>366</sup> MIP. CARVALHO, deputado Rafael. *Op. cit.* p. 1

<sup>367</sup> ENGEMANN, Carlos. *Op. cit.* 2008, p. 67.

Fazenda<sup>368</sup>, o que lhes aumentava o valor no momento do casamento, além de servir de negociação.

As éguas ajudavam também na lida diária, arando o roçado familiar ou transportando os gêneros alimentícios até as fazendas vizinhas. Ali vendiam os seus excedentes não consumidos o que para isso possuíam tempo de sobra, uma vez que, como bem observou o deputado Rafael, “os escravos são vestidos e alimentados à sua custa, para o que tem os sábados, domingos e dias santos de guarda e dispensados, isto é, quase a metade do ano” (*sic*)<sup>369</sup>. Por isso nada conseguia demover os escravos da ideia de não trabalharem em seus dias de descanso ou santos: “Mas não é culpa da administração”, reclama Rafael da situação das folgas: “este é um **costume que vem do tempo dos jesuítas**, os escravos não trocam o direito do sábado pelas vantagens de receber da Fazenda comida e vestuário” (grifo nosso)<sup>370</sup>.

Mesmo na década de 1830, mais de uma geração após os inicianos deixarem o controle da Fazenda, para o desgosto dos administradores e felicidade dos escravos, estes ainda estavam ancorados no paternalismo cristão deixado pelos padres sem ao menos cogitar da ideia de abrirem mão dessa liberdade. Como vimos no capítulo anterior, muitos plantéis pertencentes às fazendas produtivas foram acumulando perdas ao longo do tempo, sobretudo no oeste paulista, onde os escravos passaram a ser remunerados pelo excedente da produção e pelos domingos trabalhados. Em Santa Cruz não foi assim.

Lá, segundo o deputado, os escravos trabalhavam em suas roças aos sábados, pescavam no domingo e à noite vendiam os peixes que apanhavam aos que ficaram na Fazenda. Não dormiam fora da Fazenda, ainda que dela estivessem a léguas de distância,

---

<sup>368</sup> Ver Regimento interno da Imperial Fazenda de Santa Cruz, de 1822, em anexo.

<sup>369</sup> MIP. CARVALHO, deputado Rafael. *Op. cit.* p. 1.

<sup>370</sup> *Idem.*

visto acreditarem que estar longe da fazenda dos padres era uma “maldição”, além disso, as escravas não olhavam diretamente a outros homens e se vestiam com recato, tudo por conta dos padres:

Estes escravos mui dóceis e humildes conservam ainda a tradição religiosa dos jesuítas, que não escravos, mas sim sujeitos de S. Ignácio com obrigação de servir ao Imperador. Eles têm um apego religioso aquele lugar, e julgam-se desgraçados se não morrem onde nasceram, onde morreram seus pais, onde o santo Ignácio os situou.<sup>371</sup>

Na interpretação do deputado, comunidade havia sido fundada pelo Santo Ignácio e, por isso, os escravos sentiam-se obrigados a resguardar seus rudimentos; ao lado da figura do Santo, o Imperador figurava como a representação da realeza, em um momento em que nem havia sido, de fato, entronado como governante da Nação, pois estavam em pleno período Regencial. Essas duas personagens eram dotadas de um forte simbolismo: a cruz e o poder temporal estavam unidos e possuíam súditos em comum.

De alguma forma os escravos elaboraram um pensamento sofisticado, mas também muito sutil em que as ações do Santo Ignácio possuíam uma continuidade na figura representativa do Imperador, onde o passado costumeiro que conheciam apenas pela transmissão oral possuía agora um novo sentido, o serviço ao Imperador.

Por trás da fala dos escravos narrada pelo observador externo (deputado Rafael), podemos notar que os cativos perceberam que a melhor forma de se manterem unidos era usarem a desculpa religiosa como o principal álibi para não deixarem as suas famílias, haja vista que os escravos que assim se identificaram não andaram nem viram os jesuítas, mas apenas ouviram e recriaram as suas histórias a seu próprio modo. Fazendo todos os esforços

---

<sup>371</sup> *Idem.*

para não saírem da Fazenda e saindo, fazendo de tudo para voltarem, estavam, na verdade, por detrás do discurso religioso preservando os laços comunais que amarravam a sociabilidade escrava.

Observando por este prisma podemos imaginar que, talvez por isso, eles tivessem dificuldade em se adaptar em outros lugares como, por exemplo, o fato ocorrido com os escravos que foram transferidos para a Real Feitoria do linho Cânhamo (RFC).

O historiador Maximiliano M. Menz, ao analisar a trajetória de 21 casais cativos, transferidos de Santa Cruz para a citada Real Feitoria, na Província do Rio Grande do Sul de 1783, demonstrou como a inaptidão de diversos feitores, soldados formados na Europa, os quais acertavam “na administração econômica – na produção para o mercado – mas erravam na administração doméstica da escravaria”<sup>372</sup>, desestabilizou o plantel escravo trazendo muitas perdas à Coroa. O resultado foi a baixa produtividade, fato que o superintendente não demorou a informar os porquês:

“Vivem atualmente empregados, casando-se mais no aumento de suas roças do que na cultura do cânhamo” e com o produto de suas lavouras faziam “negociações” chegando ao ponto de obterem a permissão para “com ampla liberdade, a compra e conservação de cavalos próprios”.<sup>373</sup>

A despeito das sucessivas reclamações e medidas arbitrárias de remanejamento dos trabalhos diários, os escravos protestavam contra a intransigência dos administradores com fandangos, bailes e motins. Em 1822, eles praticavam os mesmos atos que os “escravos incorrigíveis” de Santa Cruz, ou seja, roubavam o gado *vacum* e o cavalari à noite. Em

---

<sup>372</sup> MENZ, Maximiliano M. “Os escravos da feitoria do linho cânhamo: trabalho, conflito e negociação”. *Revista Afro-Ásia*, n. 32, p. 143, 2005.

<sup>373</sup> *Idem.*

1824, por não estar a Feitoria dentro dos novos projetos para a jovem nação brasileira, voltada agora mais para o mercado interno que o externo, a Fazenda é extinta e no lugar onde os escravos outrora habitavam foi implantada uma colônia de alemães<sup>374</sup>. Não encontramos registros sobre a volta dessas famílias, agora 37 ao todo, para Santa Cruz, mas acreditamos, assim como Maximiliano Menz, que elas tenham voltado ao convívio dos amigos e parentes na Fazenda, pois os laços de parentesco firmados no convívio diário na Imperial Fazenda de Santa Cruz eram difíceis de serem cortados.

Não é desnecessário frisar que todos os costumes citados até esta altura, faziam da escravaria de Santa Cruz um exemplo do que o historiador E. P. Thompson chamou de *economia moral*, ao analisar os motins e revoltas na Inglaterra pré-Revolução Industrial<sup>375</sup>. Folgas, roças, heranças e dotes de casamento constituíam a base das relações tracejadas pelos escravos sob anuência da administração da Fazenda. Percebemos a *economia moral* como um conjunto de valores sociais, morais e culturais presentes nas ações de um determinado grupo social como forma de preservar os laços de solidariedade, sociabilidade, produção e consumo, com base em costumes partilhados pelos elementos do grupo que a compõe.

Esse conjunto de práticas, baseado em uma *economia moral*, estava em jogo no dia a dia dos escravos e na forma como se relacionavam entre si. Era proposto nas uniões familiares, nos dotes oferecidos aos futuros escravos noivos e reforçado pela administração que presenteava os nubentes com uma égua, gerando assim uma cumplicidade de ações que reforçava os vínculos entre administração e escravos. Tal proposição se distanciava da noção do escravo, enquanto “res” coisa, despossuído de bens e de um possível acúmulo de

---

<sup>374</sup> *Idem.*

<sup>375</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150-202.

posses ajudando a compor o quadro extremamente contraditório que foi a escravidão. Temos então um intrincado sistema de posses e circulação de bens demonstrado na construção de novas famílias, ou advindos da venda dos excedentes agrícolas conseguidos nos dias de folga, demonstrando a possibilidade que os escravos possuíam em gerir uma economia futura<sup>376</sup>.

Portanto, a *economia moral* bem como a elaboração de uma identificação com o Santo Ignácio e o Imperador não só ajudaram a solidificar as bases das relações sociais, como também moldavam o modo pelo qual os escravos se autorreconheciam no mundo escravista em que viviam. Enquanto isso, o paternalismo reforçou a visão que os escravos possuíam de si mesmos ao manterem estes, até onde lhes era conveniente, costumes e tradições que nem sempre foram tão antigas como o propalado. O ambiente escravista da Imperial Fazenda de Santa Cruz era formado por escravos que possuíam suas próprias leituras e formas de se relacionarem com esse mundo exterior; eram resguardados por uma forte religiosidade que funcionava como um véu quase intransponível, que impossibilitava aos visitantes, como o relator deputado Rafael Carvalho, decifrar corretamente as nuances e os arranjos elaborados.

Por sua vez, observações como as do relator reforçaram o estereótipo sobre os escravos de Santa Cruz, ao mesmo tempo que ajudaram a solidificar a imagem de uma escravaria com características muito peculiares que contrastavam com a ideia de Corte imaginada pela elite política brasileira, pois, na visão do deputado, os escravos feios, as mulheres escravas se vestiam em demasiado, se casavam e faziam festas além da conta, e, além disso, não possuíam uma religiosidade exagerada. Mas o que ele não sabia é que essas características evidenciadas na negação ao afastamento de um lugar, nas festas de casório,

---

<sup>376</sup> ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*, p. 86.

nos dotes e heranças e na reluta em trocar o sábado pela comida e o vestuário, reforçavam a solidariedade escrava fortalecendo-os individualmente.

Foram esses mesmos laços que motivaram Pedro Vieira, em 1842, escravo da Imperial Fazenda de Santa Cruz agora na Fazenda Nacional do Gameleira (*sic*) na província do Piauí, a retornar “por ardentes desejos de vir ver seus irmãos e parentes escravos de Sua Majestade Imperial a serviço na Quinta Boa Vista”<sup>377</sup>. No entanto, ao passar pela província do Ceará, foi preso e recrutado como soldado. Uma vez servindo à força militar, foi enviado à Corte do Rio de Janeiro, alistado na 5ª Cia. do Batalhão de Fuzileiros e ficou aquartelado no Campo da Aclamação – hoje Campo de Santana –, mas agora com o nome de José Vieira de Amorim. Insatisfeito com a vida na caserna, Pedro Vieira fugiu e foi parar na Imperial Fazenda de Santa Cruz onde, pedindo clemência, contou a sua história ao superintendente. Este, por sua vez, escreveu ao mordomo Paulo Barbosa, consultando-o sobre a possibilidade de o soldado voltar a ser escravo e servir ao Imperador na Imperial Fazenda de Santa Cruz<sup>378</sup>.

O relato do escravo que se tornou liberto e foi recrutado à força como soldado, mas que desejava voltar ao cativeiro em Santa Cruz demonstra as múltiplas possibilidades encontradas na vida escravista as quais funcionavam como brechas dentro do sistema escravista brasileiro. Tornando essa da vida em escravidão tão complexa e desafiadora ao demonstrar a multiplicidade de escolhas e caminhos por onde os escravos poderiam trilhar. Aqui é escravo, mais à frente é liberto, mas nada impede que logo mais retorne ao cativeiro.

---

<sup>377</sup> ANRJ. Fazenda Nacional de Santa Cruz, cx. 507, cód. 572, v. 1, cabe lembrar que muitos alguns escravos de Santa Cruz, como escravos da nação, eram destacados para diferentes lugares pertencentes ao Império, assim é possível que os familiares de Pedro Vieira tenham, de fato, sido mandados para a Quinta da Boa Vista.

<sup>378</sup> ANRJ. Fazenda Nacional de Santa Cruz, cx. 507, cód. 572, v. 1.

Entre ser soldado ou escravo, a opção escolhida poderia ser a última, desde que esta situação o favorecesse.

#### 4.1 Vinho novo em odres velhos: o Brasil do superintendente Ignácio José Garcia após 1850

O Brasil da segunda metade do século XIX, definitivamente, não foi o mesmo do início das décadas oitocentistas. Gostaríamos mencionar brevemente alguns fatores que, se não foram os causadores transformações, ao menos corroboraram em muito para que o Brasil da segunda metade do século XIX fosse tão outro em relação ao modo como iniciou o século, são eles: a emancipação política do país; o fim do tráfico negreiro e a Guerra do Paraguai.

A primeira grande transformação que ocorreu nos primeiros anos do século XIX foi a sua independência de Portugal. O país iniciou o século XIX como colônia de Portugal e em menos de 50 anos já era um império com aspirações à liderança sobre a América Latina. A utopia de um império português gestado desde a era de D. Rodrigo de Souza Coutinho, delineou-se de forma muito clara em 1808, com a corte joanina ao chegar Brasil e eleger o Rio de Janeiro como o “referencial da unidade portuguesa”<sup>379</sup>. Uma vez interiorizado nos Trópicos, a obrigação de jurar uma Constituição imposta pela revolução do Porto, em 1820, fez com que a independência da sua antiga metrópole se tornasse inevitável. O Brasil estreitou laços com a Inglaterra passando a uma dependência econômica que beneficiava não só britânicos, mas também a elite agrária, que descobrira na política um campo fértil

---

<sup>379</sup> LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *A utopia do poderoso império: Brasil e Portugal - bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994, p. 20.

para a manutenção de seus interesses. Sob o governo de D. Pedro I, o Brasil passou a ter uma Constituição vista por alguns como avançada, enquanto para outros como muito restritiva. Complexa, a Constituição de 1824 reconhecia como cidadão os filhos dos escravos libertos desde que possuíssem renda, mas garantia o direito à propriedade privada<sup>380</sup>. Internamente, a classe política, formada em grande parte pela elite agrária, propunha cada vez mais o arraigamento da base escravista em que se baseava a produção, enquanto a Inglaterra pressionava desde 1827 pelo fim do tráfico atlântico de escravos.

Os partidos políticos, cindidos em liberais e conservadores, divergiam sobre muitos aspectos, mas se rendiam ante ao forte apelo da necessidade do braço escravo na construção da nação e da necessidade do pacto político sob a égide do *Defensor Perpétuo do Brasil*, D. Pedro I<sup>381</sup>, o qual, por sua vez, foi útil até que desagradou aos interesses da mesma elite que o apoiou na emancipação, dando origem, em 1831, ao período turbulento da Regência.

No plano externo, o Brasil, a despeito de ter amargado forte concorrência das Antilhas que fez com que a sua produção de açúcar declinasse cada vez mais a partir dos anos 30, conseguiu alavancar um produto de ampla aceitação no mercado mundial, de fácil plantio, utilizando terras e uma mão de obra relativamente barata: o café<sup>382</sup>. “Assim num espaço de tempo relativamente curto, foram montadas grandes propriedades, responsáveis pelo incrível aumento da produção brasileira do gênero, de 7 mil toneladas em 1820 para a ordem de 45 mil toneladas em 1835”<sup>383</sup>, assevera Rafael Marquese.

---

<sup>380</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 20.

<sup>381</sup> A historiadora Maria de Lourdes Lyra chama a atenção para o fato da estratégia de ação entre setores sociais no Brasil terem sido preponderante para o projeto de independência do Brasil (LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *O império em construção: primeiro reinado e regências*. São Paulo: Atual, 2000, p. 25).

<sup>382</sup> MARQUESE, Rafael Bivar. *Op. cit.* 2004, p. 264.

<sup>383</sup> *Idem.*

Entretantes, a Lei Euzébio de Queirós, de 1850, que declarava ilegal o tráfico de escravos, viria mudar definitivamente a forma como as coisas caminhavam. O medo da haitianização do Brasil não se confirmou como era temido pela elite política que discutia o fim do *infame comércio*, mas o fim do tráfico negreiro, como muitos traficantes previam, estava por encontrar um termo. A cessação do tráfico reorganizou a alocação da mão de obra fazendo surgir com mais ímpeto o tráfico interprovincial de escravos e alterou o modo como os senhores se utilizavam dos seus cativos, obrigando-os a se adaptarem a uma conjuntura na qual se extinguiu o tráfico, mas mantinha-se a escravidão, assim como já vaticinava o deputado Henrique Jorge Rebelo, em sua *Memória e consideração sobre a população do Brasil*<sup>384</sup>.

O deputado Rebelo e outros políticos, também citados por Jaime Rodrigues, propalavam um tratamento de viés “humanitário” com vistas a minorar os males do cativo, incentivando os casamentos entre escravos para aumentar-lhes o número de escravos, menos castigos físicos “e que lhes dessem melhores condições de vida”<sup>385</sup>. Essa proposta, de acordo com Jaime Rodrigues, mascarava a escravidão uma vez que em momento algum se cogitava abrir mão do trabalho compulsório escravo. Sendo assim, muito foi feito no sentido de prolongar a vida dos escravos uma vez que a farta reposição de braço escravo estava encerrada. Disso ressaltou o início da formação de um pensamento preocupado em pensar a melhor forma de se aproveitar a força escrava, escassa, todavia necessária. Com efeito, foi o tráfico escravo a segunda mudança estrutural que alterou profundamente a organização política social do Brasil.

---

<sup>384</sup> Jaime Rodrigues discorre sobre o debate político travado em torno do fim do tráfico negreiro, em que havia propostas que rejeitavam essa questão e outras que viam como inevitável e até necessária ante o elevado número de escravos africanos que entrava no Brasil e em volume cada vez mais crescente (RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico atlântico para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Unicamp, 2000, p. 79).

<sup>385</sup> *Idem*.

O terceiro fator de mudança foi a Guerra do Paraguai (1864-1870). As relações diplomáticas estremeceram o continente latino envolvendo os interesses limítrofes inseridos no início de um imperialismo cujo alvo se tornou, antes de tudo, a disputa pela Bacia do Prata. A Guerra do Paraguai trouxe à tona novamente o ideário patriótico para as capas dos jornais e os debates políticos. Na problemática de se formar um corpo de voluntários em um país no qual uma parte dos jovens letrados, portanto em condições melhores que os demais, estava na Guarda Nacional e o restante, ou seja, massa da população, via o Exército como a última opção, não foi fácil organizar uma tropa em tempo hábil. Novamente os escravos estavam no centro das discussões e o seu uso no combate às tropas de Solano Lopez foi a saída encontrada pelo Imperador para formar, ao lado da Argentina e do Uruguai, a Tríplice Aliança. Em meio à dificuldade em se recrutar soldados por causa da recusa da Guarda Nacional, da negativa das famílias abastadas da Corte de enviarem seus filhos ao *front* de guerra e dos artifícios dos grandes fazendeiros em burlar as listas de convocação, os cativos passaram a ser recrutados para lutarem lado a lado com os brancos. Assim, senhores libertaram seus escravos e os enviaram para o Exército. Em troca, os cativos conquistariam a tão sonhada liberdade e como o Imperador se declarou o voluntário número 1, não tardou ele mesmo em oferecer escravos para combaterem na guerra<sup>386</sup>.

Em 1866, pelo menos 155 escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz assentaram praça no Exército brasileiro, ou seja, foram libertados para irem à guerra. “Do total dos escravos da nação na Fazenda de Santa Cruz, 78,18% tinham entre 15 e 29 anos, estavam, em tese, plenamente capacitados à dureza do trabalho na lavoura ou qualquer outra

---

<sup>386</sup> SOUZA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/ADESA, 1996, p. 67.

atividade”<sup>387</sup>, assevera o historiador Jorge Prata ao analisar os escravos soldados na Guerra do Paraguai. Não temos maiores informações de como se comportou a escravaria diante desses fatos, mas se levarmos em conta o que sabemos em relação ao comportamento dos escravos do Imperador diante da tentativa em separá-los, não nos é difícil imaginar que essa notícia tenha sido recebida com desgosto pela escravaria. Outrossim, o quadro composto com esses três elementos, a saber: um projeto de nação centralizada e moldada nos interesses escravistas, o fim do tráfico transatlântico de escravos e a Guerra do Paraguai foram decisivos para as transformações sociopolíticas ocorridas no Brasil após 1850.

A reboque dos fatores elencados acima, outros elementos somaram-se aos primeiros, reforçando o tom de mudança por que passava a nação brasileira. Após o fim o tráfico Atlântico em 1850, o tratamento dispensado aos escravos foi amenizado por medidas compensatórias que visavam a prolongar a vida em cativeiro, uma vez que se tornou cara em demasia. Por outro lado, a cessação do tráfico fez surgir com mais ímpeto o tráfico interprovincial, elevando as tensões sociais ao incentivar a separações dos núcleos familiares por causa da venda de cativos para outras regiões fora da região Sudeste<sup>388</sup>. Semelhantemente, a Guerra do Paraguai também agiu no sentido de desagregar a comunidade escrava ao abrir a possibilidade de que os senhores mandassem seus escravos para a guerra, tudo isso confluiu para o aumento da rebeldia escrava em forma de fuga. Não por acaso, é após 1850, com o fim da entrada compulsória de africanos escravizados no Brasil diminuindo drasticamente a quantidade de africanos ingressos compulsoriamente no Brasil, que aumenta o número de fugas cada vez mais até que a Lei Áurea de 1888 extinga

---

<sup>387</sup> SOUZA, Jorge Prata. *Op. cit.* p. 81.

<sup>388</sup> Elizabeth Márcia dos Santos propõe a ideia de que o medo do tráfico interprovincial tenha sido um dos elementos que fez aumentar as fugas de escravos, após 1850 (SANTOS, Elizabeth Márcia dos. *Resistência escrava: a fuga de escravos em São João Del Rei na última década de escravidão no Brasil*. Pós-Graduação em História. Universidade Federal de São João Del Rei. 2004, p. 22).

definitivamente com a escravidão. Ademais, a própria guerra alterou radicalmente a forma como a escravidão seria vista após 1870.

Ora, o fato é que a formação de quilombos se deu cada vez mais como um sintoma do esgarçamento da relação senhor-escravo na qual se baseava o mundo escravista no início do século XIX. Houve escravos que mataram seus senhores, houve outros que se mataram. Houve os que provocaram verdadeiras rebeliões, houve também os que fugiam incorrigivelmente. A fuga e o ajuntamento de escravos rebeldes foi uma das formas de luta mais evidentes daqueles que não se quiseram escravos. O historiador Flávio Gomes, em seu trabalho *Liberdade por um fio*, escrito ao lado de João José Reis, demonstrou as facetas da vida dos escravos aquilombados em diversos períodos do Brasil escravista e as redes de aliança e assistência mútua entre quilombolas, indígenas e pequenas comunidades rurais nas quais estavam inseridos senhores e lavradores<sup>389</sup>. Ele ressalta a importância da agricultura de subsistência nesses quilombos e a participação, em certos casos, de brancos no meio dessas comunidades, mas destaca outras fontes econômicas que fogem ao clichê do isolamento desses grupos aquilombados, como a extração, a mineração e o comércio entre diversos setores da sociedade que teimava em não reconhecê-los como participantes, embora certamente o fossem.

Sabe-se que a fuga era um fato. Como bem notou o viajante inglês Robert Walsh, “a multidão de escravos vistos nas ruas com esse colar de ferro é uma prova de como é grande o número dos que estão sempre tentando fugir, e também uma prova de como lhes é insuportável o tipo de vida que levam”<sup>390</sup>. Uma vez fugindo, nem sempre iam para muito longe, embrenhados no mato se davam à pesca, à caça, coleta e razias e, como demonstrou

---

<sup>389</sup> REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *A liberdade por um fio*. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, *passim*.

<sup>390</sup> WALSH. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1985, p. 160.

Flávio Gomes, em muitos casos era preciso estar perto das zonas produtoras para delas retirar o sustento<sup>391</sup>, assim trocavam seus excedentes e mantinham contato com familiares.

A fim de evitar essas fugas, conforme demonstrou o historiador Flávio Gomes, muitos senhores aventavam a possibilidade de facultar aos escravos as roças e o tempo livre. Em outras fazendas, o expediente de se pagar ao escravo pelo seu excedente era o modo encontrado para fazer o escravo trabalhar mais e não se revoltar contra o seu senhor, sendo o barão de Pati de Alferes um desses exemplos. Segundo Flávio Gomes, ele não só concedia tempo livre como também comprava a produção excedente de café produzida pelos escravos<sup>392</sup>. Em Vassouras, em 1854, portanto após o tráfico negreiro, “os fazendeiros, preocupados com a possibilidade de insurreições escravas, recomendavam, entre outras coisas, que os senhores permitissem aos escravos possuírem roças para que se ligassem ‘ao solo pelo amor da propriedade’”<sup>393</sup>.

Não por acaso, as ideias abolicionistas, que culminariam com a Lei do Ventre Livre de 1871, foram gestadas em 1860, dez anos após o fim do tráfico negreiro, é o que acredita Elizabeth Márcia dos Santos<sup>394</sup>. Para ela, esse período foi fundamental para que o ideal abolicionista catalisasse as diversas forças espalhadas na sociedade brasileira direcionando-as no sentido da busca de uma nova força de trabalho que não a compulsória.

Por tudo o que dissemos até aqui não seria demasiado frisar que a Imperial Fazenda de Santa Cruz, por pertencer ao Império bem como a todos que a ela estavam ligados, não ficou incólume às ações desse processo transcorrido entre a primeira e a segunda metade do

---

<sup>391</sup> A historiadora Márcia Amantino chama a atenção para existência de dois tipos de quilombos, os autossustentáveis e os dependentes (AMANTINO, Márcia. “Sobre os quilombos do sudeste brasileiro”. In: FIORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (orgs.). *Ensaio sobre a escravidão (1)*. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 237).

<sup>392</sup> GOMES, Flávio dos S. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 381-382.

<sup>393</sup> *Ibidem*, p. 382.

<sup>394</sup> SANTOS, Elizabeth Márcia dos. *Op. cit.* p. 22.

século XIX; pelo contrário, talvez ela fosse a que melhor traduzisse as tensões sociais e os conflitos que emergiram na transição para um mundo em que o escravismo se inseria em uma sociedade que vivenciava um período de incertezas e buscas por soluções que melhor respondessem aos problemas do país. Tratava-se da maior escravaria, mas não da mais promissora.

Foi nesse cenário que Ignácio José Garcia dirigiu a Imperial Fazenda de Santa Cruz. Tomou decisões, interagiu com outros setores do governo e dirigiu a escravaria angariando um ódio profundo ao seu modo de administrar. A fim de compreendermos o processo de desorganização social decorrente de suas ações na Imperial Fazenda de Santa Cruz, na virada da primeira para a segunda metade do século XIX e os diversos sujeitos históricos aí envolvidos, estudamos a sua trajetória para, a partir dela, podermos dimensionar melhor como seus atos atingiram o equilíbrio da situação dos escravos em Santa Cruz, organizada nos benefícios amplamente citados até aqui. E como a escravaria reagiu ante as ações que quebravam a ordem vigente posicionando-se ante tais problemas.

Ao focarmos nossa objetiva sobre a sua trajetória temos a oportunidade de observar como a sociabilidade escrava poderia ser afetada por ações verticais, ou seja, de pessoas ou posições que interferiam diretamente sobre o cotidiano escravo e as consequências dessas alterações para todos os envolvidos nesse processo histórico.

Até onde sabemos, Ignácio José Garcia nasceu no Grão-Pará por volta dos anos 20 de 1800. Era filho do português Joaquim Francisco Garcia o qual cuidou para que o menino tivesse uma educação notável. Quando novo, travou contato com o ambiente do Instituto de Agricultura de Grinon, Espanha; depois adquiriu o diploma de bacharel em Ciências Físicas pela Faculdade de Paris; lá matriculou-se na Escola Veterinária D'Alfort. Voltou ao Brasil e deu continuidade a seus estudos, desta vez, o título de doutor em Medicina conferir-lhe-ia

o último degrau a ser galgado em uma carreira brilhante, ledô engano lhe diriam os anos que se seguiram à sua formatura<sup>395</sup>.

Antes de ser formado em Medicina, assim que retornou ao Brasil tentou arrumar emprego público no Paraná, mas aparentemente sem sucesso. Em 1848, valendo-se do diploma de veterinário, foi contratado para debelar uma epidemia na Ilha de Marajó, não recebendo por seus préstimos e por isso abandonou o trabalho e seguiu para o Rio de Janeiro<sup>396</sup>. Recém chegado à Corte, ingressou no Exército como um meio de sobrevivência e se tornou alferes, entrando para o corpo de saúde e permanecendo ali até 1855, servindo como veterinário alferes, uma classe de oficial subalterno do Exército.

Além disso, compunha o currículo de Garcia o fato de ele ser membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), “uma entidade criada com o espírito de ilustração” que, a despeito de se propor científica, “congregava no mesmo espaço cientistas, letrados, políticos e homens de negócios”<sup>397</sup>, os quais, segundo Patrícia Barreto, tinham em comum a ideia de colocar a natureza “a serviço do progresso e da transformação do país”<sup>398</sup>. Ela era fruto do ensejo de mudança de transformação da força agrária em um elemento útil ao desenvolvimento tecnológico, como Patrícia Barreto mesmo assevera:

Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional esteve voltada, prioritariamente, para transformação de uma agricultura rotineira e esgotadora baseada no machado e na coivara, em uma atividade moderna revigorada por insumos, pelo desenvolvimento e adaptação tecnológica, tropicalização e variedades de culturas, resultando na retomada e expansão agrícola, perfazendo a vocação das terras brasileiras: elemento de grandeza e prosperidade de futuras gerações.<sup>399</sup>

<sup>395</sup> As informações neste parágrafo foram retiradas da tese escrita pelo Dr. Ignácio José Garcia.

<sup>396</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 37.

<sup>397</sup> BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens”. *Anais do XIII Encontro de História da Anpuh-Rio, Identidades*, 2008, p. 3.

<sup>398</sup> *Idem.*

<sup>399</sup> *Idem.*

A vocação agrária era entendida, naquele momento como um fato inevitavelmente real que o Império do Brasil ainda não sabia aproveitar suficientemente. Nesse intuito, homens de destaque na sociedade, intelectuais, literários e políticos uniram-se no sentido de formular ideias e ações efetivas concernentes ao que pensavam ser o futuro do Brasil. Fazia parte do quadro de participantes da Sociedade várias figuras ilustres, que iam desde Antônio Rebouças – mulato, advogado e abolicionista – ao Marquês de Abrantes – estadista e diplomata do Império - ; figurando, ainda, o próprio D. Pedro II como presidente e protetor perpétuo da SAIN. Foi nesse ambiente político-institucional que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional lançou a revista *O Auxiliador da Indústria Nacional* que, como vimos no capítulo 2, publicou, em primeira mão e com grande aceitação, *O Manual do Agricultor Brasileiro*, de Taunay, em 1833.

Posto isto, o mundo no qual Garcia estava inserido, apesar de agrário e sendo ele mesmo fruto e reflexo dessa vocação, inflectia na direção de um progresso amalgamando os mais variados setores sociais que se diziam ilustrados. Ao mesmo tempo, o novo círculo de amizades pode ter-lhe aberto portas, antes fechadas, mesmo após os vários anos de estudo no exterior. Fazer Medicina no Brasil o ajudou a abrir as últimas portas que faltaram, mas não sem antes passar por caminho difícil para aqueles que naquela época abraçavam a profissão. Esta é a conclusão a que chegamos após lermos o trabalho de Edmundo Campos Coelho, intitulado *As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*, em que o autor aborda a questão dessas três profissões liberais durante o Império. O autor demonstra os percalços sociais pelos quais um médico, na primeira

metade do século XIX deve ter passado até ser “elevado acima da multidão” ante os demais<sup>400</sup>.

Baseado nos passos do doutor Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (1812-1881), de sua chegada ao Brasil até a sua ascensão ou aceitação ao escrever o seu *Formulário e Guia Médico*, o historiador Edmundo Coelho Campos demonstra como era difícil a ascensão social dos novos médicos, quase sempre fora do círculo elitista agrário e que necessitavam, com frequência, recorrer a uma segunda ocupação para conseguir o seu sustento.

Com efeito, naquele período, os círculos de amizades e favores, unidos aos espaços de sociabilidade frequentados, conferiam um *status* social advindo mais da posição social que da capacidade profissional do indivíduo. Portanto, Garcia era um caso típico da procura de ascensão social muito comum no Império, alicerçado no espraiamento da rede de favores e na frequência dos espaços de sociabilidade definidos pelos círculos sociais das diversas instituições como a SAIN, onde as pessoas se filiavam em busca de melhor colocação e reconhecimento de seus pares.

No caso de Garcia deu certo. Em 1855, uma epidemia de cólera chegou ao Rio de Janeiro e, ao que parece, iniciou a mortandade em Santa Cruz<sup>401</sup>. Garcia foi enviado à Fazenda para minimizar os danos da epidemia, mas como da outra vez ele não recebeu pelo trabalho realizado, ainda em 1865 pleiteava por uma “remuneração honorífica pelos serviços que prestou durante o período da epidemia de cólera *morbis*” (*sic*)<sup>402</sup>. Acreditamos

---

<sup>400</sup> COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 89.

<sup>401</sup> Segundo Cláudia Rodrigues, o Rio de Janeiro foi vítima das epidemias da febre amarela, em 1850, cólera, nos anos de 1855 e 1856 e novamente da febre amarela, em 1860 (RODRIGUES, Cláudia. “População, costumes fúnebres e epidemias: o papel desestruturador dos surtos epidêmicos sobre a administração dos últimos sacramentos aos moribundos (Rio de Janeiro, século XIX)”, *apud* ANDRADE, Rômulo. “Demografia escrava: compadrio e legitimidade, doenças e mortalidade de adultos e crianças Rio de Janeiro e Minas Gerais, 1847-1888”. *Anais da Anpuh*, 2007.

<sup>402</sup> Diário Oficial da União, nº 109, maio de 1865.

que ele tenha logrado êxito em debelar a epidemia sem, contudo, receber pelo seu feito. Se ser pago pelo governo parecia difícil, pelo menos no que se relaciona à saúde, em um cargo de confiança poderia ser mais certo.

Finalmente Garcia teve a oportunidade de colocar suas ideias a respeito da agronomia e seus conhecimentos veterinários em prática ao assumir interinamente o posto de administrador da Fazenda, uma vez que o administrador<sup>403</sup> lisboeta, major Conrado Jacob Niemeyer (1787-1862), encontrava-se em missão militar em Pernambuco. Contudo, a administração de Niemeyer foi um momento de alavancamento da produção. Antes mesmo de Garcia chegar, havia elevado a produção de café ao patamar de 24 mil pés e elaborado várias reformas, inclusive a do Paço e da Capela de Santa Cruz<sup>404</sup>. Segundo Benedicto de Freitas, Niemeyer possuía um estilo de administração inclusivo, além disso, também gozava de boas relações na família imperial, o que despertou como inimigos outras personagens que também compunham o círculo íntimo do Imperador, a saber, o mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva (1790-1868). As rugas entre a Casa Imperial e a Intendência de Santa Cruz pareciam encontrar um termo, Garcia parecia útil ao primeiro e a derrocada do segundo. Se houve reclamações ao Imperador sobre o modo de administração do Garcia, a defesa surgiu prontamente no documento que passamos a analisar, onde os méritos de Garcia são colocados como preponderantes ao sucesso da Fazenda e até mesmo do Brasil, escrito pelo Barbosa, o documento continha o seguinte teor:

---

<sup>403</sup> Freitas demonstra que, nessa época, a Fazenda não possuía mais o cargo de Superintendente e sim o de Administrador Geral, o que será restabelecido na época de Garcia (FREITAS, Benedicto de. *Op. cit. passim*).

<sup>404</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 138.

“tenho a honra de levar ao conhecimento de vossa excelência que o Tenente Cirurgião Doutor Ignácio José Garcia continua na administração geral da Imperial Fazenda Santa Cruz onde tem prestado valiosos serviços<sup>405</sup>”.

Os “serviços” que Garcia prestou estavam relacionados à implementação de novas técnicas de cultivo. Desta vez seu saber era implementado resolvendo um antigo problema, tão propalado pelos administradores e intendentess que o antecederam no cargo. A questão agrícola passou a ser mais bem observada, sobretudo no tocante à produção de gêneros alimentícios que suprissem o abastecimento do Império. Não temos registros de como Garcia fez isso, mas supomos que não tenha sido uma tarefa fácil, pois deve ter enfrentado os escravos que usavam das terras da Fazenda para fazerem suas roças. Seja como for, segundo Paulo Barbosa, a melhora era esperada:

[...] a cultura tem melhorado e em breve espero que debaixo de suas vistas a coudelaria dê bom resultado, apesar das dificuldades de uma agricultura atrasada apresenta a este melhoramentos de tantas utilidades para o país e para a imperial Fazenda.<sup>406</sup>

O sucesso prometido por Garcia conquistou o mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, personalidade de grande influência sobre o Imperador D. Pedro II. Isto é notado pelo modo elogioso com que o mordomo, também militar, se refere ao administrador. Paulo Barbosa enaltece os feitos de Garcia ao mesmo tempo que desperta a expectativa de melhoras até no campo da saúde, como se nota na continuação do seu comunicado “o hospital o qual há na Fazenda está debaixo de sua inspeção imediata, e ali

---

<sup>405</sup> ANRJ. Cód. 572, v. 1. 1808-1868, doc. 57.

<sup>406</sup> ANRJ. Cód. 572, v. 1. 1808-1868, doc. 57.

tem uma enfermaria prontamente a seu cargo”<sup>407</sup>. O conhecimento, ou seja, uma lógica que visa à racionalidade e ao melhor aproveitamento dos espaços tal o que seria verificado no oeste paulista, são preconizados nas esperanças mordomo-mor: “este ano estabeleceu um campo próprio para resolver no Brasil o grande problema da agricultura, ou seja, das culturas alternadas, em mesmo terreno, que julgo que seja de uma utilidade geral para a lavoura brasileira.”<sup>408</sup>

Em consonância com a SAIN, Garcia seguia os ditames agrônômicos propostos na época, dentre eles a prática da cultura alternada ou rotação de culturas, prática iniciada na França que consistia em alternar o cultivo em uma mesma área agrícola, por um período de três a quatro anos. A melhora na produção seria sentida ao longo do tempo, mas não sem os esforços na implementação dessas mudanças. O fato de o mordomo Paulo Barbosa atestar de próprio punho o valor de Garcia declara, nas entrelinhas, a possibilidade de terem ocorrido reclamações referentes à administração do mesmo, o que justificaria a defesa imediata de seu protegido e, como veremos adiante, esta não teria sido a última vez que o defenderia.

Ao regressar de Pernambuco, Niemeyer não deve ter gostado dos poderes concedidos a Garcia que, sozinho, controlava a coudelaria, a agricultura e o hospital. Além disso, contava Garcia com a ajuda do mordomo da Casa Imperial, seu antigo desafeto no palácio. Ainda em 1856, Garcia é alçado ao posto de administrador efetivo, pois o seu antecessor, Major Conrado Jacob Niemeyer, pediu exoneração do cargo, publicando o seguinte trecho no jornal *Correio da Tarde* e foi descansar na antiga rua São Jorge, hoje desaparecida com a abertura da Avenida Rio Branco:

---

<sup>407</sup> *Idem.*

<sup>408</sup> *Idem.*

Deixando a superintendência imperial de Santa Cruz, na qual me demorei por 9 anos e 3 meses incompletos, eu faltaria a um dever sagrado se não agradecesse a todos os empregados, suas famílias e mais pessoas daquele lugar, sem mesmo **exce<sup>t</sup>uar os escravos...** (grifo nosso)<sup>409</sup>

Agradecimento a escravos em um jornal não é algo de se esperar de quem deixa um cargo público, talvez se tratasse mais de uma oportunidade de vaticinar acerca das mudanças que estavam sendo instauradas na Fazenda, novos tempos, vinho novo em odres velhos.

#### 4.2 A administração do superintendente Ignácio José Garcia à frente da Imperial Fazenda de Santa Cruz

Garcia, ao assumir a Fazenda, mudou completamente o cotidiano dos escravos. Suas ações acertaram diretamente o tripé que sustentava a sociabilidade dos escravos: os ofícios, as folgas e a saúde foram radicalmente afetados em sua gestão. Uma vez abalada a estrutura centenária, toda a estrutura social parecia ruir rapidamente. No campo da saúde, cabe lembrar que à frente do hospital, como vimos na seção anterior, uma das primeiras ações de Garcia, ao que tudo indica, foi fazer valer o seu diploma de médico para interferir com propriedade sobre a saúde dos escravos, afinal, para isso ele havia sido convocado. Como era de se esperar, a sua tese, apresentada à Real Academia de Medicina em 1854, intitulada “Da Atmosfera, especialmente de sua influência sobre as funções physiologicas e

---

<sup>409</sup> Texto de despedida de Niemeyer da superintendência da Imperial Fazenda de Santa Cruz, publicado no jornal *Folha da Tarde* (FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p.140).

patológicas”<sup>410</sup>, em que o autor ressaltava as influências do ar sobre a saúde de uma forma geral, reverberava a medicina da época.

O ar puro era considerado pelo médico como “condição *sine qua non* à existência” e a “influência do calor e do frio” a grande causadora das “moléstias”<sup>411</sup>, nada de novo trazia em relação ao elevado número de médicos reverenciados por ele em sua tese<sup>412</sup>. Na verdade, ele repetiu o que era corrente na medicina em voga, mas seja como for o hospital e os escravos que nele trabalhavam receberam atenção especial do novo superintendente.

Ao que tudo indica, a primeira ação no sentido de esvaziar o poder conferido a outras personagens terapêuticas no hospital de escravos de Santa Cruz foi o impedimento de que os cirurgiões escravos continuassem cuidando dos doentes no hospital. O documento encontrado no Arquivo Nacional indica em sua grafia a ênfase na distinção entre a prática e o conhecimento, entre o mundo dos escravos e o dos médicos, não que de fato houvesse essa distinção, mas na concepção daqueles homens isso fazia sentido. A partir daquele momento apenas os cirurgiões formados poderiam atender no hospital; assim, Joaquim Antônio de Oliveira Gama é quem assina o relatório de 1860, dada a distinção que demarca toda a diferença de seu cargo pela anotação ao lado de sua assinatura: “cirurgião formado”<sup>413</sup>.

Não que os cirurgiões escravos fossem os únicos operantes no universo da cura, pois ao lado deles sempre houve em Santa Cruz cirurgiões brancos, portanto formados, clinicando na Fazenda. A lista começa com o Dr. Ritter, no início do século XIX, passa

---

<sup>410</sup> GARCIA, Ignácio José. *Da atmosfera, especialmente de sua influência sobre as funções fisiológicas e patológicas; das metrorragias durante a prenhez; das condições anatômico-patológicas nos caso de cura dos tubérculos pulmonares e que deduções se poderão tirar de seu conhecimento para o tratamento da moléstia*. 1854. Tese de doutorado. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1854.

<sup>411</sup> GARCIA, Ignácio José. *Op. cit.* p. 25.

<sup>412</sup> Garcia agradece a um vasto número de médicos e celebridades, dentre eles podemos destacar: Dr Torres Homem, José Maurício Nunes Garcia e Paula Cândido (GARCIA, Ignácio José. *Op. cit. passim.*).

<sup>413</sup> MIP. POB, “Mapa diário da movimentação do hospital, 1860”.

pelo cirurgião Joaquim José de Santana e chega em 1840 com os cirurgiões Joaquim Antonio D'Oliveira, que assina o relatório do hospital de Santa Cruz no final da década de 1840 – analisado no segundo capítulo desta tese – e Joaquim Antônio Junior<sup>414</sup>. A diferença é que tais cirurgiões não ficavam no hospital, eles atendiam, nas casas dos altos funcionários ou mesmo nas fazendas próximas, aos moradores das imediações da Fazenda e foreiros, de modo que não eram responsáveis pelo cuidado dos escravos. O atendimento aos escravos, como bem observou Maria Graham, era feito por um cirurgião negro. O próprio Manoel Caetano, cirurgião à época de Rio Seco, responsável pela saúde da escravaria é tratado na documentação da Fazenda como “pardo” fazendo-nos supor de que se tratava de alguém que fosse filho de escravos e não um cirurgião branco.

Vimos também que foi a falta de quem cuidasse da escravaria o que motivou o envio de escravos para o Hospital Real Militar para aprenderem cirurgia, como os casos dos escravos João Evangelista e José Alves, citados ao longo desta tese. É possível que os cirurgiões do tempo do Garcia também não ficassem no hospital, sendo mais provável que estivessem ocupados no atendimento de seus próprios pacientes. Porém, apesar de estarem longe, nem estarem obrigados a tratarem dos escravos, cabia-lhes a administração do hospital, o que por sua vez esvaziava o poder dos cirurgiões escravos em benefício da ascensão de um grupo restrito, legitimado pela administração da Fazenda.

Como bom integrante da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Garcia resolveu colocar em prática o que preconizava o manual agrônômico mais famoso até então: *O Manual do Agricultor Brasileiro*, de Taunay. Entretanto, apenas no que lhe convinha. A fim de aumentar a produtividade, Garcia passou a usar a alimentação como

---

<sup>414</sup> Em outubro de 1835, por ocasião da morte do cirurgião Joaquim José de Santana, foi autorizada a contratação de um cirurgião de fora da Fazenda (ANRJ. Polícia da Corte, Cód. 1222, v. 2).

moeda de troca com os escravos, passando a remunerá-los em suas folgas. Ou seja, obrigava-os ao trabalho em suas folgas, sábados e dias santos em troca de pagamento, prática que, como vimos no segundo capítulo, já era prática corrente no oeste paulista na segunda metade do século XIX.

Ao mesmo tempo Garcia deslocou escravos para áreas em que antes não trabalhavam, ameaçando-os de separá-los de suas famílias, e impôs os serões, ou seja, trabalho realizado no âmbito da Fazenda após o jantar que se estendia até às vinte e uma horas, da mesma forma como ocorria em várias fazendas de café conforme relatamos no segundo capítulo desta. Assim, Ignácio José Garcia supunha aumentar a produtividade da Fazenda, alavancando a produção dos gêneros alimentícios bem à moda de Taunay:

Tarefa diária – Os pretos não se compram para ter o gosto de os sustentar e de os folgar, **mas sim para tirar do seu trabalho os meios de subsistir e lucrar.** O salário deste trabalho foi pago em parte por uma vez pelo dinheiro da compra, e a outra parte paga-se diariamente com o sustento. Mas o preto, parte passiva em toda esta transação, é por natureza inimigo de toda a ocupação regular, pois que muitas vezes prefere o jejum e a privação de todas as comodidades ao trabalho que é justo que dê para o cumprimento do contrato, e **só a coação e o medo o poderão obrigar a dar conta da sua tarefa.**<sup>415</sup> (grifo nosso)

Na administração dos escravos, talvez na mente do Garcia ecoasse o conselho do velho deputado Rafael ao se referir à Fazenda como algo que possuía “linguagem e disciplina próprias”<sup>416</sup>. A linguagem com certeza Garcia não conhecia, mas a disciplina ele procurou mantê-la a todo custo.

Insatisfeitos com as mudanças instauradas, os escravos voltaram à prática corrente, passando as fugas a serem constantes e em todo lugar: no Paço Imperial, na Quinta da Boa

<sup>415</sup> TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 64-65.

<sup>416</sup> MIP. CARVALHO, Deputado Rafael de. *Op. cit.* p. 4.

Vista, no Palácio de São Cristovão ou mesmo nos arredores da Fazenda, em que escravos fugitivos reapareciam abalando o prestígio e a autoridade do superintendente perante a Corte.

Garcia endureceu o seu posicionamento. Resolveu cortar a ração da família de cada escravo fugido. Assim, se um escravo fugisse, seus pais, caso idosos e portanto dependentes do caldeirão dos pobres, teriam a alimentação cortada e assim por diante; ou seja, cada família que possuísse um fugitivo era penalizada pesadamente<sup>417</sup>. A intenção do intendente era a de que os familiares indicassem onde o escravo fugido estava aquilombado, pois, como bem dizia a experiência, os fugitivos geralmente ficavam próximos à Fazenda de onde podiam atacá-la na calada da noite. Em muitos casos, eles mantinham contato com os escravos da Fazenda, haja vista a grande extensão da propriedade imperial e o incontável número de roças de escravos que se espalhavam por quilômetros de distância.

O ano de 1860 também foi importante pelo fato de ter sido o período em que o Imperador mais visitou Santa Cruz. O desejo do monarca em aprender e dar palpites sobre tudo e de ser um homem da ciência fê-lo despertar para a Fazenda, principalmente em relação à sua botânica, como um local ímpar de observação, o que o motivou a empreender visitas cada vez mais constantes e demoradas<sup>418</sup>.

Até que um episódio no mesmo ano estarreceu a ambos: Garcia e D. Pedro II, o primeiro, talvez, mais que o segundo. Em visita à Fazenda, o Imperador foi pego de surpresa por escravas que o abordaram desesperadamente, fato que chamou muito a sua atenção, tanto que registrou o ocorrido em seu diário com essas letras:

---

<sup>417</sup> BEDIAGA, Begonha (org.). *Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891*. Petrópolis, 1999.

<sup>418</sup> SCHWARCS, Lília Moritz. *Op. cit.* p. 136.

Voltei pelo caminho do Leme encontrando 12 escravas, que se queixam de ter sido levadas de Sta. Cruz para o sítio do Couto Reis, onde trabalham em cafezais sobre ásperas encostas, e são obrigadas a carregar sacas daquele gênero, ao mesmo tempo em que não têm nenhum dia de descanso na semana e fazem serões.<sup>419</sup>

Surpreso, D. Pedro II apeou do cavalo a fim de prestar atenção no que aquele grupo de escravas gritava ao mesmo tempo. Não que esta tenha sido a primeira vez que os escravos tenham tido acesso à Sua Majestade imperial. Outras vezes, e até mesmo na Quinta, ele foi diversas vezes surpreendido por escravos que vinham de Santa Cruz implorar-lhe por clemência, mas é que agora ele presenciava não um ou dois, mas muitos escravos ao mesmo tempo<sup>420</sup>. O continuar das anotações explicavam o motivo do ato desesperado das escravas:

Os escravos logo que me aproximei do canal falso, gritaram misericórdia, dizendo que tinham fome, e lhes tiraram o sábado e domingo, parecendo-me ter visto alguma das 12 escravas já referidas entre a chusma. Fazenda Santa Cruz, 1860.<sup>421</sup>

As escravas se referiam aos últimos atos de Garcia, o qual lhes retirara uma série de benefícios. O Imperador não disse, ou seja, não anotou como se sentiu diante daquele quadro, mas imaginamos que dever ter achado no mínimo estranho. Deve ter prometido averiguar os fatos, verificar se o ocorrido era verdade, nesse caso, os seus escravos possuíam razões de sobra e a reclamação se justificava. Todos sabiam do caráter

---

<sup>419</sup> BEDIAGA, Begonha (org.). *Op. cit.* p. 76.

<sup>420</sup> É possível que se tratasse de uma “esquadra” inteira, grupo de escravos separados para o serviço do eito (FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 253).

<sup>421</sup> BEDIAGA, Begonha (org.). *Op. cit.* p. 76.

humanitário de D. Pedro II e um dos fatos que comprovam essa característica é o fato de ele não ter comprado nenhum escravo pra aumentar o seu plantel imperial. Na verdade, ele alforriava muitos escravos seus pelos mais variados motivos, parecendo mais um pretexto para dar a liberdade que mesmo a antiga ideia do *merecimento*<sup>422</sup>.

Ao chegar à sede da Fazenda, D. Pedro II procurou investigar o ocorrido. Foi então que ficou sabendo do pior: “informei-me e soube que os pertencentes à família que tem qualquer de seus membros fugidos não goza de sábado”, escreveu o Imperador, “o que me parece injusto, pois não recebem ração e não lhes basta o domingo para cuidarem de seu alimento”<sup>423</sup>. O Imperador deve ter questionado ao intendente as razões do ocorrido, pedindo explicações para a forma dura com que tratava os escravos e, de alguma forma, Garcia deve ter-lhe convencido da necessidade de suas ações: “já indaguei e parece que as escravas não têm razão. Resolvi que desse comida em comum, para evitar representações a respeito da quantidade de ração aos que tiverem membros da família fugidos”<sup>424</sup>.

Ao que tudo indica, era vontade do Imperador que a Fazenda produzisse. É provável que ele acreditasse que as medidas do superintendente fossem melhorar a produção. Isso explicaria por que o Imperador evitara entrar em rota de colisão com a administração dando ração aos escravos. Quanto às doze escravas que havia o interpelado, bastaram as palavras de Ignácio José Garcia para elucidar a questão. Além disso, outra figura importante estava diretamente envolvida: um dos membros do Conselho dos Procuradores Gerais da

---

<sup>422</sup> Diversos historiadores têm notado que, em se tratando de alforrias concedidas pelos senhores, deve-se, pois, destacar que, quase sempre, o motivo para tal reside em dois aspectos, a vontade do senhor em fazê-lo, o merecimento do escravo. Ver: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 1990; FLORENTINO, Manolo Garcia; GÓES, José Roberto Pinto de. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997b; e, ainda, FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (orgs.). *Ensaio sobre escravidão*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

<sup>423</sup> BEDIAGA, Begonha (org.). *Op. cit.* p. 76.

<sup>424</sup> *Idem*.

Província, ainda procurador da província de São Paulo desde 1823 e General do Exército<sup>425</sup>, Manoel Martins do Couto Reis, o qual, além de sua grande influência no governo, havia sido superintendente da Fazenda de 1821 a 1827 e escrito uma memória sobre Fazenda<sup>426</sup>.

Por outro lado, dentro do que lhe era possível, D. Pedro II procura defender os escravos e determina, contrariando Garcia, que se dê comida a todos os escravos que dela dependessem, mesmo que fossem parentes de escravos fugidos, mostrando que não estava de acordo com essa prática imposta pelo superintendente. No entanto, concordava com outras, como o caso do pagamento pelo trabalho nos sábados como forma de aumentar a produção: “Há muita repugnância da parte da escravatura em receber ração em lugar do sábado, mas parece reforma necessária para melhor serviço da Fazenda”<sup>427</sup>, anotou em seu diário, demonstrando sua aprovação.

No dia seguinte ao ocorrido, D. Pedro II aproveitou para vistoriar a Fazenda e com papel em punho anotou o que via e ouvia dos funcionários: “o armazém está arruinado pelo capim”, constatou o monarca; “o hospital vai bem e só notei a falta de caixa de trepanação; os estrados de pau nas camas de ferro e há pouca comida dada às crianças até 7 anos, ou porque não podem ir comer a casa”, ressaltou o Imperador<sup>428</sup>, somando ao todo 182 entre as que possuíam a tarefa de arrancar a erva daninha e as que comiam lá por estarem longe dos

---

<sup>425</sup> ANRJ. Ata do Conselho de Estado de 1822-1823. Além de tudo, Couto Reis também escreveu a “Memória da Fazenda Santa Cruz”, publicado na revista do IHGB, tomo 65, 1ª parte, Tomo 5, 1843. Na verdade, a fazenda em questão havia pertencido a ele, pois o mesmo faleceu nessa última data, portanto, os escravos se referiam a uma fazenda que deveria ter pertencido a ele.

<sup>426</sup> REIS, Manoel Martins do Couto. “Memória de Santa Cruz”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. V, 1943.

<sup>427</sup> BEDIAGA, Begonha (org.). *Op. cit.* p. 76.

<sup>428</sup> D. Pedro II anotou o efetivo de crianças de menos de sete anos que trabalhavam no hospital, à época o ambiente hospitalar possuía 102 duas pessoas, sendo 43 homens de e 37 mulheres e 102 escravos internados (BEDIAGA, Begonha (org.). *Op. cit.* p. 76).

pais. Entretanto, recebiam como alimentação “uma cuia pequena e sem ser cheia, de pedaços de carne boiando em caldo misturado de farinha”<sup>429</sup>.

Ainda sobre a inspeção no hospital, D. Pedro II tentou saber mais sobre os doentes, mas não pôde porque queria detalhes mais específicos: “nada digo a respeito do número de doentes e moléstias porque pedi ao diretor do hospital um mapa circunstanciado”<sup>430</sup>, e mais diversas outras anotações sobre a Fazenda: “o leme está cuidado, plantaram-se no tempo do Garcia mais de 4 mil e tantos pés de chá”; “o campo pareceu-me sujo”; “do cemitério, furtaram a porta e o chão está coberto de mato”, e assim por diante. A censura alguns aspectos da administração de Garcia era evidente e por isto ele foi inquirido por várias situações, inclusive pelos problemas nos arrozais:

O arroz não tem germinado, pela maior parte, por causa da seca. O Garcia tem já estudado a questão do afolhamento, porém, até agora, só pode dizer que nos terrenos turfosos convém primeiro plantar arroz e depois feijão miúdo, cujo grão já tenho visto em grande quantidade e nos silicosos a mandioca primeiramente.<sup>431</sup>

Não sabemos, ou ao menos o Imperador não anotou, se chamou a atenção de Garcia, mas é evidente que as coisas não estavam bem. A Fazenda passava por sérios problemas de depredação e abandono percebido desde um cemitério sem portão a um hospital com vidraças quebradas, no qual as crianças se alimentavam do caldeirão com uma alimentação muito precária. O que sabemos é que mesmo após a inspeção do Imperador, Garcia

---

<sup>429</sup> BEDIAGA, Begonha. *Op. cit.* p. 76.

<sup>430</sup> *Idem.*

<sup>431</sup> *Idem.*

continuou no comando da Fazenda, mas de agora em diante sofreria protestos não só dos escravos, mas de pessoas externas à Imperial Fazenda de Santa Cruz.

Ainda em 1860, o jornal *O Clamor Público* publicou uma matéria a respeito dos mandos e desmandos do *onipotente* administrador intitulado *Façanhas Garcinianas*. Nessa matéria o jornal trazia à tona o real estado da Fazenda. Para não sermos prolixos, escolhemos transcrever apenas uma pequena parte relacionada ao hospital, para termos uma ideia de como a situação se colocava. O que Imperador viu foi confirmado pelo jornal, o que ele não viu ou não lhe foi mostrado, agora estava exposto para a Corte letrada do Rio de Janeiro:

[...] o **hospital** para mostrar roupa, estiveram dois dias antes, sem interrupção da noite as costureiras em casa do seu Garcia, a prepará-la, mas infelizmente foi isso logo conhecido por não haver tempo de se levar, nem se achar o deposito fornecido. A **Botica** estava dois dias antes desprevenida, mas felizmente o novo fornecedor da casa, irmão do senhor Jacobino, teve meios de fazer chegar o reforço a tempo de ocultar a falta. O **caldeirão dos menores** que outrora supria com abundância a duzentos, e remediava a trezentos, nem para 60 atualmente não chega, e até enganaram o monarca dizendo fornecerem de alimento diário o dobro que realmente (exceto neste dia do exame) se forneceu. (grifo nosso)<sup>432</sup>

Dito de outra forma, o jornal alertava: o Imperador fora enganado! A Fazenda estava pior do que se podia imaginar. Além do fragmento acima, o qual dispensa comentários, o autor, sob o codinome “Asmodeu de muletas”, alerta para várias instalações abandonadas; chamava a atenção para o fato da exacerbação dos castigos físicos; insinuava que Garcia “frequentava” a escrava Francisca, de 20 anos, “filha do seu cozinheiro, José Capitão, grávida de 7 meses”, apelidada pelo administrador de “Chiquinha”, a qual, após fugir para o Paço de São Cristovão “com outras escravas da 7ª esquadra”, abortou e foi

---

<sup>432</sup> Jornal *O Clamor Público*, 31 de dezembro, apud FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 186-189.

atendida no hospital da imperial Quinta<sup>433</sup>. Além disso, as determinações do Imperador não eram acatadas.

Demoraríamos algum tempo para relatarmos aqui todas as tais *façanhas garcinianas* que o autor enfurecido retrata, porém encontra-se em anexo a íntegra do texto transcrito do trabalho de Benedicto de Freitas ao final desta tese. Por ora basta que entendamos o estado lastimável que se encontrava a Fazenda e, por conseguinte, a situação sob a qual estava sujeita.

No Paço Imperial, como lembra José Murilo de Carvalho em sua biografia sobre o monarca, D. Pedro II fazia questão de ler todos os jornais, não se furtava de passar os olhos até mesmo em textos que o criticavam por estar à frente do país, pois assim ele se mantinha informado sobre a quantas andava o Império e como os políticos se comportavam<sup>434</sup>. Logo D. Pedro II soube do ocorrido. Garcia não foi destituído do cargo, talvez este não fosse o modo como D. Pedro II resolvia os problemas. Provavelmente esperava por uma solução política para o ocorrido, mas, seja como for, as coisas começaram a tomar maiores proporções ao longo do tempo.

Em defesa do superintendente Ignácio José Garcia, seu amigo, Paulo Barbosa, mordomo da Casa Imperial, redigiu um despacho ao ministro da Justiça, em outubro de 1861, falando das dificuldades de se controlar os escravos do Império. A rebeldia era sem conta e as fugas constantes. Barbosa justifica os castigos corporais ao reportar que:

A fazenda possuía mais de 2000 escravos e é de se presumir que nem todos são morigerados: assim é mister que alguns sejam castigados e sendo a prisão um dos mais eficazes castigos, acontece que não é possível ter ali presos com trabalho sem que se evadam malogrando se assim todos os esforços e despesas que se

---

<sup>433</sup> Veja a transcrição da matéria jornalística no anexo desta tese.

<sup>434</sup> CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, *passim*.

fazem para os prenderem e voltam para quilombos de onde saem para roubar a Imperial Fazenda matando-os sem piedade o gado de criação. (*sic*)<sup>435</sup>

A seu modo, Barbosa justificava os castigos em vista da situação caótica em que se encontrava a Fazenda. É fato que nesse período, segundo o documento acima, houve um acréscimo no número de quilombos, principalmente na mata de Itaguaí e adjacências. No entanto, como vimos, isso não era novidade, pois a fuga em uma escravaria tão vasta e em um espaço amplo era quase impossível de evitar. Na verdade, os administradores eram os grandes reféns da vontade dos escravos que, se assim desejassem, ganhariam o mundo em poucas léguas<sup>436</sup>.

Após essa introdução, Paulo Barbosa explica o verdadeiro objetivo do documento que escreve: “peço licença para meter na Casa de Correção os escravos incorrigíveis e dados a este latrocínio”. Após isso, o mordomo lança a sua crítica em tom de ironia, ao perguntar o porquê de tais escravos não demorem na cadeia, logo “fugindo e voltando à destruição dos gados”<sup>437</sup>, e sugere que tais presos, “por pertencerem à Sua Majestade”, deveriam ser utilizados nas obras da Casa de Correção sem nada receberem, pagando assim a comida, pois o superintendente Garcia estava sendo pressionado pelo Chefe de Polícia a pagar pela alimentação dos escravos de Santa Cruz ali encarcerados.

A situação difícil por que passava a Fazenda deve ter enfraquecido a posição de Ignácio José Garcia à frente da Fazenda. A diminuição de mão de obra masculina passou a ser um problema nos anos 60 do século XIX. Em outubro de 1861, por decreto imperial,

<sup>435</sup> ANRJ. Códice IJ7-77, Justiça e Prisões.

<sup>436</sup> Benedicto de Freitas ressalta em nota de fim de capítulo que a fuga de escravos sempre ocorreu em Santa Cruz. Conta que o inspetor Leonardo Pinheiro, em 1810, propunha que os maus escravos fossem enviados à Costa da África. Já Couto Reis denominava esses maus escravos como viciados, fugitivos, preguiçosos e rebeldes e até mesmo contratava índios para catarem escravos fugidos (FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 269).

<sup>437</sup> ANRJ. Códice IJ7-77, Justiça e Prisões.

“querendo fazer extensivo aos escravos de Santa Cruz a sua imperial magnificência”, manda o mordomo da Casa Imperial alforriar os escravos com mais de seis filhos, incluindo o escravo “José De Moura e sua mulher, Clara Maria” por já possuírem dez filhos, destes oito já trabalhando na Fazenda e conceder a eles a quantia de 5\$000 (cinco mil réis) de pensão<sup>438</sup>.

Em outro decreto, D. Pedro II reforça a concessão de liberdade ao músico flautista Antônio José “por seu talento musical”, o tal escravo que fora observado quando da visita do Imperador a Santa Cruz, em 1860. Além disso, com a desculpa de ajudar nos preparativos do casamento de sua filha, Princesa Isabel, e o Conde D’eu, D. Pedro II manda alforriar vários escravos. Para o casamento de Dona Leopoldina alforria igualmente outros tantos, sendo só desta última vez 21 cativos e seus filhos<sup>439</sup> e outros seriam alforriados no dia do casamento, em 1864. Com certeza, um golpe certo sobre a disponibilidade de mão de obra da qual tanto dependia os trabalhos da Fazenda.

Entrementes, as alforrias e as fugas em massa não melhoraram em nada a vida dos que permaneceram na Fazenda. Garcia endureceu ainda mais o seu posicionamento e fez dos castigos físicos a regra diária. Mandou retirar a velha cruz deixada pelos jesuítas e a substituiu por um pelourinho, ali mesmo no terreiro que fora imortalizado na tela de Debret à época da Missão francesa ao Brasil, o que lhe rendeu a alcunha de o “carrasco do cruzeiro”<sup>440</sup>.

Outrossim, Garcia se meteu a taberneiro. Abriu uma taberna na Imperial Fazenda de Santa Cruz e passou a vender gêneros alimentícios para funcionários e escravos da Fazenda. Desse momento em diante os escravos não poderiam mais comercializar os seus

---

<sup>438</sup> ANRJ. Casa Real e Imperial, cx. 19b, pact. 12. docs. 1 a 7. Decretos de 1861.

<sup>439</sup> *Ibidem*, documentos 8 e 10.

<sup>440</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 141.

excedentes com as fazendas do entorno, agora estavam atrelados à tabela de preços e produtos de Ignácio Garcia, que também passou a vender a carne do açougue e o leite das vacas aos escravos.

Acreditamos que a essa altura dos acontecimentos, D. Pedro II deve ter ficado indignado com arbitrariedade do administrador não sem motivo apelidado de carrasco. O “bilhetinho”<sup>441</sup> de próprio punho, encontrado no Museu Imperial de Petrópolis (MIP), dá conta dessa indignação, pois traz o seguinte texto:

Não haverá mais, na Fazenda de Santa Cruz, castigo físico de pancadas, nem este se dará aos que vierem para a correção. Só por faltas graves serão castigados os escravos que vierem apadrinhar-se comigo, durante 15 dias contados da fuga até a sua apresentação na Fazenda Santa Cruz. Se o Garcia começa e faz a obra sem autorização a mordomia procede mal. Não aprovo a venda de carne feita pelo administrador. Dê-se lhe o que for justo para as hospedagens [ilegível] aliás ele não é obrigado a muitas [ilegível] vezes. Também não aprovo a proibição imposta aos escravos de comprarem ao leite pela razão de não comprar este à Fazenda. 1º de novembro de 1863.<sup>442</sup>

Nesse momento, D. Pedro II reclama vigorosamente contra os atos do administrador da Fazenda, demonstrando toda a sua insatisfação com os acontecimentos e que possuía ciência de tudo que ocorria no Paço de Santa Cruz. Ademais, o monarca responsabilizava de forma enérgica o mordomo Paulo Barbosa por esses acontecimentos e que as obras realizadas não justificam os maus-tratos aos escravos. Se Garcia precisava obter fundos, deveria procurar outro meio que não a venda de carne e a proibição dos escravos de tomarem o leite. Contudo, Garcia continuava à frente da Fazenda, à sombra da mordomia imperial.

---

<sup>441</sup> O historiador José Murilo de Carvalho chama a atenção para o fato de que D. Pedro II costumava cobrar dos governantes e ministros através de bilhetinhos (CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* p. 58).

<sup>442</sup> MIP, II-POB, d. 362, 1863.

A prestação de contas da Fazenda foi outro problema para Ignácio José Garcia. Em 1863, ele teve de explicar ao erário régio por que o balanço não estava correto, uma vez que não configurava nele um dos principais devedores da Fazenda, o Sr. Mello e Souza. O ofício pedia também que Garcia “despedisse o mestre de música” e enviasse à Corte o escravo Pedro Vieira que agora estava preso; aquele mesmo que, como acompanhamos no início deste capítulo, havia vindo do Piauí, fora transformado em soldado e depois, a pedido, enviado a Santa Cruz para servir ao Imperador e rever os parentes.

Quanto ao erro na prestação de contas, Garcia o admitiu e prometeu entregar um relatório correto, nele percebemos o quanto particulares se aproveitavam dos negócios da Fazenda:

Credor	Tipo	Valor
Mello e Souza	Ignorado	1:517\$680 (um conto, quinhentos e dezessete mil e seiscentos e oitenta réis)
Diogo Manoel de Farias	Novilhas para carros e gado para as dietas do <i>hospital</i>	1:630\$300 (um conto, seiscentos e trinta mil e trezentos réis)
José Antônio Martins de Oliveira	Madeira para obra na Fazenda	2:465\$000 (dois contos, quatrocentos e sessenta e cinco mil réis)
Pedro José Gomes Braga	Ferragens e outros objetos	258\$000 (duzentos e cinquenta e oito mil réis)
Cunha Brandão	Instrumentos para a escola de música	510\$600 (quinhentos e dez mil e seiscentos réis)
J. F. Correia	Carne seca para a <i>dieta do hospital</i> e caldeirão dos menores	503\$680 (quinhentos e três mil e seiscentos e oitenta réis)
Mello e Souza	<i>Medicamentos</i> fornecidos para o mesmo <i>hospital</i>	1:517\$680 (um conto, quinhentos e dezessete mil e seiscentos e oitenta réis)
Subtotal		8:402\$940 (oito contos, quatrocentos e dois mil e novecentos e quarenta réis)

Entradas	9:686\$620 (nove contos, seiscentos e oitenta e seis mil e seiscentos e vinte réis)
Saldo	1:283\$680 (um conto, duzentos e oitenta e três mil e seiscentos e oitenta réis)

**Quadro 3:** Balanço da Imperial Fazenda de Santa Cruz, março de 1863.  
 Fonte: Casa imperial, cx. 16, pac. 3, docs. 46 a 53, dezembro de 1864.

Se acreditarmos nesse relatório, seremos forçados a aceitar que Garcia investia no hospital, pois mais de três contos foram gastos entre comida e material hospitalar. A levar-se em conta a formação do administrador, devemos ao menos afirmar que ele conhecia o que comprava. O inventário deixado por Garcia dá conta de que o mesmo deixou à sua esposa e filhos, além de escravos, louças e livros num total de 10:000\$000 (dez contos de réis!), e ainda sete (7) caixas de materiais cirúrgicos no valor de 50\$000<sup>443</sup> (cinquenta mil réis).

Sobre o escravo Pedro Vieira, a resposta de Garcia foi curiosa: “Sinto não poder enviar o escravo Pedro Vieira que estava preso porque ele fugiu do tronco da cadeia em que 5 escravos, de noite, o guardavam”. E de antemão explica o ocorrido: “Vossa Mercê, possa pensar que é barbaridade do administrador ter mantido prezo um escravo por tanto tempo, 14 anos, por isso peço licença a vossa Ex<sup>a</sup> para explicar o ocorrido”<sup>444</sup>. Logo após, Garcia narra outra vez a trajetória do escravo Vieira agora sob outra ótica:

<sup>443</sup> ANRJ. Inventário de Ignácio José Garcia. Tribunal Civil Criminal do Rio de Janeiro C-4; Notação 10404, maço 0191, ano 1894. Obs.: os imóveis que Garcia deixou a seus herdeiros perfaziam um montante de 19:871\$425 (dezenove contos, oitocentos e setenta e um mil e quatrocentos e vinte e cinco réis).

<sup>444</sup> ANRJ. Casa Imperial, cx. 16, pac. 3, docs. 46 a 53, dezembro de 1864.

O pardo Pedro Vieira é natural de Piauí e que sendo soldado de Fazendeiros se apresentou como escravo de SM imperador depois de sua apresentação fez duas fugidas, e é sempre o terror dos escravos e dos habitantes do lugar. Em 1859 foi prezo, e enviado a Casa de Correção [...] Pouco tempo depois, soube-se que o escravo havia evadido, percorrendo as matas circunvizinhas da fazenda atrapalhando a tranqüilidade pública. Pedro Vieira apresentou-se, depois, apadrinhado não se sabe por quem, e fugindo novamente em 1862.<sup>445</sup>

Pedro Vieira, a despeito de ter vivido sob a pecha da escravidão, soube tramar uma intrincada rede de favorecimentos que muito lhe valia, quer na Corte ou na Fazenda. Possuía contatos que o livraram do serviço militar e o reenviaram para a Fazenda, outros que o apadrinharam a fim de que fosse livre do tronco e contou, ainda, com o silêncio daqueles que, como ele, possuíam o desejo da liberdade, mas que talvez lhes faltassem a coragem para subverter a ordem.

A partir de 1863, sem poder se valer, pelo menos na teoria, da *coação e do medo* e com a constante diminuição da mão de obra, como os fatos aqui exemplificados pela saga do escravo Pedro Vieira, Garcia não encontra alternativa se não a de deslocar as esquadras dos inválidos, as amas de cegos e parteiras bem como as grávidas e as de resguardo para suprirem as necessidades do trabalho nas frentes de trabalho mais árduas. Contudo, *O Clamor Público* voltou a ser o veículo da manifestação do descontentamento de funcionários e fazendeiros da região contra o *modus operandi* do administrador. Seu conteúdo é semelhante ao de 1861, mas vale a pena reproduzi-lo aqui, em partes, pelo teor de testemunho visual e por ser menos carregado de sarcasmo que o primeiro.

O autor, identificado como “o sexagenário”, coloca-se como uma testemunha fiel dos atos de Ignácio José Garcia, portanto como alguém que viveu o bastante para ter visto o tempo áureo da Fazenda. Ele reclamou da forma como eram tratados os escravos de Santa

---

<sup>445</sup> *Idem.*

Cruz; afirmou ter visto “muitas escravas indo somente com uma saia a tiracolo, deixando patente, metade do corpo, deixando a outra metade em transparente”, o que por si só contrariava a descrição que o deputado Rafael fizera 30 anos antes de escravas recatadas que nem o rosto dos homens olhavam.

O sexagenário, em seu texto, confessa ter encontrado duas “pardinhas” com vestimentas precárias e ao perguntar o motivo ouviu como resposta que “os brancos não dão coisa alguma aos escravos”. O missivista foi até a Fazenda e ouviu de um negociante a confissão de que as escravas só recebiam, por ocasião do parto, “um côvado de batata, uma vara de algodão, um martelo de azeite e 480 réis em dinheiro”, nada mais, prática essa que o autor critica por considerar a maternidade uma época “melindrosa”, que desperta cuidados. Ele argumenta que em nenhuma fazenda os escravos eram tratados assim, e que “Sua Majestade, O Imperador, dono da Fazenda, estava sendo iludido”, pois, segundo o tal sexagenário, o Imperador “não só reparte metade da sua dotação com obras pias, como ele não consente que se pratique a menor injustiça, e repele tudo quanto é imoral”<sup>446</sup>.

Como esse relato, encontramos outros no Arquivo Nacional, assinados desta vez pelos acorrentados do crime. As matérias ocupam a parte central do jornal *Correio Mercantil* e possuem o mesmo teor. Elas se encontram no código *IJ-J1, 793. Interior* e parecem ter sido arroladas como provas dos desmandos de Garcia, pois há vários manuscritos que a ele fazem referências, mas que infelizmente não foi possível a leitura dado o estado de deterioração dos documentos<sup>447</sup>.

O historiador Flávio Gomes, em seu excelente trabalho *História de quilombolas*, no qual perscruta as relações entre diversos quilombos e comunidades adjacentes em Iguazu,

---

<sup>446</sup> BNRJ, jornal *O Correio Mercantil*, 1º jan. a 30 de abr., 1864.

<sup>447</sup> ANRJ, Código *IJ-J1, 793. Interior*.

chama-nos a atenção para o fato de, em 1864, o jornal *Correio Mercantil* ter publicado a pedido dos comerciantes de Santa Cruz, sob o pseudônimo “Os acorrentados do crime”, uma matéria central onde “denunciam ‘a desmandada prepotência’ do sr. Garcia”. Segundo eles, o superintendente da Fazenda havia construído um negócio intitulado “taverna imperial” e impedia que os escravos negociassem com outros comerciantes que não ele mesmo<sup>448</sup>. Flávio acredita que tais senhores se dirigissem, na verdade, ao “Mordomia Mor”, administradora dos bens da Coroa que apontava as irregularidades praticadas pelo superintendente sem o consentimento de Sua Majestade. Eles reclamam pelo fato de não poderem comercializar com os escravos, o que comprova a importância econômica que os mais de mil escravos da Fazenda possuíam em relação ao comércio com outras fazendas da região<sup>449</sup>.

Por todos esses fatores, fica nítido o fato de que Garcia havia despertado muitos inimigos e que estes intentavam derrubá-lo a todo custo, e foi esse o argumento que José Feliciano Godinho, ao assumir interinamente o lugar de Garcia, usou para defender o amigo, em 1864.

A minha nomeação surpreende os gratuitos inimigos do digno Chefe o Ilmo. Dr. Ignácio José Garcia, pois que [ilegível] taberneiros e seus comparsas contavam a demissão do Ilmo. Dr. Garcia, e a nomeação de um Administrador Geral que com eles transgredisse, e nisto já haviam apostas. (*sic*)<sup>450</sup>

Ao que tudo indica, Garcia sofreu um atentado em Santa Cruz, foi vítima de uma emboscada quando chegava à casa, mas escapou com vida, apenas uma lesão na perna sobrarria de lembrança do ódio que atraía a si. Segundo Benedicto de Freitas, Garcia

<sup>448</sup> GOMES, Flávio dos S. *Op. cit.* p. 382.

<sup>449</sup> *Ibidem*, p. 383.

<sup>450</sup> ANRJ. Casa Imperial, cx. 16, pact. 3. Doc. 53. Dezembro de 1864, doc. 52.

proibira os divertimentos dos escravos em suas senzalas, demitiu sumariamente muitos funcionários, era intransigente e nem mesmo dirigia a palavra a seus subalternos, tudo isto lhe angariava ressentimentos na mesma medida em que sua sede de poder angariava títulos; ele era juiz de paz, subdelegado, delegado de instrução, fiscal da Câmara, negociante de gado e taberneiro<sup>451</sup>, além de muito violento. Esse estado de coisas foi agravado pelo fato externo que viria a tocar de forma definitiva a vida de todos na Fazenda.

Cabe que analisemos os fatos à luz dos conceitos que melhor puderem explicar este estado de coisas por que passou a Imperial Fazenda de Santa Cruz nos tempos do superintendente Garcia. Em primeiro lugar, vale explicar as aparentes contradições expressadas nas vigorosas denúncias publicadas contra o superintendente Garcia, recorrendo à análise proposta por E. P. Thompson para elucidar os motins dos camponeses ingleses em protesto contra as mudanças que lhes suprimiam os direitos estabelecidos, e, ainda, o curioso fato de que, em muitos casos, os próprios paternalistas recorriam às leis consuetudinárias ou mesmo aos costumes em favor dos pobres.

Conforme E. P. Thompson, o paternalismo existia dentro do próprio costume. Na forma extremante complexa de venda do trigo, no funcionamento de um mercado inglês no qual o produto deveria ir do agricultor para o consumidor, servindo sempre em primeiro lugar os pobres e depois os mais abastados, Thompson demonstrou como os paternalistas usavam dos costumes implantados para obterem dos trabalhadores o que deles necessitavam, neste caso o trabalho. Sempre que esse objetivo não era alcançado, ou seja, quando por qualquer motivo a ordem era perturbada impedindo que os trabalhadores cumprissem suas obrigações, os paternalistas recorriam ao costume para justificar o retorno

---

<sup>451</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 143.

às práticas que mantinham os subalternos controlados<sup>452</sup>; clamavam nos tribunais pelo retorno aos antigos ditames que salvaguardavam os pobres. Thompson também notou a ambiguidade deste processo ao considerar que os paternalistas “eram em parte reféns do povo, que adotava partes do modelo como seu direito e herança”<sup>453</sup>, pois à medida que essa posição fortalecia o poder dos paternalistas ao mesmo tempo era a sua fraqueza, porque fazia deles reféns dos populares. Na Imperial Fazenda de Santa Cruz não foi muito diferente.

As ações de Garcia, que quebravam os antigos costumes nos quais se assentava a sociabilidade escrava que conferia a esta comunidade a tranquilidade esperada, prejudicaram os interesses de foreiros, sendo muitos destes políticos que gozavam do trabalho dos escravos de Santa Cruz ou compravam os seus excedentes. A análise do código da Polícia da Corte, 1122, depositado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, em 1862, demonstrou que muitos escravos estavam servindo a particulares, moradores da região, fazendeiros e foreiros e, ainda, eram alugados a particulares. Os escravos alugados eram, preferencialmente, os que possuíam algum ofício, como foi o caso do escravo enfermeiro Justino do Espírito Santo – o mesmo referido no início do capítulo 1 desta tese que viria a fugir em 1866 –, foi alugado a Antônio J. Tavares por três dias<sup>454</sup>, e outros pedreiros e carpinteiros, demonstrando como muitos senhores lucravam com os trabalhos realizados pelos escravos. No entanto, quando a ordem foi perturbada o caos tomou conta da situação, ou seja, quando as ações do superintendente Garcia alteraram o curso dos acontecimentos, a ordem natural dos fatos em que os escravos estavam à disposição como mão de obra abundante, os interessados na ordem vigente reivindicaram as ações de cunho paternalista

---

<sup>452</sup> THOMPSON, E. P. *Op. cit.* p. 158.

<sup>453</sup> *Ibidem*, p. 159.

<sup>454</sup> ANRJ. Polícia da Corte, Código 1122, v. 9. “Relação de escravos alugados a outros”.

como formas de resolver o conflito. Então, o paternalismo é ressuscitado transvertido de uma capa humanitária no tratamento aos escravos.

Isso explica o fato de que senhores, ou certa parte da camada letrada da Corte do Rio de Janeiro, saíram em defesa dos escravos do Imperador publicando nos jornais matérias que denunciavam os desmandos de Garcia. Certo é que esses senhores estavam de alguma forma sendo afetados pelo modo com que Garcia, enquanto superintendente, juiz de paz, médico e taberneiro, administrava seus escravos. Não negamos que houvesse uma preocupação com escravos, mas acreditamos que a motivação dessas denúncias possuía um caráter dissimuladamente pessoal.

Agora talvez seja oportuno reorientarmos nossa objetiva para o todo, ou seja, tentarmos compreender as ações de Garcia dentro do contexto histórico no qual estava inserido, a fim de termos uma visão mais correta acerca dos diversos sujeitos envolvidos. Como vimos na seção anterior, o Brasil, depois de 1850, mudou de forma radical tanto na questão política e econômica quanto na questão diplomática. A administração de escravos sofreu interferência direta com o fim do tráfico transatlântico de escravos. A partir de então o paternalismo foi utilizado como a forma mais sutil de governo dos escravos a fim de aumentar a sobrevivência dos cativos para que fossem usufruídos pelo maior tempo possível. O fim do tráfico, por sua vez, valorizou os escravos existentes como mão de obra de difícil substituição, mas, por outro lado, como bem demonstrou José R. Góes, obrigou-os a pesadas condições de trabalho que antes eram desempenhadas por escravos recém-chegados<sup>455</sup>. Por outro lado, o esforço de organizar as forças de guerra também foi decisivo para essa desestabilização demográfica dos escravos, pois a ameaça de corte dos laços

---

<sup>455</sup> GÓES, José Roberto P. “Morfologia da infância escrava”. In: FLORENTINO, Manolo Garcia (org.). *Tráfico cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

parentais não foi bem recebida por todos os escravos, principalmente por aqueles que já possuíam famílias e eram donos de glebas de terras e animais.

Nesse contexto, as ações de Garcia podem ser entendidas como sintomáticas de um período de mudanças e incertezas. Inseridas em um momento histórico no qual o paternalismo, apesar de constantemente usado, estava sendo posto à prova por um pré-capitalismo dotado de outras lógicas de tempo e trabalho. Ignácio José Garcia usou a força escrava em benefício próprio, usufruiu de todos os privilégios que administração podia lhe concedia, mas se afastou do paternalismo enquanto um pressuposto capaz de controlar a escravaria.

#### 4.3 O impacto das mudanças implementadas por Ignácio José Garcia sobre a escravaria de Santa Cruz

Para tentarmos entender, em termos práticos, como os escravos santa-cruzenses foram atingidos por todas as mudanças implementadas por Garcia, escolhemos os índices de mortalidade e de natalidade como indícios das condições de vida propiciadas aos escravos após 1850. Para tanto, lançamos mão do livro de óbitos de escravos de Santa Cruz, de 1861 a 1887, e o quantificamos de 1861 a 1867, retirando os dados referentes aos nomes dos escravos, filiação, *causa mortis*, local, data, condição jurídica, proprietário, paramento fúnebre e o local dos sepultamentos. Isso feito, agrupamos as diferentes notações de *causa mortis* em grupos de acordo com os tipos de doenças mais comuns na época e a nomenclatura médica do período. Desta forma tabulamos um total de 277 mortes e suas principais causas para que pudéssemos entender a incidência dessas doenças no tempo e os tipos de escravos suscetíveis a elas.

**Tabela 7:** Óbitos de escravos da Fazenda Cruz: doenças infecto-parasitárias

Doenças	1861-1867				Total	
	M		F			
Faz. Santa Cruz	#	%	#	%	#	%
I. Doenças infecto-parasitárias	#	%	#	%	#	%
Bouba, úlceras bubáticas	02	1,3	02	1,3	04	2,6
Coqueluche	04	2,6	10	6,6	14	9,3
Disenteria	02	1,3	03	2,0	05	3,3
Erisipela	00	00	01	0,6	01	0,6
Febres	11	7,3	09	6,0	20	13,3
Febre intermitente	02	1,3	00	00	02	1,3
Febre tifoide, paratifoide	01	0,6	01	0,6	02	1,33
Hidropesia	03	2,0	02	1,3	05	3,3
Malária: Febre Perniciosa	04	2,6	02	1,3	06	4,0
Meningite	01	0,6	01	0,6	02	1,3
Meningoencefalite	01	0,6	01	0,6	02	1,3
Mielite	02	1,3	01	0,6	03	2,0
Sarampo	01		00	0,6	01	0,6
Sífilis	00	00	01	0,6	01	0,6
Tétano	00	00	04	2,6	04	2,6
Tifo	01	0,6	00	00	01	0,6
Tuberculose (todos os tipos)	40	26,6	24	16,0	64	42,6
Varíola	05	3,3	04	2,6	09	6,0
Vermes	02	1,3	02	1,3	04	2,6
Total	82	54,7	68	45,3	150	100

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Livro de Óbitos de escravos da Fazenda de Santa Cruz, 1861-1867.<sup>456</sup>

<sup>456</sup> Agradeço a Daniele Salgueiro por ter colhido estes dados.

Como podemos ver, as doenças infecto-parasitárias causaram 150 mortes entre a escravaria da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Dentre elas, a causa mais comum foi a tuberculose, que matou 64 cativos, ou seja, 42,6%, quase a metade dos óbitos entre os escravos, atingindo mais os escravos do sexo masculino que os do sexo feminino, pois identificamos, quando separamos esses dados entre os gêneros, o índice de 26,6% para os homens e 16% para as mulheres. Ressaltamos que esse quadro nosológico já havia sido apontado por Mary Karasch como endêmico na cidade do Rio de Janeiro<sup>457</sup>.

Ao analisar os sepultamentos realizados pela Santa Casa, de 1833 a 1849, Karasch identificou que a tuberculose matou 312 pessoas de um total de 1.146, ou 27,2%. Portanto, se em um ambiente citadino, 27,2% dos óbitos de escravos foram ocasionados pela tuberculose; em Santa Cruz, num período de seis anos, a tuberculose ceifou o expressivo número de 42,6%, demonstrando assim a gravidade do problema.

Por seu turno, as doenças do sistema digestivo também fizeram muitos óbitos e como veremos na Tabela 8, a diarreia e a enterite foram as responsáveis, juntas, por mais da metade do total dos óbitos:

**Tabela 8:** Óbitos de escravos da Fazenda de Santa Cruz: doenças do sistema digestivo

Doenças	1861-1867				Total	
	M		F			
Faz. de Santa Cruz (escravos)	#	%	#	%	#	%
II. Doenças do sistema digestivo						
Diarreia	12	20,6	15	25,8	27	46,5
Enterite	02	3,4	09	15,5	11	18,9
Enterocolite	01	1,7	02	3,4	03	5,1

<sup>457</sup> KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 210.

Estômago (várias inflamações)	01	1,7	00	1,7	01	1,7
Fígado	01	1,7	00	1,7	01	1,7
Gastroenterite	00	00	01	1,7	01	1,7
Gastro-hepatite	00	00	01	1,7	01	1,7
Hepatite	04	6,8	02	3,4	06	10,3
Hidropisia	03	5,1	02	3,4	05	8,6
Icterícia	01	00	01	1,7	02	3,4
Total	25	41,3	33	56,7	58	100

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Livro de Óbitos de escravos da Fazenda de Santa Cruz, 1861-1867.

A diarréia foi apontada como a *causa mortis* de 12 escravos e 15 escravas, perfazendo um total de 27 pessoas, ou seja, 46,5% das 58 pessoas mortas por doenças do sistema digestivo. Com efeito, é compreensivo que em uma área rural do Rio de Janeiro haja doenças transmitidas, sobretudo por vermes e parasitas intestinais. Segundo o médico Imbert, citado por Karasch, era normal encontrar muitos vermes presentes nos corpos dos escravos no momento das autópsias<sup>458</sup>. Além disso, alimentos mau condicionados, estragados e água contaminada eram outros fatores que provocavam diarréias que poderiam levar a óbito.

Dracúnculos, solitárias, lombrigas e ancilóstomos povoavam a flora intestinal dos escravos e tais doenças possuíam o seu potencial destrutivo ampliado quando havia um quadro de desnutrição. Neste caso, a doença poderia evoluir causando, além de indisposição para serviço, diarréia crônica e, finalmente, a morte. Outro complicador seria o fato de que essas doenças não matavam rapidamente e assim os escravos carregavam esse

<sup>458</sup> KARASCH, Mary C. *Op. cit. passim*.

mal por muitos anos, contraindo ao longo da vida outras doenças vindo a falecer destas últimas.

As doenças que atacam o sistema respiratório perfizeram 34,7% do total, conforme a Tabela 9, a seguir. Nela podemos notar que os homens sofriam mais desses tipos de males, o que ajudou a aumentar o abismo entre homens e mulheres de forma que a diminuição da quantidade de homens levava à sobrecarga de trabalho das mulheres, que passavam a desempenhar funções masculinas.

**Tabela 9: Mortalidade de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz: doenças do sistema respiratório**

Doenças	1861-1867				Total	
	M		F			
Faz. de Santa Cruz (escravos)	#	%	#	%	#	%
III. Doenças do sistema respiratório						
Asma	01	4,3	00	00	01	4,3
Broncopneumonia	03	13,0	03	13,0	06	26,0
Bronquite	02	8,0	00	00	02	8,0
Hemoptise	01	4,3	00	00	01	4,3
Pneumonias	08	35,7	05	21,7	13	56,52
Total	15	65,3	8	34,7	23	100

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Livro de Óbitos de escravos da Fazenda de Santa Cruz, 1861-1867.

Essa questão da mortalidade escrava na década de 1860, referente aos óbitos dos escravos, só pode ser entendida se os dados forem devidamente controlados segundo os padrões de sexo e faixa etária, pois assim é que poderemos compreender quem eram esses mortos, porquanto a morte em tenra idade é um forte indicador das condições de vida de uma população quer seja livre ou escrava. Assim, tabulamos os dados apresentados até aqui

procurando isolar os óbitos por tuberculose de crianças de 0 a 4 anos, e percebemos que em Santa Cruz, na segunda metade do século XIX, a morte escolheu sexo e idade:

**Gráfico 3:** Óbitos de escravos da Fazenda de Santa Cruz por tuberculose, segundo sexo e faixa etária.

Fonte: ACMRJ. Livro de Óbitos de escravos da Fazenda de Santa Cruz, 1861-1867.

Ao observarmos a *causa mortis* por tuberculose sob o ponto de vista da faixa etária, podemos verificar que a maior parte delas ocorreu em tenra idade, entre 0 e 4 anos. De fato, tais dados são dignos de nota, pois dos 64 escravos mortos, 19 morreram nesta faixa etária, ou seja, 29,6% do total. Outro fato importante é que a desigualdade entre os gêneros também pode ser verificada nesta faixa etária, pois faleceram 12 meninos contra 7 meninas; 18,7 contra 10,9%, respectivamente. Com efeito, a fase mais crítica da luta pela sobrevivência deve ter sido nos primeiros anos vida, anos que requeriam o cuidado da mãe e o aleitamento materno. Os nascidos em cativeiro que rompessem a barreira dos primeiros quatro anos de vida teriam mais chances de chegar à idade adulta.

Os dados nos revelam que dos 5 aos 16 anos apenas 4 crianças morreram de tuberculose; dos 16 aos 25 anos faleceram 15 escravos, ou seja, 23,4%; dos 26 aos 35 anos morreram 13 escravos, perfazendo um total de 20,3%, sempre com acentuada diferença entre homens e mulheres, com nítido aumento das mortes entre os primeiros.

Tais fatores podem ser explicados pelo fato de os cativos recém-nascidos estarem mais vulneráveis ao bacilo Koch, já que nesta fase os bebês não possuem nenhum tipo de resistência, e desta forma o bacilo se aproveita da debilidade do corpo humano. Mas novamente as questões sociais, as condições de vida e o trabalho são fundamentais para o entendimento desta questão. A desestabilização social criada pela supressão do alimento dos cativos doentes e velhos, assim como aos que trabalhavam no hospital, contribuiu em grande medida para o aumento da mortalidade entre os escravos menores de 4 anos.

A hipótese que propomos para explicar este aumento da mortalidade é a de que a Fazenda passou, a partir de 1860, por um decréscimo do número de homens, pois muitos escravos aquilombaram-se nas matas vizinhas; outros foram alforriados pelo Imperador; houve ainda os que estavam alugados<sup>459</sup>, portanto fora da faina; havia aqueles que fugiram para as roças adjacentes; outros “escravos incorrigíveis” foram mandados para a Casa de Correção ou morreram; e, ainda, os que se tornaram *Voluntários da Pátria*. Tudo isso fez com que a produção alimentícia entrasse em declínio pela diminuição da oferta de mão de obra. Sem alternativa, o intendente começou a usar as mulheres nos serviços braçais dos campos, principalmente nos arrozais, onde, segundo Benedicto de Freitas, as escravas trabalhavam o dia inteiro com água pela cintura.

---

<sup>459</sup> A análise da fonte documental, no período de 1860, encontrada no Arquivo Nacional dá conta um grande número de escravos alugados, devido a seus ofícios mecânicos a outras fazendas, sugerindo que grande parte da renda da Fazenda era auferida através dos préstimos de tais escravos oficiais a outros (ANRJ. Códice 1122, v. 9 “Registro de escravos alugados a diversos e a si mesmo e relação dos que devem seus aluguéis”).

Assim, um grande contingente de mulheres foi deslocado para as tarefas pesadas do eito, de modo que passou a faltar-lhes tempo e recursos para o cuidado de suas crias. Até as escravas que trabalhavam como parteiras e amas no hospital tiveram de ser deslocadas para as plantações de cana de açúcar e arroz<sup>460</sup>. Entregues à própria sorte, ou aos cuidados precários do hospital que passava por crise, as crianças menores sucumbiam diante de uma série de enfermidades.

Contudo, qual teria sido o impacto desta mortalidade sobre a escravaria de Santa Cruz? Poderíamos afirmar que esta mortalidade era alta? Para tentarmos responder a essas questões, verificamos no Livro de Batismo da Imperial Fazenda de Santa Cruz a quantidade de batismos e cruzamos os dados obtidos com os índices de óbitos de crianças com menos de um ano de vida e com eles montamos o Gráfico 4, a seguir:

**Gráfico 4:** Taxas de batismo e mortalidade infantil por sexo e idade de 0 a 4 anos.

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Livro de Óbitos do Curato de Santa Cruz, 1861-67.

Como se pode ver, os anos de 1860 e 1861 devem ter sido os mais críticos para os escravos. Uma grande incidência de tuberculose ceifou muitas vidas, sobretudo as do sexo masculino: foram 20 óbitos de meninos contra 17 nascimentos, da mesma forma até as meninas morreram mais que nasceram meninos, foram 14 contra 10. No entanto, a partir daí, o número de nascimentos passou a crescer gradativamente até que encontramos uma alta significativa de nascimentos em 1866 e 1867, sinal de que a crise social estava sendo ultrapassada e o surto estava se esvaindo lentamente. O gráfico demonstra que o ano de

---

<sup>460</sup> FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* p. 282.

1866, o auge da Guerra do Paraguai e todos os contratempos vivenciados pelos escravos da Fazenda, foi o ano de maior mortalidade infantil reforçando o nosso argumento de que o cenário de desestabilização da escravaria culminou com o aumento da mortalidade dos filhos dos escravos que dependiam justamente do hospital, uma vez que, como vimos no capítulo 3, era o centro de convivência por onde os laços de sociabilidade escrava passava amarrando as possibilidades e projetos de vida. Se os escravos de Santa Cruz não possuíam, uma alta taxa de mortalidade, deve-se registrar, ao menos que, dos 264 escravos nascidos na Fazenda, durante o período de Garcia, 65,9% não sobreviveram aos quatro primeiros anos de vida.

**Gráfico 5:** Taxa de mortalidade na IFSC de 1813 a 1872, em índices percentuais.

Fontes: Arquivo Nacional. Códice 808, v. 4; MIP. MIP - Relatório do cirurgião Joaquim Antonio D'Oliveira sobre atendimento no Hospital de escravos da IFSC, 1847-9; Inventário de escravos de Santa Cruz, 1817. In: ENGEMANN, Carlos. De laços e de nós; Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro; Livro de Óbitos do Curato de Santa Cruz, 1861 a 1867; Livro de Óbitos do Curato de Santa Cruz, 1872- a 1893

Os dados transformados no Gráfico 5, acima, procuram comparar visualmente o período da administração do Garcia com um período anterior à sua gestão. Ele foi construído, na verdade, com junção de dados colhidos por Engemann (2008) e eu, no intuito de verificar, ao longo do tempo, as transformações pelas quais passaram os escravos do Imperador D. Pedro II. Eles revelam que a mortalidade bruta, ou seja, aquela que agrupa o óbito de adultos e crianças de uma dada população, quase sempre esteve na casa de 1,8 (1814) a 2,53 (1861), digo quase, porque ela demonstra que em certos períodos de crise, a mortalidade alcançou índices alarmantes, como bem frisou Engemann ao se referir ao período de 1820 como um momento de uma epidemia que devastou a escravaria de Santa Cruz<sup>461</sup>.

---

<sup>461</sup> ENGEMANN, Carlos. *Op. cit.* p. 128.

Na verdade, esse momento de crise pode ser evidenciado com o movimento ascendente verificado a partir de 1818, com 2,8% e atingindo o seu ápice em 1820, com 7,2%. Já no período garciniano de 1861 a 1867, por duas vezes o termômetro apontou altas taxas de mortalidade ao indicar 3,57% (1862) e 3,38% (1866), demonstrando a desestabilização do plantel escravo em face das medidas autoritárias de Garcia.

Contudo, o gráfico também indica que, de forma relativa, a mortalidade não foi tão mais alta que em outros períodos, o que nos leva a questionarmos até que ponto as medidas de Garcia foram decisivas em relação às mortes dos escravos. Analisando o gráfico, notamos que esses dois períodos, a saber: o primeiro de 1816 a 1821 e o segundo de 1861 a 1867, referem-se aos mandatos do Visconde do Rio Seco para o primeiro e Ignácio José Garcia para o segundo. Ambos foram períodos em que os escravos foram mais exigidos fisicamente.

Demonstramos que na gestão de Rio Seco foi implementada uma série de regulamentações na tentativa de regradar a vida escrava, para domar os cativos desordeiros dos quais tanto reclamou Mawe. Com certeza, a reconstrução de várias instalações e a reorganização de tantas feitorias fez tremer o estado de aparente calma vivenciado pelos escravos antes da vinda da família real. Aliás, o próprio fato de o Visconde ter mandado reconstruir o hospital e regulamentar o serviço indica que a mortalidade era uma preocupação que teve de ser enfrentada ao longo do seu período administrativo. Curiosamente, o período em que aumenta a mortalidade é justamente o momento em que D. João VI mais concede a sua real atenção à Imperial Fazenda de Santa Cruz. É nesse período que o intercâmbio *urbe* e campo se faz sentir com maior proeminência. Desde então, a mortalidade, em decorrência desse intercâmbio biológico, passa a aumentar ao pegar uma escravaria despreparada imunologicamente para tal contato.

Além disso, não se pode esquecer que a Fazenda de Santa Cruz, apesar de se localizar em uma área rural, possuía habitantes que estavam em constante contato com a Corte. Após a vinda da família real, este contato se intensificou sobremaneira uma vez que os serviços dos escravos foram mais solicitados em toda Corte. Como ressaltamos anteriormente, desde então os escravos passaram, com mais frequência, a serem conduzidos para outras feitorias, para diversos serviços na Quinta imperial, abrindo ruas e concertando pontes e outras obras públicas<sup>462</sup> e funcionários de uma forma geral, estiveram fazendo o percurso de ida e vinda com mais intensidade. Tudo isso propiciou o aumento da circulação de patógenos. Nesse contato, muitos escravos foram vitimados.

Já período relativo à administração de Ignácio José Garcia, em virtude de todos os contratemplos e desacertos, a mortalidade foi mais alta que no período de 1821 a 1860, mas mesmo excluindo-se os anos de pico como 1862 e 1866, ela se manteve alta.. É possível que o queixume dos escravos e funcionários guardasse uma relação direta com a proteção aos seus direitos. Nesse caso, a eleição de um passado jesuítico como uma época áurea, transformou-se em uma bandeira sob a qual os insatisfeitos procuravam proteção, evocando na verdade um passado idealizado na memória escrava. . o gráfico 5 também sugere que, em 1872, portanto após o período garciniano, a mortalidade tenha diminuído comprovando o estado desagregador por que passou a Fazenda.

Diante dessa possibilidade tão desconcertante quanto inesperada que voltamos aos dados de óbitos procurando modulá-los segundo a faixa etária, a fim de verificarmos como se o ocorrido em relação à tuberculose que a vida de tantas crianças ceifou no período garciniano também poderia ter ocorrido em períodos posteriores. Caso isso fosse

---

<sup>462</sup> BNRJ, II-35,11,007. “Ofício de Manuel Martins do Couto Reis remetendo os escravos requisitados para trabalharem na quinta de S.A.R. Fazenda de Santa Cruz. 30.05.1808”.

verdadeiro, chegaríamos à conclusão de que as medidas de Garcia não desestabilizaram a sociabilidade escrava a ponto de aumentar a mortalidade infantil. Contudo ao montarmos o Gráfico 6, intitulado “Mortalidade infantil de 1813 a 1867 dos escravos da IFSC”, usando a mesma metodologia e fontes, percebemos que o resultado apontou em um caminho diferente.

**Gráfico 6:** Mortalidade infantil de 1813 a 1867 dos escravos da IFSC.

Fonte: Inventário de escravos de Santa Cruz, 1817. In: ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*; Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro. Livro de Óbitos do Curato de Santa Cruz, 1861 a 1867.

O gráfico ressalta uma forte mortalidade infantil no período de 1861 a 1867, descortinando a especificidade deste período: os que mais sofreram foram os cativos pequeninos. Isso pode ser explicado pela desestabilização do hospital, pois ao suprimir a ração, ou seja, o *caldeirão dos pobres*, a principal refeição servida não só aos doentes e idosos, mas também às crianças, enfermeiros e cirurgiões de serviço, os escravos foram forçados a plantarem as suas próprias roças em detrimento do serviço na enfermaria. Além disso, as crianças que se alimentavam dessa refeição, como se pode ver, foram as que mais sofreram em decorrência, não apenas das doenças, mas de um quadro de desnutrição agudo, como bem discutimos no segundo capítulo desta tese.

Por último, ao sofrer com a diminuição paulatina da força de trabalho, o superintendente Ignácio José Garcia foi obrigado a lançar mão de mais e mais mulheres para os serviços pesados, quase sempre longe da Fazenda, em locais extremantes insalubres como os arrozais e canaviais. Temos então escravas gestantes na labuta pesada, escravas com crianças recém-nascidas que são trazidas a tiracolo ao trabalho pesado, amas de leite deslocadas do hospital para o terreiro, diminuindo os cuidados necessários aos pequenos escravos; tudo isto contribuiu para que Santa Cruz tivesse, nesse período, a maior

mortalidade infantil de todos os tempos. Talvez, nesse caso, o ódio direcionado a Garcia possa se apoiar em dados concretos: em 1861 e 1866, morreram mais escravos que nasceram elevando a taxa de mortalidade infantil a patamares nunca antes vivenciados

Isso também pode explicar porque na lista dos escravos fugidos de Santa Cruz, em 1866, seis escravos eram enfermeiros. Um círculo vicioso que culminava com a morte daqueles que não podiam fugir a não ser pelas mãos da morte.

### Conclusão

O trabalho de Thompson sobre a cultura consuetudinária inglesa do século XVIII pode nos ajudar a entender esses acontecimentos. Logo, o conceito de paternalismo reinterpretado por Thompson que consiste em: um conjunto de valores e práticas mutuamente consentidas, que confundem o real e o ideal que, apesar de ser pouco preciso, serve para explicar processos onde o poder se coloca de cima para baixo sugerindo a manipulação e o controle transvertido de laços de solidariedade mútua,<sup>463</sup> pode ser usado para explicar esse estado de coisas que ocorreram na Imperial Fazenda de Santa Cruz.

O autor mostrou como os camponeses reagiram diante as ameaças às suas práticas e tradições em rota de colisão com o capitalismo nascente. O autor foi um dos primeiros a identificar nos movimentos de rebeldia, um viés racional guiado por uma lógica própria que deitava raízes em antigas tradições, que emergiram no século XVIII sob um tom de revolta, venda de esposas e conflitos em um novo cenário político e econômico. Assim “o motim da

---

<sup>463</sup> THOMPSON, E. P. *Op. cit.* p. 29-33.

fome na Inglaterra do século XVIII era uma forma altamente complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros”<sup>464</sup>.

No caso de Santa Cruz, a mudança radical por que passou a Fazenda a partir de 1860, em desestabilizar os cuidados terapêuticos, suprimir a oferta de carne e leite de graça aos escravos; cortar os três dias de folga semanais; o prêmio de receber uma égua e uma porção de farinha de mandioca e cal aos recém-casados e o *caldeirão dos pobres*<sup>465</sup>, refletem a disposição do intendente em “modernizar” a Fazenda que, segundo alguns contemporâneos seus, não dava lucro, pois além de a escravaria fazer *corpo mole* para o serviço *folgava* mais que o devido<sup>466</sup>. Tais ações só podem ser entendidas se levarmos em conta diversos fatores internos e externos que fizeram emergir as contradições de um sistema paternalista que caminhava rumo a novas formas de exploração do trabalho, enxergado nas ações de senhores vizinhos que primavam por um quadro de aumento da produção, no qual os escravos se encaixavam vendendo e negociando os seus excedentes.

Em Santa Cruz os escravos gozavam de uma série de benesses deixadas pela Ordem inaciana que os escravos incorporaram como direitos: roçado, égua e cal. Com a cal ele construía sua senzala; a égua o ajudava no arado e transporte; da roça retirava o seu sustento tendo a possibilidade de formar a sua família. Mais tarde, quando os filhos viessem, a égua seria passada como herança à filha mais velha, reconstruindo assim novos laços e sonhos.

Portanto, a quebra desses antigos costumes foi respondida em forma de desagregação da sociabilidade escrava de modo que muitos escravos passaram a fugir

---

<sup>464</sup> *Ibidem*, p. 152.

<sup>465</sup> Segundo Benedicto de Freitas, o caldeirão dos pobres era a alimentação concedida pelos inacianos aos escravos inválidos incapazes ao serviço, assim como os velhos, as crianças de 2 a 7 anos e os doentes do hospital e os escravos que lá trabalhavam (FREITAS, Benedicto de. *Op. cit.* 1985, *passim*).

<sup>466</sup> MIP – CARVALHO, Deputado Rafael de. *Op. cit.* p. 3. *In*: ENGEMANN, Carlos. *Op. cit. passim*).

sistematicamente da fazenda<sup>467</sup>, outros deixaram suas tarefas para trabalharem em suas roças, enquanto aqueles que ousaram se rebelar foram chicoteados e enviados presos ao calabouço.

Ao fim desse processo, o hospital de escravos estava desmobilizado, pois muitos escravos que nele trabalhavam haviam fugido, o que pode ter contribuído para o aumento do número de mortos. Aliado a isso, a fuga dos escravos e o aumento de presos enviados ao calabouço fez com que oferta de mão de obra masculina fosse reduzida sensivelmente. A quantidade escravos do sexo masculino passou de 789 homens em 1799<sup>468</sup>, para menos de 500 escravos em 1860<sup>469</sup>, forçando cada vez mais o emprego de mulheres em tarefas do eito. Sob tais condições, a mortalidade infantil escrava alcançou a média de 70% no período de Garcia<sup>470</sup>.

Santa Cruz havia deixado de ser uma fazenda escrava baseada no núcleo familiar constituído, cuja religiosidade abarcava a caridade e o tratamento dos doentes para se transformar em um local inseguro, onde as previsões futuras de uma vida livre após o cativeiro se tornaram impossíveis de serem alcançadas.

Com efeito, existiu um motivo claro para toda a rebeldia escrava: a quebra de costumes que, embora não fossem escritos, eram guardados como heranças, e davam sustentação à sociabilidade escrava baseada em uma intrincada rede de relações que interligavam escravos com ofícios, uma série de cuidados de terapêuticos irradiados a partir do hospital de escravos e senhores da região adjacentes à Fazenda com quem os escravos mantinham comércio.

---

<sup>467</sup> A fonte pesquisada mostra que pelo menos seis escravos que trabalhavam no hospital fugiram (ver Arquivo Nacional, Polícia da Corte, relação de fugitivos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, em 1860).

<sup>468</sup> SANTOS, C. M. "O trabalho escravo na grande propriedade rural: a fazenda Santa Cruz". *Revista Cultura*, a. 8, n. 29, p. 68, 1978.

<sup>469</sup> ANRJ. Códice 804, v. 4.

<sup>470</sup> *Idem*.

Um legado cultural do qual os escravos não abririam mão facilmente, ainda que fosse em nome da modernização e produtividade da Fazenda. Tanto é assim que após a saída do intendente médico José Ignácio Garcia as coisas voltaram à sua normalidade, o hospital foi restabelecido, os escravos colocados em suas antigas funções e ordem restaurada.

A morte bem que procurou Garcia, em 1865, quando sofreu um atentado misterioso ao chegar à casa onde morava, ela não o achara desta vez, pois apenas saiu ferido e mais “carrasco” que antes. Em 1867, a morte o encontra em circunstâncias que não foram ainda esclarecidas, a *causa mortis* diz ter sido por um motivo ignorado, alguns acharam que se tratou de um envenenamento, mas os escravos creditaram o feito à mão de Santo Inácio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação na Imperial Fazenda de Santa Cruz só voltou à normalidade após a assunção do comando da Fazenda pelo intendente José de Saldanha da Gama, em 1870, mas não sem antes um período de três anos sob o comando do major João da Gama Lobo Bentes que, segundo Freitas, também fez boa administração, o qual tratou de retomar as atividades do *caldeirão dos pobres*; aboliu a prática dos castigos físicos, alforriou os escravos mais velhos e estropiados à custa da Fazenda, reestruturou o serviço do hospital e, por último, colocou escravos e libertos para dirigirem seus próprios trabalhos. José Saldanha da Gama reformou o hospital e passou a conceder aos escravos a comida da festa para casamento, como se fazia antes

Vimos ao longo desta tese como, ao implantar o aprendizado dos ofícios em Santa Cruz, os jesuítas, ao mesmo tempo em que conseguiram controlar a escravaria seguindo uma ação *paternalista cristã*, introjetaram na mentalidade escrava uma forma de valorização aos ofícios mecânicos como uma distinção social evidenciada no pequeno e seletivo grupo que dominava o conhecimento. Um exemplo claro disto foi o que ocorreu com o escravo enfermeiro José do Espírito Santo que servia ao mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva. Barbosa intercedeu por ele perante Garcia para que enviasse outro escravo à Guerra do Paraguai em seu lugar e o alforriasse. “Fazendo-me este rapaz muita falta, pois está habituado a curar as fontes que tenho abertas e tem cuidado mim”<sup>471</sup>, confidenciou o já idoso Barbosa, em ofício endereçado a Ignácio José Garcia, superintendente da Fazenda.

---

<sup>471</sup> ANRJ. Códice 572, v. 1.

Portanto, os escravos iniciados nas artes mecânicas, uma vez inseridos nesses pequenos círculos de trabalho, perceberam as múltiplas possibilidades de sobrevivência auferidas pela compensação monetária, que os auxiliariam nos projetos de vida. Ou seja, uma economia doméstica acumulada e partilhada por meio de dotes transmitidos às filhas como uma possibilidade de extensão dos laços de parentesco, amarrando firmemente a base de uma sociabilidade comunal.

Os escravos puseram de ponta-cabeça a legislação de uma sociedade acostumada a ver o escravo como objeto semovente que, agora, herdando um direito consuetudinário com base jesuítica, eram os proprietários não só de pequenas glebas, como também do que produziam. Daí advinha o segundo esteio da sociabilidade dos escravos do Imperador: a possibilidade de acesso à terra e à sua produção, gozando, para tanto, de folgas invejáveis diante de outros plantéis escravistas.

Ter sempre um parente por perto era ao menos uma possibilidade de obter vantagens em tempos de infortúnio, daí os escravos não se apartarem da Fazenda nem a trabalho nem por distração. O mais longe que iam era até Guaratiba para pescar aos domingos e, depois, trazerem suas carroças, tracionadas pelos seus próprios animais de carga, carregadas de peixe para serem vendidos aos vizinhos. Mesmo após se casarem os escravos permaneciam por perto; se livres, continuavam a morar em novas vivendas vizinhas das que habitavam. Fugidos, se não fossem ao Imperador suplicar-lhe favores aquilombavam-se nas matas não mais distantes que a região de Itaguaí que abrigou, nos idos de 1860, o quilombo que teve jocosamente como apelido o nome de seu maior algoz: o *Quilombo do Garcia*.

Por último, mas não menos importante, as práticas terapêuticas ajudaram a compor um cenário de estabilidade social. Cirurgiões negros urdiram os conhecimentos adquiridos com o saber médico à prática diária voltada para o uso do que era eficaz. Ademais, o hospital se tornou importante não só pela terapêutica ali ministrada aos escravos, mas também por fazer parte de uma intrincada rede de relações voltadas ao amparo e proteção dos escravos mais vulneráveis às agruras da escravidão.

Contudo, a análise das práticas terapêuticas ali ministradas nada revelou de diferente ou exótico em relação aos demais espaços dominados pelo saber médico, a não ser o fato de que os escravos eram, em última instância, os próprios responsáveis pela arte de curar os seus. Para nós, o que ficou proeminente foi a forte proteção aos idosos, inválidos, doentes e às crianças, ou seja, personagens que dependiam do esteio seguro do hospital, da sua alimentação cotidiana, de um lugar seguro para serem deixados enquanto os pais trabalhavam. Além disso, não podemos nos esquecer do papel desempenhado pelas amas escravas que cuidavam dos filhos de outrem, trazendo tranquilidade para os pais, assim como bem ressaltou o deputado Rafael, em 1837. Os escravos do Imperador possuíam elevada taxa de natalidade que, na opinião do deputado, se explicava “por tantas facilidades”.

Todavia, contraditoriamente, a situação foi extremamente alterada após o surgimento do médico Garcia como superintendente da Fazenda. Filho de uma família de classe média, ele se tornou o símbolo da emergência através do esforço e do estudo. Viveu em uma geração cujo modelo embrionário estava sendo gestado dentro do positivismo, o qual afloraria após a morte de Garcia com ímpeto dentro da caserna da qual Garcia fez parte, derrubando os pilares do Império.

Não que Garcia fosse positivista, em seu período é difícil fazer esta afirmação, contudo, não podemos excluir a possibilidade de que ele, quando em seus estudos pela França, tenha travado contato com tais ideias, e no bojo de todas essas questões a noção de progresso com certeza fazia parte. Portanto, a administração do médico Garcia entrou em rota de colisão com o modelo paternalista vigente na Fazenda, que caminhava na contramão das ideias discutidas para o aumento da produção e o surgimento do oeste paulista como grande fonte produtora de café o qual, por sua vez, responderia, mais tarde, pela maior parte da divisa do país.

Na verdade, Garcia é fruto da contradição de um processo em que a elite agrária via o campo como um meio de transformação da realidade econômica sem, contudo, o trabalho livre como parte integrante desse processo. Ele estava dentro do seu tempo enquanto os escravos, à esteira da longa duração, ancoravam-se nos últimos esteios que firmavam seus projetos de vida e os diferenciavam dos demais. Assim, como dissemos, o vinho era novo, mas o odre era velho e se rompeu.

Infelizmente, ao se romper e despejar o vinho ao chão, os que mais sofreram foram os próprios escravos. Estes amargaram não só a perda dos benefícios como a morte dos seus pequenos, pois vimos que, após 1860, Garcia cortou o *caldeirão dos pobres* sob a alegação de falta de verbas, e o hospital parece ter deixado de ser uma prioridade. Muitos doentes passaram a fugir da enfermaria e outros se recusaram a nela entrar. Os trabalhadores do hospital passaram a sobreviver como podiam e, por isto, eram obrigados a cultivar o seu próprio roçado nas horas de folga. Com o tempo, passaram a abandonar o hospital para ficarem em seus roçados.

O fato da fuga dos enfermeiros, em 1866, usada como ponto de partida para a análise dos indícios que apontavam para desestabilização da sociabilidade escrava, citada

no início desta tese, não foi o único caso de escravos que abandonaram o hospital na gestão de Ignácio José Garcia. Ainda em 1866, Garcia foi obrigado a enviar ao Chefe de polícia da Corte mais oito escravos. O curioso sobre este documento é que dos oito escravos enviados, três também trabalhavam como enfermeiros no hospital, eram eles: Joaquim Antônio, José Francisco de Deus e José Alexandre<sup>472</sup>.

Outro fato digno de nota é o que mostrou a análise do Livro de Óbitos do período. Pelo menos dois desses oito escravos perderam algum familiar entre 1861 a 1866, data da prisão, ou seja, foram vítimas da alta mortalidade infantil verificada naquele período. O escravo João Pereira, em 1862, sepultou sua filha Maria, de dois anos de idade, vítima de “enterite complicada”<sup>473</sup>. Em 1863, José Alexandre e sua cônjuge, Joaquina Rosa, sepultaram o filhinho de onze meses, amortalhado em pano rosa, de nome Antônio Braga. Destes oito escravos enviados, todos possuíam ofício e três eram enfermeiros. Isso nos obriga a uma percepção de que, Garcia além de todos os problemas internos, era obrigado a conviver com as interferências diretas sobre a sua administração, fato que contribuiu para o estado de coisas verificado na Imperial Fazenda de Santa Cruz, durante a sua gestão.

Finalizando, podemos dizer que o vazio de poder deixado pelas péssimas administrações no período logo após a expulsão dos jesuítas também conferiu aos escravos a possibilidade de cuidarem dos seus doentes, desempenharem seus ofícios e construírem seus laços familiares sem maiores interferências se não as impostas pela própria condição de escravo. Todavia, o que era exceção passou a compor a estrutura das relações partilhadas entre os cativos santa-cruzenses.

---

<sup>472</sup> ANRJ. Polícia da Corte. “Relação dos escravos que foram escolhidos pelo Chefe de Polícia da Corte e seguem nesta data para Corte. Sup. Ignácio José Garcia. 13/11/1866”.

<sup>473</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Livro de Óbitos de Escravos do curato de Santa Cruz, de 1861 a 1867.

Tal estrutura, a qual também pode ser lida como paternalista, foi aplicada em determinados momentos e rechaçada em outros de acordo com os interesses daqueles que obtiveram ganhos a partir desta semiautonomia escrava que, em suma, representava a desobrigação do Império em alimentar, vestir e cuidar dos cativos e uma forma de controle e pacificação a fim de evitar o conflito, nesse caso, as fugas. Contudo, não se pode disso concluir que os escravos se submeteram e até mesmo absorveram essa forma de controle sem que o retiremos do seu lugar de sujeito histórico, esvaziando-o de todo o seu potencial de se adaptar, controlar e fazer as escolhas mais viáveis dentro do seu ponto de vista; ou seja, a de reagir dentro do que julgava certo diante dos entraves propostos pelo mundo escravagista que se lhes impunha.

Cabe ressaltar que tal estrutura foi deslocada de seu lugar levando consigo todos os resquícios costumeiros os quais, para o bem ou para mal, sustentavam a sociabilidade da escravaria bicentenária. Disso resultou o aumento da mortalidade infantil em índices não presenciados nem mesmo em outras escravarias do sertão carioca.

A história não é um tribunal. Ignácio José Garcia não é réu, nem os escravos são inocentes. Todos são personagens desse teatro de sombras onde simples mortais, representando, deixam-se ver obscuros e intrigantes, enquanto do lado de cá, outros, se esforçam por reconhecer naqueles as associações e as dissociações com nosso cotidiano.

## REFERÊNCIAS

*Fontes manuscritas****Arquivo Nacional do Rio de Janeiro***

GARCIA, Ignácio José. Da Atmosfera, especialmente de sua influência sobre as funções physiologicas e phatologicas; Das metrorragias durante a prenhez; Das condições anatômico-patologicas nos caso de cura dos tubérculos pulmonares e que deduções se poderão tirar de seu conhecimento para o tratamento da moléstia. Tese de doutorado em Medicina apresentada em 13 de dezembro de 1854. Rio de Janeiro, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1854, 42 p.

\_\_\_\_\_, Ignácio José. Discurso recitado por ocasião de doutoramento em Medicina, no dia 18 de dezembro de 1854. Rio de Janeiro, 1855, 7 p.

Fazenda Nacional de Santa Cruz, Cx. 507, pct. 2 e 3.

Fazenda Santa Cruz, pct. 24 e 25. Caixa com vários documentos avulsos.

Fazenda Santa Cruz, pct. 26, doc. 1. A construção de um hospital.

Fazenda Santa Cruz, pct. 26, doc. 5. Manoel Caetano de Matos cura um soldado e um escravo.

Fazenda Santa Cruz, doc. 1, pct. 31. Caça de escravos fugidos.

Fazenda Santa Cruz, pct. 27, doc 1. Libertação de uma escrava.

Fazenda Santa Cruz, pct. 27, doc. 3. Presos.

Fazenda Santa Cruz, pct. 28. Trabalho de escravos.

Polícia da Corte, Cód. 1222, v. 1. Inventário da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1818.

Polícia da Corte, Cód. 1222, v. 2. Registro de portarias, ofícios, ordens, avisos, etc. aos administradores da Imperial Fazenda de Santa Cruz.

Polícia da Corte, Cód. 1122, v. 3 Livro de assentamento dos devedores da Imperial Fazenda de Santa Cruz.

Polícia da Corte, Cód. 1222, v. 4 Registro de trabalhos diários dos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz de abril a dezembro de 1856.

Polícia da Corte, Cód. 1122, v. 5. Registro de trabalhos diários dos escravos de janeiro a dezembro de 1857.

Polícia da Corte, Cód. 1122, v. 6. Registro de trabalhos diários dos escravos de janeiro a dezembro de 1858.

Polícia da Corte, Cód. 1122, v. 7. Registro de trabalhos diários dos escravos de janeiro a dezembro de 1859.

Polícia da Corte, Cód. 1122, v. 8. Registro de trabalhos diários dos escravos.

Polícia da Corte, Cód. 1122, v. 9. Registros de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos, e a si que devem seus aluguéis.

Polícia da Corte, Cód. 808, v. 4, doc. 14. Relação geral dos escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, no mesmo ano.

Polícia da Corte, Cód. 808, v. 4, doc. 15. Relação dos escravos que estavam fora da Fazenda.

Polícia da Corte, Cód. 808, v. 4, doc. 16. Relação dos escravos em diferentes destinos.

Polícia da Corte, Cód. 808, v. 4, doc. 17. Relação dos escravos da outra administração que estão desertados ou presos.

Polícia da Corte, Cód. 808, v. 4, doc. 18. Mapa do trabalho diário.

Polícia da Corte, Cód. 808, v. 4, doc. 19. Mapa do trabalho diário.

Polícia da Corte, Cód. 808, v. 4, doc. 20. Mapa do trabalho diário.

Polícia da Corte, Cód. 808, v. 4, doc. 21. Mapa de escravos pertencentes à Fazenda.

Polícia da Corte, Cód. 808, v. 4, doc. 22. Mapa dos óbitos e casamentos de escravos,

Polícia da Corte, Cód. 808, v. 4, doc. 23. Diversos assuntos.

Polícia da Corte, Cód. 808, v. 4, doc. 24. Relação de escravos que se acham prontos para o serviço, vindos de outras fazendas.

Polícia da Corte, Cód. 808, v. 4, doc. 25. Mapa do sexo e faixa etária dos escravos.

Polícia da Corte, Cód. 808, v. 4, doc. 26. Mapa dos óbitos e nascimentos dos escravos.

Polícia da Corte, Cód. 808, v. 4, doc. 27. Estatística policial judiciária.

Polícia da Corte. *Relação dos escravos enfermeiros do hospital que desapareceram ontem da Fazenda e [...] terem acompanhados a outros para Corte.* 1866.

Polícia da Corte. *Relação dos escravos que foram escolhidos pelo Chefe de Policia da Corte e seguem nesta data para Corte.* Sup. Ignácio José Garcia. 13/11/1866.

#### ***Arquivo da Cúria Metropolitana***

Livro de Óbitos de Escravos do Curato de Santa Cruz, 1861-1887.

Livro de Óbitos de Livres do Curato de Santa Cruz, 1861-1878.

Livro de Batismo de Escravos do Curato de Santa Cruz, 1861-1867.

#### ***Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro***

***Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis – Rio de Janeiro***

Resolução nº 144 de 1837, de autoria do deputado Rafael de Carvalho, membro da Comissão das Contas do Tutor de S.M. e AA. Imperiais. I-PAN-14.8.837 - Coleção do Arquivo da Casa Imperial do Brasil.

***Fundo/Coleção***

II-POB, 02.04.1829. Pagamento em cobre.

II-POB, 1827. Relação de fardamentos disponíveis.

II-POB, d.362. Gastos diversos.

II-POB, d.362. Proibição de castigos físicos na Imperial Fazenda de Santa Cruz.

II-POB, Maço 437. Relação de escravos.

II-POB, Maço 494. Mapa de trabalhos diários.

I-PAN 14-08-1837. Estado da Fazenda.

M112 doc. 5589. Relatório do cirurgião Joaquim Antonio D'Oliveira sobre atendimento no Hospital de escravos da IFSC, 1847-9.

M112 doc. 5589. Diversos assuntos.

M112 doc. 5589. Diversos assuntos.

M112 doc. 5589. Mapa de óbitos e casamentos de junho e julho de 1848.

***Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro***

***Seção manuscritos***

II-34,33,008. Observações sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz, pelo tenente coronel Francisco Cordeiro da Silva Torres. Acompanha uma relação dos escravos a serviço naquela fazenda, 15.12.1815.

II-35,11,007. Ofício de Manuel Martins do Couto Reis remetendo os escravos requisitados para trabalharem na quinta de S.A.R. Fazenda de Santa Cruz. 30.05.1808.

II-35,11,009. Ofício de Manuel Martins do Couto Reis enviando cópias das relações do gado vacum oferecido a S.A.R. pelo povo da capitania de Minas Gerais, e as condições em que o mesmo gado chegara a Fazenda de Santa Cruz. 17.06.1808.

05,01,009. REIS, Manuel Martins do Couto. *Memórias de Santa Cruz*, seu estabelecimento e economia primitiva: seos Sucessos mais notáveis, continuados do tempo da extinção dos denominados Jesuítas, athe o anno de 1804.Santa Cruz (RJ)16.11.1804.

C - 36, 46. Ofício de Leonardo Pinheiro de Vasconcelos a S.A.R. e ao Conde de Aguiar, tratando de assuntos relativos à administração da Fazenda de Santa Cruz. Rio de Janeiro. 1809-13.

C 468-46 n. 1. Requerimento de João Fernandes, proprietário de fábrica de louça, a S.A.R., pedindo proteção, dinheiro e escravos da Fazenda de Santa Cruz para expansão de sua fábrica. Rio de Janeiro.

### ***Periódicos***

*Jornal o Clamor publico*, 31 de dezembro de 1860, 2,2 n° 31.

*Jornal Correio Mercantil*, 1 jan. a 30 de abr., 1864. Loc. Pr. SPR 1(37); 1(40);1(41).

### ***Instituto Histórico e Geográfico***

GAMA, José de Saldanha da. “História da Imperial Fazenda de Santa Cruz”. *Revista do IHGB*, tomo 38, pp. 165-230, 1875.

REIS, Manoel Martins do Couto. “Memórias de Santa Cruz”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo V, pp. 154-199, 1943.

### ***Impressos***

ALMANAK MILITAR. Rio de Janeiro: Tipografia Universal, 1848, 1855, 1860, 1861.

BEDIAGA, Begonha (org.). *Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891*. Petrópolis, 1999.

SALVADOR, Vicente do. *Historia do Brazil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1889.

### ***Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis – Rio de Janeiro***

CARVALHO, deputado Rafael. Resolução nº 144 de 1837. Comissão das Contas do Tutor de S.M. e AA. Imperiais (I-PAN - 14.8.1837). Coleção do Arquivo da Casa Imperial do Brasil.

### ***Fundo/Coleção***

II-POB 02.04.1829. Pagamento em cobre.

II-POB, 1827. Relação de fardamentos disponíveis.

II-POB, d.362. Gastos diversos.

II-POB, d.362. Proibição de castigos físicos na Imperial Fazenda de Santa Cruz.

II-POB, Maço 437. Relação de escravos.

II-POB, Maço 494. Mapa de trabalhos diários.

I-PAN 14-08-1837. Estado da Fazenda.

M112 doc. 5589. Relatório do cirurgião Joaquim Antonio D'Oliveira sobre atendimento no Hospital de escravos da IFSC, 1847-9.

M112 doc. 5589. Diversos assuntos.

M112 doc. 5589. Diversos assuntos.

M112 doc. 5589. Mapa de óbitos e casamentos de junho e julho de 1848.

### ***Centro Cultural de Santa Cruz***

FREITAS, Benedicto de. *Santa Cruz*. v. I Fazenda Jesuítica (1567-1759). Rio de Janeiro: Edições do Autor, 1985.

\_\_\_\_\_. *Santa Cruz*. v. II Fazenda Real (1760-1821). Rio de Janeiro: Edições do Autor, 1986.

\_\_\_\_\_. *Santa Cruz*. v. III Fazenda Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Edições do Autor, 1987.

SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. Potencialidades da zona oeste: projeto sociocultural. *In: Anais do I Encontro Internacional de Ecomuseus*. Rio de Janeiro: Printel, 1992.

Jornal do NOPH, de 14 de junho de 1985.

### *Fontes Impressas*

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Formulário e guia médico*. Paris: Livraria de A. Roger e F. Chernoviz, 1904.

FERREIRA, Luiz Gomes. O erário mineral apud FIGUEIREDO. As doenças dos escravos: um campo de estudo para a história das ciências da saúde. FREITAS, Octavio de. *Doenças africanas no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.( Ver)

FRANCO, Francisco de Mello. *Ensaio sobre as febres. Com observações analíticas acerca da topographia, clima e demais particularidades, que influem no caráter das febres do Rio de Janeiro*. Lisboa: Typographia da Academia Imperial, 1829.

JARDIM, David Gomes. *A higiene dos escravos*. 1847. Tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1847.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. (1839). MARQUESE, Rafael de Bivar (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TEUSCHER, Reihold. *Algumas observações sobre a estatística sanitária dos escravos em fazendas de café*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1853 para verificação de seu diploma pelo Dr. Teuscher, natural da Alemanha, doutor em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Iena.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. “Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro (1847)”, in: WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (barão de Pati de Alferes). *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Eduardo Silva (org.) Rio de Janeiro – Brasília, 1985.

### *Bibliografia*

AMANTINO, Márcia. “Sobre os Quilombos do Sudeste brasileiro”. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (orgs.). *Ensaio sobre a escravidão (1)*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ANDRADE, Rômulo. “Demografia escrava: compadrio e legitimidade, doenças e mortalidade de adultos e crianças Rio de Janeiro e Minas Gerais, 1847-1888”. *Anais da Anpuh*, 2007.

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens”. In: *Anais do XIII Encontro de História da Anpuh-Rio, Identidades*, 2008.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Epístola aos Filipenses I. XVII. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

BETHWELL, Allan. *História geral da África*. v. 5, África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010.

BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. “Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais, (Brasil), século XVII”, *In*: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa século XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

BOSCHI, Caio. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

CARVALHO, Delgado de. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, SMC, DGDI, 1994. Coleção Biblioteca Carioca, v. 6.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas palavras: inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino*. Tese de Doutorado em História, UFMG-FFCH. Belo Horizonte. 2005.

CAVALCANTI, Nireu. *Santa Cruz, uma paixão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COVEY, Herbert C. *African-American Slave Medicine: herbal ed non-herbal treatments*. Lanham, Md., and other cities: Lexington Books, 2007.

CRULLS, Gastão. *Aperencia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio.

DIAMOND, Stanley. "Dahomey: a proto-State in West African Kingdom", Tese Doutorado, Columbia University, 1951, p. 52. GENOVESE, Eugene. *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

EDLER, Flávio Coelho. *Boticas e farmácias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, uma história dos costumes*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

\_\_\_\_\_. *Escritos e ensaios: 1 – Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2006

ENGEMANN, Carlos. *Os servos de Santo Inácio a serviço do Imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro - IFCS. Rio de Janeiro. 2000.

\_\_\_\_\_. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

\_\_\_\_\_. *et al.* "Os jesuítas e a Ilustração na administração de Manuel Martins do Couto Reis da Real Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804)". *Revista História Unisinos*.13(3), p. 241-252, Setembro/Dezembro 2009.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FETT, Sharla M. *Working cures: healing, health, and power on southern slave plantations*. University Carolina Press, 2002.

FLECK, Eliane C. Deckmann. *Sentir, adoecer e morrer – sensibilidade e devoção no discurso missionário jesuítico do século XVII*. 1999. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul (UNISINOS), Instituto de Filosofia e Ciência Humana, 1999, 332 p

\_\_\_\_\_. "A morte no centro da vida: reflexões sobre a cura e a não-cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-75)". *Manguinhos*, v. II, n. 3, p. 635-60, set.-dez. 2004.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. "As doenças dos escravos: um campo de estudo para a história das ciências e da saúde". *In*: CARVALHO, Diana Maul de; NASCIMENTO,

Dilene Raimundo do; MARQUES, Rita de Cássia. *Uma história brasileira das doenças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro - séculos XVII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_; GÓES, José Roberto Pinto de. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

\_\_\_\_\_. (org.). *Tráfico cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FRIDMAN, Fania. *Donos do rio em nome do rei - uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Garamond, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais; morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GÓES, José Roberto P. “Morfologia da infância escrava”. In: FLORENTINO, Manolo Garcia (org.). *Tráfico cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOMES, Flávio dos S. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. “Os manuais de medicina popular do Império e as doenças dos escravos: o exemplo do ‘Chernoviz’”. *Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental*, v. 11, p. 1- 21, set. 2008.

- HEYHOOD, Linda M. (org.). *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KIPLE, Kenneth F. *The caribbean slave, a biological history*. Londres: Cambridge University Press, 2002.
- LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia de viagem: escravos libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugália e Instituto Nacional do Livro, 1938/1950. 10 v.
- \_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil. 1790-1969*. São Paulo, ed. Loyola. 2004. 10 v.
- LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1997.
- LIBBY, Douglas Cole; FURTADO Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa séculos XVII e XIX*. São Paulo: Anablume, 2006.
- LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *A utopia do poderoso império: Brasil e Portugal: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O Império em construção: primeiro reinado e regências*. São Paulo: Atual, 2000.
- MACHADO, et. al. Histórias de fazendas escravistas na América do Sul, séculos XVII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo G. & MACHADO, Cacilda (Org. ) *Ensaio sobre a escravidão*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*. Franca, São Paulo. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, 2004. 254 páginas.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. “Magia e ciência no Brasil setecentista”. In: CHALHOUB, S. et al. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2003.

MARQUESE, Rafael Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. “Moradia escrava na época do tráfico ilegal; senzalas rurais no Brasil e em Cuba, C. 1830-1860”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 165-188, jul/dez. 2005.

\_\_\_\_\_. “Diáspora Africana e escravidão e a paisagem da cafeicultura no vale do Paraíba Oitocentista”. *Amanack Braziliense*, Brasília, n. 7, p. 138-152, maio de 2008.

MARTINS, Fausto Sanches. “Culto de devoções da Igrejas dos Jesuítas em Portugal”. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. *Espiritualidade e cultura*, Porto, v. 1, p. 90-115, maio 2004.

MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a cruz e o capital: mestres, aprendizes e corporações de ofícios no Rio de Janeiro (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Garamond-Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Prêmio de monografia Afonso Carlos Marques dos Santos, 2008.

MASSIMI, Maria. “A psicologia dos jesuítas: uma contribuição à história das idéias psicológicas”. *Psicologia: Reflexão e Crítica. Revista de La Universidad Federal do Rio de Grande do Sul (UFRGS)*, v. 14, p. 625-633, 2001.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MENEZES, José Newton Coelho. “Saberes, petrechos e escravos: oficiais mecânicos e senhores no corpo social das Minas Gerais”. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (orgs.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008. Coleção Olhares.

MENZ, Maximiliano M. “Os escravos da feitoria do linho cânhamo: trabalho, conflito e negociação”. *Revista Afro-Ásia*, n. 32, p. 139-158, 2005.

MILLER, Joseph. “África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850”. In: HEYWOOD, Linda M (org.). *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA, Clovis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

OCHIENG, W. R. *História geral da África*. v. 5, África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010

PAIVA, Eduardo França. “De corpo fechado: o gênero masculino, milícias e trânsito de culturas entre a África dos mandingas e as Minas Gerais da América, no início do século XVIII”. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

PIMENTA, Tânia Salgado. “Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX”. In: CHALHOUB, Sidney *et al.* (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. “Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera em 1855”. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

POLLEN, J. H. *The catholic encyclopedia*. Loyolla, Ignácio de. v. II e III, 1910.

PORTO, Ângela. “O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas”. *Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1019-27, out.-dez. 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

\_\_\_\_\_. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1999.

\_\_\_\_\_. “A história ao rés-do-chão”. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. “O levante dos malês: uma interpretação política”. In: *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *A liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1859.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico atlântico para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Unicamp, Secult, 2000.

\_\_\_\_\_. *De costa a costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RUGENDAS, João Mauricio. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins, 1989.

SÁ, Magali Romero de. “Doença de além-mar: estudos comparativos da oncocercose na América Latina e África”. *Revista Manguinhos* v. 10, n. 1, p. 251-258, jan./abr. 2003.

SANTOS, Antônio Carlos dos. *Os músicos negros: escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, 1818-1809*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

SANTOS, Corcino. M. “O trabalho escravo na grande propriedade rural: a fazenda Santa Cruz”. *Revista Cultura*, a. 8, n. 29, abr./jun. 1978.

SANTOS, Elizabeth Márcia dos. *Resistência escrava: A fuga de escravos em São João Del Rei na última década de escravidão no Brasil. Pós-Graduação em história de Minas Gerais dos séculos XVII e XIX*. Universidade Federal de São João Del Rei. 2004. 64 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador. D. pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARTZ, Stuart. *Roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.

SIMMEL, George. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações da família escrava - Brasil sudoeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. “A grande greve do Crânio de Tucuxi espírito das águas centro africanas e identidade escrava no início do século XIX no Rio de Janeiro”. In: HEYHOOD, Linda M. (org). *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008

SOARES, Mariza de C. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro no século 18*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Márcio. “Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial”. *Manguinhos*, v. VIII, n. 2, p. 430-445.

SOUZA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. “História das mentalidades e história cultural”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria metodológica*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

WAIZBORT, Leopoldo. “Elias e Simmel”. In: WAIZBORT, Leopoldo (org) *DossiêNorbert Elias*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ADALBERTO, Príncipe da Prússia. *Brasil: Amazonas-Xingu*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

EDMUNDO, Luis. *A corte de dom João no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

GRAHAM, M. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Edusp, 1990.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

WALSH. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

#### Romances

#### Multimeios

ANTONIL. *Cultura e Opulência do Brasil*, Funchal, 1711. CEHA-Biblioteca Digital, disponível em: <<http://www.madeira-edu.pt/Portals/31/CEHA/bdigital/sugar/hsugar-antonil.pdf>>. Acessado em: 14 fev. 2011.

ASSUNÇÃO, Paulo de. A escravidão nas propriedades Jesuíticas: entre a caridade cristã e a violência. *Revista Acervo*, v. 15, n. 1, p. 115-132, 2002.

BARBOSA, Maria de Fátima. As letras e a cruz: pedagogia da fé e estética religiosa na experiência missionária de José de Anchieta, S. I. (1534-1597). Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 2006. P. 150. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=xQfYluwjNC0C&pg=PA150&lpg=PA150&dq=maria+de+fatima+barbosa+2006+jesuitas+cura&source=bl&ots=77DFIAeGv9&sig=4F-4IRDK-HQFXyGG-4BNJpjlmyFY&hl=ptBR&ei=n5hnTaC\\_F8aA1AfKyrz\\_AQ&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=2&ved=0CCYQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=xQfYluwjNC0C&pg=PA150&lpg=PA150&dq=maria+de+fatima+barbosa+2006+jesuitas+cura&source=bl&ots=77DFIAeGv9&sig=4F-4IRDK-HQFXyGG-4BNJpjlmyFY&hl=ptBR&ei=n5hnTaC_F8aA1AfKyrz_AQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CCYQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false)>. Acessado em: 23 fev. 2011.

FIOCRUZ, Agência de notícias: Varíola. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=310&sid=6>. Acessado em 13/05/2011.

REZENDE, Joffre M. de. *Maculo – a estranha doença dos escravos africanos*. 2005. Disponível em: <<http://usuarios.cultura.com.br/jmrezende/maculo.htm>>. Acessado em: 5 jun. 2008.

SCHNOOR, Eduardo. O resgate dos inventários como documentos príncipes para a história da saúde dos escravos. Em: PORTO, Ângela de Araújo (org.). *Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas*. CD-ROM, Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, 2007.

VASCONCELLOS, Márcia Cristina de. *Mães solteiras escravas no litoral sul-fluminense, século XIX*. In: Anais eletrônicos do Seminário internacional Fazendo Gênero: diáspora, diversidades e deslocamentos. Disponível em: <[www.fazendogenero.ufsc.br/.../1267964048\\_ARQUIVO\\_Maessolteirasescravasnlitoralsul-fluminense.seculoXIX.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/.../1267964048_ARQUIVO_Maessolteirasescravasnlitoralsul-fluminense.seculoXIX.pdf)>. Acessado em: 20 maio. 2010.

SOLIMEO, Plínio Maria. *Santyo inácio de Loiola: um paladino contra a Reforma*. Disponível em: <<http://www.lepanto.com.br/HagStoInacio.html>>. Acessado em: 19 jul. 2008.

SOUZA, Sinvaldo. As Marisqueiras de Sepetiba: uma abordagem sistêmica a uma base sustentável? In: *Anais do II Encontro Internacional de Ecomuseus*. NOPH / MINOM / ICOFOM LAM. Rio de Janeiro. 2000. CD-ROM.

## ANEXO A

*Figura 1: Escravo cego de Debret.*

*Fonte: Estudo inédito reproduzido de BANDEIRA, Julio & LAGO, Pedro Correa do. (Orgs) Debret e o Brasil, obra completa, 1816-1831. Rio de Janeiro: editora Capivara, 2007.*

*Figura 2: Senzalas na Imperial Fazenda de Santa Cruz.*

*Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. Vista do Castelo Imperial de Santa Cruz, prancha 33, reproduzida de Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. t. III. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1980.p*

*Figura 3: Senzalas na zona cafeeira.*

Fonte: Frond. V. litografia “Antes da partida para a roça”. In: RIBEYROLLES, C. *Brasil pitoresco*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1859.

*Figura 4: Uma senzala observada pelo lado de dentro.*

Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. *Negros novos* reproduzida de *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

*Figura 5: Cirurgião negro.*

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. O cirurgião negro, prancha 46 reproduzida de *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. t. II. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1980.

*Figura 6: Mapa da Imperial Fazenda de Santa Cruz em 1848.*

Fonte: Planta do povoado da Imperial Fazenda de Santa Cruz, representado no Jornal do NPH, de 14 de junho de 1985.

*Figura 7: Detalhe à frente do marco com o símbolo de D. Pedro I; ao fundo, o antigo Paço Imperial de Santa Cruz que hoje é a sede do Batalhão Escola de Engenharia, o Batalhão Villagravn Cabrita.*

Fonte: Foto do autor.

*Figura 8: A ponte dos jesuítas, hoje. No detalhe, o tetragrama IHS dos jesuítas visto por sobre a ponte, em seu interior.*

Fonte: Foto do autor.

## **ANEXO B**

**B.1** *Regimento interno da Imperial Fazenda Santa Cruz, na época do Ten. Gen. Manoel Martins Couto Reis*

(Foram transcritos aqui os itens os quais julguei serem os mais relevantes para a nossa análise.)

1. O Ten. Gen. Manoel Martins Couto Reis assumirá a Superintendência Geral;
2. João da Cruz dos Reis será o 1º Administrador, com 292\$000 e rações de cuidar dos funcionários e escravatura;
3. O escrivão e o tesoureiro permanecem os mesmos;
4. Haverá dois capelães: o atual frei Bernardo e outro sacerdote por 299\$360 e ração somente nos dias de Gordo;

5. José Sotero Rangel será o campeiro-mor, por 200\$000 anuais;
6. Será o ajudante o Jose Ramos 100\$000 anuais;
7. Pedro de Alcântara como Moço do Campo, por 116\$800 anuais;
8. Fiel de arrecadação José Feliz d'Oliveira, por 171\$800 anuais;
9. Haverá um Cirurgião que residirá de dia e noite, por 430\$700;
10. Os remédios será pagos ao sábados pelo tesoureiro, exigindo do boticário o recibo, o boticário não aviará receita sem a rubrica do cirurgião;
11. Observa-se o plano de dietas feito pelo Pr. Francisco Manoel de Paulla para a escravatura;
12. O feitor de Pery-pery é subordinado a fazenda, 153\$600 anuais;
13. Feitor para a feitoria da Serra;
14. Feitor para Bom Jardim, 250 mil reis;
15. Sobe de 500 RS por ano para 800 RS a estadia dos bois nos pastos;
16. O gado cavalariça passa de 4 mil para 6 mil;
17. Cancela na ponte de Itaguaí;
18. Fechar as tabernas dentro da Fazenda exceto as de Manoel José Nunes, Manoel Joaquim de Sant'Anna e José Sotero Rangel;
19. Pode se vender nas casas de pasto, comida, vinho, licores, mas devem fechar as portas assim que venderem cachaça a algum;
20. Todas as portas serão fechadas ao toque de caixa, 21:00 no verão e 20:00 no inverno. O escravo pego depois deste horário do lado de fora será castigado com 20 palmatórias, depois de averiguado o motivo;
21. Domingos e sábados e dia de missa e padre fala por no máximo meia hora assim que subir a alva;
22. "haverão dois pretos velhos que saibam a doutrina para ensinarem aos pequenos até a idade dos 7 anos, um dia sim e outro não, por uma hora" (sic);
23. Haverá numeração em cada senzala;
24. Os juizes das irmandades dos escravos devem sentenciar os delinquentes e dizerem os castigos não podendo exceder nunca 100 açoites;
25. Ordem de fazer o a comida das crianças até cinco anos, o os escravos inválidos com as sobras do boi, mais farinha e feijão;
26. Não deve se fazer mais queijo fresco, mas mantem-se as vacas no cercadinho (30);
27. Proibido tirar leite das vacas da fazenda;
28. Castigo para os escravos que não cuidarem de suas senzalas;
29. "Só os escravos casados se permite ter uma égua por casal a que parindo o potro ou potro, depois de criado até o espaço de um ano, lhe será comprado pela Fazenda, sendo bom por 4 mil reis e poldra por 2 mil";
30. Escravos não casados com cavalo ou égua, cão ou dela, porco ou porca, boi ou vaca, carneiro ou ovelha, bode ou cabra serão obrigados a venderem para a Fazenda dentro de dois meses ou serão expulsos os animais da fazenda;
31. Aos escravos que forem casando lhe será permitido terem tudo quanto se conceder aos já casados, no artigo 34. e de mais no dia do seu casamento a Fazenda lhe mandará dar par o seu jantar 04 libras de carne, 1/8 de feijão, 01 de farinha e 01 de arroz e três patacas de dinheiro";
32. Cada casal pode ter apenas dois cães para caça;
33. Casado podem ter porcos não os deixando ir ao campo;
34. Todo o forro que casar com escrava gozara dos artigos 34,36 e 37;

35. As terras só serão concedidas por ordem minha.

**Praça boa vista, maio de 1822**  
**Príncipe Regente**

Fonte: Regimento interno da Imperial Fazenda Santa Cruz, na época do Ten. Gen. Manoel Martins Couto Reis, *in*: FREITAS, Benedicto de. Op. cit. 1987, p. 110-118.

*B.2 Regimento para a administração Imperial Fazenda de Santa Cruz, na gestão do administrador Cel. Francisco F. Pires foi nomeado Administrador Geral, de 1835-1843, Por Pedro Nolasco da Silva*

#### **Administrador Geral**

- 1) Todos os empregados lhes são subordinados e devem dar conta de todos os nomes por intermédio do mordomo da casa imperial;
- 2) Compete ele, propor novos empregados, em lugar dos que desitem Procurando reduzir o numero dos “absolutamente indisponíveis”
- 3) Passar certidões e licenças;
- 4) Fazer arrendamentos;

- 5) "... mandará fazer os castigos que julgar necessários aos escravos que delinqüirem com a devida moderação e proporções relativas ao crime"
- 6) "O Administrador Geral poderá dispor de alugar os escravos que não forem necessários na Fazenda assim como vender os demais gêneros e animais improdutivos da Fazenda [...] legalizará os pedidos os que forem necessários a Fazenda."
- 7) Mover os escravos de um lugar ara outro como lhe achar melhor
- 8) Vigiará e será responsável pela falha de execução do serviço.

#### **Administrador**

- 9) "O administrador é o encarregado de governar toda a escravatura, da distribuição dos trabalhos e de vigiar que estes fação em [ilegível] p que he obrigado assistido"(sic) e dar conta ao Administrador Geral da Fazenda sobre tudo.
- 10) "É proibido ao administrador dispensar algum escravo do serviço", devendo dar parte ao administrador geral que fará o que julgar necessário.
- 11) "Também não pode o administrador Conceder licença aos escravos em dias de serviço na Fazenda."
- 12) "O administrador deverá assistir a distribuição do comer as crianças e dos escravos quando comem do caldeirão"
- 13) "He conveniente que o administrador tenha uma relação de todas as senzalas com declaração das ruas, lugares e números, nomes de quem nelles mora para bem poder passar revista de noite, e a horas inesperadas depois do toque da caixa a cuja averiguação procederá quanto antes, assim com dividir as ruas em quarteirões encarregara os escravos bem comportados que lhes morem que lhe dêem parte das novidades que ocorrem muito principalmente das crianças menores e dos velhos inúteis que não hindo à revista nunca, nem outras costumão ocultar doenças, procedimento que sem fenecer muitos."
- 14) Vigiar o benefício da produção e a sua medição e recolhimento.
- 15) Propor ao administrador Geral, qualquer melhoramento.
- 16) É responsável pela farda e material a fazenda, lavoura, casas, carroças,

#### **Tesoureiro**

- 17) Contar o cofre e o livro de receita
- 18) Após fechar o balanço geral, contar na presença do escrivão e administrador Geral o dinheiro do cofre
- 19) Receber pagas

#### **Cirurgião**

- 28) "O cirurgião residirá na fazenda de dia e de noite para de pronto poder socorrer os escravos que adoecerem ficando a cargo da enfermaria responsável pela policia, pondo as cautelas precisas para não haver extravios nos remédios, e dietas dos doentes, assim como para que não sejam introduzidas na enfermaria comidas e

bebidas como nocivas a saúde dos enfermos para que lhe fica subordinado o enfermo”

- 29) Fica a cargo do cirurgião regular a dieta para os doentes fazendo-o com economia possível, tendo atenção as circunstâncias da fazenda, e procurando conciliar o bem dos enfermos com os interesses da Fazenda”
- 30) “Fará um livro de receitas despeza de toso os utensílios que pertencem, digo, que pertencem ao serviço do hospital, devendo assinar a receita autorizada despeza por despachos do Administrador Geral da Fazenda, cuja escrituração ficará a cargo do escrivão como todas”(sic)
- 31) Fornecer um mapa com todos os enfermos e os gastos por mês

### **Capelão**

- 53) “Terá a seu cargo as Ferraria”
- 55) manter o asseio da enfermaria

### **Disposições gerais**

- 61) Só escravos casados podem ter uma égua e um cavalo por casal.
- 62) Escravos que não são casados que possuem cavalos ou éguas devem dispor ou pagar por elas à Fazenda.
- 63) “Aos escravos que forem cazando lhes será permitido tudo quanto se concede a cazados, assim como conservando-se há aos viúvos quando tenham filhos”(sic)
- 64) Os escravos casados podem ter porcas, mas não levá-os aos campos
- 65) É proibido ter cabras, cabritos, ou bodes soltos.

**Paço da Boa Imperial Fazenda da Boa Vista, 12 de fevereiro de 1835**  
**Marquez de Itanhaem**

Fonte: AN. Polícia da Corte, Cód. 1222 v. 2.

### *B.3 “Façanhas garcinianas”*

“Um costume inveterado na Imperial Fazenda Santa Cruz, desde o tempo do senhor D. João VI consistia em os escravos, quando o monarca ali chegava, acompanharem o coche desde o Curral Falso, a meia légua de distância dando vivas estrondosos e dançando até se recolher ao Palácio. O Sr. Garcia assentou que de uma vez havia de acabar com semelhante uso tão enraizado; enfileirou os escravos desde o portão denominado da Coroa até o Palácio, homens de um lado e mulheres de outro, para em silêncio receberem o monarca; ora. Eles persuadidos, e com razão, que semelhante procedimento, inteiramente alheio aos usos estabelecidos, era motivado para evitar as justas queixas dos mais

tratamentos e crueldades contra eles exercidos, apenas avistavam o monarca, próximo ao marco das onze léguas, apesar da disciplina do insigne comandante, romperam a forma e excederam-se em seus queixumes; à vista deste resultado, quem é o verdadeiro culpado?

O que segundo nos afirmam, tornou ainda mais singular esta aventura, é que sua antiga predileta **Chiquinha**, filha do seu cozinheiro José Capitão, de 20 anos, grávida de 7 meses, com outras da 7ª esquadra, que é, pelas jovens de que compõe, a de sua particular estima, foram, como cabeças de motim, lançadas a vergalho, depois de encurraladas na casa do morro do ar, o que não obstou a que, assim maltratadas, fugissem para virem de novo a São Cristovão, implorar por misericórdia, e infelizmente abortando e sendo recolhida no Hospital da Quinta imperial, a dita escrava predileta.

O estado em que se acha a fazenda é lastimoso possível: o **teatrinho** das princesas imperiais transformado em subterrâneos com o título de granja, para guardar os cereais que foram todos achados em putrefação; o canal de que servia a receber os gêneros de primeira necessidade, e a exportar os produtos tanto da fazenda, como dos escravos e de muitos moradores, em completa ruína, e até o telheiro que abrigava, os escaleres, demolidos este de todo inutilizados e isto não obstante haverem se gasto 8:000\$000 nos reparos de um **iate**, comprado anteriormente por menos da metade de trinta e dois toneladas, que navegava entre esta corte e aquele local.

O lindo **mirante** da pedreira abandonado, sem assoalho, e sem porta, entregue, no meio do mato, aos ratos e morcegos, de maneira a se preciso mandar abrir caminho para o monarca passar; o cemitério sem portão, com os muros caídos, e o perigo das sepulturas serem escavadas pelos porcos, cães e capivaras; as valas em completa obstrução e até desgraçadamente sem o tal Garcia saber declarar qual a sua extensão, seu começo e seu desaguadouro, nem os locais de grandezas dos enormes rombos maranhões, de propósito cheios de mato para a eles se não poder chegar. Os campos alagados e cheios de tiririca, e o Gado de todo o gênero quase extinto. Tais são as façanhas do insigne atual Administrador Geral.

O **hospital** para mostrar roupa, estiveram dois dias antes, sem interrupção da noite as costureiras em casa do seu Garcia, a prepará-la, mas infelizmente foi isso logo conhecido por não haver tempo de se levar, nem se achar o deposito fornecido. A **Botica** estava dois dias antes desprevenida, mas felizmente o novo fornecedor da casa, irmão do senhor jacobino, teve meios de fazer chegar o reforço a tempo de ocultar a falta. O **caldeirão dos menores** que outrora supria com abundância a duzentos, e remediavam a trezentos, nem para 60 atualmente não chegar, e até enganaram o monarca dizendo fornecerem de alimento diário o dobro que realmente (exceto neste dia do exame) se forneceu.

As desobrigas da Quaresma que outrora eram religiosamente cumpridas, os casamentos que tanto se protegiam, tudo desapareceu com grave escândalo da moral e da religião. O cercadinho que desde 1808 tantas atenções merece, contendo recordações de muito respeito foi abandonado; o labirinto e arvores frutíferas arrancadas e o mesmo aconteceu no estabelecimento do Leme, onde se colhiam anualmente 16 arrobas de chá acreditado no mercado; a criações da abelhas e as amoreiras, estão quase extintas.

O músico Antonio, flauta, a quem SMI mandou passar carta de alforria, e outras disposições ordenadas ainda não tiveram o devido cumprimento!! A escrituração foi encontrada em estado miserável e a respeito do dinheiro no cofre, isso é escusado falar. A instrução primária masculina do Curato, da qual seu Garcia infelizmente delegado não merece mais as atenções de outrora, e a feminina desapareceu apesar dos esforços dos seus dignos professor, vítima das injustiças e continuas perseguições.

As criações das galinhas, sem pintos nem ovos; e os instrumentos aratórios vindos da França, e máquinas de fazer tijolos, que não tem podido a quantos anos ter aplicação, foram objetos de bem merecida censura. A plantação da mandioca e da cana, de que nada soube satisfazer as perguntas do Exmo. Sr. Ministro do império como nos consta; a sua engenhoca de aguardente os seus privativos e exclusivos currais de gado lanígeros e por *porcum* (sic), a aparência de cemitérios em todas as suas obras nas imediações do palácio causariam risco, se não fossem repugnantes o risco para o um ato tão sério.

As esmolas que SMI destinou para os pobres, foi quase exclusivamente, assim nos afirmaram, para os moradores de Sepetiba, que em carga cerrada votaram em sua chapa.

Os pais dos **escravos fugidos** são muitas das vezes obrigados a pagar os serviço quando não declaram o local em que estão ocultos os filhos e quando lhes convém fazê-los trabalhar em dias reservados aos mesmos escravos, sem um único recurso para comer e vestir, lhes dá jornal mui diminuto ou lhes entrega em compensação os serviços de escravos velhos, doentes e aleijados, e ainda acresce a este vexame matarem-lhe para o hospital os porcos que grande custo criaram para seu alimento em dias festivos.

As **roças** lhes tem sido extorquidas sem a menor indenização e o que parece incrível proíbe os empregados de se reunirem a noite, e terem entre si relações de amizade?! O Ultimato para fazer chegar as demissões quase ao número de quarenta, foi demitido João Cândia de Pontes moço de boa conduta, carregado de numerosa família por motivos tão pueris que admiram dessem causa semelhante crueldade. Ora, a vista desta e de outras semelhantes façanhas do senhor Garcia, e que não relatamos para não nos tornarmos enfadonho, quais são, digam-nos, os serviços deste administrador geral interino, tesoureiro encarregado da caudalaria, delegado de instrução primária e subdelegado de policia? Respondam ao menos para contentar. O Asmodeu de muletas”

O estado em que se acha a Fazenda é mais lastimoso possível [...] O episódio das arbitrarias fiscalizações, foi assim noticiado (1-5-1864): “Ao romper do dia, a frente de numerosas (?) tropa postou-se no inicio da rua, gritando: “o fiscal em correção!”. Multou todos que faziam concorrência a sua taberna. Juiz de Paz, foi demitido. Por esta época, a situação apresentava-se algo pitoresca, com esta localidade ameaçada de ficar sem essa autoridade: titular do primeiro exercício oficiando a Câmara comunicando o falecimento do colega do segundo; o terceiro enviado para Corte e o quarto condenado por crime de moeda falsa! ...”

Fonte: Jornal *O Clamor Publico*, 31 de dezembro de 1860. BN. II, 417, 2,2 nº 31, *apud* FREITAS, 1987, p. 186-9.

*B.4 Gráfico de relação de batismos e óbitos de crianças na IFSC de 1861 a 1867*

**Gráfico 7:** Relação de batismos e óbitos de crianças na Imperial Fazenda de Santa Cruz, de 1861 a 1867.

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Livro de Óbitos do Curato de Santa Cruz, 1861-67.

*B.5 Tabelas sobre a mortalidade escrava na Fazenda Santa Cruz*

**Tabela 10: Mortalidade de escravos da Fazenda Cruz: Doenças do Sistema nervoso**

Doenças	1861-1867				Total	
	M		F			
Faz. Santa Cruz (escravos)	#	%	#	%	#	%
IV. Doenças do sistema nervoso	#	%	#	%	#	%
Apoplexia	00	00	01	7,69	01	7,69
Congestão cerebral	02	15,38	00	00	02	15,38
Convulsões	04	30,79	03	23,07	07	53,86
Epilepsia	01	7,69	00	00	01	7,69
Problema mental	00	00	02	15,38	02	15,38
<b>Total</b>	<b>07</b>	<b>53,86</b>	<b>06</b>	<b>46,14</b>	<b>13</b>	<b>100</b>

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Livro de óbitos de escravos da Fazenda Santa Cruz, 1861-1867.

**Tabela 11: Mortalidade de escravos da Fazenda Cruz: Outras**

Doenças	1861-1867		Total
---------	-----------	--	-------

Faz. Santa Cruz (escravos)	M		F		#	%
	#	%	#	%		
Outras						
Anazarca	01	5	04	20	05	25
Acidental	02	10	00	00	02	10
Bichos	00	00	01	5	01	5
Cancro	03	15	02	10	05	25
Carcinoma	01	5	00	00	01	5
Cólicas	02	10	02	10	04	20
Velhice	01	5	01	5	02	10
Total	10	50	10	50	20	100

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Livro de óbitos de escravos da Fazenda Santa Cruz, 1861-1867.

#### B.6 Tabelas de Mortalidade na IFSC de 1861 a 1867

**Tabela 12: Mortalidade de escravos da Imperial Faz. Santa Cruz: Primeira Infância**

Doenças	1861-1867				Total	
	M		F		#	%
Faz. Santa Cruz (escravos)	#	%	#	%	#	%
VI. Primeira infância						
Mal de sete dias	04	30,78	03	23,06	07	53,84
Prematuros	01	7,69	01	7,69	02	15,38
Tétano	00	00	04	30,78	04	30,78
Total	05	38,47	08	61,53	13	100

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Livro de óbitos de escravos da Fazenda Santa Cruz, 1861-1867.

**Tabela 13: Mortalidade dos escravos da Imperial Faz. Sta. Cruz por tipos de doenças**

Doenças	1861-1867				Total	
	M		F		#	%
Sexo dos escravos	#	%	#	%		
Classificações	#	%	#	%	#	%
<a href="#">I. Doenças infecto parasíticas</a>	88	31,7	62	22,38	150	54,15
II. Doenças Sistema digestivo	25	9,02	33	22,00	58	20,93
III. Doenças do sistema respiratório	15	5,41	08	2,88	23	8,30
IV. Doenças do sistema nervoso	07	2,52	06	2,16	13	4,69
V. Outras	10	3,61	10	3,61	20	7,22
VI. Primeira infância	05	1,80	08	2,88	13	4,69
Total	150	54,15	127	45,84	277	100

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Livro de óbitos de escravos da Fazenda Santa Cruz, 1861-1867.